



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
**SESSÃO CONJUNTA**

---

**ANO LVII - Nº 003 - SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2002 - BRASILIA - DF**

---

**MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

**Presidente**

*Senador* **RAMEZ TEBET** - PMDB-MS<sup>(1)</sup>

**1º Vice-Presidente**

*Deputado* **EFRAIM MORAIS** - PFL-PB

**2º Vice-Presidente**

*Senador* **ANTONIO CARLOS VALADARES** – PSB-SE

**1º Secretário**

*Deputado* **SEVERINO CAVALCANTI** - PPR-PE

**2º Secretário**

*Senador* **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB-MT

**3º Secretário**

*Deputado* **PAULO ROCHA** – PT-PA

**4º Secretário**

*Senador* **MOZARILDO CAVALCANTI** – PFL-RR

(1) Eleito em 20/09/2001

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 – LEIS PROMULGADAS PELO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.....	00763
Nº 10.414, de 21 de março de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$86.000.000,00, para os fins que especifica. ....	00764
Nº 10.415, de 21 de março de 2002, que cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo. ....	00765

#### 2 – ATA DA 4ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE ABRIL DE 2002

##### 2.1 – ABERTURA

##### 2.2 – EXPEDIENTE

##### 2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 17, de 2002-CN (nº 64/2002, na origem), encaminhando a <b>Medida Provisória nº 29, de 2002</b> , publicada no dia 8 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências. À publicação.....	00777
---	-------

Nº 18, de 2002-CN (nº 81/2002, na origem), encaminhando a <b>Medida Provisória nº 30, de 2002</b> , publicada no dia 14 de fevereiro de 2002, que institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências. À publicação.....	00779
--	-------

Nº 39, de 2002-CN (nº 97/2002, na origem), encaminhando a <b>Medida Provisória nº 31, de 2002</b> , publicada no dia 18 de fevereiro de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor global de R\$209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica. À publicação. ....	00780
--	-------

Nº 40, de 2002-CN (nº 100/2002, na origem), encaminhando a <b>Medida Provisória nº 32, de 2002</b> , publicada no dia 19 de fevereiro de 2002, que prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras. À publicação.....	00782
--	-------

Nº 41, de 2002-CN (nº 101/2002, na origem), encaminhando a <b>Medida Provisória nº 33, de 2002</b> , publicada no dia 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, e dá outras providências. À publicação. ....	00784
--	-------

Nº 47, de 2002-CN (nº 151/2002, na origem), encaminhando a <b>Medida Provisória nº 34, de 2002</b> , publicada no dia 7 de março de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R\$805.000.000,00, para os fins que especifica. À publicação. ....	00794
--	-------

Nº 51, de 2002-CN (nº 190/2002, na origem), nos termos do § 1º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indicando o Senhor Deputado Ricardo Barros para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação. ....	00796
--	-------

Nº 52, de 2002-CN (nº 198/2002, na origem), encaminhando a **Medida Provisória nº 35, de 2002**, publicada no dia 28 de março de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências. À publicação. .... 00796

Nº 56, de 2002-CN (nº 222/2002, na origem), nos termos do § 1º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indicando o Senhor Deputado Arthur Virgílio para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação. .... 00797

## 2.2.2 – Vetos Presidenciais

**Veto Parcial nº 38, de 2001** (Mensagem nº 747/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 1989 (nº 189/1991, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências. .... 00798

**Veto Total nº 39, de 2001** (Mensagem nº 749/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 (nº 3.162/1997, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências. .. 00802

**Veto Parcial nº 40, de 2001** (Mensagem nº 767/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001 (nº 4.838/2001, na Casa de origem), que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências. .... 00804

**Veto Total nº 41, de 2001** (Mensagem nº 768/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2000 (nº 4.496/1994, na Casa de origem), que cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências. .... 00808

**Veto Total nº 42, de 2001** (Mensagem nº 769/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 267, de 1999 (nº 1.856/1999, na Câmara dos Deputados), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV e dá outras providências. .... 00810

**Veto Parcial nº 43, de 2001** (Mensagem nº 779/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2001 (nº 4.574/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek. .... 00811

**Veto Parcial nº 44, de 2001** (Mensagem nº 780/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2001 (nº 5.484/2001, na Casa de origem), que institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências. .... 00812

**Veto Parcial nº 45, de 2001** (Mensagem nº 781/2001 – CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2000 (nº 1.748/1999, na Casa de origem), que extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências. .... 00815

**Veto Parcial nº 46, de 2001** (Mensagem nº 782/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1998 (nº 4.166/1998, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. .... 00818

**Veto Total nº 47, de 2001** (Mensagem nº 783/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1996 (nº 1.536/1996, na Casa de origem), que altera o § 1º do art 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro. .... 00820

**Veto Parcial nº 48, de 2001** (Mensagem nº 791/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2001 (nº 2.208/1999, na Casa de origem), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. .... 00822

**Veto Parcial nº 49, de 2001** (Mensagem nº 792/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2001 (nº 3.475/2000, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento. .... 00842

**Veto Parcial nº 50, de 2001** (Mensagem nº 796/2001-CN), apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 48, de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$57.164.152,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. . 00844

**Veto Parcial nº 51, de 2001** (Mensagem nº 797/2001-CN), aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 96, de 2001, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes. .... 00858

**Veto Parcial nº 52, de 2001** (Mensagem nº 798/2001-CN), aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 90, de 2001, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$25.469.532,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente. .... 00920

**Veto Total nº 1, de 2002** (Mensagem nº 3/2002-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2000 (nº 4.177/2001, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na legislação do imposto de renda. .... 00922

**Veto Parcial nº 2, de 2002** (Mensagem nº 4/2002-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2001 (nº 3.989/2000, na Casa de origem), que altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. .... 00923

**Veto Parcial nº 3, de 2002** (Mensagem nº 5/2002-CN), aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2001, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002. .... 00924

**Veto Parcial nº 4, de 2002** (Mensagem nº 6/2002-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996 (nº 1.873/1991, na Casa de origem), que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. .... 00952

**Veto Parcial nº 5, de 2002** (Mensagem nº 7/2002-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2001 (nº 3.804/2000, na Casa de origem), que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. .... 00971

**Veto Total nº 6, de 2002** (Mensagem nº 8/2002-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2000 (nº 1.043/1995, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares. .... 00975

## 2.2.3 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e designação de Comissões Mistas destinadas a apreciar os Vetos nºs 38 a 52, de 2001, e nºs 1 a 6, de 2002, lidos anteriormente. .... 00976

## 2.2.4 – Ofício

Nº 11/2002, de 5 de março último, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de substituição do Deputado Salvador Zimbaldi pelo Deputado Ricardo Barros no cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação. .... 00978

## 2.2.5 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA – Posicionamento contrário à Medida Provisória nº 14, que onera os usuários de energia elétrica para incentivar a construção de usinas termelétricas.... 00978

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO – Descontentamento com a edição descontrolada de medidas provisórias, o que prejudica a atividade legislativa da Câmara dos Deputados. Repúdio ao incentivo que o Governo pretende destinar ao setor elétrico por meio da majoração das tarifas. .... 00979

DEPUTADO DR. HÉLIO – Tentativa de reestatização das companhias de energia elétrica por meio de fortes subsídios, conforme prevê o texto da Medida Provisória nº 14, que encontra-se obstruindo a pauta da Câmara dos Deputados. .... 00980

DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Expectativa quanto aos trabalhos a serem desenvolvidos pela CPI da CPMF, instalada ontem, que pretende identificar o montante arrecadado e a destinação dada pelo Governo aos recursos que não são repassados à Saúde. .... 00981

DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Equívoco da política econômica implementada no Brasil e defendida pelo Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga, durante exposição na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a respeito das contas públicas e da ação daquela autarquia no processo econômico nacional. .... 00982

## 2.2.6 – Ofícios do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 28/2002, de 19 de março último, solicitando o arquivamento das Mensagens nºs 751, de 2001, e 19, de 2002, bem como, das matérias a elas apensadas. .... 00983

Nº 29/2002, de 20 de março último, solicitando o arquivamento dos Avisos TCU nºs 222, 620, 693 e 724/1990, nºs 409 e 465/1991, do Ofício nº 174/1991, dos Diversos nºs 1/1992 e

2/1995, de Requerimento s/nº, de 1995, e dos Diversos nºs 2, 5, 7, 9 a 15/1996, nºs 3, 6, 7, 10, 12 a 14, 18, 19, 21 e 23/1997, e nº 1/1998. .... 00985

#### 9852.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso quanto à prejudicialidade das matérias relacionadas nos Ofícios nºs 28 e 29/2002, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, lidos anteriormente. .... 00987

#### 2.3 – ORDEM DO DIA

##### Item 1

Projeto de Resolução nº 5, de 2001-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Retirado da pauta**, tendo usado da palavra os Srs. Jorge Bittar e Ricardo Barros. .... 00987

##### Item 2

Projeto de Lei nº 1, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Pompeo de Mattos. À sanção. .... 000987

##### Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2002-CN, que autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232/PE – Recife – Caruaru (Cond. ao atend. do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Giovanni Queiroz. À promulgação. .... 00989

##### Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2002-CN, que autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 do subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Distrito Federal, constante do Quadro VII da Lei nº 10407, de 10 de janei-

ro de 2002. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Dr. Hélio, Tião Viana, Dr. Rosinha e Luiz Sérgio. À promulgação. .... 00990

#### Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2002-CN, que especifica contratos relativos à dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto) (585 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas) – Nacional (Condicionado ao Atendimento do artigo 12 desta lei), da Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A cuja execução fica autorizada. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Giovanni Queiroz, Ailton Dipp e Ricardo Barros. À promulgação. (O mandado de segurança existente nos autos da matéria fica prejudicado). .... 00992

#### 2.4 – ENCERRAMENTO

#### 3 – RETIFICAÇÕES

Ata da 2ª Sessão Conjunta, realizada em 15 de fevereiro de 2002 e publicada no **Diário do Congresso Nacional** do dia subsequente. .... 00995

#### 4 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (Publicadas em suplemento a este *Diário*)

#### 5 – ATO DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nº 379, de 2002. .... 00996

#### 6 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

#### 7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

#### 8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

#### 9 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (ROUBO DE CARGAS)

#### 10 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL (CRISE DE ENERGIA)

#### 11 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL (SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA)

**LEI Nº 10.411, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2002**

**Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.**

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 8, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 5º, 6º, 16 e 18 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º É instituída a Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária."(NR)

"Art. 6º A Comissão de Valores Mobiliários será administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal, dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais.

§ 1º O mandato dos dirigentes da Comissão será de cinco anos, vedada a recondução, devendo ser renovado a cada ano um quinto dos membros do Colegiado.

§ 2º Os dirigentes da Comissão somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar.

§ 3º Sem prejuízo do que prevêm a lei penal e a lei de improbidade administrativa, será causa da perda do mandato a inobservância, pelo Presidente ou Diretor, dos deveres e das proibições inerentes ao cargo.

§ 4º Cabe ao Ministro de Estado da Fazenda instaurar o processo administrativo disciplinar, que será conduzido por comissão especial, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preven-

tivo, quando for o caso, e proferir o julgamento.

§ 5º No caso de renúncia, morte ou perda de mandato do Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, assumirá o Diretor mais antigo ou o mais idoso, nessa ordem, até nova nomeação, sem prejuízo de suas atribuições.

§ 6º No caso de renúncia, morte ou perda de mandato de Diretor, proceder-se-á à nova nomeação pela forma disposta nesta Lei, para completar o mandato do substituído."(NR)

"Art. 16 .....

.....  
III – mediação ou corretagem de operações com valores mobiliários; e

IV – compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

....."(NR)

"Art. 18. Compete à Comissão de Valores Mobiliários:

I – editar normas gerais sobre:

a) condições para obter autorização ou registro necessário ao exercício das atividades indicadas no art. 16, e respectivos procedimentos administrativos;

b) requisitos de idoneidade, habilitação técnica e capacidade financeira a que deverão satisfazer os administradores de sociedades e demais pessoas que atuem no mercado de valores mobiliários;

c) condições de constituição e extinção das Bolsas de Valores, entidades do mercado de balcão organizado e das entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários, forma jurídica, órgãos de administração e seu preenchimento;

d) exercício do poder disciplinar pelas Bolsas e pelas entidades do mercado de balcão organizado, no que se refere às negociações com valores mobiliários, e pelas entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários, sobre os seus membros, imposição de penas e casos de exclusão;

.....

f) administração das Bolsas, das entidades do mercado de balcão organizado e das entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários; emo-

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES									
UNIDADE : 39201 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM									
ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C	F T E	VALOR
0220 - MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									6.000.000
PROJETOS									
26.782	0220.5384	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS							6.000.000
26.782	0220.5384.0032	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	4	P	00	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									6.000.000
ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL									
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL									
ANEXO I CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C	F T E	VALOR
0667 - DEFESA CIVIL									80.000.000
ATIVIDADES									
06.182	0667.4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL							80.000.000
06.182	0667.4580.0005	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - NA REGIAO SUDESTE	S	4	P	40	0	100	10.000.000
06.182	0667.4580.0857	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - NA REGIAO NORDESTE E NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	P	40	0	100	70.000.000
TOTAL - FISCAL									80.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									80.000.000
TOTAL - GERAL									80.000.000
ORGÃO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO									
UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO									
ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C	F T E	VALOR
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF									70.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
10.244	0351.0735	SEGURO RENDA AOS AGRICULTORES FAMILIARES							70.000.000
10.244	0351.0735.0101	SEGURO RENDA AOS AGRICULTORES FAMILIARES - NA REGIAO NORDESTE E NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	P	60	0	100	70.000.000
TOTAL - FISCAL									70.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									70.000.000
TOTAL - GERAL									70.000.000
ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA									
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA									
ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C	F T E	VALOR
0999 - RESERVA DE CONTINGENCIA									16.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99.999	0999.0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							16.000.000
99.999	0999.0998.0001	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	0	F	00	0	100	16.000.000
TOTAL - FISCAL									16.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									16.000.000



**LEI Nº 10.415, DE 21 DE MARÇO DE 2002****Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.**

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 13, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1ª Fica criado o cargo de Natureza Especial de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.

Parágrafo único. A remuneração do cargo de que trata o **caput** é a referida no § 3º do art. 24-A da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

Art. 2ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 21 de março de 2002.  
– 181º da Independência e 114º da República

Senador **Ramez Tebet**. – Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

# Ata da 4ª Sessão Conjunta, em 4 de abril de 2002

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência do Sr. Ramez Tebet*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE  
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando –  
Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares –  
Ari Stadler – Arlindo Porto – Artur da Távola – Benício  
Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Car-  
los Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner –  
Chico Sartori – Edison Lobão – Eduardo Suplicy –  
Fernando Bezerra – Fernando Ribeiro – Francelino  
Pereira – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Gerson  
Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Re-  
zende – Jefferson Peres – José Agripino – José Edu-

ardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Serra –  
Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lindberg  
Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio –  
Luiz Pontes – Maria do Carmo Alves – Marina Silva –  
Marluce Pinto – Moreira Mendes – Mozarildo Caval-  
canti – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto –  
Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ri-  
cardo Santos – Roberto Requião – Roberto Saturnino  
– Robinson Viana – Romero Jucá – Ronaldo Cunha  
Lima – Sérgio Machado – Tião Viana – Valmir Amaral  
– Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

*E OS SRS. DEPUTADOS:*

**Data:** 04/04/2002 - quinta-feira

**Total de Parlamentares:** 438

### RR PARLAMENTAR

**TOTAL DA UF:** 6

AIRTON CASCAVEL  
ALCESTE ALMEIDA  
ALMIR SÁ  
LUCIANO CASTRO  
ROBÉRIO ARAÚJO  
SALOMÃO CRUZ

### PARTIDO (\*)

PPS	Eletrônico
PL	Eletrônico
PPB	Eletrônico
PFL	Eletrônico
PL	Eletrônico
PFL	Eletrônico

### REGISTRO

### AP PARLAMENTAR

**TOTAL DA UF:** 7

ANTONIO FEIJÃO  
BADU PICANÇO  
DR. BENEDITO DIAS  
EDUARDO SEABRA  
FÁTIMA PELAES  
JURANDIL JUAREZ  
SÉRGIO BARCELLOS

### PARTIDO (\*)

PSDB	Eletrônico
PL	Eletrônico
PPB	Eletrônico
PTB	Eletrônico
PSDB	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PFL	Eletrônico

### REGISTRO

### PA PARLAMENTAR

**TOTAL DA UF:** 15

ANIVALDO VALE  
ASDRUBAL BENTES  
BABÁ  
DEUSDETH PANTOJA  
ELCIONE BARBALHO  
GIOVANNI QUEIROZ  
JOSÉ PRIANTE  
JOSUÉ BENGTON  
NICIAS RIBEIRO  
PAULO ROCHA  
RAIMUNDO SANTOS  
RENILDO LEAL  
SOCORRO GOMES  
VIC PIRES FRANCO  
ZENALDO COUTINHO

### PARTIDO (\*)

PSDB	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PT	Eletrônico
PFL	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PDT	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PTB	Eletrônico
PSDB	Eletrônico
PT	Eletrônico
PL	Eletrônico
PTB	Eletrônico
PCdoB	Eletrônico
PFL	Eletrônico
PSDB	Eletrônico

### REGISTRO

### AM PARLAMENTAR

**TOTAL DA UF:** 5

ARTHUR VIRGÍLIO  
ÁTILA LINS

### PARTIDO (\*)

PSDB	Eletrônico
PFL	Eletrônico

### REGISTRO

FRANCISCO GARCIA	PFL	Eletrônico
PAUDERNEY AVELINO	PFL	Eletrônico
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	Eletrônico

**RO TOTAL DA UF: 4**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
CONFÚCIO MOURA	PMDB	Eletrônico
EXPEDITO JÚNIOR	PSDB	Eletrônico
NILTON CAPIXABA	PTB	Eletrônico
SÉRGIO CARVALHO	PSDB	Eletrônico

**AC TOTAL DA UF: 5**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
ILDEFONÇO CORDEIRO	PSDB	Eletrônico
MÁRCIO BITTAR	PPS	Eletrônico
MARCOS AFONSO	PT	Eletrônico
NILSON MOURÃO	PT	Eletrônico
SÉRGIO BARROS	PSDB	Eletrônico

**TO TOTAL DA UF: 7**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
ANTÔNIO JORGE	PTB	Eletrônico
DOLORES NUNES	PMDB	Eletrônico
FREIRE JÚNIOR	PMDB	Eletrônico
IGOR AVELINO	PMDB	Eletrônico
KÁTIA ABREU	PFL	Eletrônico
OSVALDO REIS	PMDB	Eletrônico
PAULO MOURÃO	PSDB	Eletrônico

**MA TOTAL DA UF: 13**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
ALBÉRICO FILHO	PMDB	Eletrônico
COSTA FERREIRA	PFL	Eletrônico
ELISEU MOURA	PPB	Eletrônico
FRANCISCO COELHO	PFL	Eletrônico
GASTÃO VIEIRA	PMDB	Eletrônico
JOÃO CASTELO	PSDB	Eletrônico
JOSÉ ANTONIO ALMEIDA	PSB	Visual
MAURO FECURY	PFL	Eletrônico
PAULO MARINHO	PFL	Eletrônico
PEDRO FERNANDES	PFL	Eletrônico
REMI TRINTA	PL	Eletrônico
ROBERTO ROCHA	PSDB	Eletrônico
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	Visual

<b>CE</b>		<b>TOTAL DA UF: 21</b>	
<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>	
ADOLFO MARINHO	PSDB	Eletrônico	
ALMEIDA DE JESUS	PL	Eletrônico	
ANÍBAL GOMES	PMDB	Eletrônico	
ARNON BEZERRA	PSDB	Eletrônico	
CHIQUELHO FEITOSA	PSDB	Eletrônico	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	Eletrônico	
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	Eletrônico	
JOSÉ LINHARES	PPB	Eletrônico	
JOSÉ PIMENTEL	PT	Eletrônico	
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	Eletrônico	
MARCELO TEIXEIRA	PMDB	Eletrônico	
MAURO BENEVIDES	PMDB	Eletrônico	
MORONI TORGAN	PFL	Eletrônico	
NELSON OTOCH	PSDB	Eletrônico	
PIMENTEL GOMES	PPS	Eletrônico	
PINHEIRO LANDIM	PMDB	Eletrônico	
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	Eletrônico	
ROBERTO PESSOA	PFL	Eletrônico	
ROMMEL FEIJÓ	PSDB	Eletrônico	
SÉRGIO NOVAIS	PSB	Eletrônico	
VICENTE ARRUDA	PSDB	Eletrônico	

<b>PI</b>		<b>TOTAL DA UF: 7</b>	
<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>	
GESSIVALDO ISAIAS	PMDB	Eletrônico	
HERÁCLITO FORTES	PFL	Eletrônico	
MARCELO CASTRO	PMDB	Eletrônico	
MUSSA DEMES	PFL	Eletrônico	
PAES LANDIM	PFL	Eletrônico	
THERÍSTOCLES SAMPAIO	PMDB	Eletrônico	
WELLINGTON DIAS	PT	Eletrônico	

<b>RN</b>		<b>TOTAL DA UF: 5</b>	
<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>	
CARLOS ALBERTO ROSADO	PFL	Eletrônico	
IBERÊ FERREIRA	PTB	Eletrônico	
LAVOISIER MAIA	PFL	Eletrônico	
NEY LOPES	PFL	Eletrônico	
SALOMÃO GURGEL	PDT	Eletrônico	

<b>PB</b>		<b>TOTAL DA UF: 10</b>	
<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>	
ADAUTO PEREIRA	PFL	Eletrônico	

ARMANDO ABÍLIO	PSDB	Eletrônico
AVENZOAR ARRUDA	PT	Eletrônico
DAMIÃO FELICIANO	PMDB	Eletrônico
DOMICIANO CABRAL	PSDB	Eletrônico
EFRAIM MORAIS	PFL	Eletrônico
ENIVALDO RIBEIRO	PPB	Eletrônico
INALDO LEITÃO	PSDB	Eletrônico
MARCONDES GADELHA	PFL	Eletrônico
WILSON BRAGA	PFL	Eletrônico

**PE****TOTAL DA UF: 19**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
ARMANDO MONTEIRO	PMDB	Eletrônico
CARLOS BATATA	PSDB	Eletrônico
CLEMENTINO COELHO	PPS	Eletrônico
DJALMA PAES	PSB	Eletrônico
EDUARDO CAMPOS	PSB	Eletrônico
FERNANDO FERRO	PT	Eletrônico
GONZAGA PATRIOTA	PSB	Eletrônico
INOCÊNCIO OLIVEIRA	PFL	Eletrônico
JOÃO COLAÇO	PSDB	Eletrônico
JOEL DE HOLLANDA	PFL	Eletrônico
JOSÉ CHAVES	PMDB	Eletrônico
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PSDB	Eletrônico
LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	Eletrônico
MARCOS DE JESUS	PL	Eletrônico
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	Eletrônico
RICARDO FIUZA	PPB	Eletrônico
SALATIEL CARVALHO	PMDB	Visual
SEVERINO CAVALCANTI	PPB	Eletrônico
WOLNEY QUEIROZ	PDT	Eletrônico

**AL****TOTAL DA UF: 9**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
AUGUSTO FARIAS	PPB	Eletrônico
DIVALDO SURUAGY	PST	Eletrônico
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	Eletrônico
HELENILDO RIBEIRO	PSDB	Eletrônico
JOÃO CALDAS	PL	Eletrônico
JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	Eletrônico
LUIZ DANTAS	PTB	Eletrônico
OLAVO CALHEIROS	PMDB	Eletrônico
REGIS CAVALCANTE	PPS	Eletrônico

**SE****TOTAL DA UF: 8**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
-------------	-------------	----------

AUGUSTO FRANCO	PSDB	Eletrônico
CLEONÂNCIO FONSECA	PPB	Eletrônico
IVAN PAIXÃO	PPS	Eletrônico
JORGE ALBERTO	PMDB	Eletrônico
JOSÉ TELES	PSDB	Eletrônico
PEDRO VALADARES	PSB	Eletrônico
SÉRGIO REIS	PTB	Eletrônico
TÂNIA SOARES	PCdoB	Eletrônico

**BA****TOTAL DA UF: 33**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
AROLDO CEDRAZ	PFL	Eletrônico
BENITO GAMA	PMDB	Eletrônico
CLAUDIO CAJADO	PFL	Eletrônico
CORIOIANO SALES	PMDB	Eletrônico
ERALDO TINOCO	PFL	Eletrônico
EUJÁCIO SIMÕES	PL	Eletrônico
FÉLIX MENDONÇA	PTB	Eletrônico
FRANCISTÔNIO PINTO	PFL	Eletrônico
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	Eletrônico
GERSON GABRIELLI	PFL	Eletrônico
HAROLDO LIMA	PCdoB	Eletrônico
JAIME FERNANDES	PFL	Eletrônico
JAIRO CARNEIRO	PFL	Eletrônico
JOÃO ALMEIDA	PSDB	Eletrônico
JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	Eletrônico
JOÃO LEÃO	PPB	Eletrônico
JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	Eletrônico
JORGE KHOURY	PFL	Eletrônico
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	Eletrônico
JOSÉ LOURENÇO	PMDB	Visual
JOSÉ ROCHA	PFL	Eletrônico
JUTAHY JUNIOR	PSDB	Eletrônico
LUIZ ALBERTO	PT	Eletrônico
LUIZ MOREIRA	PFL	Eletrônico
MÁRIO NEGROMONTE	PPB	Eletrônico
NELSON PELLEGRINO	PT	Eletrônico
NILO COELHO	PSDB	Eletrônico
PAULO BRAGA	PFL	Eletrônico
PAULO MAGALHÃES	PFL	Eletrônico
ROLAND LAVIGNE	PMDB	Eletrônico
SAULO PEDROSA	PSDB	Eletrônico
URSICINO QUEIROZ	PFL	Eletrônico
WALTER PINHEIRO	PT	Eletrônico

**MG****TOTAL DA UF: 47**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
-------------	-------------	----------

AÉCIO NEVES	PSDB	Eletrônico
ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	Eletrônico
ARACELY DE PAULA	PFL	Eletrônico
CABO JÚLIO	PST	Eletrônico
CARLOS MELLES	PFL	Eletrônico
CARLOS MOSCONI	PSDB	Eletrônico
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	Eletrônico
DANILO DE CASTRO	PSDB	Eletrônico
EDMAR MOREIRA	PPB	Eletrônico
EDUARDO BARBOSA	PSDB	Eletrônico
ELISEU RESENDE	PFL	Eletrônico
GENÉSIO BERNARDINO	PMDB	Eletrônico
GILMAR MACHADO	PT	Eletrônico
GLYCON TERRA PINTO	PMDB	Eletrônico
HÉLIO COSTA	PMDB	Eletrônico
HERCULANO ANGHINETTI	PPB	Eletrônico
IBRAHIM ABI-ACKEL	PPB	Eletrônico
JAIME MARTINS	PFL	Eletrônico
JOÃO MAGALHÃES	PMDB	Eletrônico
JOÃO MAGNO	PT	Eletrônico
JOSÉ MILITÃO	PTB	Eletrônico
LAEL VARELLA	PFL	Eletrônico
LINCOLN PORTELA	PSL	Eletrônico
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	Eletrônico
MARCOS LIMA	PMDB	Eletrônico
MARIA DO CARMO LARA	PT	Eletrônico
MARIA LÚCIA	PMDB	Eletrônico
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	Eletrônico
MÁRIO DE OLIVEIRA	PST	Eletrônico
MAURO LOPES	PMDB	Eletrônico
NARCIO RODRIGUES	PSDB	Eletrônico
NILMÁRIO MIRANDA	PT	Eletrônico
ODELMO LEÃO	PPB	Eletrônico
OLÍMPIO PIRES	PDT	Eletrônico
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	Eletrônico
PAULO DELGADO	PT	Eletrônico
PIMENTA DA VEIGA	PSDB	Visual
RAFAEL GUERRA	PSDB	Eletrônico
ROBERTO BRANT	PFL	Eletrônico
ROMEL ANIZIO	PPB	Eletrônico
ROMEU QUEIROZ	PTB	Eletrônico
RONALDO VASCONCELLOS	PL	Eletrônico
SARAIVA FELIPE	PMDB	Eletrônico
SILAS BRASILEIRO	PMDB	Eletrônico
TILDEN SANTIAGO	PT	Eletrônico
VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	Eletrônico
WALFRIDO MARES GUIA	PTB	Eletrônico

<b>ES</b>		<b>TOTAL DA UF: 9</b>	
<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>	
FEU ROSA	PSDB	Eletrônico	
JOÃO COSER	PT	Eletrônico	
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	Eletrônico	
JOSÉ CARLOS FONSECA JR.	PFL	Eletrônico	
MAGNO MALTA	PL	Eletrônico	
MAX MAURO	PTB	Eletrônico	
RICARDO FERRAÇO	PPS	Eletrônico	
RITA CAMATA	PMDB	Visual	
ROSE DE FREITAS	PSDB	Eletrônico	

<b>RJ</b>		<b>TOTAL DA UF: 36</b>	
<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>	
ALDIR CABRAL	PFL	Eletrônico	
ALEXANDRE CARDOSO	PSB	Eletrônico	
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	Eletrônico	
ALMERINDA DE CARVALHO	PPB	Eletrônico	
AROLDE DE OLIVEIRA	PFL	Eletrônico	
AYRTON XERÊZ	PFL	Eletrônico	
BISPO RODRIGUES	PL	Eletrônico	
CARLOS SANTANA	PT	Eletrônico	
CORNÉLIO RIBEIRO	PL	Eletrônico	
DINO FERNANDES	PPB	Eletrônico	
DR. HELENO	PSDB	Eletrônico	
EURICO MIRANDA	PPB	Eletrônico	
FERNANDO GABEIRA	PT	Visual	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	Eletrônico	
FRANCISCO SILVA	PST	Eletrônico	
IÉDIO ROSA	PFL	Eletrônico	
JAIR BOLSONARO	PPB	Eletrônico	
JOÃO MENDES	PFL	Eletrônico	
JOÃO SAMPAIO	PDT	Eletrônico	
JORGE BITTAR	PT	Eletrônico	
JORGE WILSON	PSDB	Eletrônico	
JOSÉ CARLOS COUTINHO	PFL	Eletrônico	
LAURA CARNEIRO	PFL	Eletrônico	
LUISINHO	PPB	Eletrônico	
LUIZ SÉRGIO	PT	Eletrônico	
MÁRCIO FORTES	PSDB	Eletrônico	
MILTON TEMER	PT	Eletrônico	
MIRO TEIXEIRA	PDT	Eletrônico	
PAULO BALTAZAR	PSB	Eletrônico	
PAULO FEIJÓ	PSDB	Eletrônico	
ROBERTO JEFFERSON	PTB	Eletrônico	
RODRIGO MAIA	PFL	Eletrônico	



RUBEM MEDINA	PFL	Eletrônico
SIMÃO SESSIM	PPB	Eletrônico
VIVALDO BARBOSA	PDT	Eletrônico
WANDERLEY MARTINS	PSB	Eletrônico

**SP****TOTAL DA UF: 64**

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PARTIDO (*)</b>	<b>REGISTRO</b>
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	Eletrônico
ALDO REBELO	PCdoB	Eletrônico
ALOIZIO MERCADANTE	PT	Eletrônico
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	Eletrônico
ANDRÉ BENASSI	PSDB	Eletrônico
ANGELA GUADAGNIN	PT	Eletrônico
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	Eletrônico
ARLINDO CHINAGLIA	PT	Eletrônico
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	Eletrônico
ARNALDO MADEIRA	PSDB	Eletrônico
ARY KARA	PTB	Eletrônico
BISPO WANDERVAL	PL	Eletrônico
CELSO RUSSOMANNO	PPB	Eletrônico
CHICO SARDELLI	PFL	Eletrônico
CORAUCI SOBRINHO	PFL	Eletrônico
CUNHA BUENO	PPB	Eletrônico
DE VELASCO	PSL	Eletrônico
DELFIN NETTO	PPB	Eletrônico
DR. EVILÁSIO	PSB	Eletrônico
DR. HÉLIO	PDT	Eletrônico
DUILIO PISANESCHI	PTB	Eletrônico
EMERSON KAPAZ	PPS	Eletrônico
FERNANDO ZUPPO	PSDC	Eletrônico
GILBERTO KASSAB	PFL	Eletrônico
IARA BERNARDI	PT	Eletrônico
JAIR MENEGUELLI	PT	Eletrônico
JOÃO EDUARDO DADO	PDT	Eletrônico
JOÃO HERRMANN NETO	PPS	Eletrônico
JOÃO PAULO	PT	Eletrônico
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB	Eletrônico
JOSÉ ANÍBAL	PSDB	Visual
JOSÉ DE ABREU	PTN	Eletrônico
JOSÉ DIRCEU	PT	Visual
JOSÉ GENOÍNO	PT	Eletrônico
JULIO SEMEGHINI	PSDB	Eletrônico
LAMARTINE POSELLA	PMDB	Eletrônico
LUCIANO ZICA	PT	Eletrônico
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	Eletrônico
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	Eletrônico
LUIZA ERUNDINA	PSB	Eletrônico

MARCELO BARBIERI	PMDB	Eletrônico
MARCOS CINTRA	PFL	Eletrônico
MEDEIROS	PL	Eletrônico
MENDES THAME	PSDB	Eletrônico
MILTON MONTI	PMDB	Eletrônico
NELO RODOLFO	PMDB	Eletrônico
NELSON MARQUEZELLI	PTB	Eletrônico
NEUTON LIMA	PFL	Eletrônico
ORLANDO FANTAZZINI	PT	Eletrônico
PAULO KOBAYASHI	PSDB	Eletrônico
PAULO LIMA	PMDB	Eletrônico
PROFESSOR LUIZINHO	PT	Eletrônico
RICARDO BERZOINI	PT	Eletrônico
RICARDO IZAR	PTB	Eletrônico
RUBENS FURLAN	PPS	Eletrônico
SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	Eletrônico
SAMPAIO DÓRIA	PSDB	Eletrônico
TELMA DE SOUZA	PT	Eletrônico
VADÃO GOMES	PPB	Eletrônico
VALDEMAR COSTA NETO	PL	Eletrônico
WAGNER ROSSI	PMDB	Eletrônico
WAGNER SALUSTIANO	PPB	Eletrônico
ZÉ ÍNDIO	PMDB	Eletrônico
ZULAIÊ COBRA	PSDB	Eletrônico

**MT****TOTAL DA UF: 5**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
CELCITA PINHEIRO	PFL	Eletrônico
LINO ROSSI	PSDB	Eletrônico
OSVALDO SOBRINHO	PTB	Eletrônico
RICARTE DE FREITAS	PSDB	Eletrônico
WILSON SANTOS	PSDB	Eletrônico

**DF****TOTAL DA UF: 8**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
AGNELO QUEIROZ	PCdoB	Eletrônico
ALBERTO FRAGA	PMDB	Eletrônico
GERALDO MAGELA	PT	Eletrônico
JORGE PINHEIRO	PMDB	Eletrônico
OSÓRIO ADRIANO	PFL	Eletrônico
PAULO OCTÁVIO	PFL	Eletrônico
PEDRO CELSO	PT	Eletrônico
WIGBERTO TARTUCE	PPB	Eletrônico

**GO****TOTAL DA UF: 16**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
-------------	-------------	----------

ALDO ARANTES	PCdoB	Eletrônico
BARBOSA NETO	PMDB	Eletrônico
EULER MORAIS	PMDB	Eletrônico
GEOVAN FREITAS	PMDB	Eletrônico
JOVAIR ARANTES	PSDB	Eletrônico
JUQUINHA	PL	Eletrônico
LIDIA QUINAN	PSDB	Eletrônico
LÚCIA VÂNIA	PSDB	Eletrônico
LUIZ BITTENCOURT	PMDB	Eletrônico
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	Eletrônico
NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	Eletrônico
PEDRO CHAVES	PMDB	Eletrônico
ROBERTO BALESTRA	PPB	Eletrônico
RONALDO CAIADO	PFL	Eletrônico
VILMAR ROCHA	PFL	Eletrônico
ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	Eletrônico

**MS****TOTAL DA UF: 8**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
DR. ANTONIO CRUZ	PMDB	Eletrônico
JOÃO GRANDÃO	PT	Eletrônico
MANOEL VITÓRIO	PT	Eletrônico
MARÇAL FILHO	PMDB	Eletrônico
MARISA SERRANO	PSDB	Eletrônico
NELSON TRAD	PTB	Eletrônico
PEDRO PEDROSSIAN	PPB	Eletrônico
WALDEMIR MOKA	PMDB	Eletrônico

**PR****TOTAL DA UF: 26**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
ABELARDO LUPION	PFL	Eletrônico
AFFONSO CAMARGO	PSDB	Eletrônico
AIRTON ROVEDA	PTB	Eletrônico
ALEX CANZIANI	PSDB	Eletrônico
BASÍLIO VILLANI	PSDB	Eletrônico
CHICO DA PRINCESA	PSDB	Eletrônico
DILCEU SPERAFICO	PPB	Eletrônico
DR. ROSINHA	PT	Eletrônico
GUSTAVO FRUET	PMDB	Eletrônico
HERMES PARCIANELLO	PMDB	Eletrônico
IRIS SIMÕES	PTB	Eletrônico
JOSÉ BORBA	PMDB	Eletrônico
JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	Eletrônico
LUCIANO PIZZATTO	PFL	Eletrônico
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	Eletrônico
MÁRCIO MATOS	PTB	Eletrônico
MAX ROSENMAN	PMDB	Eletrônico

MOACIR MICHELETTO	PMDB	Eletrônico
NELSON MEURER	PPB	Eletrônico
OLIVEIRA FILHO	PL	Eletrônico
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	Eletrônico
RAFAEL GRECA	PFL	Eletrônico
RICARDO BARROS	PPB	Eletrônico
RUBENS BUENO	PPS	Eletrônico
SANTOS FILHO	PFL	Eletrônico
WERNER WANDERER	PFL	Eletrônico

**SC** **TOTAL DA UF: 16**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	Eletrônico
CARLITO MERSS	PT	Eletrônico
EDINHO BEZ	PMDB	Eletrônico
EDISON ANDRINO	PMDB	Eletrônico
ENI VOLTOLINI	PPB	Eletrônico
FERNANDO CORUJA	PDT	Eletrônico
GERVÁSIO SILVA	PFL	Eletrônico
HUGO BIEHL	PPB	Eletrônico
JOÃO MATOS	PMDB	Eletrônico
JOÃO PIZZOLATTI	PPB	Eletrônico
LUCI CHOINACKI	PT	Eletrônico
PAULO GOUVÊA	PFL	Eletrônico
PEDRO BITTENCOURT	PFL	Eletrônico
RENATO VIANNA	PMDB	Eletrônico
SERAFIM VENZON	PDT	Eletrônico
VICENTE CAROPRESO	PSDB	Eletrônico

**RS** **TOTAL DA UF: 29**

PARLAMENTAR	PARTIDO (*)	REGISTRO
AIRTON DIPP	PDT	Eletrônico
ALCEU COLLARES	PDT	Eletrônico
ANA CORSO	PT	Eletrônico
AUGUSTO NARDES	PPB	Eletrônico
CEZAR SCHIRMER	PMDB	Eletrônico
CLOVIS ILGENFRITZ	PT	Eletrônico
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	Eletrônico
EDIR OLIVEIRA	PTB	Eletrônico
ENIO BACCI	PDT	Eletrônico
ESTHER GROSSI	PT	Eletrônico
EZIDIO PINHEIRO	PSB	Eletrônico
FETTER JUNIOR	PPB	Eletrônico
FIORAVANTE	PT	Eletrônico
GERMANO RIGOTTO	PMDB	Eletrônico
JÚLIO REDECKER	PPB	Eletrônico
LUIS CARLOS HEINZE	PPB	Eletrônico

MARCOS ROLIM  
 MENDES RIBEIRO FILHO  
 NELSON PROENÇA  
 ORLANDO DESCONSI  
 OSMAR TERRA  
 OSVALDO BIOLCHI  
 PAULO JOSÉ GOUVÊA  
 PAULO PAIM  
 POMPEO DE MATTOS  
 ROBERTO ARGENTA  
 TELMO KIRST  
 WILSON CIGNACHI  
 YEDA CRUSIUS

PT	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PPS	Eletrônico
PT	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PL	Eletrônico
PT	Visual
PDT	Eletrônico
PHS	Eletrônico
PPB	Eletrônico
PMDB	Eletrônico
PSDB	Eletrônico

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 438 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa mensagens do Presidente da República que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Amaral.

São lidas as seguintes:

## MENSAGENS

### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 29, DE 2002

#### MENSAGEM Nº 17, DE 2002-CN

(Nº 64/2002, na origem)

**Dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, submetido a autorização, regulamentação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a ser integrado por titulares de concessão, permissão ou autorização e outros agentes, na forma da regulamentação, vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica, com a finalidade de viabilizar as

transações de compra e venda de energia elétrica nos sistemas interligados.

§ 1º A regulamentação prevista neste artigo deverá abranger, inclusive:

I – a instituição da Convenção de Mercado;

II – o estabelecimento das Regras e Procedimentos de Mercado;

III – a definição das regras de funcionamento do MAE, inclusive a forma de participação dos agentes nesse Mercado; e

IV – os mecanismos de proteção aos consumidores.

§ 2º A compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contrato bilateral será realizada a preços determinados, conforme a Convenção e as Regras de Mercado.

Art. 2º São órgãos do MAR a Assembléia-Geral, o Conselho de Administração e a Superintendência.

§ 1º As atribuições dos órgãos previstos no caput serão estabelecidas em estatuto próprio elaborado pelos titulares de concessão, permissão ou autorização e outros agentes mencionados no art. 1º.

§ 2º A ANEEL regulamentará a forma de custeio administrativo e operacional do MAE, que poderá incluir contribuições de seus membros, emolumentos cobrados sobre as transações realizadas e encargos.

§ 3º A forma de solução das eventuais divergências entre os agentes integrantes do MAE, será estabelecida na Convenção de Mercado e no estatuto, que contemplarão e regulamentarão mecanismo e convenção de arbitragem, a eles se aplicando os arts. 267, inciso VII, 301, inciso IX, 520, inciso VI, e 584, inciso III, do Código de Processo Civil.

§ 4º Ficam as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, titulares de concessão, permissão e autorização, autorizadas a aderirem ao MAE, inclusive ao mecanismo e à convenção de arbitragem previstos no § 3º.

§ 5º Consideram-se disponíveis os direitos relativos a créditos e débitos decorrentes das operações realizadas no MAE.

Art. 3º A ANEEL, visando a assegurar a continuidade das operações de contabilização e liquidação do mercado de energia elétrica, regulamentará e conduzirá o processo de transição necessário à constituição e à efetiva operação do MAE, na forma do art. 1º.

Parágrafo único. Os bens, recursos e instalações pertencentes à Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE continuam afetados às operações do MAE até que os agentes promovam sua incorporação ao patrimônio do MAE, obedecidos os procedimentos e as diretrizes estabelecidos em regulamentação específica da ANEEL.

Art. 4º A constituição do MAR, na forma do art. 1º, deve estar concluída até 1º de março de 2002.

Art. 5º O **caput** do art. 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual § 1º para parágrafo único:

“Art. 14. Cabe ao poder concedente estabelecer a regulamentação do MAE, definir as regras da organização inicial do Operador Nacional do Sistema Elétrico e implementar os procedimentos necessários para o seu funcionamento.” (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogados o art. 12 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, respeitadas as transações concluídas, contabilizadas ou não, e os contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados até a data da publicação desta Medida Provisória, e o § 2º do art. 14 daquela Lei.

Brasília, 7 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### MENSAGEM Nº 64

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 29, de 7 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica –

MAE, pessoa jurídica de direito privado e dá outras providências”.

Brasília, 7 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 6

Em 7 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de edição de medida provisória que dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado.

O mencionado instrumento normativo veio a autorizar a criação do MAE, haja vista a necessidade de fortalecer o mercado relativo às transações de compra e venda de energia elétrica nos sistemas interligados.

A necessidade de aumentar a credibilidade e a existência de conflitos de interesses no âmbito do MAE, em decorrência da forma como este estava constituído, justificam a criação de um novo Mercado, com personalidade jurídica própria, e com condições de desempenhar as atribuições que lhe são inerentes, viabilizando, assim, a expansão da oferta de energia elétrica.

A instituição do MAE, com as novas regras definidas na presente medida provisória, visa a garantir sobretudo o pleno funcionamento do modelo de competição objeto da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Para que o MAE desempenhe os seus objetivos institucionais com maior credibilidade e eficiência, coube submetê-lo a autorização, regulamentação e fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Por fim, a alteração estabelecida no artigo 14 da Lei nº 9.648, de 1998, veio apenas a adaptar o referido Diploma Legal à nova disciplina instituída por esta Medida Provisória.

Evidenciam-se, assim, a relevância e a urgência legitimadoras à edição de medida provisória.

Essas Senhor Presidente são as razões que justificam o projeto de medida provisória que ora submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República – **José Jorge**, Ministro de Estado de Minas e Energia.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

**Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.**

Art 12. Observado o disposto no art. 10, as transações de compra e venda de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados, serão realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, instituído mediante Acordo de Mercado a ser firmado entre os interessados.

1º Cabe à ANEEL definir as regras de participação no MAE, bem como os mecanismos de proteção aos consumidores.

2º A compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contrato bilateral, será realizada a preços determinados conforme as regras do Acordo de Mercado.

3º Acordo de Mercado, que será submetido à homologação da ANEEL, estabelecerá as regras comerciais e os critérios de rateio dos custos administrativos de suas atividades, bem assim a forma de solução das eventuais divergências entre os agentes integrantes, sem prejuízo da competência da ANEEL para dirimir os impasses.

Art 14. Cabe ao poder concedente estabelecer a regulamentação do MAE, coordenar a assinatura do Acordo de Mercado pelos agentes, definir as regras da organização inicial do Operador Nacional do Sistema Elétrico é implementar os procedimentos necessários para o seu funcionamento.

2º A assinatura do Acordo de Mercado e a constituição do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que tratam os arts. 12 e 13, devem estar concluídas até 30 de setembro de 1998.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 30, DE 2002

**MENSAGEM Nº 18, DE 2002-CN**

(Nº 81/2002, na origem)

**Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Bolsa-Renda, a ser custeado com recursos alocados para ações emergenciais de defesa civil, para atendimento dos agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou de situação de emergência pelo Governo Federal, mediante portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

Art. 2º Cabe ao Ministério da Integração Nacional a gestão do Programa de que trata o art. 1º, competindo-lhe definir:

I – os critérios para a determinação dos beneficiários;

II – os órgãos responsáveis pelo cadastramento da população no Programa;

III – o valor do benefício, que poderá ser de até R\$60,00 (sessenta reais), mensais;

IV – as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários; e

V – as formas de controle social do Programa.

Art. 3º A operação do Programa Bolsa-Renda fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**MENSAGEM Nº 81**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 30, de 13 de fevereiro de 2002, que "Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências".

Brasília, 13 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 12

Brasília, 7 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de medida provisória, que tem por objetivo instituir o Programa Bolsa-Renda para atender aos agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem, incluídos nos Municípios em estado de calamidade pública e situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal.

2. O desemprego rural, a falta de condições de sobrevivência, a frustração das safras, a carência de alimentos, dizimação dos rebanhos, redução da produção leiteira e o esgotamento das reservas hídricas são algumas das graves consequências advindas das secas que termina por deixar cada vez mais descapitalizado o pequeno produtor rural.

3. Com o objetivo de minimizar o impacto social negativo, decorrente das adversidades acima mencionadas, é que venho propor a implementação do Programa Bolsa- Renda.

4. São essas, Senhor Presidente, as considerações que ora submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Ney Suassuna**, Ministro de Estado da Integração Nacional.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 31, DE 2002

**MENSAGEM Nº 39, DE 2002-CN**

(Nº 97/2002, na origem)

**Abre crédito extraordinário, no valor global de R\$209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, no valor global de R\$209.600.000,00 (duzentos e nove milhões e seiscentos mil reais), em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos da anulação parcial

da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

ORGAO : 30000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 30117 - SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T	F T E VALOR
0128 MORAR MELHOR								1.204.000
		PROJETOS						
16 482	0128 3958	MELHORIA DAS CONDICÖES DE HABITABILIDADE						1.204.000
16 482	0128 3958 1587	MELHORIA DAS CONDICÖES DE HABITABILIDADE - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE GOIAS - GO						1.204.000
			F	4	P	40	0	100
								1.204.000
0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA								596.000
		PROJETOS						
15 451	0805 1951	ACOES DE REESTRUTURACAO URBANA. INTERLIGACAO DE AREAS URBANAS E DE ADEQUACAO DE VIAS						596.000
15 451	0805 1951 0673	ACOES DE REESTRUTURACAO URBANA. INTERLIGACAO DE AREAS URBANAS E DE ADEQUACAO DE VIAS - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE GOIAS - GO						596.000
			F	4	P	40	0	100
								596.000
TOTAL - FISCAL								1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.800.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T	F T E VALOR
0999 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								187.400.000



		OPERACOES ESPECIAIS							
23 846	0909 0737	COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE BONUS A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELETRICA, MP N. 4, DE 17/10/2001							187.400.000
23 846	0909 0737 0001	COMPLEMENTACAO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE BONUS A CONSUMIDORES RESIDENCIAIS DE ENERGIA ELETRICA, MP N. 4, DE 17/10/2001 - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							187.400.000
		F	3	P	90	0	100	187.400.000	
TOTAL - FISCAL								187.400.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								187.400.000	

ORGÃO : 51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO  
UNIDADE : 51101 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T E	VALOR
0414 MUNICIPALIZACAO DO TURISMO			2.200.000					
		PROJETOS						
23 695	0414 5367	RECUPERACAO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA E URBANA DE INTERESSE TURISTICO EM MUNICIPIOS						2.200.000
23 695	0414 5367 0101	RECUPERACAO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA E URBANA DE INTERESSE TURISTICO EM MUNICIPIOS - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE GOIAS - GO						2.200.000
		MUNICIPIO ATENDIDO (UNIDADE)	F	4	P	40	0	100
TOTAL - FISCAL			2.200.000					
TOTAL - SEGURIDADE			0					
TOTAL - GERAL			2.200.000					

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
UNIDADE : 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
6667 DEFESA CIVIL									18.200.000
		ATIVIDADES							
06 182	0667 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL							18.200.000
06 182	0667 4580 0859	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUDESTE							10.000.000
06 182	0667 4580 0861	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO NORTE	S	3	P	40	0	100	10.000.000 3.400.000
06 182	0667 4580 0863	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	S	3	P	40	0	100	3.400.000 1.000.000
06 182	0667 4580 0865	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO NORDESTE	S	3	P	40	0	100	1.000.000 1.800.000
06 182	0667 4580 0867	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	S	3	P	40	0	100	1.800.000 2.000.000
			S	3	P	40	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.200.000
TOTAL - GERAL									18.200.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R N P	M O D	I U D	F T E	VALOR	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									209.600.000	
OPERACOES ESPECIAIS										
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							209.600.000	
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	99	0	100	209.600.000	
TOTAL - FISCAL									209.600.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									209.600.000	

**MENSAGEM Nº 97**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 31 de 15 de fevereiro de 2002, que "Abre crédito extraordinário, no valor global de R\$209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica".

Brasília, 15 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$209.600.000,00 (duzentos e nove milhões e seiscentos mil reais), em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, conforme discriminado a seguir:

	R\$1,00
• Presidência da República	1.800.000
• Ministério de Minas e Energia	187.400.000
• Ministério do Esporte e Turismo	2.200.000
• Ministério da Integração Nacional	18.200.000
• <b>Total</b>	<b>209.600.000</b>

2. No tocante à Presidência da República e aos Ministérios do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, os recursos destinam-se a ações emergenciais de defesa civil, recuperação e reconstrução de obras de arte e infra-estrutura urbana em Municípios dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Pará e Tocantins, atingidos por inundações e desmoronamentos provocados pelas intensas precipitações pluviométricas, que deixaram inúmeros desabrigados, além do registro de mortes, prejuízos materiais e destruição de parte do patrimônio histórico, no caso da cidade de Goiás.

3. A participação do Governo Federal por meio do aporte de recursos se faz necessária, uma vez que a recuperação dos danos causados impõe custos que extrapolam a capacidade de intervenção das esferas de governo estadual e municipal e caracterizam despesas imprevisíveis e urgentes.

4. No que concede ao Ministério de Minas e Energia, o crédito destina-se a complementar recursos necessários à cobertura de gastos com a concessão de bônus individual a consumidores residenciais cujo consumo mensal de energia elétrica seja inferior à respectiva meta.

5. A referida complementação de recursos, autorizada pela Medida Provisória nº 4, de 17 de outubro de 2001, convertida na Lei nº 10.310, de 22 de novembro de 2001, visa a preservar o equilíbrio da conta especial mantida pelas concessionárias, na qual são contabilizados os valores faturados em decorrência da aplicação das sobretarifas de energia e as despesas com a concessão de bônus, de conformidade com o § 1º do art. 20 da Medida Provisória nº 2.198-5, de 24 de agosto de 2001, uma vez que os recursos arrecadados em muitos casos não têm sido suficientes para a cobertura das despesas. Cabe esclarecer que à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL compete a fiscalização das contas de cada concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e a definição do valor a ser repassado a cada uma delas.

6. O crédito em favor do Ministério de Minas e Energia viabilizará o pagamento de bônus a consumidores residenciais, preservando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A situação requer providências urgentes, visto que a concessão do bônus constitui incentivo à redução do consumo de energia elétrica, necessária à superação da atual crise, cujo impacto afeta a economia e pode trazer consequências sociais graves para o País.

7. O presente crédito está amparado nas disposições do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, e será atendido com recursos oriundos da anulação parcial da Reserva de Contingência.

8. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 32, DE 2002

**MENSAGEM Nº 40, DE 2002-CN**

(Nº 100/2002, na origem)

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 32  
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**

**Prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.**

O Presidente da República no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica prorrogada por trinta dias a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001.

Art. 2º O Poder Executivo poderá prorrogar por mais cento e cinquenta dias o prazo de que trata o art. 1º.

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições de que trata a Lei nº 10.309, de 2001.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

### MENSAGEM Nº 100

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 32, de 18 de fevereiro de 2002, que "Prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras".

Brasília, 18 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MF 00033 EMI MPV MD CC  
ATENTADOS TERRORISTAS

Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil e no exterior.

2. A Medida Provisória nº 2, de 24 de setembro de 2001, transformada na Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, autorizou a União a assumir as responsabilidades civis perante terceiros no caso de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior. Estabeleceu, ainda, que o montante global das assunções ficava limitado ao maior valor estabelecido pelos países estrangeiros nos quais operam empresas aéreas brasileiras, deduzido o montante coberto pelas seguradoras internacionais (no caso estipulado em US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). O Poder Executivo renovou essa cobertura por períodos de trinta dias, contados a partir das 00:00 horas do dia 25 de setembro de 2001, por meio dos Decretos nº

3.979, de 23 de outubro de 2001, nº 4.026, de 22 de novembro de 2001, nº 4.060, de 21 de dezembro de 2001, e nº 4.093, de 18 de janeiro de 2002, até o limite de cento e vinte dias, prazo máximo permitido pela Lei nº 10.309 supracitada.

3. À semelhança de outros Governos, a lei brasileira objetivou oferecer uma solução temporária para a falha de mercado no que se refere aos seguros supracitados para impedir a interrupção do transporte aéreo do país, que é um serviço público imprescindível aos usuários que necessitam se locomover por esse meio de transporte.

4. O último boletim da IATA, do dia 8 de janeiro de 2002, organização que reúne as empresas aéreas, mostra que a maioria dos governos dos países com grande fluxo de transporte aéreo continua assumindo os riscos temporariamente. Em geral, quase todos estão oferecendo cobertura por períodos de trinta dias, renovados de acordo com o andamento da segurança no cenário internacional. Até o momento, nenhum país que deu cobertura inicial deixou de prorrogar a assunção de riscos. Entre os países emergentes, apenas alguns estão assumindo riscos. Além do Brasil, estão assumindo riscos a China, o Egito, a Malásia, a Venezuela, a Jordânia, Israel, dentre outros. O México, por outro lado, preferiu fazer um empréstimo às companhias aéreas para que estas contratassem seguros diretamente no mercado internacional.

5. Vale frisar que, em 14 de dezembro de 2001, o Presidente do Conselho da ICAO, encaminhou aos governos dos países participantes daquela organização, carta (em anexo) onde recomenda que, se possível, os países devem atender a assunção dos riscos até que um mecanismo internacional seja organizado.

6. Em vista da situação no mercado segurador, o Conselho de Aviação Civil – CONAC, por meio da Resolução nº 001/2002, de 24 de janeiro de 2002, aprovou a proposta de assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros, no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras, nas mesmas condições previstas na Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001. Segundo decisão do Conac, a garantia será por prazo de até 30 dias, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, desde que não sejam criadas alternativas de mercado adequadas, conforme estabelecido em Decreto, até o limite de 180 dias, a contar do vencimento da Lei nº 10.309. Assim, o Conac propôs a edição de Medida Provisória com este objetivo, tendo em vista a exiguidade do prazo para a sua implementação.

7. O Conac determinou ainda que o Comando da Aeronáutica expedisse norma exigindo que as em-

presas aéreas que operam de acordo com o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA 121, e que possuam aeronaves com motores a reação com peso máximo de decolagem (PMD) superior a 40.000kg, comprovem a contratação de apólice de seguros, com cobertura para responsabilidade civil, contra risco de atentados terroristas e atos de guerra, perante terceiros, até um limite de, no mínimo, US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

8. A Medida Provisória que está sendo submetida à apreciação de Vossa Excelência tem a finalidade de impedir a interrupção do transporte aéreo do País, que é um serviço público, necessário aos usuários que necessitam se locomover por esse meio de transporte. Sugere-se que seja editada medida provisória respeitando-se os prazos definidos pelo Conac. Essa medida, de caráter eminentemente provisório, permitiria que as empresas aéreas brasileiras permanecessem operando até que se encontre uma solução definitiva para o tema. Vale frisar que o Grupo de Estudos Especial sobre Risco de Guerra da ICAO, atualmente em reunião em Montreal, está finalizando um estudo que objetiva equalizar e minimizar os custos de contratação de seguros aeronáuticos para os países integrantes dessa organização, preservando as condições concorrenciais do setor, o que poderá ser possível por meio da criação de um mecanismo internacional de "Mútua" envolvendo as próprias empresas aéreas, as quais garantirão coletivamente os seus riscos individuais quanto a danos civis a terceiros que venham a ser causados por suas aeronaves em casos de terrorismo e guerra.

Essas, Senhor Presidente, são as razões pelas quais submetemos a Vossa Excelência presente proposta de edição de Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda – **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil – **Geraldo Magela da Cruz Quintão**, Ministro de Estado da Defesa.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.309, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001

**Dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 33, DE 2002

**MENSAGEM Nº 41, DE 2002-CN**

(Nº 101/2002, na origem)

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 33  
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002**

**Dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

#### CAPÍTULO I Dos Sistemas

##### Seção I De Epidemiologia

Art. 1º O conjunto de ações e serviços de saúde, relativo à epidemiologia, prestado por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, distritais e municipais, constitui o Sistema Nacional de Epidemiologia.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, conceitua-se o Sistema Nacional de Epidemiologia como sendo um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos, das doenças e de outros agravos à saúde.

Art. 2º Compete à União, no âmbito do Sistema Nacional de Epidemiologia:

I – definir a política nacional de epidemiologia aplicada à saúde pública;

II – organizar, normatizar e gerir o Sistema Nacional de Epidemiologia;

III – definir, normatizar e coordenar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, nos aspectos relativos à epidemiologia aplicada à saúde pública; e

IV – executar ações de epidemiologia em circunstâncias especiais de risco, na ocorrência de agravos inusitados à saúde que suplante a capacidade de resposta do nível estadual do Sistema Único de Saúde – SUS ou que representem risco de disseminação nacional.

Art. 3º As competências da União previstas no art. 2º serão executadas:

I – pelo Ministério da Saúde, no que se refere à formulação da política de epidemiologia aplicada à saúde, bem como do acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Epidemiologia; e

II – pela Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, conforme estabelecido nesta Medida Provisória.

Art. 4º Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão, respectivamente, do componente estadual, distrital e municipal do Sistema Nacional de Epidemiologia, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as entidades privadas que atuem na área de saúde, fornecerão as informações pertinentes ao Sistema Nacional de Epidemiologia na forma e periodicidade estabelecidos pela APEC.

Art. 5º As ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Epidemiologia serão executadas de acordo com programação pactuada integrada, a ser periodicamente elaborada pelos gestores do Sistema, na forma que vier a ser disciplinada pela APEC.

## Seção II

### De Saúde Ambiental

Art. 6º O conjunto de ações e serviços relativos à saúde ambiental, prestado por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, distritais e municipais, constitui o Sistema Nacional de Saúde Ambiental.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, entende-se por saúde ambiental o conhecimento, a prevenção e o controle dos processos, influências e fatores físicos, químicos e biológicos que exerçam ou possam exercer, direta ou indiretamente, efeito sobre a saúde humana, em especial naqueles relacionados a:

I – saneamento para controle de agravos à saúde;

II – contaminantes ambientais;

III – melhorias habitacionais para controle de agravos à saúde;

IV – qualidade da água para consumo humano;

V – desastres naturais e acidentes com produtos perigosos;

VI – vetores, reservatórios e hospedeiros; e

VII – animais peçonhentos.

Art. 7º Compete à União, no âmbito do Sistema Nacional de Saúde Ambiental:

I – definir a política nacional de saúde ambiental;

II – organizar, normatizar e gerir o Sistema Nacional de Saúde Ambiental;

III – definir, normatizar e coordenar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, nos aspectos relativos a saúde ambiental; e

IV – executar ações de saúde ambiental em circunstâncias especiais de risco, na ocorrência de agravos inusitados à saúde que suplante a capacidade de resposta do nível estadual do SUS ou que representem risco de disseminação nacional.

Art. 8º As competências da União previstas no art. 7º serão executadas:

I – pelo Ministério da Saúde, no que se refere à formulação da política de saúde ambiental, bem como do acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Saúde Ambiental; e

II – pela APEC, conforme estabelecido nesta Medida Provisória.

Art. 9º Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão, respectivamente, do componente estadual, distrital e municipal do Sistema Nacional de Saúde Ambiental, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as entidades privadas que atuam na área de saúde, fornecerão as informações pertinentes ao Sistema Nacional de saúde Ambiental na forma e periodicidade estabelecidos pela APEC.

Art. 10. As ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Saúde Ambiental serão executadas de acordo com programação pactuada integrada, a ser periodicamente elaborada pelos gestores do Sistema, na forma que vier a ser disciplinada pela APEC.

## Seção III

### De Saúde Indígena

Art. 11. O conjunto de ações e serviços de saúde relativos ao atendimento às populações indígenas, integradas ao SUS e observadas as disposições contidas na Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, constitui o Sistema de Saúde Indígena.

Art. 12. Compete à União, no âmbito do Sistema de Saúde Indígena:

I – definir a política nacional de saúde indígena;

II – organizar, normatizar e gerir o Sistema de Saúde Indígena: e

III – financiar, com recursos próprios, e executar as ações de saúde indígena.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como outras instituições governamentais e não-governamentais, poderão atuar conjuntamente no financiamento e na execução das ações de saúde indígena.

Art. 13. As competências da União previstas no art. 12 serão executadas:

I – pelo Ministério da Saúde, no que se refere à formulação da política de saúde indígena, bem como do acompanhamento e avaliação do Sistema de Saúde Indígena; e

II – pela APEC, conforme estabelecido nesta Medida Provisória.

Art. 14. As ações de saúde indígena serão desenvolvidas de acordo com programação a ser periodicamente elaborada pela APEC, na forma estabelecida em regulamento.

## Capítulo II

### **Da Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças**

#### Seção I

#### **Da Criação**

Art. 15. Fica criada a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional.

Parágrafo único. A natureza autárquica conferida à APEC caracteriza-se por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, bem como nas suas decisões técnicas.

Art. 16. Caberá ao, Poder Executivo instalar a APEC, devendo a sua estrutura regimental, aprovada por decreto do Presidente da República, fixar-lhe a estrutura organizacional básica.

Parágrafo único. Constituída a APEC, com a publicação de sua estrutura regimental, ficará a autarquia, automaticamente, investida no exercício de suas competências.

Art. 17. A APEC terá por finalidade institucional a promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas de educação e de prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde, bem como em atendimento integral à saúde dos povos indígenas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

#### Seção II

#### **Das Competências**

##### Subseção I

#### **Da Área de Epidemiologia**

Art. 18. As competências da APEC na área de epidemiologia são:

I – propor a política nacional de epidemiologia aplicada à saúde pública;

II – organizar, gerir e definir procedimentos para operacionalização do Sistema Nacional de Epidemiologia;

III – exercer as competências e responsabilidades de autoridade sanitária federal previstas na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975;

IV – executar as ações de epidemiologia, de forma a complementar à atuação dos estados;

V – executar as ações de epidemiologia, de forma suplementar, em caráter excepcional, quando constatada insuficiência da ação estadual;

VI – definir as atividades, as metas e os recursos financeiros da programação pactuada integrada para a área de epidemiologia aplicada à saúde pública;

VII – prestar assessoria técnica a Estados, ao Distrito Federal e, excepcionalmente, a Municípios;

VIII – participar no financiamento das ações de epidemiologia, na forma definida em regulamento;

IX – prover insumos estratégicos, na forma definida em regulamento;

X – definir as doenças de notificação compulsória;

XI – definir e gerir os sistemas de informação epidemiológica;

XII – elaborar e divulgar análises epidemiológicas;

XIII – coordenar e promover as atividades de educação em saúde e mobilização social, de abrangência nacional e regional;

XIV – fomentar, coordenar e executar estudos e pesquisas aplicadas;

XV – executar, direta ou indiretamente, as atividades de epidemiologia a, quando direcionadas às populações indígenas, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

XVI – fomentar e executar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

XVII – fomentar a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

XVIII – supervisionar, controlar e fiscalizar a execução das ações previstas na programação pactuada integrada, incluindo a permanente avaliação dos sistemas estaduais de epidemiologia;

XIX – organizar, gerir e definir procedimentos para operacionalização da Rede Nacional de Laboratórios nos aspectos relativos à epidemiologia aplicada à saúde pública;

XX – coordenar o Programa Nacional de Imunizações, incluindo a definição das vacinas obrigatórias no País, as estratégias de implementação e normatização técnica sobre sua utilização;

XXI – normatizar as ações de epidemiologia dos postos de entrada de pessoas no território Nacional, meios de transporte e outros que possam ocasionar riscos à saúde da população; e

XXII – elaborar estudos epidemiológicos para o estabelecimento de prioridades na locação de recursos e na orientação programática das ações e serviços públicos de saúde.

#### Subseção II

##### **Da Área de Saúde Ambiental**

Art. 19. As competências da APEC na área de saúde ambiental são:

I – propor a Política Nacional de Saúde Ambiental;

II – participar na formulação e na implementação das políticas de:

a) saneamento; e

b) controle das agressões ao meio ambiente, que interfiram na saúde humana;

III – organizar, gerir e definir procedimentos para operacionalização do Sistema Nacional de Saúde Ambiental;

IV – monitorar a qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público;

V – fomentar o uso de tecnologias apropriadas de engenharia de saúde pública para prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde;

VI – executar as ações de saúde ambiental, de forma a complementar a atuação dos Estados;

VII – executar as ações de saúde ambiental, de forma suplementar, em caráter excepcional, quando constatada insuficiência da ação estadual;

VIII – participar junto a outros órgãos e entidades na definição de normas e mecanismos de controle que tenham repercussão na saúde humana;

IX – definir as atividades, as metas e os recursos financeiros da programação pactuada integrada para a área de saúde ambiental;

X – estabelecer os padrões máximos aceitáveis ou permitidos e os níveis de concentração no ar, na água e no solo, dos fatores e características que possam ocasionar danos à saúde humana;

XI – prestar assessoria técnica a Estados, ao Distrito Federal e, excepcionalmente, a Municípios;

XII – participar no financiamento das ações de saúde ambiental, na forma definida em regulamento;

XIII – definir e gerir os sistemas de informação em saúde ambiental;

XIV – elaborar e divulgar análises relativas à área de saúde ambiental;

XV – coordenar e promover as atividades de educação em saúde e mobilização social, de abrangência nacional e regional;

XVI – fomentar, coordenar e executar estudos e pesquisas aplicadas;

XVII – fomentar e executar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

XVIII – fomentar a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

XIX – supervisionar, controlar e fiscalizar a execução das ações previstas na programação pactuada integrada, incluindo a permanente avaliação dos sistemas estaduais de saúde ambiental;

XX – coordenar e definir procedimentos para operacionalização da Rede Nacional de Laboratórios nos aspectos relativos à saúde ambiental;

XXI – normatizar a vigilância ambiental em saúde nos postos de entrada de pessoas no território nacional, meios de transporte e outros que possam ocasionar riscos à saúde da população; e

XXII – participar do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e outros colegiados cuja atuação na área ambiental gere reflexos na saúde humana.

#### Subseção III

##### **Da Área de Saúde Indígena**

Art. 2º. As competências da APEC na área de saúde indígena são:

I – propor a Política Nacional de Saúde Indígena;

II – organizar, gerir e definir procedimentos para operacionalização do Sistema de Saúde Indígena, no âmbito do SUS;

III – coordenar, promover e executar, direta ou indiretamente, ações relativas à promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas, segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada comunidade, respeitados os aspectos étnicos e culturais;

IV – prover o atendimento integral à saúde dos povos indígenas;

V – participar junto a outros órgãos e entidades da definição de normas e mecanismos de controle que tenham repercussão na saúde indígena;

VI – fomentar e executar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

VII – fomentar a realização de estudos e pesquisas aplicadas;

VIII – implantar e manter sistemas e serviços de saneamento; e

IX – definir e gerir os sistemas de informações em saúde indígena.

### Seção III

#### Da Estrutura Organizacional

Art. 21. A APEC será dirigida por uma Diretoria, nos termos e quantitativo definidos em sua estrutura regimental, contando, ainda, com uma Procuradoria e uma Auditoria.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, indicados pelo Ministro de Estado da Saúde e nomeados pelo Presidente da República.

Art. 22. Compete ao Presidente:

I – exercer a administração da APEC;

II – representar legalmente a APEC;

III – nomear ou exonerar servidores;

IV – prover os cargos efetivos e comissionados;

V – exercer o poder disciplinar, nos termos da legislação em vigor;

VI – praticar todos os atos de gestão necessários ao alcance dos objetivos da APEC;

VII – assinar contratos, convênios e instrumentos similares, bem como ordenar despesas;

VIII – editar normas de competência da APEC;

IX – propor ao Ministro de Estado da Saúde as políticas e diretrizes governamentais destinadas a permitir à APEC o cumprimento de seus objetivos:

X – definir e aprovar o regimento interno, a área de atuação das unidades organizacionais e a estrutura executiva da APEC; e

XI – cumprir e fazer cumprir as normas relativas a epidemiologia aplicada à saúde pública, saúde ambiental e à saúde indígena.

### Seção IV

#### Da Gestão de Recursos Humanos

Art. 23. A gestão de recursos humanos da APEC observará o disposto nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. É vedado aos empregados, aos requisitados, aos ocupantes de cargos comissionados e aos dirigentes da APEC o exercício de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei.

Art. 24. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei específico, dispon-

do sobre a criação de empregos públicos para exercício na APEC.

Art. 25. Fica criado o Quadro de Pessoal Específico destinado a absorver, segundo quantitativos e critérios definidos pela APEC, servidores pertencentes ao quadro de pessoal:

I – da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA; e

II – do Ministério da Saúde e seus órgãos e entidades vinculadas que estavam em exercício na Funasa em 31 de dezembro de 2001.

§ 1º Fica limitada a três mil a soma dos cargos do Quadro de que trata este artigo e os dos empregos públicos de que trata o art. 24, quando providos.

§ 2º O ingresso no Quadro de Pessoal Específico será efetuado por redistribuição.

§ 3º Os servidores do Quadro de Pessoal Específico poderão ser redistribuídos para outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

§ 4º Os servidores da Funasa que não vierem a integrar o Quadro de Pessoal Específico serão redistribuídos, preferencialmente, para o quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

§ 5º Ficam asseguradas aos servidores integrantes do Quadro de Pessoal Específico as gratificações concedidas aos demais servidores do Ministério da Saúde.

Art. 26. Os ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-estrutura em Ciência e Tecnologia, quando no exercício de atividades inerentes às respectivas atribuições na APEC, fazem jus à Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, criada pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Art. 27. Ficam criados oitocentos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, assim distribuídos: um DAS-6; onze DAS-5; setenta e três DAS-4; cento e noventa e um DAS-3; trezentos e trinta e sete DAS-2; e cento e setenta e sete DAS-1.

Art. 28. Ficam criadas mil e duzentas Funções Comissionadas Técnicas – FCT, nos termos do art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, sendo: cento e cinco FCT 1; cento e trinta e duas FCT 2; cento e oitenta e nove FCT 3; duzentas e setenta e duas FCT 4; doze FCT 5; quinze FCT 6; vinte e duas FCT 7; trinta e duas FCT 8; quarenta e cinco FCT 9; sessenta e uma FCT 10; oitenta e uma FCT 11; cento e quatro FCT 12; e cento e trinta FCT 13.



## CAPÍTULO III

**Do Contrato de Gestão**

Art. 29. A administração da APEC observará contrato de gestão, firmado entre seu Presidente e os Ministros de Estado da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de cento e vinte dias seguintes à designação do Presidente da Agência.

Parágrafo único. O contrato de gestão estabelecerá os parâmetros para a administração interna da APEC, assim como os indicadores que permitam avaliar, objetivamente, a sua atuação administrativa e o seu desempenho.

## CAPÍTULO IV

**Do Patrimônio das Receitas e da Gestão Financeira**

Art. 30. Constituem patrimônio da APEC os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou os que venha a adquirir ou incorporar.

Art. 31. Constituem receitas da APEC:

I – as dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais;

III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV – os valores apurados na venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

V – o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

VI – os valores apurados em aplicações no mercado financeiro das receitas previstas neste artigo;

VII – a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VIII – quaisquer outros ingressos não especificados nos incisos I a VII deste artigo.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos II a VIII deste artigo serão creditados diretamente à APEC.

## CAPÍTULO V

**Da Emergência Epidemiológica**

Art. 32. Para efeito do disposto nesta Medida Provisória, entende-se por Emergência Epidemiológica a ocorrência de casos de doenças ou de outros agravos inusitados de etiologia conhecida ou desconhecida, de alto grau de transmissibilidade, patogenicidade e letalidade.

Art. 33. Nos casos de Emergência Epidemiológica, o Ministro de Estado da Saúde, por proposta do Presidente da APEC, poderá declarar Estado de Quarentena Federal, ressalvadas as hipóteses de decretação de Estado de Defesa e de Estado de Sítio.

§ 1º O Estado de Quarentena Federal terá prazo e área de abrangência definidos, podendo, se necessário, ser estendidos.

§ 2º O ato de que trata o **caput** considerada a gravidade dos riscos à saúde pública, poderá:

I – dispor sobre o isolamento de indivíduos, animais e comunidades em situação de risco;

II – dispor sobre a interdição de ambientes ou meios de transporte; e

III – determinar o acompanhamento médico de indivíduos e a necessidade destes se reportarem, periodicamente, à autoridade de epidemiologia.

Art. 34. Compete ao Presidente da APEC mobilizar os recursos e coordenar a implementação das ações que reduzam ou eliminem os riscos à saúde pública, observadas as condições estabelecidas para o Estado de Quarentena Federal.

Art. 35. A APEC implementará e manterá unidade de resposta rápida às emergências epidemiológicas;

§ 1º A unidade referida no **caput** deverá ter capacitação técnica e científica, de tecnologia, de mobilidade e de equipamentos adequados a sua missão para pronto emprego em todo território nacional.

§ 2º Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica poderão compor a unidade referida no **caput**, por solicitação do Presidente da APEC.

Art. 36. Para todos os efeitos legais, considera-se Estado de Quarentena Federal como estado de calamidade pública.

## CAPÍTULO VI

**Das Disposições Transitórias**

Art. 37. Constituída a APEC, com a publicação de sua estrutura regimental, ficará a Agência, automaticamente, investida no exercício de suas competências, e extinta a Funasa.

§ 1º Os bens móveis e imóveis da Funasa serão transferidos para a APEC, facultado ao Poder Executivo, após inventário supervisionado pela Agência, alienar o excedente ou doá-lo aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.

§ 2º Fica transferida a responsabilidade pelo pagamento de:

I – inativos e pensionistas da extinta Funasa ao Ministério da Saúde; e

II – servidores ativos da Funasa à APEC.

Art. 38. É o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir para a APEC o acervo técnico e documental, as obrigações, os direitos e as receitas da Funasa, necessários ao desempenho de suas funções:

II – remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários da Funasa para a APEC, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas previstos na Lei Orçamentária em vigor; e

III – sub-rogar contratos ou parcelas destes relativos à manutenção, à instalação e ao funcionamento da APEC.

## CAPÍTULO VII

### Da Contratação Temporária

Art. 39. São consideradas necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do art. 37 da Constituição, as atividades relativas à implementação, ao acompanhamento e à avaliação de projetos e programas de caráter finalístico na área de atuação da APEC, imprescindíveis à implantação da Agência.

§ 1º Fica a APEC autorizada a efetuar contratação temporária, para o desempenho das atividades de que trata o **caput** deste artigo, por prazo não excedente a trinta e seis meses.

§ 2º O quantitativo máximo das contratações temporárias deste artigo será definido, anualmente, em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a disponibilidade orçamentária.

§ 3º A remuneração do pessoal contratado temporariamente terá como referência valores definidos em ato conjunto da APEC e do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

## CAPÍTULO VIII

### Das Disposições Finais

Art. 40. A APEC poderá contratar especialistas para a execução de trabalhos nas áreas técnica, científica, administrativa, econômica e jurídica, por projetos ou prazos limitados, observada a legislação em vigor.

Art. 41. Nos primeiros vinte e quatro meses, a contar de sua instalação, a APEC poderá requisitar, com ônus, servidores de Órgãos e entidades públicos, independentemente da função ou atividade a ser exercida.

Parágrafo único. Durante o prazo previsto no **caput** deste artigo, a APEC poderá complementar a re-

muneração do servidor ou empregado requisitado, até o limite da remuneração do cargo efetivo ou emprego ocupado no órgão ou na entidade de origem, quando a requisição implicar redução dessa remuneração.

Art. 42. Ficam convalidadas, para efeito de exercício na APEC, as requisições de servidores efetuadas pela extinta Funasa.

Art. 43. Poderão ter exercício na APEC militares das Forças Armadas, a critério do respectivo Comandante de Força, por solicitação do Presidente da Agência.

Parágrafo único. Para fins de concessão de vantagens, prerrogativas e promoções, o período em que o militar permanecer na situação prevista no **caput** será considerado para todos os efeitos como de efetivo exercício militar.

Art. 44. As despesas decorrentes da implantação da APEC correrão à conta das dotações orçamentárias estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Art. 45. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

## MENSAGEM Nº 101

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 33, de 19 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, e dá outras providências.

Brasília, 19 de fevereiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Interministerial nº 421 MP/MS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiológica, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena e cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC.

2. A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA foi criada por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e, regulamentada pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, basicamente a partir da fusão da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública –

SUCAM e da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, que exerciam, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) controle de doenças transmitidas por vetores;
- b) implantação e operação de unidades de Saúde e de Sistemas de Saneamento; e
- c) desenvolvimento de pesquisas operacionais e epidemiológicas.

3. Além das competências absorvidas desses órgãos, também outras pertinentes a áreas do Ministério da Saúde foram transferidas à Funasa, como as da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde – SNABS e da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde – SNPES, conforme a seguir discriminado:

- a) Programa Nacional de Imunizações;
- b) Plano de Erradicação da Poliomielite;
- c) Programa Nacional de Zoonoses;
- d) Sistema de Vigilância Epidemiológica;
- e) Sistema de Informações sobre Mortalidade;
- f) Sistema de Laboratórios de Saúde Pública;
- g) Programa de Pneumologia Sanitária; e
- h) Programa de Dermatologia Sanitária.

4. Durante os primeiros anos, a Funasa desenvolveu suas atividades de forma centralizada e pouco sistêmica. Esse período caracterizou-se pelo desenvolvimento de ações pontuais, setoriais e desarticuladas. Essa realidade, aliada às diferenças culturais das organizações que a originaram, dificultava sua integração ao Sistema Único de Saúde – SUS.

5. A partir de 1999, iniciou-se um processo de reestruturação da Fundação Nacional de Saúde, quando uma série de medidas foram adotadas, visando o redirecionamento da organização, que culminou com a publicação da Portaria MS nº 1.399, de 1999, que regulamentou o processo de descentralização das ações de epidemiologia e controle de doenças.

6. Como balanço final desse processo, a Funasa cedeu para Estados, Distrito Federal e Municípios a quase totalidade dos seus bens móveis e imóveis, alocados para execução das ações de epidemiologia e controle de doenças, bem como reduziu o quantitativo de pessoal, efetivo e contratado, em exercício em suas diversas Unidades, de 44.222 para 6.564 servidores (redução de 85.3%), da seguinte forma:

a) 25.421 servidores cedidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, que vinham atuando nas ações de controle de endemia;

b) 6.237 servidores cedidos aos Municípios onde a Funasa possuía unidades de saúde, oficinas

de saneamento e administrava os serviços autônomos de água e esgoto; e

c) não renovação dos contratos temporários de, aproximadamente, 6.000 profissionais que atuavam na execução de atividades de controle de endemias no estado do Rio de Janeiro e em saúde indígena nos estados de Roraima e Amazonas.

7. Ainda em 1999, o Governo Federal transferiu da Fundação Nacional do Índio – FUNAI para a Funasa a responsabilidade pela execução das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de toda a população indígena, cerca de 360 mil índios. Nesses quase três anos foram estruturados 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, com a alocação de 5.805 profissionais de saúde que hoje atuam diretamente com os silvícolas.

8. Concluída a etapa inicial de reestruturação da Funasa, partimos, agora, para o desafio maior de consolidar definitivamente sua missão institucional de "ser uma agência de excelência na promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas de educação e de prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde, bem como em atendimento integral à saúde dos povos indígenas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população".

9. As medidas administrativas que poderiam ser adotadas no âmbito de uma fundação pública foram implementadas. No entanto, ainda são necessárias outras que possam melhorar o processo de gestão e que possibilitem a excelência no atendimento às necessidades da população em relação a promoção e proteção à saúde.

10. Assim, para a melhoria do desempenho do gestor federal dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, entendemos necessário um novo modelo de organização. Este modelo é o de Agência Executiva, estruturada na forma de autarquia especial, conforme preconizado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, possibilitando a solução adequada das seguintes questões:

a) estruturação de carreira própria com perfil e remuneração adequados ao desempenho da missão institucional;

b) flexibilização na contratação de pessoal;

c) modelo gerencial caracterizado por ações voltadas para resultados, formalizado por intermédio de contrato de gestão;

d) maior autonomia e flexibilidade de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de servi-

ços e de adequação permanente da estrutura regimental; e

**e)** maior agilidade e melhor capacidade de resposta na aquisição, armazenagem e distribuição, com o necessário controle de qualidade, de insumos estratégicos, tais como: vacinas, soros, inseticidas e kits para diagnóstico de doenças, para suprimento das necessidades em todo o País.

11. Pelos motivos apresentados, estamos propondo o presente Projeto de Lei, em decorrência da relevância para a saúde pública, cujo texto contempla, dentre outros, os seguintes aspectos:

**a)** estruturação dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena;

**b)** criação da Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças, dando condições efetivas ao pleno exercício de todas as atribuições federais dos referidos Sistemas;

**c)** institucionalização da programação pactuada integrada entre os gestores do Sistema Único de Saúde, como instrumento de planejamento e acompanhamento das metas e atividades nas áreas de epidemiologia e saúde ambiental;

**d)** direcionamento das ações e serviços de saneamento para prevenção e controle de doenças, com base na situação epidemiológica do País;

**e)** adoção de instrumentos adequados para enfrentar os atuais problemas de saúde pública e os desafios postos pelo fenômeno mundial de emergências e reemergências de doenças, tendo como um dos instrumentos a instituição do Estado de Quarentena Federal;

**f)** aperfeiçoamento da capacidade de análise da situação de saúde do País que subsidie o processo de tomada de decisões, a hierarquização de prioridades e avaliação do impacto de políticas e programas de saúde; e

**g)** estabelecimento de contrato de gestão com os Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão para programação, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados.

12. Reafirmamos que o atendimento a esta demanda é de vital importância para a saúde pública do Brasil, principalmente pela necessidade de possuímos um órgão capacitado a responder rapidamente às emergências epidemiológicas e, em especial, nas seguintes situações:

**a)** epidemias que ultrapassem os limites de uma unidade federada;

**b)** epidemias de doenças emergentes;

**c)** introdução de vetor e/ou agente infeccioso eradicado ou não existente no País;

**d)** expansão de epidemias para áreas sem ocorrências anteriores; e

**e)** enchentes, secas e outras calamidades e/ou desastres relevantes em saúde pública, quando demonstrada a insuficiência da ação do município e/ou do estado.

13. O Projeto prevê, ainda, a criação de 800 cargos comissionados do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e 1.200 Funções Comissionadas Técnicas – FCT, que serão alocados à Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças mediante decreto.

14. A despesa anual estimada para 2002, com a vigência desta Lei, é da ordem de R\$24 milhões. Para fazer frente a esta despesa adicional, estará sendo colocado à disposição, para remanejamento, dotações dos Projetos “4.383 – Vacinação da População” e “4425 – Controle de Doenças Endêmicas” do orçamento da Fundação Nacional de Saúde. Cabe ressaltar que este remanejamento não devesse comprometer as metas dos referidos Projetos para 2002, considerando que foi possível antecipar algumas ações ainda durante o exercício de 2001.

15. Para os exercícios financeiros de 2003 e subsequentes, a despesa deverá correr à conta das dotações orçamentárias estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

16. Senhor Presidente, nesses últimos meses estamos presenciando a existência de situações reais e potenciais de riscos à saúde pública: (i) o quadro epidemiológico registrado neste início de ano em alguns estados brasileiros caracteriza-se pela eclosão de uma epidemia de Dengue, basicamente, pela introdução no país de novo sorotipo do vírus causador da doença, o que gera riscos de disseminação nacional; (ii) o surgimento de vírus emergentes como o Ebola e de outros que possam vir ameaçar a saúde da população brasileira; e (iii) o risco de uso intencional de agentes químicos e biológicos, em especial do altamente letal vírus da varíola, deixou de ser uma ameaça para tornar-se realidade desde os atentados de 11 de setembro do ano passado. O enfrentamento a todas estas situações pressupõe a existência de órgão federal estruturado e tecnicamente preparado para resposta tempestiva a situações de emergência epidemiológica.

17. Essas, Senhor Presidente, são as razões que envolvem a matéria e justificam a presente pro-

posta que ora submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência, informando, ainda, que a matéria é de relevante interesse público, cuja urgência mereceria avaliação quanto à conveniência da edição de Medida Provisória, nos termos do Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão – **José Serra**, Ministro de Estado da Saúde.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.259, DE 30 DE OUTUBRO DE 1975

**Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.**

LEI Nº 9.836, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999

**Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

**Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

**Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.**

#### FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS

Art 58. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Comissionadas Técnicas – FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

§ 1º As Funções Comissionadas Técnicas destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, constantes do Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1º desta Medida Provisória.

§ 2º O servidor, investido nas Funções Comissionadas a que se refere o **caput** deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos aos limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994:

I – a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II – a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III – a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelecido no Anexo XIII.

§ 3º Para fins de cálculo da parcela variável a que se refere o § 2º, será considerada como remuneração a definida no inciso III do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 4º As Funções Comissionadas Técnicas não são cumulativas com os cargos em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995, com as Funções Gratificadas, criadas pelo art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, com as Gratificações de Representação da Presidência da República e dos órgãos que a integram com os cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata o art. 1º da Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998, e com os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e Técnicos a que se refere a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 5º A Função Comissionada Técnica a que se refere este artigo, caracterizada pela complexidade e responsabilidade, somente poderá ser ocupada por servidor com qualificação, capacidade e

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O D	F U T E	VALOR
0667 DEFESA CIVIL									5.000.000
		ATIVIDADES							
06 182	0667 4580	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL							5.000.000
06 182	0667 4580 0859	ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUDESTE							5.000.000
			S	4	P	40	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.000.000
TOTAL - GERAL									5.000.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO  
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA ( JUROS E AMORTIZACOES)								
								800.000.000
28 843	0905 0455	OPERACOES ESPECIAIS						
28 843	0905 0455 0001	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA						800.000.000
28 843	0905 0455 0001	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL	F	6	F	90	0 100	800.000.000
TOTAL - FISCAL								800.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								800.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA								5.000.000
99 999	0999 0999	OPERACOES ESPECIAIS						5.000.000
99 999	0999 0999 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA						5.000.000
99 999	0999 0999 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	F	99	0 100	5.000.000
TOTAL - FISCAL								5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								5.000.000

## MENSAGEM Nº 151

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 34, de 6 de março de 2002, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R\$805.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 6 de março de 2002. – **Marco Maciel**.

EM nº 59/MP

Brasília, 5 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor global de R\$805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional.

2. O crédito proposto destina-se a atender a despesas imprevisíveis e urgentes relacionadas ao aumento do capital social da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 3.900, de 29 de agosto de 2001, no valor de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), com o objetivo de implementar medidas emergenciais para a superação da crise de energia que atinge o País, e a ações emergenciais de defesa civil em decorrência das enchentes ocorridas no Estado de Minas Gerais, no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

3. Dentre as medidas para a superação da crise de energia, incluem-se a contratação de energia em caráter emergencial e a compra de recebíveis oriundos da venda de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, objetivando restabelecer a normalidade do abastecimento de energia elétrica no presente exercício, o que implicará substancial aumento do bem-estar social e alívio ao setor produtivo nacional, especialmente enquanto não se concretizarem os investimentos de longo prazo que irão reequilibrar a oferta e a demanda de energia.

4. A situação requer providências urgentes, visto que a crise de energia tem forte impacto na economia do País e poderá trazer consequências sociais graves. O crédito proposto minimizará os efeitos da crise por meio da implementação das ações a cargo da CBEE, sobretudo a compra de recebíveis das usinas do Programa Prioritário de Termoeletricidade – PPT, estimada em R\$600 milhões, as quais, sem a li-

quidação do MAE, não obterão receita para arcarem com suas necessidades financeiras referentes aos custos operacionais, tornando inviável o seu funcionamento.

5. O crédito permitirá ao MME atender à necessidade imediata de aporte de capital em favor da CBEE com recursos originalmente destinados à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – DPMF, cujo montante recompor-se-á à medida que se fizer necessário, mediante a utilização de fonte vinculada à DPMF originária de superávit financeiro, tão logo seja apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2001.

6. Com relação às ações de defesa civil, os recursos destinam-se às obras de reconstrução e atendimento à população civil no Município de Teófilo Otoni e cidades vizinhas, visando a minimizar as consequências das enchentes que atingiram aquela localidade no mês de fevereiro último em decorrência de fortes precipitações pluviométricas.

7. Ressalte-se que, no caso do aumento de capital, o crédito não afetará as metas consolidadas de resultado primário da União estabelecidas para o corrente exercício, já que a transferência de recursos fiscais para a CBEE, que no primeiro momento impacta o fluxo fiscal, será compensada mediante o ingresso de receitas no seu caixa, ainda no segundo semestre de 2002, em razão da expectativa de pleno funcionamento do MAR.

8. O presente crédito está amparado nas disposições do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, e será atendido com recursos ordinários do Tesouro Nacional, oriundos dos cancelamentos parciais de dotações consignadas ao pagamento da DPMF e à Reserva de Contingência.

9. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

#### **MENSAGEM Nº 51, DE 2002-CN**

(Nº 190/2002, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995 – CN, indico o Senhor Deputado Ricardo Barros para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional.

Brasília, 26 de março de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 35, DE 2002**

#### **MENSAGEM Nº 52, DE 2002-CN**

(Nº 198/2002, na origem)

#### **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2002, após a aplicação dos percentuais de nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento, a título de reajuste, e um inteiro e cinquenta centésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais), o salário mínimo será de R\$200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$6,67 (seis reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$0,91 (noventa e um centavos).

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de março de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

#### **MENSAGEM Nº 198**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o texto da Medida Provisória nº 35, de 27 de março de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências.

Brasília, 27 de março de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Interministerial nº 11

Brasília, 26 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Submetemos à consideração de Vossa Excelência a presente proposta de Medida Provisória, elevando o salário mínimo para R\$200,00, a partir de 1º de abril de 2002.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, essa medida é resultado de acordo entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, estabelecido durante o processo de tramitação do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2002 – LOA/2002. Os efeitos



fiscais desta medida já estão, pois, incorporados na referida Lei.

3. O aumento ora proposto para o salário mínimo deverá representar um acréscimo nominal de 11,11%, sendo 1,50% a título de ganho real no poder de compra dos trabalhadores e dos aposentados do INSS que têm seus benefícios a ele vinculados, uma vez que a estimativa para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de abril/2001 a março/2002, é de 9,47%, levando-se em conta uma projeção de 0,390% para o mês de março/2002. Na verdade, se tomarmos como base de comparação o ano de 1994, a implementação da presente medida concretizará um ganho do poder de compra do salário mínimo, nos últimos oito anos, da ordem de 42,37% em relação ao INPC.

4. Somente no âmbito da previdência e assistência social, este aumento beneficiará, diretamente, 13,6 milhões de pessoas; 11,5 milhões de beneficiários da previdência social e 2,1 milhões da assistência social. Tendo em vista que para cada beneficiário direto estima-se que existam 2,5 indiretos, a medida acarretará ganhos para um contingente de 47,4 milhões pessoas. No âmbito dos programas atinentes à proteção e à assistência ao trabalhador, o aumento ora proposto terá um impacto positivo direto para cerca de cinco milhões de beneficiários do seguro-desemprego e de aproximadamente seis milhões de beneficiários do abono salarial, totalizando onze milhões de beneficiários diretos desses programas.

5. Em suma, o aumento do poder de compra assegurado ao salário mínimo, no governo de Vossa Excelência, é o mais expressivo dos últimos quarenta anos no Brasil, e contribuiu, juntamente com a queda da inflação e o fim do imposto inflacionário para que, nesse período, ocorresse significativa redução do número de pobres na população brasileira. Conforme estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, entre 1993 e 1999, o nível de pobreza da população caiu de 41,7% para 34%. Caso fossem excluídas as transferências de recursos feitas por intermédio do sistema previdenciário e assistencial, o nível de pobreza em 1999 seria de 45,3%. Ou seja, 18 milhões de pessoas vivem atualmente acima da linha da pobreza graças às políticas públicas de previdência e assistência social.

6. Por outro lado, é notório que alterações do salário mínimo têm repercussões importantes sobre as contas públicas. Conforme o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a elevação real do salário mínimo caracteriza-se como elevação de despesa obrigatória de caráter continuado, que deve ser compen-

sada por aumento permanente de receita ou redução também permanente de despesa. Ressalte-se, a propósito, que o § 1º, III, art. 24 dessa Lei dispensa da mencionada compensação a parcela do aumento do benefício correspondente à preservação do seu valor real. No que se refere à parcela do aumento real, a compensação já ocorreu em face do correspondente corte de despesas, quando da aprovação da LOA/2002.

7. Assim, Senhor Presidente, asseguradas as compensações determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, submetemos à apreciação de Vossa Excelência a presente Medida Provisória, que, ao aumentar o salário mínimo para R\$200,00, dará ensejo a mais um passo importante na redução da pobreza e da desigualdade social em nosso País, objetivo maior e permanente do governo de Vossa Excelência.

8. É de se lembrar, por fim, que permanece em vigor a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, proposta pelo Poder Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional, a qual permite aos Estados e ao Distrito Federal instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7 da Constituição Federal de 1988, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.

Estas são, Senhor Presidente, as razões que submetemos a Vossa Excelência para propor a Medida Provisória que eleva o salário mínimo para R\$200,00, a partir de 1º de abril de 2002.

Respeitosamente, – **Pedro Malan**, Ministro de Estado da Fazenda – **Francisco Dornelles**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **José Cechin**, Ministro Interino de Estado da Previdência e Assistência Social.

#### MENSAGEM Nº 56, DE 2002-CN

(Nº 222/2002, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995 – CN, indico o Senhor Deputado Arthur Virgílio para exercer a função de Líder do Governo no Congresso Nacional.

Brasília, 3 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – As mensagens lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, vetos presidenciais que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Amaral.

São lidos os seguintes:

## VETO PARCIAL Nº 38, DE 2001

**APOSTO AO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 1989**  
(Nº 189/1991, na Câmara dos Deputados)

**MENSAGEM Nº 747/2001-CN**  
(Nº 1.269/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 294, de 1989 (nº 189/91 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou sobre os dispositivos a seguir vetados:

Art. 29.

“Art. 29. No caso de acidentes nucleares ou radiológicos que exijam a construção de depósitos provisórios, o Poder Executivo deverá consignar crédito extraordinário à CNEN para fazer face às despesas decorrentes da construção dos depósitos provisórios.”

**Razões do veto**

“A esse dever, a essa obrigação do Poder Executivo consignar crédito extraordinário contrapõe-se o disposto no § 3º do art. 167, combinado com o art. 62 da nossa Carta Constitucional.”

“Art. 167. São vedados:

.....  
§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisoria, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

.....

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3;

.....“

Evidente, face aos preceitos constitucionais, que constitui prerrogativa privativa do Presidente da República o juízo da oportunidade de instituir crédito extraordinário, sendo vedado ao Poder Legislativo estabelecer hipóteses obrigatórias da sua instituição.”

Art. 38.

“Art. 38. É o Poder Executivo autorizado a enviar no prazo de 90 (noventa) dias projeto de lei para criação do Fundo de Gestão de Rejeitos Nucleares, visando a manutenção dos depósitos e pagamentos de compensação a Municípios no período após o encerramento da operação das instalações geradoras de rejeitos.”

**Razões do veto:**

“Necessário observar que a essência do postulado da independência entre os poderes busca resguardar a harmonia da relação entre os mesmos e cujos princípios são alicerçados em conceitos fundamentais proclamados pela Constituição com assento no art. 2º da Carta Política.

Assim, não se revela cabível a estipulação de autorização para que o Executivo possa encaminhar projeto de lei sobre matéria a respeito da qual estará sempre autorizado, uma vez que não existe restrição constitucional, muito menos a fixação de prazo para que o Executivo envie projeto de lei como quer o projetado, posto que nem mesmo em se tratando de matéria de sua iniciativa privativa a Constituição estabeleceu limites temporais.

Portanto, o presente projeto estabelece especificidades de regramentos a Outro Poder o que assinala clara e flagrante afronta aos preceitos constitucionais da separação dos poderes.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*)PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 294, DE 1989**

(Nº 189/1991, na Câmara dos Deputados)

**Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I****Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para o destino final dos rejeitos radioativos produzidos em território nacional, incluídos a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos radioativos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, adotar-se-á a nomenclatura técnica estabelecida nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

Art. 2º A União, com base nos arts. 21, inciso XXIII, e 22, inciso XXVI, da Constituição Federal, por meio da CNEN, no exercício das competências que lhe são atribuídas pela Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, modificada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989, é responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos produzidos em território nacional.

Art. 3º São permitidas a instalação e a operação dos seguintes tipos de depósitos de rejeitos radioativos:

- I – depósitos iniciais;
- II – depósitos intermediários;
- III – depósitos finais.

Art. 4º Os depósitos iniciais, intermediários e finais serão construídos, licenciados, administrados e operados segundo critérios, procedimentos e normas estabelecidos pela CNEN, vedado o recebimento nos depósitos finais de rejeitos radioativos na forma líquida ou gasosa.

§ 1º Os depósitos iniciais utilizados para o armazenamento de rejeitos nas instalações de extração ou de beneficiamento de minério poderão ser convertidos em depósitos finais, mediante expressa autorização da CNEN.

§ 2º Nos casos de acidentes radiológicos ou nucleares, excepcionalmente, poderão ser construídos

depósitos provisórios, que serão desativados, com a transferência total dos rejeitos para depósito intermediário ou depósito final, segundo critérios, procedimentos e normas especialmente estabelecidos pela CNEN.

**CAPÍTULO II****Da Seleção de Locais para Depósitos de Rejeitos Radioativos**

Art. 5º A seleção de locais para depósitos iniciais obedecerá aos critérios estabelecidos pela CNEN para a localização das atividades produtoras de rejeitos radioativos.

Art. 6º A seleção de locais para instalação de depósitos intermediários e finais obedecerá aos critérios, procedimentos e normas estabelecidos pela CNEN.

Parágrafo único. Os terrenos selecionados para depósitos finais serão declarados de utilidade pública e desapropriados pela União, quando já não forem de sua propriedade.

Art. 7º É proibido o depósito de rejeitos de quaisquer naturezas nas ilhas oceânicas, na plataforma continental e nas águas territoriais brasileiras.

**CAPÍTULO III****Da Construção de Depósitos de Rejeitos Radioativos**

Art. 8º O projeto, a construção e a instalação de depósitos iniciais de rejeitos radioativos são de responsabilidade do titular da autorização outorgada pela CNEN para operação da instalação onde são gerados os rejeitos.

Art. 9º Cabe à CNEN projetar, construir e instalar depósitos intermediários e finais de rejeitos radioativos.

Parágrafo único. Poderá haver delegação dos serviços previstos no **caput** a terceiros, mantida a responsabilidade integral da CNEN.

**CAPÍTULO IV****Do Licenciamento e da Fiscalização dos Depósitos**

Art. 10. A responsabilidade pelo licenciamento de depósitos iniciais, intermediários e finais é da CNEN no que respeita especialmente aos aspectos referentes ao transporte, manuseio e armazenamento de rejeitos radioativos e à segurança e proteção radiológica das instalações, sem prejuízo da licença ambiental e das demais licenças legalmente exigíveis.

Art. 11. A fiscalização dos depósitos iniciais, intermediários e finais será exercida pela CNEN, no campo de sua competência específica, sem prejuízo do exercício por outros órgãos de atividade de fiscalização prevista em lei.

#### CAPÍTULO V

##### **Da Administração e Operação dos Depósitos**

Art. 12. Constituem obrigações do titular da autorização para operar a atividade geradora dos rejeitos a administração e a operação de depósitos iniciais.

Art. 13. Cabe à CNEN a administração e a operação de depósitos intermediários e finais.

Parágrafo único. Poderá haver delegação dos serviços previstos no **caput** a terceiros, mantida a responsabilidade integral da CNEN.

#### CAPÍTULO VI

##### **Da Remoção dos Rejeitos**

Art. 14. A remoção de rejeitos de depósitos iniciais para depósitos intermediários ou de depósitos iniciais para depósitos finais é da responsabilidade do titular da autorização para operação da instalação geradora dos rejeitos, que arcará com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes.

Parágrafo único. A remoção de rejeitos prevista, no **caput** será sempre precedida de autorização específica da CNEN.

Art. 15. A remoção de rejeitos dos depósitos intermediários para os depósitos finais é de responsabilidade da CNEN, que arcará com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes.

Parágrafo único. Poderá haver delegação do serviço previsto no **caput** a terceiros, mantida a responsabilidade integral da CNEN.

#### CAPÍTULO VII

##### **Dos Custos dos Depósitos de Rejeitos Radioativos**

Art. 16. O titular da autorização para a operação da instalação geradora de rejeitos arcará integralmente com os custos relativos à seleção de locais, projeto, construção, instalação, licenciamento, administração, operação e segurança física dos depósitos iniciais.

Art. 17. A CNEN arcará com os custos relativos à seleção de locais, projeto, construção, instalação, licenciamento, administração, operação e segurança física dos depósitos intermediários e finais.

Parágrafo único. A CNEN poderá celebrar com terceiros convênios ou ajustes de mútua cooperação

relativos à efetivação total ou parcial do que trata o **caput**, não se isentando, com isso, de sua responsabilidade.

Art. 18. O serviço de depósito intermediário e final de rejeitos radioativos terá seus respectivos custos indenizados à CNEN pelos depositantes, conforme tabela aprovada pela Comissão Deliberativa da CNEN, a vigorar a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação no **Diário Oficial da União**.

§ 1º Para a elaboração da tabela referida no **caput** a Comissão Deliberativa levará em conta, entre outros, os seguintes fatores:

I – volume a ser depositado;

II – ativo isotópico do volume recebido;

III – custo de licenciamento, da construção, da operação, da manutenção e da segurança física do depósito.

§ 2º São dispensados do pagamento dos custos de que trata o **caput** os projetos vinculados à Defesa Nacional.

#### CAPÍTULO VIII

##### **Da Responsabilidade Civil**

Art. 19. Nos depósitos iniciais, a responsabilidade civil por danos radiológicos pessoais, patrimoniais e ambientais causados por rejeitos radioativos neles depositados, independente de culpa ou dolo, é do titular da autorização para operação daquela instalação.

Art. 20. Nos depósitos intermediários e finais, a responsabilidade civil por danos radiológicos pessoais, patrimoniais e ambientais causados por rejeitos radioativos neles depositados, independente de culpa ou dolo, é da CNEN.

Art. 21. No transporte de rejeitos dos depósitos iniciais para os depósitos intermediários ou de depósitos iniciais para os depósitos finais, a responsabilidade civil por danos radiológicos pessoais, patrimoniais e ambientais causados por rejeitos radioativos é do titular da autorização para operação da instalação que contem o depósito inicial.

Art. 22. No transporte de rejeitos dos depósitos intermediários para os depósitos finais, a responsabilidade civil por danos radiológicos pessoais, patrimoniais e ambientais causados por rejeitos radioativos é da CNEN.

Parágrafo único. Poderá haver delegação do serviço previsto no **caput** a terceiros, mantida a responsabilidade integral da CNEN.

## CAPÍTULO IX

### Das Garantias

Art. 23. As autorizações para operação de depósitos iniciais, intermediários ou finais condicionam-se à prestação das garantias previstas no art. 13 da Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977.

Art. 24. Para a operação e o descomissionamento de depósitos iniciais e de intermediários e finais, caso estes estejam sendo operados por terceiros, o titular da autorização para operação da instalação deverá oferecer garantia para cobrir as indenizações por danos radiológicos causados por rejeitos radioativos.

Art. 25. Nos depósitos intermediários e finais, caso sejam operados por terceiros, consoante o art. 13 desta Lei, o prestador de serviços deverá oferecer garantia para cobrir as indenizações por danos radiológicos.

## CAPÍTULO X

### Dos Direitos Sobre os Rejeitos Radioativos

Art. 26. Pelo simples ato de entrega de rejeitos radioativos para armazenamento nos depósitos intermediários ou finais, o titular da autorização para operação da instalação geradora transfere à CNEN todos os direitos sobre os rejeitos entregues.

## CAPÍTULO XI

### Dos Depósitos Provisórios

Art. 27. Nos casos de acidentes nucleares ou radiológicos, a CNEN, a seu exclusivo critério, considerada a emergência enfrentada, poderá determinar a construção de depósitos provisórios para o armazenamento dos rejeitos radioativos resultantes.

Art. 28. A seleção do local, projeto, construção, operação e administração dos depósitos provisórios, ainda que executadas por terceiros devidamente autorizados, são de exclusiva responsabilidade da CNEN.

§ 1º A fiscalização dos depósitos provisórios será exercida pela CNEN, no campo de sua competência específica, sem prejuízo do exercício por outros órgãos de atividade de fiscalização prevista em lei.

§ 2º Os custos relativos aos depósitos provisórios, inclusive os de remoção de rejeitos e descomissionamento, são de responsabilidade da CNEN.

Art. 29. *No caso de acidentes nucleares ou radiológicos que exijam a construção de depósitos provisórios, o Poder Executivo deverá consignar crédito extraordinário à CNEN para fazer face às despesas decorrentes da construção dos depósitos provisórios.*

Art. 30. O Estado em cujo território ocorrer o acidente e conseqüente instalação do depósito provisó-

rio será responsável pelo fornecimento de guarda policial para a garantia da segurança física e inviolabilidade do referido depósito.

Art. 31. A responsabilidade civil por danos radiológicos pessoais, patrimoniais e ambientais causados por rejeitos nos depósitos provisórios ou durante o transporte do local do acidente para o depósito provisório e deste para o depósito final é da CNEN.

Parágrafo único. A responsabilidade civil pelos danos radiológicos causados por rejeitos armazenados em depósito provisório decorrente de falha na segurança física é do Estado.

## CAPÍTULO XII

### Disposições Gerais

Art. 32. A responsabilidade civil por danos decorrentes das atividades disciplinadas nesta lei será atribuída na forma da Lei nº 6.453, de 1977.

Art. 33. É assegurado à CNEN o direito de regresso em relação a prestadores de serviço na hipótese de culpa ou dolo destes.

Art. 34. Os Municípios que abriguem depósitos de rejeitos radioativos, sejam iniciais, intermediários ou finais, receberão mensalmente compensação financeira.

§ 1º A compensação prevista no **caput** deste artigo não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) dos custos pagos à CNEN pelos depositantes de rejeitos nucleares.

§ 2º Caberá à CNEN receber e transferir aos Municípios mensalmente os valores previstos neste artigo, devidos pelo titular da autorização para operação da instalação geradora de rejeitos.

§ 3º Nos depósitos iniciais e intermediários, onde não haja pagamentos previstos no § 1º deste artigo, o titular da autorização da operação da instalação geradora de rejeitos pagará diretamente a compensação ao Município, em valores estipulados pela CNEN, levando em consideração valores compatíveis com a atividade da geradora e os parâmetros estabelecidos no § 1º do art. 18 desta lei.

Art. 35. Os órgãos responsáveis pela fiscalização desta lei enviarão anualmente ao Congresso Nacional relatório sobre a situação dos depósitos de rejeitos radioativos.

Art. 36. É proibida a importação de rejeitos radioativos.

## CAPÍTULO XIII

### Disposições Transitórias

Art. 37. A CNEN deverá iniciar estudos para a seleção de local, projeto, construção e licenciamento para a entrada em operação normais com espaço de

tempo tecnicamente viável, de um depósito final de rejeitos radioativos em território nacional.

Parágrafo único. Para atingir o objetivo fixado no **caput**, a CNEN deverá receber dotação orçamentária específica.

Art. 38. É o Poder Executivo autorizado a enviar no prazo de 90 (noventa) dias projeto de lei para criação do Fundo de Gestão de Rejeitos Nucleares, visando a manutenção dos depósitos e pagamentos de compensação a Municípios no período após o encerramento da operação das instalações geradoras de rejeitos.

Art. 39. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Em destaque as partes vetadas.

VETO TOTAL Nº 39, DE 2001

#### APOSTO AO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1996

(Nº 3.162/1997, na Câmara dos Deputados)

#### MENSAGEM Nº 749/2001-CN

(Nº 1.294/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 179, de 1996 (nº 3.162/97 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou

“Inicialmente convém lembrar que a Portaria nº 475, de 31 de agosto de 2001, da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, que regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre nascidos vivos para o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, institui a Declaração de Nascidos Vivos, documento padrão de uso obrigatório em todo o País (art. 6º). No caso de partos hospitalares, a Declaração será preenchida pela Unidade Notificadora (Estabelecimentos de Saúde onde possam ocorrer o parto e cartórios do Registro Civil); quando o parto ocorrer em domicílio com assistência médica, a Declaração será fornecida pelo médico; e, na hipótese de o parto ocorrer em domicílio sem a assistência médica, a Declaração

será fornecida pelo Cartório de Registro Civil (arts. 10, 11 e 12). Para registrar a criança, o pai ou responsável deverá levar a Declaração de Nascido Vivo ao cartório, que reterá o documento.

Na Declaração de Nascidos Vivos, cujo formulário é constante do Anexo I da referida Portaria nº 475, de 2000, já figura campo para as impressões das papilas digitais da mãe e as impressões do pé do recém-nascido, bem como para o nome da mãe, a data, a hora e o local de nascimento e o nome do estabelecimento, o que importa dizer que, sobre esses dados, nada inovará a lei que se quer erigir. Dela apenas não figura o nome da criança, o tipo de fator sanguíneo e o campo para a assinatura do responsável pelo estabelecimento.

A exigência de que da declaração neonatal conste o nome da criança é inconveniente, uma vez que é necessário que na data de nascimento este já esteja definido, o que, muitas vezes, não ocorre. Cabe notar que o art. 50 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, estipula o prazo de quinze dias para que o nascimento seja dado a registro, ampliado até três meses para os lugares mais distantes de trinta quilômetros da sede do cartório. Diante disso pela legislação atual, o tempo para a escolha do nome é mais consentâneo com a realidade, não estando os pais, de imediato, compelidos a fornecê-los.

Há que se ressaltar, ainda, ser inconveniente a exigência do nome de ambos os pais, uma vez que há casos em que a paternidade é desconhecida. Como se estabelece o vínculo entre a mãe e filho para se impedir a chamada “adoção à brasileira”, o nome do pai não é, no nosso sentir, dado essencial da declaração que se prestará ao registro.

Na atual declaração de nascido vivo não consta o fator sanguíneo e a inclusão do mesmo, por mais louváveis que sejam as razões que a inspiraram, poderá ser um ponto de dificuldade para o acesso ao registro de nascimento. Trata-se de providência morosa, não contemporâneo ao nascimento, o que postergará a emissão da declaração, podendo dar azo a delongas na permanência do recém-nascido e da genitora no estabelecimento hospitalar.

A tipagem sangüínea e a definição do fator sangüíneo, apesar de simples, requerem a disponibilidade de um laboratório básico para essa finalidade. Por outro lado, há de se considerar que, no momento em que todos os esforços têm sido no sentido de agilizar e aumentar o acesso ao registro de nascimento para todos os brasileiros, a exemplo da Campanha Nacional de Registro Civil realizada no ano 2000, a adoção dessa proposta poderá configurar-se obstáculo ao acesso a tal documento. O registro, instrumento de cidadania é também fundamental no âmbito da saúde para o planejamento das ações de atenção à saúde

da criança. Diante de tal inconveniente, não se justifica a adoção dessa norma, até mesmo porque o fator sangüíneo não tem o condão de estabelecer, com precisão, o vínculo familiar.

A exigência da assinatura do diretor responsável pelo estabelecimento hospitalar, em virtude da qual, parece-nos, se quer estabelecer a responsabilidade civil e criminal deste pela veracidade dos fatos, não trará maior segurança aos dados constantes da declaração, nem, tampouco, ao registro público, mas, ao contrário, poderá acarretar maior mora no fornecimento da declaração.

Observe-se que a norma proposta não prevê a identificação daquele que preenche a declaração, esse sim, o primeiro responsável pelos dados que nela estão consignados (...).

Tendo em vista que o § 2º do art. 66-A proposto apenas impõe a responsabilidade do diretor, poder-se-á argüir que, por ser norma específica, não está o agente – o responsável pelo preenchimento da declaração, ainda que dela conste o seu nome – sujeito a nenhuma penalidade, seja civil ou criminal. Desse modo, o que pretende o dispositivo é estabelecer a responsabilidade civil e penal objetiva do diretor, utilizada apenas em casos excepcionais e justificáveis pela legislação (p.ex., Lei de Imprensa e Código do Consumidor).

Não há razão plausível para que a proposta se afaste da teoria da responsabilidade subjetiva adotada pela legislação civil e do princípio da culpabilidade do qual se vale o Código Penal.

O parágrafo único do art. 66-B projetado, ao definir testemunha qualificada como sendo aquela habilitada a declarar ao oficial de registro que conhece a genitora, que a viu gestante e que a data do nascimento corresponde à declarada, nos casos de nascimento fora do estabelecimento hospitalar, não parece oportuno, uma vez que poderá inviabilizar o registro de nascimento, ato indispensável para a demonstração da existência da pessoa no mundo jurídico, sobretudo da população menos favorecida. Note-se que a testemunha deverá ter ciência de fatos que ocorrem em datas distintas e que, nem sempre, se dão no mesmo lugar."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de novembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### PROJETO VETADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1996 (Nº 3.162/1997, na Câmara dos Deputados)

#### Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

#### "CAPÍTULO IV-A

#### Do Registro Geral de Recém-Nascidos

Art. 66-A Os hospitais e maternidades, públicos e particulares, imediatamente após os nascimentos, copiarão as impressões das papilas digitais da mãe e as impressões dos pés do recém-nascido, emitindo a declaração neonatal.

§ 1º A declaração neonatal, com as impressões do recém-nascido e da mãe, é imprescindível ao registro de nascimento da criança e conterá todos os dados necessários à sua identificação, especialmente:

I – nome dado à criança;

II – nome dos pais;

III – tipo e fator sangüíneos;

IV – a data, a hora e o local de nascimento;

V – nome do estabelecimento onde ocorreu o nascimento;

VI – a assinatura do diretor responsável pelo estabelecimento.

§ 2º O diretor do estabelecimento responderá civil e criminalmente pela veracidade dos dados apostos na declaração.

§ 3º Segunda via da declaração neonatal, com os dados previstos no § 1º, fará parte do registro geral de recém-nascido da entidade hospitalar ou maternidade expedidora.

Art. 66-B Os nascidos fora de instituições hospitalares ou de maternidades, dos quais não seja possível colher as impressões, terão o registro de nascimento assegurado sob testemunho qualificado de, pelo menos, duas pessoas.

Parágrafo único. Considera-se qualificada a testemunha que esteja habilitada a declarar ao oficial de registro que conhece a genitora, a viu gestante, e que a data do nascimento corresponde à declarada.

Art. 66-C Observar-se-ão, nos casos não enquadrados nos artigos anteriores, as normas gerais do nascimento, constantes desta lei." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

VETO PARCIAL Nº 40, DE 2001

#### **APOSTO AO**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2001**

(Nº 4.838/2001, na Casa de origem)

#### **MENSAGEM Nº 767/2001-CN**

(Nº 1.339/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 100, de 2001 (nº 4.838/2001 na Câmara dos Deputados), que "Cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se quanto ao veto aos dispositivos a seguir:

**Caput e § 1º do art. 3º**

"Art. 3º O JBRJ será dirigido por um Presidente, com mandato de quatro anos, admitida a recondução, e por quatro Diretores, todos de notório saber, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 1º Além das quatro diretorias, o JBRJ contará com:

I – uma Procuradoria-Geral;

II – uma Auditoria Interna;

III – Conselho Científico;

IV – Conselho Comunitário.

....."

#### **Razões do veto**

"O estabelecimento de mandato para o titular da Autarquia não é a melhor opção do legislador, porque, ao assim dispor, retira do Chefe do Poder Executivo tanto a possibilidade de manter o titular no cargo por período superior ao que dispõe a norma projetada, o que pode ser necessário para a continuidade de diretrizes por ele traçadas para o desenvolvimento de pesquisas, como também a de destituí-lo antes do término do mencionado prazo. Não se pode esquecer que o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico destina-se a promover pesquisas técnico-científicas, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade, o que demonstra a necessidade de flexibilização nos critérios de permanência do titular no cargo, por ser ele quem conduz os rumos da entidade pública.

Como se sabe, o desenvolvimento tecnológico e científico é cada vez mais dinâmico, sendo, pois, incompatível com a sua natureza determinações capazes de dificultá-lo ou mesmo de inviabilizá-lo, o que, a toda evidência, ocorreria no caso de se estabelecer mandato.

Observa-se, também, que a proposta original não previa a existência de Conselhos, que foram introduzidos nos incisos III e IV do § 1º do art. 3º, mas tão-só, a da Procuradoria-Geral e da Auditoria Interna, além das quatro Diretorias.

Cabe lembrar que, à época do encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional, a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da adminis-



tração pública eram matérias de lei de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 48, inciso XI, e 61, § 1º, inciso II, letra e, da Constituição Federal.

Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, que alterou o citado art. 61 e o art. 84 da Carta Política, a organização e funcionamento da administração pública federal passaram a ser disciplinados por decreto, desde que não acarretem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, como, aliás, é o caso do presente projeto, conforme esclareceu a exposição de motivos que o encaminhou ao Congresso Nacional.

Em razão do exposto, a regra constante do **caput** do projetado art. 3º deve ser vetada por contrariar o interesse público, bem como a do § 1º do citado dispositivo, que insere os mencionados Conselhos na Autarquia Federal Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por meio de emenda, por ser inconstitucional, uma vez que a matéria de que trata deverá estar disposta em decreto.

É oportuno lembrar que, vetados o **caput** e o § 1º do art. 3º, acima mencionados, a Autarquia não será prejudicada, porquanto os cargos em comissão e as funções gratificadas, necessários ao seu funcionamento, constam do Quadro Demonstrativo anexado ao presente projeto de lei."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 6 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

**(\*)PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2001**  
(Nº 4.838/2001, na Casa de origem)

**Cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

#### CAPÍTULO I

#### **Da Natureza Jurídica, Finalidade e Competências**

Art. 1º Fica criada a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º O JBRJ terá como finalidade promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como manter as coleções científicas sob sua responsabilidade, competindo-lhe, em especial, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente:

I – subsidiar o Ministério do Meio Ambiente na elaboração da Política Nacional de Biodiversidade e de Acesso a Recursos Genéticos;

II – criar e manter programas de apoio à implantação, estruturação e desenvolvimento de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

III – manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos;

IV – desenvolver e difundir programas de pesquisa científica, visando a conservação da flora nacional, e estimular o desenvolvimento tecnológico das atividades de interesse da botânica e de áreas correlatas;

V – manter e ampliar coleções nacionais de referência, representativas da flora nativa e exótica, em estruturas adequadas, carpoteca, xiloteca, herbário, coleção de plantas vivas;

VI – manter e ampliar o acervo bibliográfico, especializado na área da botânica, meio ambiente e áreas afins;

VII – estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da botânica, ecologia, educação ambiental e gestão de jardins botânicos;

VIII – manter banco de germoplasma e promover a divulgação anual do **index seminum** no **Diário Oficial** da União:

IX – manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros; e

X – analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, objetivando a cooperação no campo das atividades de pesquisa e acompanhar a sua execução, ouvido o Ministério do Meio Ambiente.

## CAPÍTULO II

**Da Constituição e Direção**

*Art. 3º O JBRJ será dirigido por um Presidente, com mandato de quatro anos, admitida a recondução, e por quatro Diretores, todos de notório saber, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente.*

*§ 1º Além das quatro diretorias, o JBRJ contará com:*

*I – uma Procuradoria-Geral;*

*II – uma Auditoria Interna;*

*III – Conselho Científico;*

*IV – Conselho Comunitário.*

*§ 2º As atribuições das diretorias e outros órgãos que compõem o JBRJ, bem como as atribuições de seus dirigentes, serão estabelecidas em regulamento.*

*Art. 4º O Presidente do JBRJ será substituído, em seus impedimentos, por um dos Diretores, por ele designado, após anuência prévia do Ministro de Estado do Meio Ambiente.*

*Art. 5º Aos dirigentes do JBRJ é vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária.*

*Parágrafo único. A vedação de que trata o caput não se aplica aos casos de atividades profissionais decorrentes de vínculos contratuais mantidos com entidades públicas ou privadas de ensino e pesquisa.*

## CAPÍTULO III

**Do Patrimônio e das Receitas**

*Art. 6º A Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos as competências, o acervo, as obrigações, os direitos e a gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas do Instituto de Pesquisas JBRJ, unidade integrante da estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente.*

*Art. 7º Constituem patrimônio do JBRJ os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou que venha a adquirir ou incorporar.*

*Art. 8º Constituem receitas do JBRJ:*

*I – as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento-Geral da União;*

*II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;*

*III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;*

*IV – o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de*

*licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em Concursos;*

*V – retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;*

*VI – as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que lhe sejam afetas ou da exploração de imóveis sob a sua jurisdição;*

*VII – as receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e dotações de fontes internas e externas; e*

*VIII – os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública.*

*Art. 9º No caso de dissolução da Autarquia, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União.*

## CAPÍTULO IV

**Dos Servidores**

*Art. 10. Fica criado o Quadro de Pessoal Efetivo da Autarquia JBRJ.*

*Parágrafo único. Ficam redistribuídos os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo do Ministério do Meio Ambiente, lotados na Unidade Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para compor o Quadro referido no caput deste artigo.*

## CAPÍTULO V

**Disposições Gerais e Transitórias**

*Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:*

*I – transferir para o JBRJ o acervo técnico e patrimonial, direitos e receitas do Ministério do Meio Ambiente e de seus órgãos, necessários ao funcionamento da Autarquia; e*

*II – remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente para atender às despesas de estruturação e manutenção do JBRJ, utilizando, como recursos, as dotações orçamentárias destinadas às atividades fins e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas, previstos na Lei Orçamentária em vigor.*

*Art. 12. A Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia-Geral da União prestarão ao JBRJ, no âmbito de suas competências, a assistência jurídica necessária, até que seja provido o cargo de Procurador-Geral da Autarquia.*

*Art. 13. A publicação da Estrutura Regimental da Autarquia JBRJ marcará a sua instalação, e será feita pelo Poder Executivo, no prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.*

*Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

(\*) Em destaque as partes vetadas.

**ANEXO****a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO JBRJ.**

<b>CARGOS</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>Presidente</b>	<b>DAS 101.6</b>	<b>01</b>
<b><u>Diretor</u></b>	<b>DAS 101.5</b>	<b>04</b>
<b>Procurador-Geral, Auditor, Coordenador-Geral e Chefe de Gabinete</b>	<b>DAS 101.4</b>	<b>04</b>
<b>Coordenador</b>	<b>DAS 101.3</b>	<b>07</b>
<b><u>Chefe de serviço</u></b>	<b>DAS 101.1</b>	<b>06</b>
<b>Assessor Especial</b>	<b>DAS 102.4</b>	<b>03</b>
<b>Assessor</b>	<b>DAS 102.3</b>	<b>04</b>
<b>Assistente</b>	<b>DAS 102.2</b>	<b>02</b>
<b>Auxiliar</b>	<b>DAS 102.1</b>	<b>07</b>
	<b>FG-1</b>	<b>05</b>

**b) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA AUTARQUIA ESPECIAL JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DAS UNITÁRIO</b>	<b>SITUAÇÃO PROPOSTA</b>	
		<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>DAS 101.6</b>	<b>6,52</b>	<b>1</b>	<b>6,52</b>
<b>DAS 101.5</b>	<b>4,94</b>	<b>4</b>	<b>19,76</b>
<b>DAS 101.4</b>	<b>3,08</b>	<b>4</b>	<b>12,32</b>
<b>DAS 101.3</b>	<b>1,24</b>	<b>7</b>	<b>8,68</b>
<b>DAS 101.1</b>	<b>1,00</b>	<b>6</b>	<b>6,00</b>
<b>DAS 102.4</b>	<b>3,08</b>	<b>3</b>	<b>9,24</b>
<b>DAS 102.3</b>	<b>1,24</b>	<b>4</b>	<b>4,96</b>
<b>DAS 102.2</b>	<b>1,11</b>	<b>2</b>	<b>2,22</b>
<b>DAS 102.1</b>	<b>1,00</b>	<b>7</b>	<b>7,00</b>
<b>SUBTOTAL 1</b>		<b>38</b>	<b>76,70</b>
<b>FG-1</b>	<b>0,31</b>	<b>5</b>	<b>1,55</b>
<b>SUBTOTAL 2</b>		<b>5</b>	<b>1,55</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>		<b>43</b>	<b>78,25</b>

VETO TOTAL Nº 41, DE 2001

**APOSTO AO**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2000**  
(Nº 4.496/1994, na Casa de origem)

**MENSAGEM Nº 768/2001-CN**  
(Nº 1.343/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 25, de 2000 (nº 4.496/94 na Câmara dos Deputados), que "Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim se manifestou:

"O art. 169, § 1º, da Constituição Federal, determina que "A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."

Face ao disposto constitucional, verifica-se que não há prévia dotação de Pessoal e Encargos Sociais para atender ao aumento de despesa decorrente da criação de cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região na Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001 (Lei

Orçamentária para 2001), nem nos Projetos de Lei de Crédito Suplementar e de Orçamento para 2002, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Ademais, a criação de cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região não está autorizada no Demonstrativo de que trata o art. 62 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orça-

mentárias para 2001), e o art. 59 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002).

O referido projeto de lei conduz, ainda, a uma inadequada e ineficiente utilização dos recursos orçamentários, bem como põe em risco os resultados da gestão fiscal visados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de comprometer o perfeito acompanhamento da execução orçamentária, mediante associação dos gastos com a realização física, o gerenciamento eficiente das ações e a avaliação dos resultados a serem alcançados pelos Poderes da União, em especial, o Poder Executivo.

Diante do exposto, propõe-se veto integral a este projeto de lei, por contrariar a Constituição Federal e o interesse público."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 6 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

**PROJETO VETADO**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 25, DE 2000**

(Nº 4.496/1994, na Casa de origem)

**Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região os cargos em comissão constantes do Anexo I, e os cargos efetivos constantes do Anexo II desta lei.

Art. 2º Não poderão ser nomeados, a qualquer título, para funções de Gabinete, Cargos em Comissão ou Funções Gratificadas, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, de Juízes e Procuradores em atividade ou aposentados há menos de cinco anos, exceto se integrantes do Quadro Funcional mediante concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de )  
 QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
 18ª REGIÃO

## CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO	CARGO	NÚMERO	CÓDIGO
DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – CÓDIGO – TRT. 18ª.DAS.100	ASSESSOR DE JUIZ	07(SETE)	TRT.18ª.DAS.102.5
	ASSESSOR	04(QUATRO)	TRT.18ª.DAS.102.5
	DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	01(UM)	TRT.18ª.DAS.101.5
	DIRETOR DA SECRETARIA DE PESSOAL	01(UM)	TRT.18ª.DAS.101.5
	DIRETOR DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	01(UM)	TRT.18ª.DAS.101.5
	DIRETOR DE SERVIÇO	02 (DOIS)	TRT.18ª.DAS.101.4

## ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº , de de )  
 QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
 18ª REGIÃO

## CARGOS EFETIVOS

GRUPO	CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO	CÓDIGO	CLASSE/PADRÃO
ATIVIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO- CÓDIGO- TRT.18ª-AJ- 020	TÉCNICO JUDICIÁRIO	43(QUARENTA E TRÊS)	TRT.18ª.AJ.021 (NÍVEL SUPERIOR)	“A”-I a III “B”- I a VI “C”-II a VI
	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	02(DOIS)	TRT.18ª.AJ.027 (NÍVEL SUPERIOR)	“A”-I a III “B”- I a VI “C” – II a VI
	AUXILIAR JUDICIÁRIO	40(QUARENTA)	TRT.18ª.AJ.023 (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)	“A”-I a III “B”- I a VI
	AGENTE DE SEGURANÇA JUDICIÁRIA	23(VINTE E TRÊS)	TRT.18ª.AJ.024 (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)	“A”-I a III “B”- I a VI
	ATENDENTE JUDICIÁRIO	23(VINTE E TRÊS)	TRT.18ª.AJ.025 (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)	“A”-I a III “B” – I a VI
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR- CÓDIGO- TRT.18ª.NS.900	CONTADOR	26(VINTE E SEIS)	TRT.18ª.NS.924 (NÍVEL SUPERIOR)	“A”-I a III “B”- I a VI “C”- I a VI “D”- IV e V

VETO TOTAL Nº 42, DE 2001

**APOSTO AO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 1999**  
(Nº 1.856/1999, na Câmara dos Deputados)

**MENSAGEM Nº 769/2001-CN**  
(Nº 1.344/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente o Projeto de Lei nº 1.856, de 1999 (nº 267/99 no Senado Federal), que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou:

“A proposição legislativa em exame, que se encontra em fase de sanção, objetiva acrescentar à Consolidação das Leis do Trabalho o art. 492-A, para determinar que o empregado portador do vírus HIV só possa ser despedido por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovados.

De acordo com a justificativa apresentada, a medida proposta toma-se necessária, haja vista que os portadores do vírus da Aids têm sido, freqüentemente, vítimas de demissões arbitrárias baseadas unicamente na discriminação. Para seu autor, o empregador, ao demitir injustamente o empregado aidético ou portador do vírus HIV, que acarreta, obviamente, a perda do salário, contribui, “com esse ato discriminatório, para o agravamento da situação social, econômica e psicológica do empregado dispensado”.

Mais adiante, salienta o proponente que a estabilidade projetada fundamenta-se especialmente no dispositivo constitucional que declara ser um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A matéria objeto da presente proposta – direito do trabalho – insere-se na área de competência legislativa privativa da União,

nos termos do art. 22, I, do o art. c/c **caput**, e 61, **caput**, da Constituição Federal.

Convém lembrar que a estabilidade prevista no art. 492 da CLT foi suprimida do nosso ordenamento jurídico, por força do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que estabelece ser direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, “a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos”, e o “fundo de garantia do tempo de serviço”. (incisos I e III).

Em assim sendo, conforme nos ensina Valentim Carrion, em sua obra “Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho”. pág. 381, diante da nova ordem constitucional, remanescem apenas a estabilidade definitiva que possa ser concedida por via contratual (coletiva ou individual) ou normativa proferida em dissídio coletivo, e a temporária assegurada pelo art. 10 da ADCT ao empregado eleito dirigente sindical, ao empregado-membro da CIPA e à empregada gestante.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no RE nº 179/93/PE, decidiu conforme se verifica do Acórdão relatado pelo Ministro Moreira Alves, acerca da matéria em exame, **in verbis**:

“Não estabeleceu a Constituição de 1988 qualquer exceção expressa que conduzisse à estabilidade permanente, nem é possível admiti-la por interpretação extensiva ou por analogia, porquanto, como decorre inequivocamente do inciso I do artigo 7º da Constituição a proteção que ele dá à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa é a indenização compensatória que a lei complementar terá necessariamente que prever, além de outros direitos que venha esta a estabelecer, exceto, evidentemente, o de estabilidade permanente ou plena que daria margem a um **bis in idem** inadmissível com a indenização compensatória como aliás se vê da disciplina provisória que se encontra nos incisos I e II do artigo 10 do ADCT”.

É de se destacar parte do voto condutor do Acórdão, constante do RE acima mencionado, proferido pelo eminente Ministro Moreira Alves:

"(...)

Em observância a essa orientação estabeleceu-se a disciplina transitória que se encontra na parte inicial do artigo 10 do ADCT, com as exceções dos casos de estabilidade temporária, que, também no texto permanente, foram admitidas, ao contrário do que ocorreu com a estabilidade permanente como meio de proteção contra a dispensa por causa arbitrária ou sem justa causa."

Pelo exposto, abstraído o elevado caráter social do qual se reveste a norma projetada, não pode a mencionada estabilidade permanente ser aceita, porquanto incompatível com o novo sistema constitucional, conforme já fixou entendimento o Supremo Tribunal Federal, ao qual cabe a guarda da Carta Magna, nos termos de seu art. 102, **caput**. Em razão disso, deve o projeto ser vetado, integralmente, por inconstitucionalidade."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 6 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

#### PROJETO VETADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 1999

(Nº 1.856/1999, na Câmara dos Deputados)

**Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar acrescida do seguinte art. 492-A:

"Art. 492-A. O empregado portador do vírus HIV não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas."

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VEETO PARCIAL Nº 43, DE 2001

#### APOSTO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, DE 2001 (Nº 4.574/2001, na Casa de origem)

#### MENSAGEM Nº 779/2001-CN (Nº 1.395/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 114, de 2001 (nº 4.574/01 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek".

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou quanto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º.

"Art. 2º Sem prejuízo do pagamento da tarifa regular, o selo criado por esta lei será apostado nas correspondências confiadas à ECT, em caráter voluntário e facultativo.

Parágrafo único. O produto da arrecadação com a venda, descontados os custos de produção, poderá ser destinado à elaboração de publicação sobre a história e a obra do Presidente Juscelino Kubitschek, destinada às crianças e adolescentes da rede pública de ensino de todo o País, a ser elaborada sob a supervisão da Sociedade Civil Memorial JK."

#### Razões do veto

"Depreende-se da leitura do art. 2º que o selo comemorativo em questão não substituirá a tarifa regular, constituindo-se num **plus** ao valor devido pelo usuário dos serviços postais. Tal disposição, **data máxima venia**, contraria a legislação postal vigente, segundo a qual, o valor facial do selo deverá corresponder à tarifa de postagem de correspondências. Além disso, o caráter facultativo de sua utilização poderá vir a acarretar prejuízos à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT empresa pública que

assumirá o ônus da criação do selo comemorativo, com recursos financeiros e pessoais próprios, uma vez que o usuário teria que arcar, voluntariamente, com um custo superior ao do serviço postal utilizado.

Finalmente, o projeto estabelece, no parágrafo único do art. 2º, que o produto da arrecadação excedente aos custos da produção do selo será destinado à elaboração de publicação sobre a história e a obra do Presidente Juscelino Kubitschek.

Sob este aspecto, trazemos à colação a experiência da ECT, quando da criação do Selo da Hanseníase, por força da Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, regulamentada pelo Decreto nº 31.684, de 31 de outubro de 1952, que repassava uma sobretaxa de pequeno valor, anualmente definida, para a Federação das Sociedades Eunice Weaver. Além da evasão de receita, uma vez que os clientes, não concordando com a sobretaxa obrigatória, não postavam seus objetos, no período de incidência da sobretaxa, por força de decisão judicial foi declarada a inexistência de obrigação da emissão do referido selo de taxa adicional e considerada, à época, ilícita, a cobrança aos usuários do serviço postal."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 18 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

**(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 114, DE 2001**

(Nº 4.574/2001, na Casa de origem)

**Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.

Parágrafo único. Incumbe à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a criação, a emissão,

a comercialização e a definição do valor do selo de que trata este artigo.

Art. 2º *Sem prejuízo do pagamento da tarifa regular, o selo criado por esta lei será apostado nas correspondências confiadas à ECT, em caráter voluntário e facultativo.*

*Parágrafo único. O produto da arrecadação com a venda, descontados os custos de produção, poderá ser destinado à elaboração de publicação sobre a história e a obra do Presidente Juscelino Kubitschek, destinada às crianças e adolescentes da rede pública de ensino de todo o País, a ser elaborada sob a supervisão da Sociedade Civil Memorial JK.*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 28 de novembro de 2001. – **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

**(\*) Em destaque as partes vetadas.**

VETO PARCIAL Nº 44, DE 2001

**APOSTO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2001**  
(Nº 5.484/2001, na Casa de origem)

**MENSAGEM Nº 780/2001-CN**  
(Nº 1.405/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 143, de 2001 (nº 5.484/01 na Câmara dos Deputados), que "Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Ciência e Tecnologia assim se manifestou sobre o dispositivo vetado:

Art. 9º.

"Art. 9º É concedido às empresas industriais e agropecuárias, que executarem Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA, nos termos do art. 4º, inciso V, da Lei nº



8.661, de 1993, combinado com o art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, crédito incidente sobre a contribuição de intervenção no domínio econômico, instituída pela Lei nº 10.168, de 2000, aplicável às importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior a título de **royalties** referentes a contratos de exploração de patentes e de uso de marcas.

Parágrafo único. O crédito referido no **caput** deste artigo:

I – será determinado com base na contribuição devida, incidente sobre pagamentos, créditos, entregas, emprego ou remessa ao exterior a título de royalties de que trata o **caput** deste artigo, mediante utilização dos seguintes percentuais:

a) 100% (cem por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2003;

b) 70% (setenta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

c) 30% (trinta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

II – será utilizado, exclusivamente, para fins de dedução da contribuição incidente em operações posteriores, relativas a royalties previstos no **caput** deste artigo."

#### Razões do veto

"Após o envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, foi ele amplamente discutido com diversos segmentos da sociedade.

Em função deste processo de negociação, o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT conclui pelo veto ao art. 9º, que se refere ao crédito concedido às empresas industriais e agropecuárias, que executarem Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e Agropecuário (PDTI e PDTA). A razão que justifica esta proposição é justamente atender às diversas demandas, visando não restringir excessivamente o acesso ao crédito tributário, uma vez que a legislação vigente faculta o mesmo a todas

as empresas que efetuarem remessas de royalties de marcas e patentes ao exterior.

Cabe ressaltar, que esta lei foi implementada em consonância com a política de criação dos Fundos Setoriais para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, anunciada em abril de 2000 pelo Exmº Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de ampliar e estabilizar o volume de recursos dedicados ao fomento da atividade de pesquisa e ao processo inovativo em nosso País."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

#### (\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2001

(Nº 5.484/2001, na Casa de origem)

**Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aero-náutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Do total da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, serão destinados, a partir de 1º de janeiro de 2002:

I – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio;

II – 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa de Fomento a Pesquisa em Saúde;

III – 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA;

IV – 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) ao Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico;

V – 10% (dez por cento) ao Programa de Inovação para Competitividade.

Art. 2º Os Programas referidos no art. 1º desta Lei, previstos na Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, objetivam incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, por meio de financiamento de atividades de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico de interesse das áreas do agronegócio, da saúde, da biotecnologia e recursos genéticos, do setor aeronáutico e da inovação para a competitividade.

§ 1º As parcelas de recursos destinadas ao financiamento dos Programas referidos no **caput** do art. 1º serão alocadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, em categorias de programação específicas.

§ 2º No mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos de cada Programa serão destinados a projetos desenvolvidos por empresas e instituições de ensino e pesquisa sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regionais.

Art. 3º Os recursos destinados ao Programa de Inovação para Competitividade, previstos no inciso V do art. 1º e no art. 5º desta lei, serão utilizados para:

I – estímulo ao desenvolvimento tecnológico empresarial, por meio de programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisas e o setor produtivo;

II – a equalização dos encargos financeiros incidentes nas operações de financiamento à inovação tecnológica, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP;

III – a participação minoritária no capital de microempresas e pequenas empresas de base tecnológica e fundos de investimento, através da Finep;

IV – a concessão de subvenção econômica a empresas que estejam executando Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI ou Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA, aprovados em conformidade com a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993; e

V – a constituição de uma reserva técnica para viabilizar a liquidez dos investimentos privados em fundos de investimento em empresas de base techno-

lógica, por intermédio da Finep, conforme disposto em regulamento.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará a subvenção econômica de que trata o inciso IV deste artigo, observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) do total dos investimentos de custeio realizados na execução dos PDTI ou PDTA, e fixará os limites máximos admissíveis para fins da equalização, da participação no capital e da constituição da reserva técnica, previstos nos incisos II, III e V deste artigo.

§ 2º A regulamentação da subvenção econômica de que trata o inciso IV e dos demais instrumentos do Programa de Inovação para Competitividade dará prioridade aos processos de inovação, agregação de valor e aumento da competitividade do setor empresarial.

Art. 4º Serão constituídos, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, comitês gestores com a finalidade de estabelecer as diretrizes gerais e definir os planos anuais de investimentos, acompanhar a implementação das ações e avaliar os resultados alcançados, relativamente aos Programas de que trata esta lei.

§ 1º Os comitês gestores serão compostos por representantes do Governo Federal, do setor industrial e do segmento acadêmico-científico.

§ 2º A participação nos comitês gestores não será remunerada.

§ 3º As despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, relativas à manutenção dos Programas previstos no art. 1º desta lei, não poderão ultrapassar o montante correspondente a 5% (cinco por cento) dos respectivos orçamentos anuais.

Art. 5º A proposta orçamentária anual da União destinará ao Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, instituído pela Lei nº 10.168, de 2000, recursos não inferiores ao equivalente a 43% (quarenta e três por cento) da receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os bens e produtos beneficiados com os incentivos fiscais previstos na Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o **caput** deste artigo serão adicionais àqueles previstos no art. 2º da Lei nº 10.168, de 2000, devendo ser alocados ao FNDCT, na forma prevista em regulamento.

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 10.168, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....  
§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2002, a contribuição de que trata o **caput** deste artigo passa a ser devida também pelas pessoas jurídicas signatárias de contratos que tenham por objeto serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes a serem prestados por residentes ou domiciliados no exterior, bem assim pelas pessoas jurídicas que pagarem, creditarem, entregarem, empregarem ou remeterem **royalties**, a qualquer título, a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior.

§ 3º A contribuição incidirá sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, a cada mês, a residentes ou domiciliados no exterior, a título de remuneração decorrente das obrigações indicadas no **caput** e no § 2º deste artigo.

§ 4º A alíquota da contribuição será de 10% (dez por cento).

§ 5º O pagamento da contribuição será efetuado até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência do fato gerador." (NR)

Art. 7º A Lei nº 10.168, de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A. Fica reduzida para 15% (quinze por cento), a partir de 1º de janeiro de 2002, a alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços de assistência administrativa e semelhantes."

Art. 8º O art. 2º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 2º .....

.....  
§ 9º As despesas operacionais de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas, avaliação de operações e divulgação de resultados, necessárias à implantação e manutenção das atividades do Funttel, não poderão ultrapassar o montante

correspondente a 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados anualmente." (NR)

Art. 9º É concedido às empresas industriais e agropecuárias, que executarem Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial – PDTI e Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário – PDTA, nos termos do art. 4º, inciso V, da Lei nº 8.661, de 1993, combinado com o art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, – crédito incidente sobre a contribuição de intervenção no domínio econômico, instituída pela Lei nº 10.168, de 2000, aplicável às importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior a título de **royalties** referentes a contratos de exploração de patentes e de uso de marcas.

Parágrafo único. O crédito referido no **caput** deste artigo:

I – será determinado com base na contribuição devida, incidente sobre pagamentos, créditos, entregas, emprego ou remessa ao exterior a título de **royalties** de que trata o **caput** deste artigo, mediante utilização dos seguintes percentuais:

a) 100% (cem por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2003;

b) 70% (setenta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

c) 30% (trinta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

II – será utilizado, exclusivamente, para fins de dedução da contribuição incidente em operações posteriores, relativas a **royalties** previstos no **caput** deste artigo.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Em destaque as partes vetadas.

VETO PARCIAL Nº 45, DE 2001

APOSTO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2000

(Nº 1.748/1999, na Casa de origem)

MENSAGEM Nº 781/2001-CN

(Nº 1.406/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar

parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 107, de 2000 (nº 1.748/99 na Câmara dos Deputados), que "Extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou sobre os dispositivos vetados:

**Art. 3º**

"Art. 3º Os magistrados ocupantes dos cargos a que se refere o Inciso III do art. 1º desta lei serão postos em disponibilidade com remuneração Integral, até seu obrigatório aproveitamento em cargos idênticos, respeitada a garantia de inamovibilidade."

**Razões do veto**

"O art. 3º do projeto estabelece que os magistrados ocupantes dos cargos extintos serão postos em disponibilidade, com vencimentos integrais, até seu obrigatório aproveitamento em cargos idênticos, respeitada a garantia de inamovibilidade.

Convém lembrar que preceitua o art. 41, § 3º, da Constituição Federal que "extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo". Tal regra é aplicada aos magistrados, por força da interpretação constitucional firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso de Mandado de Segurança nº 21.950/DF, tendo como Relator o Ministro Paulo Brossard, que assim se manifestou:

"A garantia da inamovibilidade de magistrado está regulada nos casos de remoção, promoção e mudança da sede do juízo, hipóteses em que ele ocupa um cargo, art. 95, II, 1ª parte, da Constituição Federal, e arts. 30 e 31 da Lomam, Lei Complementar nº 35/79; nem a Constituição nem a Lomam atribuíram a garantia da inamovibilidade ao magistrado em disponibilidade, que não ocupa cargo.

Ressalvada a escolha do novo cargo pelo magistrado, ele deve ser adequadamente aproveitado, respeitando-se a equivalência do cargo, por força da necessária

aplicação subsidiária do art. 41, § 3º, da Constituição."

Como se observa da jurisprudência acima, também a garantia da inamovibilidade não é conferida aos magistrados colocados em disponibilidade, uma vez que não são ocupantes de cargo público.

**Art. 8º**

"Art. 8º É facultado ao Superior Tribunal Militar transformar funções comissionadas, bem como alterar suas denominações, desde que disso não resulte acréscimo de despesa."

**Razões do veto**

"Também a regra constante do art. 8º do projeto de lei não se compatibiliza com a Lei Maior. Não se pode esquecer que as funções comissionadas resultaram da transformação dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, das gratificações de gabinete e das funções comissionadas existentes no Quadro de Pessoal daquele órgão por ocasião da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, o que demonstra que tais funções comissionadas nada mais são do que cargos de provimento em comissão.

Cabe reafirmar que, por força do art. 48, X, da Constituição Federal, transformação de cargos é matéria objeto de lei, que não pode ser tratada em norma de hierarquia inferior, sequer no caso de haver autorização expressa em lei a esse respeito.

O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento de que a Constituição de 1988, fiel ao postulado da separação dos poderes, somente admitiu a delegação legislativa nos casos admitidos por seu art. 68, e na forma nele preconizada, como demonstra a decisão em medida cautelar deferida na Ação Direta de inconstitucionalidade nº 1.296-PE, relator o Ministro Celso de Mello, com ementa do seguinte teor:

"A nova Constituição da República revelou-se extremamente fiel ao postulado da separação dos poderes, disciplinando, mediante regime de direito estrito, a possibilidade, sempre excepcional, de o Parlamento

proceder a delegação legislativa externa em favor do Poder Executivo.

A delegação legislativa externa, nos casos em que se apresente possível, só pode ser veiculada mediante resolução, que constitui o ato formalmente idôneo para consubstanciar, em nosso sistema constitucional, o ato de outorga parlamentar de funções normativas ao Poder Executivo. A resolução não pode ser validamente substituída, em tema de delegação legislativa, por lei comum, cujo processo de formação não se ajusta à disciplina ritual fixada pelo art. 68 da Constituição.

A vontade do legislador, que substitui arbitrariamente a lei delegada pela figura da lei ordinária, objetivando, com esse procedimento, transferir ao Poder Executivo o exercício de competência normativa primária, revela-se írrita e desvestida de qualquer eficácia jurídica no plano constitucional. O Executivo não pode, fundando-se em mera permissão legislativa constante de lei comum, valer-se do regulamento delegado ou autorizado como sucedâneo da lei delegada para o efeito de disciplinar, normativamente, temas sujeitos à reserva constitucional de lei.

Não basta, para que se legitime a atividade estatal, que o Poder Público tenha promulgado um ato legislativo. Impõe-se, antes de mais nada, que o legislador, abstenendo-se de agir **ultra vires**, não haja excedido os limites que condicionam, no plano constitucional, o exercício de sua indisponível prerrogativa de fazer instaurar, em caráter inaugural, a ordem jurídico-normativa. Isso significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado – como o Poder Executivo – produzam a norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar.

O legislador, em consequência, não pode deslocar para a esfera institucional de atuação do Poder Executivo – que constitui instância juridicamente inadequada – o exercício do poder de regulação estatal incidente sobre determinadas categorias temáticas – **a)** a outorga de isenção fiscal, **b)** a redução da base de cálculo tributária, **c)** a concessão de crédito presumido e **d)** a prorrogação dos prazos de recolhimento dos tri-

butos –, as quais só se acham necessariamente submetidas, em razão de sua própria natureza, ao postulado constitucional da reserva absoluta da lei em sentido formal.

Traduz situação configuradora de ilícito constitucional a outorga parlamentar ao Poder Executivo de prerrogativa jurídica cuja sede **materiae** – tendo em vista o sistema constitucional de poderes limitados vigentes no Brasil – só pode residir em atos estatais primários editados pelo Poder Legislativo.“

Em face do que acima se expôs, evidencia-se que o Poder Judiciário não pode ser autorizado, ainda que por meio de lei, a dispor sobre matéria reservada ao Congresso Nacional, devendo, por esta razão, ser o art. 8º do projeto vetado.“

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2001.

#### PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

##### (\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2000

(Nº 1.748/1999, na Casa de origem)

##### **Extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São extintas, com fundamento nas alíneas **b** e **c** do inciso II do art. 96 da Constituição Federal:

I – a 5ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar;

II – a 6ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar;

III – 2 (dois) cargos de Juiz-Auditor e 2 (dois) cargos de Juiz-Auditor Substituto, constantes da lotação das Auditorias extintas;

IV – 13 (treze) cargos de Técnico Judiciário e 1 (um) cargo de Auxiliar Judiciário do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar.

Art. 2º A alínea **a** do art. 11 da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.....  
**a**) a primeira: 4 (quatro) Auditorias;  
 ..... "(NR)

*Art. 3º Os magistrados ocupantes dos cargos a que se refere o inciso III do art. 1º desta lei serão postos em disponibilidade com remuneração integral, até seu obrigatório aproveitamento em casos idênticos. respeitada a garantia de inamovibilidade.*

Art. 4º O Quadro da Magistratura de Primeira Instância da Justiça Militar é o previsto no Anexo 1 desta lei.

Art. 5º São transferidos para o Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar 2 (duas) funções comissionadas de Diretor de Secretaria, FC-9; 2 (duas) funções comissionadas de Supervisor 1, FC-4; e 2 (duas) funções comissionadas de Auxiliar, FC-2, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, criadas pela Lei nº 6.889, de 11 de dezembro de 1980, e transformadas pela Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. As funções comissionadas nível FC-9 transferidas na forma deste artigo serão transformadas em 2 (duas) funções de Assessor da Presidência, conservando a mesma natureza e o mesmo padrão de vencimentos.

Art. 6º Os processos em andamento nas Auditorias extintas serão redistribuídos às demais Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, observadas as normas legais vigentes.

Art. 7º O acervo das Auditorias extintas será transferido para a Diretoria do Foro e Auditorias remanescentes da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, por ato do Presidente do Superior Tribunal Militar.

*Art. 8º É facultado ao Superior Tribunal Militar transformar funções comissionadas, bem como alterar suas denominações, desde que disso não resulte acréscimo de despesa.*

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Militar da União.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) Em destaque as partes vetadas.

## Anexo I

(Art. 4º da Lei nº de, de de)

### Magistratura Civil de Primeira Instância da Justiça Militar Cargos de Carreira.

		OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA						209.600.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						209.600.000
		F	9	F	99	0	100	209.600.000
TOTAL - FISCAL								209.600.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								209.600.000

VETO PARCIAL Nº 46, DE 2001

**APOSTO AO**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1998**  
 (Nº 4.166/1998, na Casa de origem)

**MENSAGEM Nº 782/2001-CN**  
 (Nº 1.407/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 8, de 1998 (nº 4.166/98 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se pronunciou sobre o seguinte dispositivo:

§ 2º do art. 2º .....

"Art. 2º.....

.....

§ 2º Persistindo a infração do disposto neste artigo, ficarão os responsáveis pela fabricação ou comercialização do produto impedidos de exercer suas atividades, até a regularização de seus procedimentos e o atendimento às disposições desta lei."

#### Razões do veto

"Cabe assinalar, inicialmente, que a pena de suspensão temporária de atividade já é encontrada no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setem-

bro de 1990), que, em seu art. 56, **caput**, e inciso VII, assim dispõe:

"Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

.....  
VII – suspensão temporária de atividade;

....."

Todavia, as sanções administrativas previstas no mencionado art. 56, aí compreendidas, além da suspensão temporária de atividade, a cassação de alvará de licença, a interdição de estabelecimento ou de atividade e a intervenção administrativa, só serão aplicadas mediante processo administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste Código e na legislação de consumo" (art. 59, **caput**), não se contemplando tal gravidade no caso previsto na norma projetada.

Essa preocupação dos legisladores do Código, em estabelecer a aplicação das mencionadas sanções somente em casos de extrema gravidade, tem por escopo o respeito aos princípios constitucionais prescritos no art. 170 da Constituição Federal, que preconizam: a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.

Nesse sentido, os autores do anteprojeto, que deu origem ao Código de Defesa do Consumidor, assim se manifestaram:

"As sanções administrativas de caráter subjetivo, previstas no art. 56, compreendendo a suspensão temporária de atividade, a cassação de alvará de licença, a interdição de estabelecimento, bem como a intervenção administrativa, devem ser aplicadas **in extremis**, justamente por envolver restrição ao princípio constitucional da livre iniciativa, que assegura a todos o livre exercício de atividade econômica (cf. art. 170 e parágrafo único.)

O Código teve o cuidado de autorizar a aplicação dessas sanções nos casos extremos de reincidência na prática das infrações

de maior gravidade, prevista no Código ou legislação esparsa."

Cumprir dizer que o texto constitucional, ao expressar sua proteção à liberdade de iniciativa, como um dos fundamentos do Estado Democrático (art. 1º inciso IV) teve por objetivo o desenvolvimento do País, por meio da iniciativa privada, sendo, nesse caso, secundária a atividade estatal.

Em assim sendo, não resta dúvida de que a suspensão de atividade empresarial, pelo simples fato do descumprimento reiterado da norma projetada é medida excessiva, que teria, inclusive, reflexo negativo no mercado de trabalho, uma vez que, suspenso o funcionamento da empresa, com a consequente paralisação de sua produção, resultaria em demissão de pessoal, o que viria de encontro ao desenvolvimento almejado pela Carta Política.

Desse modo, o mencionado parágrafo vulnera o princípio constitucional da livre iniciativa, que norteou os citados dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, segundo os quais a aplicação da suspensão temporária de atividades empresariais somente ocorrerá **in extremis**.

Também, em virtude da falta de razoabilidade do citado parágrafo, que prescreve sanção administrativa acima do necessário, na razão em que paralisa as atividades da empresa pelo descumprimento de norma técnica que se dirige apenas a um tipo de produto, o projeto deixou de observar o princípio da proporcionalidade, consolidado na jurisprudência da Suprema Corte, com o advento da Constituição Federal de 1988, que "exige que o resultado que se pretende obter com a medida se justifique ante a carga coativa que ele provoca" (...), conforme leciona Paulo Gustavo Gonet Branco (**in** Princípio da proporcionalidade no controle da constitucionalidade das leis e a Constituição de 1988)."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

**(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1998**  
(Nº 4.166/1998, na Casa de origem)

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a fabricação e a comercialização de lâmpadas incandescentes em valores de tensão no mínimo iguais aos das tensões nominais das redes de distribuição de energia elétrica.

§ 1º Os valores de tensão para as lâmpadas incandescentes fabricadas ou comercializadas poderão ser de até 10% (dez por cento) superiores aos das tensões nominais das redes de distribuição.

§ 2º As lâmpadas incandescentes fabricadas ou comercializadas deverão trazer impressa em sua embalagem advertência ao consumidor sobre sua luminosidade, a durabilidade em horas e as consequências para tais propriedades do produto de sua utilização em tensões elétricas diferentes daquelas para as quais foi especificado.

§ 3º Excluem-se das obrigações previstas neste artigo as lâmpadas incandescentes fabricadas e que se destinem à exportação.

Art. 2º A fabricação ou a comercialização de lâmpadas incandescentes em desacordo com o disposto no art. 1º sujeitará os infratores a advertência por escrito e multa de valor equivalente a R\$53.205,00 (cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais).

§ 1º Em caso de reincidência, aplicar-se-ão em dobro as multas previstas no **caput** deste artigo.

§ 2º *Persistindo a infração do disposto neste artigo, ficarão os responsáveis pela fabricação ou comercialização do produto impedidos de exercer suas atividades, até a regularização de seus procedimentos e o atendimento às disposições desta lei.*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**(\*) Em Destaque as Partes Vetadas**

## VETO TOTAL Nº 47, DE 2001

**APOSTO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996 (Nº 1.536/1996, NA CASA DE ORIGEM) (MENSAGEM Nº 783/2001-CN Nº 1.414/2001, NA ORIGEM)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 86, de 1996 (nº 1.536/96 na Câmara dos Deputados), que "Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça e da Previdência e Assistência Social assim se manifestaram.

"A proposição legislativa em exame objetiva alterar o § 1º do art. 39 da Lei nº 1.536/96, com o fito de explicitar as normas da legislação previdenciária federal aplicáveis à aposentadoria dos notários e registradores, afastada a regra da aposentadoria compulsória destes por implemento de idade.

A Constituição de 1988 estabeleceu que os serviços notariais e de registro são função pública a ser exercida em caráter privado, por delegação do Poder Público. Estabeleceu, ainda, a forma de ingresso na atividade notarial e de registro, mediante concurso público de provas e títulos, e determinou que lei ordinária, atual Lei nº 8.935/94, disciplinasse a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos e a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

De fato, a nova ordem constitucional trouxe acentuada transformação da matéria, que logo refletiu na doutrina e jurisprudência, na medida em que criou um sistema híbrido que apresenta características, tanto do setor privado quanto do setor público. Contudo, no que se refere à matéria em exame, o Supremo Tribunal Federal, guardião e intérprete da Constituição, assentou em sua jurisprudência, a partir do julgamento, pelo Pleno, do RE nº 178.236-RJ, Rel. Min. Octávio (Gallotti, que os tabeliães e os oficiais



registradores sujeitam-se ao mesmo regime constitucional de aposentadoria por implemento de idade, assim ementado:

“Titular de Ofício de Notas da Comarca do Rio de Janeiro.

Sendo ocupantes de cargo público criado por lei, submetido à permanente fiscalização do Estado e diretamente remunerado à conta de receita pública (custas e emolumentos fixados em lei), bem como provido por concurso público – estão os serventuários de notas e registro sujeitos à aposentadoria por implemento de idade (artigos 40, II, e 236, e seus parágrafos, da Constituição Federal de 1988).

Recurso de que se conhece pela letra **c**, mas a que, por maioria de votos, nega-se provimento.”

Segundo a orientação acima transcrita, é inegável que a atividade notarial e registral, ainda que delegada ao particular, constitui função eminentemente pública, vez que revestida de estatalidade, “consistente no exercício do poder certificante, destinado a atestar a veracidade e a legitimidade de determinados fatos e atos jurídicos. (RE nº 234.935, Rel. Min. Celso de Melo, julgado em 24-6-99).

Também esse foi o fundamento preconizado pelo Min. Celso de Mello no voto em que proferiu no RE 178.236-RE: “o próprio exame do vigente texto constitucional permite concluir pela estatalidade dos serviços notariais e registrais, autorizando, ainda, o reconhecimento de que os Serventuários incumbidos do desempenho dessas relevantes funções qualificam-se como típicos servidores públicos, pois (a) só podem exercer as atividades em questão por delegação do Poder Público (CF, art. 236, **caput**), (b) estão sujeitos, no desempenho de suas atribuições funcionais, à permanente fiscalização do Poder Judiciário (CF, art. 236 § 1º) e (c) dependem, para o ingresso na atividade notarial e de registro, de prévia aprovação em concurso público de provas e títulos (CF, art. 236 § 3º), que constitui, no magistério da doutrina, o instrumento destinado à seleção de ‘quem se empenha a ingressar nos quadros do serviço público...’ (José Cretella Júnior, “Comentários à Constituição de 1988”, vol. IX/4626, 1993, Forense Universitária).”

É certo que a decisão prelecionada foi julgada com arrimo no texto constitucional anterior à mencionada Emenda Constitucional nº 20/98 que imprimiu nova redação ao art. 40 da CF/88. Contudo, ante a nova ordem, ainda que em decisão monocrática, o Supremo manteve a orientação reiterada em diversos pronunciamentos plenários anteriores.

Neste sentido é a decisão prolatada nº SS nº 1941-PE, Min. Rel. Carlos Velloso, publicada no DJU de 19-2-2001, que utilizou como razões de decidir a jurisprudência asentada naquela Corte a partir do julgamento do RE nº 178.236-RJ, Rel. Min. Octávio Gallotti: “Convém salientar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que os tabeliães são servidores públicos e estão sujeitos à aposentadoria por implemento de idade (artigos 40, II e 236 e seus parágrafos, da Constituição Federal). (RE 178.236-RJ, Gallotti, Plenário, 7-3-96, RTJ 162/773; RE 189.741-SP, Velloso, 2º Turma, 25-11-97). Em 24-6-99, após, portanto, à EC nº 20/98, o eminente Ministro Celso de Mello, deu aplicação à mencionada jurisprudência (RE 234.935-SP, ‘DJ’ de 9-8-00)”.

É certo que o Eminentíssimo Ministro assim se posicionou em sede não cognitiva de mérito. Mas, houve por bem ressaltar a decisão proferida, após as alterações trazidas pela EC nº 20/98, no RE 234.925-SP, DJ 9-8-99, Rel. Min. Celso de Melo, julgada em 24-6-99, da qual se destaca a seguinte passagem: “Os serventuários extrajudiciais, portanto, exercem função eminentemente pública e, considerados os elementos que emergem da norma inscrita no art. 236 da Carta Política, são suscetíveis, no plano estritamente jurídico-administrativo, de qualificação formal como servidores públicos (RE 189.736-SP, Rel. Min. Moreira Alves), na linha do próprio entendimento que tem prevalecido, desde o regime constitucional anterior, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RDA 54/281 – RTJ 68/283 – RTJ 126/772-773).”

Note-se que a lei vigente é omissa acerca da questão da aposentadoria compulsória, estabelecendo, tão-somente, que os notários e registradores submetem-se às

regras de aposentação previdenciária, o que torna claro que não será a lei ordinária o instrumento capaz de afastar a norma de aposentadoria compulsória por implemento de idade, uma vez que sua aplicação decorre de disposição constitucional.

Em que pese não ter o STF enfrentado a matéria, em exame, em sede cognitiva de mérito, após a alteração trazida pela EC nº 20/98 ao artigo 40 da CF, o que se depreende de suas decisões monocráticas e a permanência do posicionamento anterior, reiterado em diversos pronunciamentos plenários. Ademais, a questão da aposentação compulsória por implemento de idade deverá sempre ser dirimida por interpretação constitucional e não por legislação ordinária.

Pelas razões expostas, e ante reiterada jurisprudência assentada pela Suprema Corte, que define os notários e registradores como servidores públicos que desempenham função pública, resta inviável a proposta sub examine, que pretende excluir a aposentadoria compulsória daqueles agentes públicos."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### PROJETO VETADO:

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996**

(Nº 1.536/1996, na Casa de origem)

**Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. ....

§ 1º Dar-se-á aposentadoria facultativa ou por invalidez nos termos da legislação a que se refere o art. 201 da Constituição Fede-

ral. Permanecendo inaplicável a aposentadoria compulsória por implemento de idade.

....."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

VETO PARCIAL Nº 48, DE 2001

#### **APOSTO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2001**

(Nº 2.208/1999, na Casa de origem)

#### **MENSAGEM Nº 791/2001-CN**

(Nº 1.444/2001, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 87, de 2001 (nº 2.208/99 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências".

Ouvido, o Ministério da Justiça manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 26. ....

"Art. 26. O Tribunal de Contas da União estabelecerá, em ato próprio, a forma pela qual prestará assistência jurídica a servidores que, em razão do regular exercício de suas atribuições, venham a ser acionados judicialmente."

#### **Razões do veto**

"O dispositivo em questão só pode ser entendido como prestação de assistência jurídica não ao servidor, mas sim para defesa de ato praticado pelo Tribunal, em nome do qual tenha agido o demandado. Assim sendo, trata-se de representação judicial da União, uma vez que o Tribunal de Contas da União é órgão que pertence a esse ente federativo. Desse modo, nos termos do art. 131 da Constituição Federal, cabível a defesa constitucionalmente à Advocacia-Geral da União."

Art. 27. ....

"Art. 27. Sempre que para efetivar o desempenho da atividade de controle externo for necessário o emprego de força policial, a unidade técnica responsável pela tarefa comunicará o fato ao Ministro-Relator que, a seu juízo, a requisitará."

### Razões do veto

"O art. 27 trata da possibilidade de requisição de força policial, no desempenho da atividade de controle externo, sob o juízo de conveniência do Ministro-Relator, que entendendo necessário, a requisitará. A matéria, **data máxima venia**, é estranha ao objeto do projeto de lei em comento, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Na verdade, trata-se de norma pertinente à fiscalização, que acaba por importar em prerrogativa a servidores no exercício de suas funções, desde que autorizado pelo Ministro-Relator, matérias estas que têm sede própria na Lei Orgânica do TCU.

Por outro lado, não se pode olvidar que no âmbito de sua competência e jurisdição o TCU já detém o poder de aplicar multas quando houver obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas ou sonegação de processos, documentos ou informações em inspeções ou auditorias realizadas, como previsto no art. 58, incisos V e VI, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dessa forma a matéria já se encontra regulada de forma adequada em diploma legal próprio."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

### **Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

#### **CAPÍTULO I Disposições Gerais**

Art. 1º O Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União regem-se por esta lei.

Art. 2º O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União é composto pela Carre-

ira de Especialista do Tribunal de Contas da União, integrada pelos cargos efetivos de:

I – Analista de Controle Externo, de nível superior;

II – Técnico de Controle Externo, de nível médio;

III – Auxiliar de Controle Externo, de nível básico.

§ 1º O quantitativo de cargos de que trata esta lei é o constante do Anexo I.

§ 2º Os cargos efetivos de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo são estruturados em Classes e Padrões, nas diversas áreas de atividade, conforme o Anexo II.

Art. 3º Integram o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União:

I – as funções de confiança (FC) escalonadas de FC-1 a FC-6, nos quantitativos e valores definidos no Anexo III;

II – os cargos em comissão, nos quantitativos e valores definidos no Anexo IV, observado o disposto no inciso IV do art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

§ 1º As funções de que trata o inciso I deste artigo são de exercício exclusivo de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

§ 2º O preenchimento dos cargos de que trata o inciso II deste artigo, cujos ocupantes terão exercício exclusivo nos Gabinetes de Ministro, de Auditor e do Procurador-Geral, é de livre escolha da respectiva autoridade.

#### **CAPÍTULO II Das Atribuições**

Art. 4º É atribuição do cargo de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo o desempenho de todas as atividades de caráter técnico de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 5º É atribuição do cargo de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de todas as atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 6º É atribuição do cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo o desempenho de todas as atividades concernentes ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União, de nível intermediário, bem como auxiliar o Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo no exercício de suas atribuições.

Art. 7º É atribuição do cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível intermediário, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União

Art. 8º É atribuição do cargo de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais o desempenho das atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível básico, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 9º O Tribunal de Contas da União especificará, em ato próprio, as atribuições pertinentes a cada cargo de que trata esta Lei, observado o disposto nos arts. 4º, 5º, 6º, 7º e 8º.

Parágrafo único. As atribuições pertinentes aos cargos de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo e de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais podem ser especificadas, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional.

### **CAPÍTULO III Do Ingresso**

Art. 10. São requisitos de escolaridade para ingresso na Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União:

I – para o cargo de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, diploma de conclusão de curso superior ou habilitação legal equivalente;

II – para o cargo de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

III – para o cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo, certificado de conclusão do ensino médio;

IV – para o cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, certificado de conclusão do ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

V – para o cargo de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais, certificado de conclusão do ensino fundamental.

Art. 11. O ingresso nos cargos da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos para o padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

Art. 12. O concurso a que se refere o art. 11 realizar-se-á em duas etapas, na seguinte ordem:

I – provas ou provas e títulos, sendo as provas de caráter eliminatório e classificatório e os títulos de caráter classificatório;

II – programa de formação, de caráter eliminatório.

§ 1º Para o cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, durante a primeira etapa, poderá ser exigido exame de habilidade específica, conforme dispuser o edital do concurso.

§ 2º O programa de formação de que trata este artigo poderá ser dispensado, conforme dispuser o edital do concurso.

§ 3º O Tribunal de Contas da União definirá, em instrumento próprio, a duração e o conteúdo do curso de formação de que trata este artigo.

Art. 13. Os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso e matriculados no programa de formação terão direito, a título de auxílio financeiro, à retribuição equivalente a 70% (setenta por cento) da remuneração inicial do cargo a que estiverem concorrendo.

§ 1º O auxílio financeiro será devido desde o início até a conclusão do programa de formação ou, se for o caso, até a data de eliminação do candidato.

§ 2º Se o candidato for ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego na administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, em qualquer dos Poderes da União, ser-lhe-á garantido o direito de afastamento para participar do programa

de formação sem prejuízo da remuneração, vantagens ou direitos de seu cargo ou emprego, podendo optar pelo auxílio financeiro previsto neste artigo.

#### CAPÍTULO IV Do Desenvolvimento

Art. 14. O desenvolvimento do servidor, no respectivo cargo, ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, observado o intervalo de 1 (um) ano de efetivo exercício.

§ 2º Promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, mediante avaliação de desempenho e treinamento, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano de efetivo exercício em relação à progressão imediatamente anterior.

#### CAPÍTULO V Da Remuneração

Art. 15. A remuneração dos servidores integrantes da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União é composta pelo vencimento básico e pela Gratificação de Desempenho, incidente sobre o respectivo vencimento básico, calculada conforme o cargo e a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor.

§ 1º São ainda devidas aos servidores integrantes da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União vantagens pessoais incorporadas nos termos da legislação aplicável, bem como as revisões gerais concedidas aos servidores civis da União.

§ 2º A tabela de vencimento básico dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União é a constante do Anexo V desta lei.

Art. 16. Aos servidores ocupantes dos cargos de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo é devida a Gratificação de Desempenho no percentual de até 50% (cinquenta por cento), de acordo com o implemento de metas de produção e qualidade, na forma estabelecida em ato do Tribunal de Contas da União.

§ 1º O ato a que se refere o **caput** deste artigo poderá fixar percentuais mínimos e máximos de Gratificação de Desempenho em razão das atribuições exercidas, bem como ponderar, de maneira diferenciada, o exercício das atividades de coordenação, planejamento e realização de auditorias ou da

instrução ou exame de processos relativos às atividades enumeradas nos incisos I a VI do art. 71 da Constituição Federal, respeitados os limites estabelecidos no **caput**.

§ 2º O ato de que trata o **caput** será editado no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta lei.

§ 3º Enquanto não editado o ato a que se refere o **caput** deste artigo, a Gratificação de Desempenho corresponderá a 30% (trinta por cento).

Art. 17. O servidor ocupante de cargo efetivo da Secretaria do Tribunal de Contas da União, quando investido em função de confiança, perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida do valor da função para a qual foi designado.

Art. 18. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na administração pública federal nomeado para o exercício do cargo de Oficial de Gabinete ou do cargo de Assistente, previstos no art. 3º, II, e § 2º, desta lei, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo acrescida do valor correspondente à FC-3 ou à FC-1, respectivamente.

#### CAPÍTULO VI Da Implantação do Quadro de Pessoal

Art. 19. Os cargos ocupados e vagos de AFCE-Analista de Finanças e Controle Externo – Área de Controle Externo são transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo.

Art. 20. Os cargos ocupados e vagos de AFCE-Analista de Sistemas, AFCE-Programador, AFCE-Bibliotecário, AFCE-Engenheiro, AFCE-Médico, AFCE-Enfermeiro, AFCE-Nutricionista e AFCE-Psicólogo são transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo.

Art. 21. Os cargos ocupados de TFCE-Técnico de Finanças e Controle Externo – Área de Controle Externo são transformados em cargos de Técnico de Controle Externo-Área de Controle Externo.

Art. 22. Os cargos ocupados de TFCE-Agente Administrativo, TFCE-Agente de Portaria, TFCE-Auxiliar de Enfermagem, TECE-Datilógrafo, TFCE-Digitador, TFCE-Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, TECE-Artífice, TECE-Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, TFCE-Desenhista, TFCE-Operador de Computador, TECE-Motorista Oficial e TFCE-Telefonista são transformados em cargos de

Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo.

Art. 23. Os cargos ocupados de Auxiliar de Controle Externo são transformados em cargos de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais.

Art. 24. Os cargos vagos de TFCE-Técnico de Finanças e Controle Externo, TFCE-Agente Administrativo, TFCE-Agente de Portaria, TECE-Auxiliar de Enfermagem, TECE-Datilógrafo, TFCE-Digitador, TFCE-Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, TFCE-Artifice, TECE-Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, TFCE-Desenhista, TFCE-Operador de Computador, TECE-Motorista Oficial, TECE-Telefonista e Auxiliar de Controle Externo são transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo.

Art. 25. Os cargos de Técnico de Finanças e Controle Externo, e Auxiliar de Finanças e Controle Externo decorrentes da transformação de que tratam os arts. 21, 22 e 23 poderão, à medida que vagarem, ser transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, sem aumento de despesa.

## CAPÍTULO VII

### Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. O Tribunal de Contas da União estabelecerá, em ato próprio, a forma pela qual prestará assistência jurídica a servidores que, em razão do regular exercício de suas atribuições, venham a ser acionados judicialmente.

Art. 27. Sempre que para efetivar o desempenho da atividade de controle externo for necessário o emprego de força policial, a unidade técnica responsável pela tarefa comunicará o fato ao Ministro-Relator que, a seu juízo, a requisitará.

Art. 28. O Tribunal fixará, em ato próprio, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta lei, respeitada a duração máxima do trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e mínima de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º No caso da jornada normal de trabalho fixada pelo Tribunal de Contas da União ser superior a 30 (trinta) horas semanais, é facultado aos ocupantes dos cargos de que trata o **caput** deste artigo, atendido o interesse da administração, optar pela duração de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, observada a tabela de vencimento básico constante do Anexo V.

§ 2º Aos ocupantes do cargo de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, especialidade Médico, no desempenho exclu-

sivo dessa atividade, é assegurado optar pela duração de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, observada, nessa hipótese, a tabela de vencimento básico constante do Anexo VI desta lei.

Art. 29. O enquadramento dos atuais servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União na carreira instituída por esta lei far-se-á mediante posicionamento no padrão das tabelas constantes do Anexo VII desta lei.

§ 1º Quando o enquadramento previsto no Anexo VII resultar em decréscimo de remuneração, considerada a Gratificação de desempenho no percentual de 30% (trinta por cento), será o servidor enquadrado no padrão que lhe assegure remuneração idêntica ou, na falta deste, no padrão seguinte.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Art. 30. Os concursos públicos em andamento ou com prazo de validade não expirado na data de entrada em vigor desta lei são válidos para o ingresso nos cargos a que se refere o art. 2º, observado o grau de escolaridade exigido.

Art. 31. Os servidores abrangidos por esta lei que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, em até 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

§ 1º Os cargos dos servidores optantes, ao vagarem, serão transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, sem aumento de despesa.

§ 2º À remuneração dos servidores optantes aplicam-se apenas os reajustes gerais devidos aos servidores públicos federais.

Art. 32. Ficam extintas as funções de confiança, funções gratificadas, gratificações de representação de gabinete e cargos comissionados existentes na Secretaria do Tribunal de Contas da União e nos Gabinetes de Ministro, de Auditor e de Procurador até a data do início de vigência desta lei.

Art. 33. Fica extinta, para os servidores integrantes da carreira de que trata esta lei, a Gratificação de Controle Externo de que trata o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.112, de 17 de abril de 1984, bem como a aplicação do disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e do disposto no Decreto-Lei nº 2.389, de 18 de dezembro de 1987.

Art. 34. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de dezembro de 2001. –  
**Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

## ANEXO I

## QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO)

CARGO	QUANTIDADE
Analista de Controle Externo	1.096
Técnico de Controle Externo	994
Auxiliar de Controle Externo	30
<b>TOTAL</b>	<b>2.120</b>

## ANEXO II

ESTRUTURA DA CARREIRA  
(ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO)

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Analista de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo
	12		
	11		
	10		
	9	B	Apoio Técnico e Administrativo
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Técnico de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo
	12		
	11		
	10		
	9	B	Apoio Técnico e Administrativo
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Auxiliar de Controle Externo	13	ESPECIAL	Serviços Gerais
	12		
	11		
	10		
	9	B	
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		

**ANEXO III****FUNÇÕES DE CONFIANÇA  
(ART. 3º)**

NÍVEL DA FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
FC-6	03	R\$ 2.830,00	R\$ 8.490,00
FC-5	144	R\$ 2.100,00	R\$ 302.400,00
FC-4	123	R\$ 1.560,00	R\$ 191.880,00
FC-3	223	R\$ 1.160,00	R\$ 258.680,00
FC-2	57	R\$ 780,00	R\$ 44.460,00
FC-1	107	R\$ 580,00	R\$ 62.060,00
TOTAL	657		R\$ 867.970,00

**ANEXO IV****CARGOS EM COMISSÃO  
(ART. 3º)**

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO	VALOR TOTAL
OFICIAL DE GABINETE	13	R\$ 5.400,00	R\$ 70.200,00
ASSISTENTE	13	R\$ 3.800,00	R\$ 49.400,00
TOTAL	26		R\$ 119.600,00



**ANEXO V****TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO  
(ART. 15, § 2º)**

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
			30 horas/semana	Jornada de Trabalho Normal
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE CONTROLE EXTERNO E ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	ESPECIAL	13	3.999,75	5.333,00
		12	3.883,25	5.177,67
		11	3.770,15	5.026,87
		10	3.660,34	4.880,45
	B	9	3.358,11	4.477,48
		8	3.260,30	4.347,07
		7	3.165,34	4.220,45
		6	3.072,94	4.097,25
	A	5	2.819,40	3.759,20
		4	2.737,28	3.649,71
		3	2.657,56	3.543,41
		2	2.580,15	3.440,20
		1	2.505,00	3.340,00

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
			30 horas/semana	Jornada de Trabalho Normal
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE CONTROLE EXTERNO E ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	ESPECIAL	13	1.999,88	2.666,50
		12	1.941,62	2.588,83
		11	1.885,07	2.513,43
		10	1.830,17	2.440,22
	B	9	1.679,06	2.238,74
		8	1.630,15	2.173,53
		7	1.582,67	2.110,22
		6	1.536,57	2.048,76
	A	5	1.409,70	1.879,60
		4	1.368,64	1.824,85
		3	1.328,78	1.771,70
		2	1.290,08	1.720,10
		1	1.252,50	1.670,00

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
			30 horas/semana	Jornada de Trabalho Normal
AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS	ESPECIAL	13	1.269,38	1.692,51
		12	1.232,41	1.643,21
		11	1.196,51	1.595,35
		10	1.161,67	1.548,89
	B	9	1.065,75	1.421,00
		8	1.034,71	1.379,61
		7	1.004,56	1.339,41
		6	975,31	1.300,41
	A	5	894,78	1.193,04
		4	868,72	1.158,29
		3	843,41	1.124,55
		2	818,85	1.091,80
		1	795,00	1.060,00

**ANEXO VI**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**  
(ART. 28, § 2º)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
			20 horas/semana
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO, ESPECIALIDADE MÉDICO	ESPECIAL	13	2.666,50
		12	2.588,84
		11	2.513,43
		10	2.440,23
	B	9	2.238,74
		8	2.173,53
		7	2.110,23
		6	2.048,76
	A	5	1.879,60
		4	1.824,85
		3	1.771,70
		2	1.720,10
		1	1.670,00

## ANEXO VII

TABELAS DE ENQUADRAMENTO  
(ART. 29)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
AFCE – ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO (Área de Controle Externo)	44 e 45	ESPECIAL	13	ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – Área de Controle Externo
	42 e 43		12	
	40 e 41		11	
	38 e 39		10	
	36 e 37	B	9	
	34 e 35		8	
	32 e 33		7	
	31		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
AFCE – ANALISTA DE SISTEMAS; AFCE – BIBLIOTECÁRIO; AFCE – ENFERMEIRO; AFCE – ENGENHEIRO; AFCE – MÉDICO; AFCE – NUTRICIONISTA; AFCE – PROGRAMADOR; AFCE – PSICÓLOGO	44 e 45	ESPECIAL	13	ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – Área de Apoio Técnico e Administrativo
	42 e 43		12	
	40 e 41		11	
	38 e 39		10	
	36 e 37	B	9	
	34 e 35		8	
	32 e 33		7	
	31		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
TFCE – TÉCNICO DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO (Área de Controle Externo)	29 e 30	ESPECIAL	13	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – Área de Controle Externo
	27 e 28		12	
	25 e 26		11	
	23 e 24		10	
	21 e 22	B	9	
	19 e 20		8	
	17 e 18		7	
	16		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
TFCE – OPERADOR DE COMPUTADOR; TFCE – DIGITADOR; TFCE – AGENTE ADMINISTRATIVO; TFCE – AGENTE DE CINEFOTOGRAFIA E MICROFILMAGEM; TFCE – AGENTE DE PORTARIA; TFCE – ARTÍFICE; TFCE – AUXILIAR DE ENFERMAGEM; TFCE – AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS; TFCE – DATILÓGRAFO; TFCE – DESENHISTA; TFCE – MOTORISTA OFICIAL; TFCE – TELEFONISTA	29 e 30	ESPECIAL	13	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – Área de Apoio Técnico e Administrativo
	27 e 28		12	
	25 e 26		11	
	23 e 24		10	
	21 e 22	B	9	
	19 e 20		8	
	17 e 18		7	
	16		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
AUCE - Artífice AUCE – Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	14 e 15	Especial	13	AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO – Área de Serviços Gerais
	12 e 13		12	
	10 e 11		11	
	8 e 9		10	
	6 e 7	B	9	
	4 e 5		8	
	2 e 3		7	
	1		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

**LEI Nº 10.356, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001****Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I  
Das Disposições Gerais**

Art. 1º O Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União regem-se por esta lei.

Art. 2º O Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União é composto pela Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União, integrada pelos cargos efetivos de:

- I – Analista de Controle Externo, de nível superior;
- II – Técnico de Controle Externo, de nível médio;
- III – Auxiliar de Controle Externo, de nível básico.

§ 1º O quantitativo de cargos de que trata esta Lei é o constante do Anexo II.

II – Os cargos efetivos de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo são estruturados em Classes e Padrões, nas diversas áreas de atividade, conforme o Anexo II.

Art. 3º Integram o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União:

I – as funções de confiança (FC) escalonadas de FC-1 a FC-6, nos quantitativos e valores definidos no Anexo III;

II – os cargos em comissão, nos quantitativos e valores definidos no Anexo IV, observado o disposto no inciso IV do art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.165, de 19 de dezembro de 1995.

§ 1º As funções de que trata o inciso I deste artigo são de exercício exclusivo de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

§ 2º O preenchimento dos cargos de que trata o inciso II deste artigo, cujos ocupantes terão exercício exclusivo nos Gabinetes de Ministro, de Auditor e do Procurador-Geral, é de livre escolha da respectiva autoridade.

Fl.3 da Lei nº 10.356, de 27-12-2001

IV – para o cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, certificado de conclusão do ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

V – para o cargo de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais, certificado de conclusão do ensino fundamental.

Art. 11 O ingresso nos cargos da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos para o padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

Art. 12. O concurso a que se refere o art. 11 realizar-se-á em duas etapas, na seguinte ordem:

1 – provas ou provas e títulos, sendo as provas de caráter eliminatório e classificatório e os títulos de caráter classificatório;

II – programa de formação, de caráter eliminatório.

§ 1º Para o cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, durante a primeira etapa, poderá ser exigido exame de habilidade específica, conforme dispuser o edital do concurso.

§ 2º O programa de formação de que trata este artigo poderá ser dispensado, conforme dispuser o edital do concurso.

§ 3º O Tribunal de Contas da União definirá, em instrumento próprio, a duração e o conteúdo do curso de formação de que trata este artigo.

Art. 13. Os candidatos aprovados na primeira etapa do concurso e matriculados no programa de formação terão direito, a título de auxílio financeiro, à retribuição equivalente a 70% (setenta por cento) da remuneração inicial do cargo a que estiverem concorrendo.

§ 1º O auxílio financeiro será devido desde o início até a conclusão do programa de formação ou, se for o caso, até a data de eliminação do candidato.

§ 2º Se o candidato for ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego na administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, em qualquer dos Poderes da União, ser-lhe-á garantido o direito de afastamento para participar do programa de formação sem prejuízo da remuneração, vantagens ou direitos de seu cargo ou emprego, podendo optar pelo auxílio financeiro previsto neste artigo.

**CAPÍTULO IV  
Do Desenvolvimento**

Art. 14. O desenvolvimento do servidor, no respectivo cargo, ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, observado o intervalo de 1 (um) ano de efetivo exercício.

Fl. 4 da Lei nº 10.356, de 27-12-2001

§ 2º Promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, mediante avaliação de desempenho e treinamento, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano de efetivo exercício em relação à progressão imediatamente anterior.

#### CAPÍTULO V Da Remuneração

Art. 15. A remuneração dos servidores integrantes da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União é composta pelo vencimento básico e pela Gratificação de Desempenho, incidente sobre o respectivo vencimento básico, calculada conforme o cargo e a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor.

§ 1º São ainda devidas aos servidores integrantes da Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União vantagens pessoais incorporadas nos termos da legislação aplicável, bem como as revisões gerais concedidas aos servidores civis da União.

§ 2º A tabela de vencimento básico dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União é a constante do Anexo V desta lei.

Art. 16. Aos servidores ocupantes dos cargos de Analista de Controle Externo, Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Controle Externo é devida a Gratificação de Desempenho no percentual de até 50% (cinquenta por cento), de acordo com o implemento de metas de produção e qualidade, na forma estabelecida em ato do Tribunal de Contas da União.

§ 12 O ato a que se refere o caput deste artigo poderá fixar percentuais mínimos e máximos de Gratificação de Desempenho em razão das atribuições exercidas, bem como ponderar, de maneira diferenciada, o exercício das atividades de coordenação, planejamento e realização de auditorias ou da instrução ou exame de processos relativos às atividades enumeradas nos incisos I a VI do art. 71 da Constituição Federal, respeitados os limites estabelecidos no **caput**.

§ 2º O ato de que trata o caput será editado no prazo de até 90 (noventa dias, a contar da vigência desta lei).

§ 3º Enquanto não editado o ato a que se refere o caput deste artigo, a Gratificação de Desempenho corresponderá a 30% (trinta por cento).

Art. 17. O servidor ocupante de cargo efetivo da Secretaria do Tribunal de Contas da União, quando investido em função de confiança, perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida do valor da função para a qual foi designado.

Art. 18. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na administração pública federal nome-

ado para o exercício do cargo de Oficial de Gabinete ou do cargo de Assistente, previstos no art. 3º, II, e § 2º, desta lei, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo acrescida do valor correspondente à FC-3 ou à FC- 1, respectivamente.

#### CAPÍTULO VI Da Implantação do Quadro de Pessoal

Art. 19. Os cargos ocupados e vagos de AFCE – Analista de Finanças e Controle Externo Controle Externo são transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo.

#### CAPÍTULO II Das Atribuições

Art. 4º É atribuição do cargo de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo o desempenho de todas as atividades de caráter técnico de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 5º É atribuição do cargo de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de todas as atividades administrativas e logísticas de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 6º É atribuição do cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo o desempenho de todas as atividades concernentes ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União, de nível intermediário, bem como auxiliar o Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo no exercício de suas atribuições.

Art. 7º É atribuição do cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível intermediário, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 8º É atribuição do cargo de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais o desempenho das atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível básico, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Tribunal de Contas da União.

Art. 9º O Tribunal de Contas da União especificará, em ato próprio, as atribuições pertinentes a cada cargo de que trata esta Lei, observado o disposto nos arts. 4º, 5º, 6º, 7º e 8º.

Parágrafo único. As atribuições pertinentes aos cargos de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo e de Auxili-

ar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais podem ser especificadas, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional.

### CAPÍTULO III

#### Do Ingresso

Art. 10. São requisitos de escolaridade para ingresso na Carreira de Especialista do Tribunal de Contas da União:

I – para o cargo de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, diploma de conclusão de curso superior ou habilitação legal equivalente;

II – para o cargo de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

III – para o cargo de Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo, certificado de conclusão do ensino médio;

Art. 20. Os cargos ocupados e vagos de AFCE-Analista de Sistemas, AFCE- Programador, AFCE-Bibliotecário, AFCE-Engenheiro, AFCE-Médico, AECE-Enfermeiro, AFCE- Nutricionista e AFCE-Psicólogo são transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo.

Art. 21. Os cargos ocupados de TFCE-Técnico de Finanças e Controle Externo, – Área de Controle Externo são transformados em cargos de Técnico de Controle Externo – Área de Controle Externo.

Art. 22. Os cargos ocupados de TFCE-Agente Administrativo, TFCE-Agente de Portaria, TECE-Auxiliar de Enfermagem, TFCE-Datilógrafo, TFCE-Digitador, TFCE-Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, TFCE-Artífice, TFCE-Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, TFCE-Desenhista, TFCE-Operador de Computador, TFCE-Motorista Oficial e TFCE- Telefonista são transformados em cargos de Técnico de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo.

Art. 23. Os cargos ocupados de Auxiliar de Controle Externo são transformados em cargos de Auxiliar de Controle Externo – Área de Serviços Gerais.

Art. 24. Os cargos vagos de TFCE-Técnico de Finanças e Controle Externo, TFCE-Agente Administrativo, TECE-Agente de Portaria, TFCE-Auxiliar de Enfermagem, TFCE- Datilógrafo, TECE-Digitador, TFCE-Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, TFCE-Artífice, TFCE-Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, TFCE-Desenhista, TFCE-Operador de Computador, TFCE-Motorista Oficial, TFCE-Telefonista e Auxiliar de Controle Externo são transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo.

Art. 25. Os cargos de Técnico de Finanças e Controle Externo, e Auxiliar de Finanças e Controle Externo decorrentes da transformação de que tratam os arts. 21, 22 e 23 poderão, à medida que vagarem, ser transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, sem aumento de despesa.

### CAPÍTULO VII

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. (VETADO)

Art. 28. O Tribunal fixará, em ato próprio, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei, respeitada a duração máxima do trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e mínima de 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º No caso da jornada normal de trabalho fixada pelo Tribunal de Contas da União ser superior a 30 (trinta) horas semanais, é facultado aos ocupantes dos cargos de que trata o **caput** deste artigo, atendido o interesse da administração, optar pela duração de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, observada a tabela de vencimento básico constante do Anexo V.

§ 2º Aos ocupantes do cargo de Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo, especialidade Médico, no desempenho exclusivo dessa atividade, é assegurado optar pela duração de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, observada, nessa hipótese, a tabela de vencimento básico constante do Anexo VI desta lei.

Art. 29. O enquadramento dos atuais servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União na carreira instituída por esta lei far-se-á mediante posicionamento no padrão das tabelas constantes do Anexo VII desta lei.

§ 1º Quando o enquadramento previsto no Anexo VII resultar em decréscimo de remuneração, considerada a Gratificação de Desempenho no percentual de 30% (trinta por cento), será o servidor enquadrado no padrão que lhe assegure remuneração idêntica ou, na falta deste, no padrão seguinte.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Art. 30. Os concursos públicos em andamento ou com prazo de validade não expirado na data de entrada em vigor desta lei são válidos para o ingresso nos cargos a que se refere o art. 2º, observado o grau de escolaridade exigido.

Art. 31. Os servidores abrangidos por esta lei que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, em até 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

§ 1º Os cargos dos servidores optantes, ao varem, serão transformados em cargos de Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo, sem aumento de despesa.

§ 2º À remuneração dos servidores optantes aplicam-se apenas os reajustes gerais devidos aos servidores públicos federais.

Art. 32. Ficam extintas as funções de confiança, funções gratificadas, gratificações de representação de gabinete e cargos comissionados existentes na Secretaria do Tribunal de Contas da União e nos Gabinetes de Ministro, de Auditor e de Procurador até a data do início de vigência desta lei.

Art. 33. Fica extinta, para os servidores integrantes da carreira de que trata esta Lei, a Gratificação de Controle Externo de que trata o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.112, de 17 de abril de 1984, bem como a aplicação do disposto no art. 62 do Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e do disposto no Decreto-Lei nº 2.389, de 18 de dezembro de 1987.

Art. 34. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

## ANEXO I

## QUANTITATIVO DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO)

CARGO	QUANTIDADE
Analista de Controle Externo	1.096
Técnico de Controle Externo	994
Auxiliar de Controle Externo	30
TOTAL	2.120

## ANEXO II

ESTRUTURA DA CARREIRA  
(ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO)

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Analista de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo
	12		
	11		
	10		
	9	B	Apoio Técnico e Administrativo
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		

CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Técnico de Controle Externo	13	ESPECIAL	Controle Externo
	12		
	11		
	10		
	9	B	Apoio Técnico e Administrativo
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		



CARGOS	PADRÃO	CLASSE	ÁREAS
Auxiliar de Controle Externo	13	ESPECIAL	Serviços Gerais
	12		
	11		
	10		
	9	B	
	8		
	7		
	6		
	5	A	
	4		
	3		
	2		
	1		

## ANEXO III

FUNÇÕES DE CONFIANÇA  
(ART. 3º)

NÍVEL DA FUNÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
FC-6	03	R\$ 2.830,00	R\$ 8.490,00
FC-5	144	R\$ 2.100,00	R\$ 302.400,00
FC-4	123	R\$ 1.560,00	R\$ 191.880,00
FC-3	223	R\$ 1.160,00	R\$ 258.680,00
FC-2	57	R\$ 780,00	R\$ 44.460,00
FC-1	107	R\$ 580,00	R\$ 62.060,00
TOTAL	657		R\$ 867.970,00

## ANEXO IV

CARGOS EM COMISSÃO  
(ART. 3º)

DENOMINAÇÃO DO CARGO	QUANTIDADE	REMUNERAÇÃO	VALOR TOTAL
OFICIAL DE GABINETE	13	R\$ 5.400,00	R\$ 70.200,00
ASSISTENTE	13	R\$ 3.800,00	R\$ 49.400,00
TOTAL	26		R\$ 119.600,00

## ANEXO V

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO  
(ART. 15, § 2º)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
			30 horas/semana	Jornada de Trabalho Normal
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE CONTROLE EXTERNO E ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	ESPECIAL	13	3.999,75	5.333,00
		12	3.883,25	5.177,67
		11	3.770,15	5.026,87
		10	3.660,34	4.880,45
	B	9	3.358,11	4.477,48
		8	3.260,30	4.347,07
		7	3.165,34	4.220,45
		6	3.072,94	4.097,25
	A	5	2.819,40	3.759,20
		4	2.737,28	3.649,71
		3	2.657,56	3.543,41
		2	2.580,15	3.440,20
		1	2.505,00	3.340,00

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
			30 horas/semana	Jornada de Trabalho Normal
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE CONTROLE EXTERNO E ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	ESPECIAL	13	1.999,88	2.666,50
		12	1.941,62	2.588,83
		11	1.885,07	2.513,43
		10	1.830,17	2.440,22
	B	9	1.679,06	2.238,74
		8	1.630,15	2.173,53
		7	1.582,67	2.110,22
		6	1.536,57	2.048,76
	A	5	1.409,70	1.879,60
		4	1.368,64	1.824,85
		3	1.328,78	1.771,70
		2	1.290,08	1.720,10
		1	1.252,50	1.670,00

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
			30 horas/semana	Jornada de Trabalho Normal
AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS	ESPECIAL	13	1.269,38	1.692,51
		12	1.232,41	1.643,21
		11	1.196,51	1.595,35
		10	1.161,67	1.548,89
	B	9	1.065,75	1.421,00
		8	1.034,71	1.379,61
		7	1.004,56	1.339,41
		6	975,31	1.300,41
	A	5	894,78	1.193,04
		4	868,72	1.158,29
		3	843,41	1.124,55
		2	818,85	1.091,80
		1	795,00	1.060,00

## ANEXO VI

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO  
(ART. 28, § 2º)

CARGOS	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
			20 horas/semana
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO ÁREA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO, ESPECIALIDADE MÉDICO	ESPECIAL	13	2.666,50
		12	2.588,84
		11	2.513,43
		10	2.440,23
	B	9	2.238,74
		8	2.173,53
		7	2.110,23
		6	2.048,76
	A	5	1.879,60
		4	1.824,85
		3	1.771,70
		2	1.720,10
		1	1.670,00

## ANEXO VII

TABELAS DE ENQUADRAMENTO  
(ART. 29)

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
AFCE – ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO (Área de Controle Externo)	44 e 45	ESPECIAL	13	ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – Área de Controle Externo
	42 e 43		12	
	40 e 41		11	
	38 e 39		10	
	36 e 37	B	9	
	34 e 35		8	
	32 e 33		7	
	31		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
AFCE – ANALISTA DE SISTEMAS; AFCE – BIBLIOTECÁRIO; AFCE – ENFERMEIRO; AFCE – ENGENHEIRO; AFCE – MÉDICO; AFCE – NUTRICIONISTA; AFCE – PROGRAMADOR; AFCE – PSICÓLOGO	44 e 45	ESPECIAL	13	ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – Área de Apoio Técnico e Administrativo
	42 e 43		12	
	40 e 41		11	
	38 e 39		10	
	36 e 37	B	9	
	34 e 35		8	
	32 e 33		7	
	31		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
TFCE – TÉCNICO DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO (Área de Controle Externo)	29 e 30	ESPECIAL	13	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – Área de Controle Externo
	27 e 28		12	
	25 e 26		11	
	23 e 24		10	
	21 e 22	B	9	
	19 e 20		8	
	17 e 18		7	
	16		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
TFCE – OPERADOR DE COMPUTADOR; TFCE – DIGITADOR; TFCE – AGENTE ADMINISTRATIVO; TFCE – AGENTE DE CINEFOTOGRAFIA E MICROFILMAGEM; TFCE – AGENTE DE PORTARIA; TFCE – ARTÍFICE; TFCE – AUXILIAR DE ENFERMAGEM; TFCE – AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS; TFCE – DATILÓGRAFO; TFCE – DESENHISTA; TFCE – MOTORISTA OFICIAL; TFCE – TELEFONISTA	29 e 30	ESPECIAL	13	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – Área de Apoio Técnico e Administrativo
	27 e 28		12	
	25 e 26		11	
	23 e 24		10	
	21 e 22	B	9	
	19 e 20		8	
	17 e 18		7	
	16		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO	
AUCE - Artífice AUCE – Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	14 e 15	Especial	13	AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO – Área de Serviços Gerais
	12 e 13		12	
	10 e 11		11	
	8 e 9		10	
	6 e 7	B	9	
	4 e 5		8	
	2 e 3		7	
	1		6	
		A	5	
			4	
			3	
			2	
			1	

**VETO PARCIAL Nº 49, DE 2001**

APOSTO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2001

(Nº 3.475/2000, na Casa de Origem

(Mensagem nº 792/2001-CN –

Nº 1.446/2001, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 118, de 2001 (nº 3.475/00 na Câmara dos Deputados), que “Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento”.

Ouvido, o Ministério da Justiça assim se manifestou sobre os dispositivos a seguir vetados:

Art. 154, parágrafo único, da Lei nº 5.869/73, alterado pelo art. 1º do projeto

“Art. 154. ....

Parágrafo único. Atendidos os requisitos de segurança e autenticidade, poderão os tribunais disciplinar, no âmbito da sua jurisdição, a prática de atos processuais e sua comunicação às partes, mediante a utilização de meios eletrônicos.” (NR)

**Razões do veto**

“A superveniente edição da Medida Provisória nº 2.200, de 2001, que institui a Infla-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras, que, aliás, já está em funcionamento, conduz à inconveniência da adoção da medida projetada, que deve ser tratada de forma uniforme em prol da segurança jurídica.”

Art. 175 da Lei nº 5.869/73, alterado pelo art. 1º do projeto

“Art. 175. São feriados, para efeitos forenses, os sábados, os domingos e os dias assim declarados por lei.” (NR)

**Razões do veto**

“O atual art. 175 do CPC preceitua que são feriados, para efeitos forenses, os domingos e os dias declarados por lei.

Por sua vez, o art. 172 desse ordenamento codificado estabelece que os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das seis às vinte horas, sendo que a citação e a penhora só poderão ocorrer em domingos e feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido nes-

se artigo, observado o disposto no art. 52, XI, da Constituição Federal, em casos excepcionais e mediante expressa autorização do juiz (§ 1º).

Observa-se, assim, que a inclusão do sábado como feriado acarretará a impossibilidade do cumprimento de mandados de citação e de penhora, salvo nos casos excepcionais a que se refere o § 1º do art. 172 acima mencionado. Evidentemente, expurgada essa possibilidade de cumprimento de ordem, estar-se-á trazendo mais delongas ao processo. Note-se que a intenção da inclusão do sábado como feriado, quando do envio do projeto, era alterar a contagem do prazo que se propôs no art. 178 do CPC, também vetado na presente Mensagem.”

Art. 178 da Lei nº 5.869/73 alterado pelo art. 1º do projeto

“Art. 178. O prazo legal ou judicial, contado em dias, suspender-se-á nos dias feriados e naqueles em que não houver expediente forense, salvo nos casos previstos no art. 188, (NR)

**Razões do veto**

“No que diz respeito ao projetado art. 178 do CPC, pelo art. 1º da proposta, que manda suspender a contagem do prazo nos dias feriados e naqueles em que não houver expediente forense, salvo nos casos dos prazos contados em dobro e quádruplo, estabelecidos no art. 188, tem sido dirigidas a este órgão considerações que nos parecem relevantes e que podem ter o condão de alterar o entendimento do Poder proponente acerca da conveniência da adoção de tal norma.

Tais ponderações dizem respeito às consequências negativas que o acolhimento de tal prática acarretará nos trabalhos de secretaria e, em especial, nos Tribunais Superiores, quando da análise de processos oriundos de comarcas diversas, levando-se em conta o número de feriados locais e os casos que podem ter ensejado o fechamento do fórum, que deverão ser do conhecimento do magistrado, principalmente porque o decurso dos prazos peremptórios impede a prestação jurisdicional. Some-se a isso, na primeira instância, por exemplo, o caso de exceções de incompetência serem acolhidas e, portanto, deslocadas as causas para localidades distintas das quais são oriundas as demandas. Ciente de que as Secretarias terão grande dificuldade para o cumprimento da norma, uma vez que, como se sabe, o Poder Judiciário encontra-se cada vez mais assobrado e, portanto, mais desaparelhado, e, também, de que a busca da celeridade da justiça estará mais comprometida, principalmente se considerado o número de recursos que poderão advir da contagem equivocada dos prazos, contagem essa, frise-se, que é feita por servidores, parece-nos

que deveria haver nova avaliação sobre a matéria, agora diante de opiniões que só se fizeram conhecer posteriormente ao encaminhamento da proposição ao Congresso Nacional. A par do elevado propósito que norteou a elaboração do novo texto, a majoração do prazo poderia ser obtida não pela modificação da forma de sua contagem, mas pela própria na oração objetiva dos prazos estabelecidos no ordenamento codificado, sem causar nenhum prejuízo ao bom andamento da justiça."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 27 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

**(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 118, DE 2001**

(nº 3.475/2000, na Casa de origem)

**Altera dispositivos da Lei nº 5.869,  
de 11 de janeiro de 1973 – Código de Pro-  
cesso Civil, relativos ao processo de co-  
nhecimento**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo:

.....  
V – cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.

Parágrafo único. Ressalvados os advogados que se sujeitam exclusivamente aos estatutos da OAB, a violação do disposto no inciso V deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado."(NR)

**(\*) Em Destaque as Partes Vetadas**

"Art. 154. ....

Parágrafo único. *Atendidos os requisitos de segurança e autenticidade, poderão os tribunais disciplinar, no âmbito da sua jurisdição, a prática de atos processuais e sua comunicação às partes, mediante a utilização de meios eletrônicos.*" (NR)

"Art. 175. São feriados, para efeitos forenses, os sábados, os domingos e os dias assim declarados por lei." (NR)

"Art. 178. O prazo legal ou judicial, contado em dias, suspender-se-á nos dias feriados e naqueles em que não houver expediente forense, salvo nos casos previstos no art. 188." (NR)

"Art. 253. Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza:

I – quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;

II – quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores.

....."(NR)

"Art. 407. Incumbe às partes, no prazo que o juiz fixará ao designar a data da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e o local de trabalho; omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até 10 (dez) dias antes da audiência.

....."(NR) .

"Art. 433. ....

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo."(NR)

"Art. 575. ....

IV – o juízo cível competente, quando o título executivo for sentença penal condenatória ou sentença arbitral."(NR)

"Art. 584. ....

III – a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que verse matéria não posta em juízo;

VI – a sentença arbitral.

....."(NR)

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 431-A e 431-B:

“Art. 431-A. As partes terão ciência da data e local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.”

“Art. 431-B. Tratando-se de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico.”

Art. 3º Fica revogado o inciso III do art. 575 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses após a data de sua publicação.

### VETO PARCIAL Nº 50, DE 2001

APOSTO AO  
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 48, DE 2001  
MENSAGEM Nº 796/2001-CN  
( Nº 1474/2001, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 48, de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$57.164.152,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.”

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim se manifestou quanto as programações constantes dos Anexos a esta Mensagem, pelas seguintes razões:

“A proposição de veto baseia-se no fato de o projeto de lei acima mencionado propor suplementação de dotações orçamentárias que já foram objeto de crédito suplementar aberto pela Lei nº 10.321, de 11 de dezembro de 2001, publicada no **Diário Oficial** de 12 de dezembro de 2001.”

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 28 de dezembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20101 - GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R N P	M O D	I U T	F T E	VALOR		
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR									107.814		
		ATIVIDADES									
04 331	0100 2001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							107.814		
04 331	0100 2011 0165	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	107.814		
TOTAL - FISCAL									107.814		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									107.814		

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R N P	M O D	I U T	F T E	VALOR		
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									1.350.000		
		ATIVIDADES									
04 123	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							1.077.000		
04 122	0750 2000 0183	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.077.000		
04 123	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							85.000		
04 122	0750 2001 0109	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	85.000		
04 126	0750 2003	AÇOES DE INFORMATICA							188.000		
04 126	0750 2003 0107	AÇOES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	177.000		
TOTAL - FISCAL									1.350.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.350.000		



## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

(\*)PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 48, DE 2001-CN

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$57.164.152,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.**

## (\*) Em Destaque As Partes Vetadas

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito suplementar no valor global de R\$57.164.152,00 (cinquenta e sete milhões, cento e sessenta e quatro mil,

cento e cinquenta e dois reais), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da:

I – utilização parcial de superávit financeiro, apurado em Balanços Patrimoniais do exercício de 2000, no montante de R\$8.447.000,00 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil reais);

II – anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II desta Lei; e

III – incorporação de recursos provenientes de operações de crédito externas, no valor de R\$11.615.000,00 (onze milhões, seiscentos e quinze mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20101 - GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR (VETADO)									
ATIVIDADES									
04 331	0100 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							(VETADO)
04 331	0100 2011 0163	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	(VETADO)
TOTAL - FISCAL									(VETADO)
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									(VETADO)

VETADO

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO (VETADO)									
ATIVIDADES									
04 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							(VETADO)
04 122	0750 2000 0183	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	(VETADO)
04 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							(VETADO)
04 122	0750 2001 0109	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	(VETADO)
04 126	0750 2003	ACOES DE INFORMATICA							(VETADO)
04 126	0750 2003 0107	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	(VETADO)
TOTAL - FISCAL									(VETADO)
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									(VETADO)

VETADO

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

## ANEXO I

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0794 GESTAO DO PATRIMONIO PUBLICO</b>									<b>100.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 122	0794 2070	ADMINISTRACAO DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMONIO NACIONAL							100.000
04 122	0794 2070 0001	ADMINISTRACAO DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMONIO NACIONAL - NACIONAL							100.000
			F	3	P	90	0	100	100.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>100.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>100.000</b>

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

## ANEXO I

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR</b>									<b>46.500</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 331	0100 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							46.500
04 331	0100 2011 0159	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							46.500
			F	3	P	90	0	250	46.500

**0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS****19.600**

		OPERACOES ESPECIAIS							
04 212	0681 0091	CONTRIBUICAO AO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ECOM							200
04 212	0681 0091 0001	CONTRIBUICAO AO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS - ECOM - NACIONAL							200
04 212	0681 0100	CONTRIBUICAO AO THE INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE, INC-IFF	F	3	P	72	0	250	200
04 212	0681 0100 0001	CONTRIBUICAO AO THE INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE, INC-IFF - NACIONAL							16.600
04 212	0681 0102	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO LATINO-AMERICANA DE INSTITUICOES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO - ALIDE	F	3	P	72	0	250	200
04 212	0681 0102 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO LATINO-AMERICANA DE INSTITUICOES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO - ALIDE - NACIONAL							2.800
			F	3	P	72	0	250	2.800

**0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO****9.443.400**

		OPERACOES ESPECIAIS							
04 273	0750 0110	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA							7.618.600
04 273	0750 0110 0035	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL							7.618.600
			F	3	P	90	0	280	7.618.600
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							1.824.800
04 122	0750 2002 0149	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							1.824.800
			F	3	P	90	0	250	1.824.800

**0771 GESTÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA****2.640.000**

		ATIVIDADES							
04 123	0771 2098	FORMULACAO E GERENCIAMENTO DA POLITICA MONETARIA, CAMBIAL E DE CREDITO							2.640.000
04 123	0771 2098 0001	FORMULACAO E GERENCIAMENTO DA POLITICA MONETARIA, CAMBIAL E DE CREDITO - NACIONAL							2.640.000
			F	3	P	90	0	250	2.640.000

**0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL****29.952.000**

		ATIVIDADES							
04 126	0776 2089	SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN							16.918.000
04 126	0776 2089 0001	SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN - NACIONAL							16.918.000

[illegible]

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

## ANEXO 1

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>									<b>3.500</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
04 212	0681 0103	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DAS COMISSOES DE VALORES - OICV							3.500
04 212	0681 0103 0001	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DAS COMISSOES DE VALORES - OICV - NACIONAL							3.500
			F	3	P	72	0	126	3.500
<b>0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>									<b>250.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							250.000
04 122	0750 2001 0077	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL							250.000
			F	3	P	90	0	126	100.000
			F	4	P	90	0	126	150.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>253.500</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>253.500</b>

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
 UNIDADE : 24233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUPRAMA

## ANEXO 1

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR</b>									<b>18.200</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
22 331	0100 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							18.200
22 331	0100 2011 0017	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							18.200
			F	3	P	90	0	250	18.200



**3,532,000**

		ATIVIDADES							
04 126	0795 4557	SISTEMAS INFORMATIZADOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL							5.522.000
04 126	0795 4557 0001	SISTEMAS INFORMATIZADOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL - NACIONAL							5.522.000
			F	3	P	90	0	100	875.000
			F	3	P	90	0	300	3.206.000
			F	4	P	90	0	300	1.441.000
TOTAL - FISCAL									8.028.647
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.028.647

**ORGÃO : 47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

**CREDITO SUPPLEMENTAR****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									167.30
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							167.30
04 122	0750 2002 0121	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	S	P	90	0	100	167.30
TOTAL - FISCAL									167.30
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									167.30

ORGÃO : 47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
 UNIDADE : 47204 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

## ANEXO I

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									49.000
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							49.000
04 122	0750 2001 0087	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	J	P	90	0	100	49.000
			F	4	P	90	0	100	25.000
									23.000
0797 INFORMACAO E CONHECIMENTO EM POLITICAS PUBLICAS									1.000.000
		PROJETOS							
04 122	0797 3597	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO							1.000.000
04 122	0797 3597 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO - NACIONAL	F	4	P	72	0	149	1.000.000
									1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.049.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.049.000

ORGÃO : 47000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

## ANEXO I

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR									500.000
		ATIVIDADES							
21 331	0100 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							500.000
21 331	0100 2011 0157	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	500.000



**2,000,000**

		ATIVIDADES							
21 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							2.000.000
21 122	0750 2000 0215	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

**ORGÃO : 25006 - MINISTERIO DA FAZENDA**  
**UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA**

**CREDITO SUPPLEMENTAR****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									100.000
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							100.000
04 122	0750 2002 0123	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							100.000
			F	3	P	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

**ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL**

## ANEXO II

## CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FLUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									23.273.480
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 273	0750 0110	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA							22.173.400
04 273	0750 0110 0035	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	22.173.400
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							1.100.000
04 122	0750 2000 0209	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	280	1.100.000
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL									7.703.100
		PROJETOS							
04 122	0776 1067	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE EDIFICIOS DO BACEN							3.352.600
04 122	0776 1067 0007	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE EDIFICIOS DO BACEN - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	F	4	P	90	0	280	3.085.600
04 122	0776 1067 0009	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE EDIFICIOS DO BACEN - NO MUNICIPIO DE CURITIBA - PR	F	4	P	90	0	280	267.000
		ATIVIDADES							
04 125	0776 2832	FISCALIZACAO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DO MERCADO FINANCEIRO							4.350.500
04 125	0776 2832 0002	FISCALIZACAO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DO MERCADO FINANCEIRO - INSTALACAO DE DELEGACIAS DO BACEN - NACIONAL	F	4	P	90	0	250	1.100.500
			F	4	P	90	0	280	3.250.000
TOTAL - FISCAL									30.976.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.976.500

**ORGAO : 15000 - MINISTERIO DA FAZENDA**  
**UNIDADE : 25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS**

## ANEXO II

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									253.500
04 122	0750 2000	ATIVIDADES							253.500
04 122	0750 2000 0149	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							253.500
		MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	126	103.500
			F	4	P	90	0	126	150.000
TOTAL - FISCAL									253.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									253.500

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR  
UNIDADE : 28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

## ANEXO II

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									2.474.200
		ATIVIDADES							
22 121	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							1.250.000
22 122	0750 2001 0121	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	4	P	90	0	250	1.250.000
22 121	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							1.224.200
22 122	0750 2002 0127	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	4	P	90	0	250	1.224.200
TOTAL - FISCAL									2.474.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.474.200

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0794 GESTAO DO PATRIMONIO PUBLICO</b>									<b>1.094.308</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 122	0794 6435	DEPURACAO DOS REGISTROS DA BASE CADASTRAL DOS IMOVEIS DA UNIAO							671.000
04 122	0794 6435 0001	DEPURACAO DOS REGISTROS DA BASE CADASTRAL DOS IMOVEIS DA UNIAO - NACIONAL	F	3	P	90	0	133	671.000
04 122	0794 6507	MANUTENCAO DO CADASTRO DE IMOVEIS PROPRIOS NACIONAIS							423.300
04 122	0794 6507 0001	MANUTENCAO DO CADASTRO DE IMOVEIS PROPRIOS NACIONAIS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	423.300
<b>0795 INTEGRACAO ENTRE PLANO E ORCAMENTO</b>									<b>875.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 121	0795 4090	COORDENACAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO							875.000
04 121	0795 4090 0001	COORDENACAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	875.000
<b>0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO</b>									<b>112.347</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
28 212	0803 0402	INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID							112.347
28 212	0803 0402 0005	INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID - NACIONAL	F	5	P	90	0	100	112.347
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>2.081.647</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>2.081.647</b>

**ORGÃO : 47808 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**UNIDADE : 47204 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0797 INFORMACAO E CONHECIMENTO EM POLITICAS PUBLICAS									1.049.000
		PROJETOS							
04 122	0797 3590	ESTUDOS DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO							49.000
04 122	0797 3590 0001	ESTUDOS DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO - NACIONAL							49.000
04 122	0797 3597	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO	F	3	P	72	0	100	49.000
04 122	0797 3597 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUICOES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO - NACIONAL	F	3	P	72	0	149	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.049.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.049.000

ORGÃO : 47008 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
UNIDADE : 47285 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									167.305
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							167.305
04 122	0750 2002 0121	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							167.305
			F	4	P	90	0	100	167.305
TOTAL - FISCAL									167.305
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									167.305

[illegible]

12.888





UNIDADE : 26246 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

**CREDITO SUPPLEMENTAR****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									23.649
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							1.327
12 364	0051 0327 0011	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	1.327
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							7.022
12 364	0051 0331 0021	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	7.022
12 363	0051 0336	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE							3.600
12 363	0051 0336 0019	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	3.600
12 363	0051 0337	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLÓGICA - CONCEFET							2.200
12 363	0051 0337 0035	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLÓGICA - CONCEFET - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	2.200
12 364	0051 0448	CONTRIBUICAO A REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC							9.500
12 364	0051 0448 0005	CONTRIBUICAO A REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	9.500
TOTAL - FISCAL									23.649
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.649

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

## ANEXO I

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		ATIVIDADES							
0047 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS									9.008.640
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 366	0047 0081	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							9.008.640
12 366	0047 0081 0001	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO ACRE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	311.673
12 366	0047 0081 0005	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RONDONIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	311.673 562.304
12 366	0047 0081 0007	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	562.304 104.903
12 366	0047 0081 0009	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO TOCANTINS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	104.903 82.455
12 366	0047 0081 0011	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	82.455 1.059.840
12 366	0047 0081 0013	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA BAHIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	1.059.840 99.245
12 366	0047 0081 0015	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO CEARA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	99.245 678.592
12 366	0047 0081 0017	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO MARANHAO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	678.592 1.152.599
12 366	0047 0081 0019	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA PARAIBA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	1.152.599 691.725
12 366	0047 0081 0021	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE	F	3	P	30	0	179	691.725 2.015.743

12 366	0047 0081 0027	JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	1.173.092 561.591
		GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE SERGIPE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	561.591
TOTAL - FISCAL									9.008.640
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.008.640

**ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO**  
**UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO**

## ANEXO I

**CREDITO SUPPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									66.000
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							66.000
12 363	0044 2992 0015	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE GOIAS							66.000
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE)1	F	3	F	90	0	230	66.000
TOTAL - FISCAL									66.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									364
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							364
12 363	0044 2994 0023	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	90	0	100	364
TOTAL - FISCAL									364
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									364

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
 UNIDADE : 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	

## 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO

37.281

		ATIVIDADES	E	G	R	M	I	F	
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							37.281
12 364	0041 4009 0089	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							37.281
			F	3	P	90	0	250	37.281

TOTAL - FISCAL

37.281

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

37.281

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									12.776
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							11.577
12 364	0051 0327 0069	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	50	0	100	11.577
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							1.199
12 364	0051 0331 0015	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	50	0	100	1.199
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									112
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 212	0681 0334	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - OUI							112
12 212	0681 0334 0023	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - OUI - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	72	0	100	112
TOTAL - FISCAL									12.8
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									4.516
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							2.917
12 364	0051 0327 0071	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	2.917
12 364	0051 0335	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB							1.599
12 364	0051 0335 0049	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	1.599
TOTAL - FISCAL									4.516
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.51

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									23.649
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4000	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							23.649
12 364	0041 4009 0007	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							23.649
			F	3	P	90	0	250	23.649
TOTAL - FISCAL									23.649
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.649

UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									66.000
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							66.000
12 363	0044 2994 0013	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DE GOIAS ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE)333	F	3	P	90	0	250	66.000
TOTAL - FISCAL									66.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.000



## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

(\*) PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 96, DE 2001

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.**

O Congresso Nacional decreta:

## (\*) Em Destaque as Partes Vetadas

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$975.916.257,00 (novecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e sete reais), para atender às programações constantes do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2000, no valor de R\$406.019.922,00 (quatrocentos e seis milhões, dezenove mil, novecentos e vinte e dois reais);

II – ingresso de recursos de operações de crédito interna e externa – em moeda e em bens ou serviços, no valor de R\$357.351.581,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais);

III – excesso de arrecadação de receitas financeiras e não-financeiras diretamente arrecadadas e do Tesouro Nacional, no valor de R\$119.467.732,00 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e dois reais); e

IV – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$93.077.022,00 (noventa e três milhões, setenta e sete mil, vinte e dois reais), conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 21 de dezembro de 2001.  
– Senador **Ramez Tebet**.

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O L	I F E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO								359.820.533
		PROJETOS						
12.364	0041.3714	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO - NACIONAL	F 4	P	90	0	112	359.820.533
12.364	0041.3714.0049	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO - NACIONAL	F 4	P	90	0	112	29.613.645
			F 4	P	90	0	147	49.164.560
			F 4	P	90	0	149	281.042.328
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL								29.874.192
		PROJETOS						
12.363	0044.3049	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL	F 4	P	90	0	149	26.332.590
12.363	0044.3049.0015	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NACIONAL	F 4	P	90	0	112	26.332.590
			F 4	P	90	0	149	22.382.693
			F 4	P	90	0	112	3.949.897
12.363	0044.7109	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	F 4	P	50	0	148	3.541.612
12.363	0044.7109.0001	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL	F 4	P	50	0	148	3.541.612
			F 4	P	50	2	100	2.333.806
			F 4	P	50	2	100	697.746
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO								26.831.393
		PROJETOS						
12.362	0045.3682	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROMED	F 4	P	50	0	148	26.831.393
12.362	0045.3682.0001	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROMED - NACIONAL	F 4	P	50	0	148	26.831.393
			F 4	P	50	0	148	10.731.295
			F 4	P	50	0	148	16.100.000
0045 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II								8.550.000
		ATIVIDADES						
12.572	0045.4172	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA	F 1	P	90	0	500	8.550.000
12.572	0045.4172.0001	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA - NACIONAL	F 1	P	90	0	500	8.550.000
			F 1	P	90	0	500	8.550.000
TOTAL - FISCAL								425.076.018
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								425.076.018



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									70.000
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							720
12 363	0044 2992 0069	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	3	P	90	0	250	720
		PROJETOS							
12 363	0044 3208	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							69.280
12 363	0044 3208 0007	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	4	P	90	0	250	69.280
		AREA CONSTRUIDA (M²)1142							
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									95.000
		ATIVIDADES							
12 366	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							95.000
12 364	0041 4009 0061	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO CEARA							95.000
			F	3	P	90	0	251	95.000
TOTAL - FISCAL									95.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									95.000

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	O N D	K P	M O D	J U	P T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									37.281
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4002	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES. DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO E DA OFERTA DE ALOJAMENTO							37.281
12 364	0041 4002 0049	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DO ENSINO DE GRADUACAO POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES. DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO E DA OFERTA DE ALOJAMENTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	3	P	90	0	250	37.281
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE POS-GRADUACAO									133.208
		ATIVIDADES							
12 364	0043 4006	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO							133.208
12 364	0043 4006 0065	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	3	P	90	0	281	133.208
0050 EXTENSAO UNIVERSITARIA									64.000
		ATIVIDADES							
12 364	0050 4004	FUNCIONAMENTO DA EXTENSAO UNIVERSITARIA							64.000
12 364	0050 4004 0071	FUNCIONAMENTO DA EXTENSAO UNIVERSITARIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	3	P	90	0	281	64.000
TOTAL - FISCAL									234.489
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									234.489

ORÇAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
 UNIDADE : 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

ANEXO 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M U D	I L	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

## 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO

12.888

		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							12.888
12 364	0041 4009 0055	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE GOIAS							12.888
			F	3	P	90	0	100	12.888

## 0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE POS-GRADUACAO

108.580

		ATIVIDADES							
12 364	0043 4006	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO							108.580
12 364	0043 4006 0047	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO - NO ESTADO DE GOIAS							108.580
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE)115	F	3	P	90	0	250	108.580

TOTAL - FISCAL

121.468

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

121.468

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	L	F T E	VALOR
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO									4.516
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0311	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO MEDICA - ABEM							340
12 364	0051 0311 0011	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO MEDICA - ABEM - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	340
12 364	0051 0317	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO - ABED							492
12 364	0051 0317 0005	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO - ABED - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	492
12 364	0051 0443	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIENCIAS SOCIAIS - ABECS							85
12 364	0051 0143 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIENCIAS SOCIAIS - ABECS - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	85
12 364	0051 0447	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUACAO EM ADMINISTRACAO - ANGRAD							885
12 364	0051 0447 0003	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUACAO EM ADMINISTRACAO - ANGRAD - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	885
12 364	0051 0450	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM CIENCIAS SOCIAIS - ANPGCS							2.714
12 364	0051 0450 0003	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM CIENCIAS SOCIAIS - ANPGCS - NO ESTADO DA PARAIBA	F	3	P	50	0	250	2.714
TOTAL - FISCAL									4.516
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.516





UNIDADE : 26256 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

CREDITO SUPPLEMENTAR

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									23.649
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							1.327
12 364	0051 0327 0011	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	1.327
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDAÇAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							7.022
12 364	0051 0331 0021	CONTRIBUICAO A FUNDAÇAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	7.022
12 363	0051 0336	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE							3.600
12 363	0051 0336 0019	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	3.600
12 363	0051 0337	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLOGICA - CONCEFET							2.200
12 363	0051 0337 0035	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCACAO TECNOLOGICA - CONCEFET - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	2.200
12 364	0051 0448	CONTRIBUICAO A REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC							9.500
12 364	0051 0448 0005	CONTRIBUICAO A REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	P	50	0	250	9.500
TOTAL - FISCAL									23.649
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.649

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S T	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE POS-GRADUACAO									579.252
		ATIVIDADES							
12 364	0043 4006	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO							579.252
12 364	0043 4006 0037	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	P	40	0	251	579.252
TOTAL - FISCAL									579.252
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									579.252



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									13.753
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							13.753
12 364	0041 4009 0081	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO DISTRITO FEDERAL							13.753
			F	3	P	90	0	100	13.753
TOTAL - FISCAL									13.753
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.753

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA:CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									760.000
		PROJETOS							
12 364	0041 3076	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR							760.000
12 364	0041 3076 0001	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							760.000
		AREA CONSTRUIDA (M²) 1169	F	4	P	90	0	250	760.000
TOTAL - FISCAL									760.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									760.000

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIDADE : 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C	F T E	VALOR	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO									34.410	
		ATIVIDADES								
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							34.410	
12 364	0041 4009 0049	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DO ACRE							34.410	
			F	3	P	90	0	231	34.410	
TOTAL - FISCAL									34.410	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									34.410	

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIDADE : 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C	F T E	VALOR	
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO									6.000	
		ATIVIDADES								
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO							6.000	
12 364	0041 4009 0013	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - NO ESTADO DE SERGIPE							6.000	
			F	3	P	90	0	230	6.000	
TOTAL - FISCAL									6.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									6.000	

**ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO**  
**UNIDADE : 16282 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA**

ANEXO 1			- CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									9.022
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							9.022
12 364	0041 4009 0053	FLNCONIAMETO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							9.022
			F	3	P	90	0	100	9.022
TOTAL - FISCAL									9.022
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.022

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE : 36286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO SUBTITULO PRODUTO	E S S E	G N D	R P	M O D	I C L	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									654.318
		ATIVIDADES							
12 364	0041 2321	AMPLIACAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO DESTINADO AS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO							6.000
12 364	0041 2321 0017	AMPLIACAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO DESTINADO AS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DO AMAPA	F	4	P	90	0	250	6.000
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							648.318
12 364	0041 4009 0105	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	P	90	0	100	1.716
			F	3	P	90	0	250	29.000
			F	3	P	90	0	251	417.602
TOTAL - FISCAL									654.318
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									654.318





ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F T E	VALOR
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA									115.134.000
		PROJETOS							
12 361	0040 3699	VEICULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR							25.000.000
12 361	0040 3699 0163	VEICULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR - NACIONAL							25.000.000
		VEICULO ADQUIRIDO (UNIDADE)500	F	4	P	40	0	650	25.000.000
		ATIVIDADES							
12 361	0040 4046	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL							44.894.852
12 361	0040 4046 0003	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							44.894.852
		EXEMPLAR DISTRIBUIDO (MILHAR)10003	F	3	P	90	0	250	20.000.000
			F	3	P	90	0	650	24.894.852
12 361	0040 4085	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL							15.134.000
12 361	0040 4085 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							15.134.000
		PROJETO APOIADO (UNIDADE)30	F	3	P	90	0	650	10.000.000
			F	4	P	90	0	650	5.134.000
12 361	0040 6121	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA							16.140.182
12 361	0040 6121 0001	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA - NA REGIAO NORTE							2.999.017
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE)7466	F	4	P	30	0	650	1.831.635
			F	4	P	40	0	650	1.167.382
12 361	0040 6121 0003	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA - NA REGIAO NORDESTE							11.016.862
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE)29119	F	4	P	30	0	650	5.475.210
			F	4	P	40	0	650	5.541.652
12 361	0040 6121 0005	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - FUNDESCOLA - NA REGIAO CENTRO-OESTE							2.124.303
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE)4588	F	4	P	30	0	650	1.314.899
			F	4	P	40	0	650	\$09.404
12 361	0040 6125	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL							13.964.966
12 361	0040 6125 0001	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NA REGIAO SUL							4.032.679
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE)12283	F	4	P	30	0	650	2.352.128
			F	4	P	40	0	650	1.680.551
12 361	0040 6125 0003	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NA REGIAO SUDESTE							9.699.740
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE)120394	F	4	P	30	0	650	5.281.411
			F	4	P	40	0	650	4.418.329
12 361	0040 6125 0005	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIOES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL							222.547
		ESCOLA BENEFICIADA (UNIDADE)486	F	4	P	30	0	650	220.038
			F	4	P	40	0	650	2.509

## 0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

19.500.000

		PROJETOS							
12 126	0042 3697	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTACAO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE. NUCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS							19.500.000
12 126	0042 3697 0003	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTACAO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE. NUCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS - NACIONAL							19.500.000
		UNIDADE EQUIPADA (UNIDADE)1711	F	3	P	90	0	650	19.500.000
			F	3	P	90	0	650	19.500.000

## 0047 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS

42.364.241

		OPERACOES ESPECIAIS							
12 366	0047 0081	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS							9.008.640
12 366	0047 0081 0001	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO ACRE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)							511.673
12 366	0047 0081 0005	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RONDONIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	511.673 562.304
12 366	0047 0081 0007	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE RORAIMA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	562.304 104.903
12 366	0047 0081 0009	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO TOCANTINS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	104.903 82.455
12 366	0047 0081 0011	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE ALAGOAS - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	82.455 1.059.840
12 366	0047 0081 0013	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA BAHIA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	1.059.840 99.245
12 366	0047 0081 0015	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO CEARA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	99.245 678.592
12 366	0047 0081 0017	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO MARANHAO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	678.592 1.152.599

12.366	0047.0081.0019	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DA PARAIBA - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	1.152.599 691.725
12.366	0047.0081.0021	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	691.725 2.015.743
12.366	0047.0081.0023	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO PIAUI - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	2.015.743 514.878
12.366	0047.0081.0025	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	514.878 1.173.092
12.366	0047.0081.0027	GARANTIA DE PADRAO MINIMO DE QUALIDADE PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - NO ESTADO DE SERGIPE - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)	F	3	P	30	0	179	1.173.092 561.591
		ATIVIDADES	F	3	P	30	0	179	561.591

12 366	0047 2047	ALFABETIZACAO SOLIDARIA PARA JOVENS E ADULTOS							33.355.601
12 366	0047 2047 0001	ALFABETIZACAO SOLIDARIA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL - PADH (PLANO DE APOIO AOS ESTADOS DE MENOR DESENVOLVIMENTO HUMANO)							33.355.601
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE)342559	F	3	P	50	0	179	33.355.601
			F	3	P	50	0	650	33.366.000

3,225,568

		ATIVIDADES						
12 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS						2.000.000
12 122	0750 2000 0311	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0 650	2.000.000
12 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS						1.225.568
12 122	0750 2002 0291	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3	P	90	0 650	1.225.568
		TOTAL - FISCAL	180.223.809					
		TOTAL - SEGURIDADE	0					
		TOTAL - GERAL	180.223.809					

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									80.001
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							80.001
12 363	0044 2992 0125	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO AMAZONAS	F F	3 4	P P	90 90	0 0	281 281	80.001 17.771
TOTAL - FISCAL									80.001
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.001







ORGÃO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA-AÇÃO-SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

## 0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

119.148.377

		ATIVIDADES							
09 126	0083 2581	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS							13.351.718
09 126	0083 2581 0003	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - NACIONAL							13.351.718
		BENEFÍCIO PROCESSADO (MIL)412661	S	3	P	90	0	300	13.351.718
09 271	0083 2591	SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS							70.913.072
09 271	0083 2591 0003	SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - NACIONAL							70.913.072
		BENEFÍCIO CONCEDIDO-CESADO (UNIDADE)2000000	S	3	P	90	0	300	70.913.072
09 122	0083 2593	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL							34.883.587
09 122	0083 2593 0003	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL							34.883.587
		USUÁRIO ATENDIDO (UNIDADE)6000000	S	3	P	90	0	300	34.883.587

## 0084 ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

27.092.722

		ATIVIDADES							
09 125	0084 2570	FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS							14.380.248
09 125	0084 2570 0003	FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - NACIONAL							14.380.248
			S	3	P	90	0	300	14.380.248
09 126	0084 2580	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL							12.712.474
09 126	0084 2580 0003	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL							12.712.474
		GUIA PROCESSADA (UNIDADE)408468	S	3	P	90	0	300	12.712.474

## 0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR

32.502.710

		ATIVIDADES							
09 301	0100 2084	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							32.502.710
09 301	0100 2084 0099	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							32.502.710
			S	3	P	90	0	300	32.502.710



0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		21.256.191						
		ATIVIDADES						
09 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS						16.531.682
09 122	0750 2000 0159	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	S	3	P	90	0	300
								16.531.682
09 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS						4.724.509
09 122	0750 2002 0131	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	S	3	P	90	0	300
								4.724.509
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								200.000.000
TOTAL - GERAL								200.000.000

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL  
UNIDADE : 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0065 ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA									50.000
		PROJETOS							
08 242	0065 1426	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA							50.000
08 242	0065 1426 0106	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - CONSTRUCAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A DEFICIENTES, E MODERNIZACAO DA APAE - ITURAMA - MG	S	4	P	40	0	100	50.000
0066 VALORIZACAO E SAUDE DO IDOSO									1.774.961
		PROJETOS							
08 125	0066 1487	REVISAO E AUDITORIA DOS BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA							1.774.961
08 125	0066 1487 0003	REVISAO E AUDITORIA DOS BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - NACIONAL	S	3	P	90	0	153	1.774.961
		BENEFICIO REVISADO (UNIDADE)92763							
0067 ATENCAO A CRIANCA									161.000
		PROJETOS							
08 243	0067 1001	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CRECHE							145.000
08 243	0067 1001 0568	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CRECHE - CONSTRUCAO DE CRECHE - NOVO GAMA - GO							15.000

08 243	0067 1001 0594	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE MUNICIPAL EM PONTES GESTAL - SP	S	4	P	40	0	100	15.000 50.000
08 243	0067 1001 0608	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA CRECHE MUNICIPAL DE MONTE MOR - SP	S	4	P	40	0	153	50.000 50.000
08 243	0067 1001 0608	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CRECHE - CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO CONJUNTO HABITACIONAL TIJUCAL - CUIABÁ - MT	S	4	P	40	0	153	50.000 30.000
		ATIVIDADES	S	4	P	40	0	100	30.000
08 243	0067 2556	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE							16.000
08 243	0067 2556 0114	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE - CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTO DE CRECHE EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	4	P	40	0	100	16.000 16.000

0070 BRASIL JOVEM

20.000

		PROJETOS							
08 243	0070 5398	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE							20.000
08 243	0070 5398 0214	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE EM MUNICÍPIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	S	4	P	40	0	100	20.000 20.000

0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA

6.400.000

		PROJETOS							
08 244	0809 5565	ACOES DE GERACAO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA							6.400.000
08 244	0809 5565 0050	ACOES DE GERACAO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA - ACOES DE GERACAO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	P	30	0	153	6.400.000
		MUNICIPIO ATENDIDO (UNIDADE) 1500	S	4	P	40	0	153	1.500.000 4.900.000

TOTAL - FISCAL

0

TOTAL - SEGURIDADE

8.405.961

TOTAL - GERAL

8.405.961

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0010 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS E SERVICOS									15.072.826
		ATIVIDADES							
10 304	0010 4335	FISCALIZACAO DE PRODUTOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILANCIA SANITARIA							7.822.826
10 304	0010 4335 0001	FISCALIZACAO DE PRODUTOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILANCIA SANITARIA - NACIONAL							7.822.826
			S	3	P	30	0	150	5.430.000
			S	3	P	50	0	150	1.392.826
			S	3	P	72	0	150	1.000.000
10 304	0010 4336	FISCALIZACAO DE SERVICOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILANCIA SANITARIA							7.250.000
10 304	0010 4336 0001	FISCALIZACAO DE SERVICOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILANCIA SANITARIA - NACIONAL							7.250.000
			S	3	P	30	0	150	6.250.000
			S	3	P	72	0	150	1.000.000
0024 VIGILANCIA SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS									250.000
		ATIVIDADES							
10 304	0024 4340	FISCALIZACAO SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E TERMINAIS ALFANDEGADOS							250.000
10 304	0024 4340 0001	FISCALIZACAO SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E TERMINAIS ALFANDEGADOS - NACIONAL							250.000
			S	3	P	90	0	150	250.000
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									6.594.624
		ATIVIDADES							
10 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							5.794.624
10 122	0750 2000 0355	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL							5.794.624
			S	3	P	90	0	150	3.875.624
			S	3	P	90	0	280	1.919.000
10 126	0750 2003	ACOES DE INFORMATICA							800.000
10 126	0750 2003 0199	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL							800.000
			S	3	P	90	0	150	300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									21.917.450
TOTAL - GERAL									21.917.450

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA:CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									7.921
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 212	0681 0159	CONTRIBUICAO AO CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACAO E DOCUMENTACAO SOBRE FORMACAO PROFISSIONAL - CINTERFOR							7.921
11 212	0681 0159 0001	CONTRIBUICAO AO CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACAO E DOCUMENTACAO SOBRE FORMACAO PROFISSIONAL - CINTERFOR - NACIONAL	F	3	P	72	0	100	7.921
TOTAL - FISCAL									7.921
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.921

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO</b>									<b>50.507.490</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
11 126	0099 2624	SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS							2.395.484
11 126	0099 2624 0001	SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - NACIONAL	S	3	P	90	0	180	2.395.484
11 331	0099 2633	HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO							10.162.006
11 331	0099 2633 0001	HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL	S	3	P	90	0	340	10.162.006
11 333	0099 6489	SISTEMA DE INTEGRACAO DAS ACOES DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL, INTERMEDIACAO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO							37.950.000
11 333	0099 6489 0001	SISTEMA DE INTEGRACAO DAS ACOES DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL, INTERMEDIACAO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL	S	3	P	90	0	340	37.950.000

**0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR****4.318.394**

		<b>ATIVIDADES</b>							
11 126	0100 2621	SISTEMA DE INFORMACOES PARA ATUALIZACAO DA RELACAO ANUAL DE INFORMACOES SOCIAIS							1.565.516
11 126	0100 2621 0001	SISTEMA DE INFORMACOES PARA ATUALIZACAO DA RELACAO ANUAL DE INFORMACOES SOCIAIS - NACIONAL	S	3	P	90	0	180	1.565.516
11 122	0100 2627	REMUNERACAO DE AGENTES PAGADORES DO ABONO SALARIAL							2.752.878
11 122	0100 2627 0001	REMUNERACAO DE AGENTES PAGADORES DO ABONO SALARIAL - NACIONAL	S	3	P	90	0	340	2.752.878

TOTAL - FISCAL

0

TOTAL - SEGURIDADE

54.825.884

TOTAL - GERAL

54.825.884

383.666

ORGÃO : 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA  
UNIDADE : 42101 - MINISTÉRIO DA CULTURA

## ANEXO I

**CREDITO SUPPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	ESF	END	R P	MOD	I U	FTE	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									27.000
		ATIVIDADES							
13 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							27.000
13 122	0750 2001 0073	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL							27.000
			F	3	P	90	0	100	27.000
TOTAL - FISCAL									27.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									27.000

ORGÃO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
UNIDADE : 42203 - FUNDACAO CULTURAL PALMARES

ANEXO I

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									313.484
		ATIVIDADES							
13 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							286.114
13 122	0750 2000 0163	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	286.114
			F	4	P	90	0	100	54.000
13 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							9.188
13 122	0750 2001 0093	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	9.188
13 126	0750 2003	ACOES DE INFORMATICA							18.182
13 126	0750 2003 0221	ACOES DE INFORMATICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	18.182
TOTAL - FISCAL									313.484
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									313.484

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL</b>									<b>58.634</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
13 391	0167 2636	PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO							58.634
13 391	0167 2636 0001	PRESERVACAO DE BENS IMOVEIS DO PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	58.634
<b>0171 MUSEU MEMORIA E FUTURO</b>									<b>1.233.920</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
13 391	0171 2651	FUNCIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIAO							1.233.920
13 391	0171 2651 0009	FUNCIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIAO - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	1.233.920
			F	3	P	90	0	100	803.968
			F	3	P	90	0	250	285.482
			F	3	P	90	0	650	144.470
<b>0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>									<b>90.610</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
13 212	0681 0146	CONTRIBUICAO AO FUNDO DO PATRIMONIO MUNDIAL							90.610
13 212	0681 0146 0001	CONTRIBUICAO AO FUNDO DO PATRIMONIO MUNDIAL - NACIONAL	F	3	P	72	0	100	90.610
<b>0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>									<b>233.111</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
13 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							171.830
13 122	0750 2000 0079	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	171.830
13 122	0750 2001	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES							7.013
13 122	0750 2001 0031	MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	7.013
13 126	0750 2003	Acoes de INFORMATICA							54.268
13 126	0750 2003 0223	Acoes de INFORMATICA - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	54.268
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>1.616.275</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>1.616.275</b>





		PROJETOS								
13 392	0168 1521	IMPLANTACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS EM CADA MUNICIPIO								4.235.000
13 392	0168 1521 0117	IMPLANTACAO DE BIBLIOTECAS PUBLICAS EM CADA MUNICIPIO - NACIONAL								4.235.000
		BIBLIOTECA IMPLANTADA (UNIDADE)77	F	3	P	90	0	320		4.235.000
		TOTAL - FISCAL								4.235.000
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								4.235.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA									9.008.640
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 243	0040 0615	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533)							9.008.640
12 243	0040 0615 0003	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533) - NACIONAL	F	3	P	90	0	179	9.008.640
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									25.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0041 0577	CONCESSAO DE CREDITO EDUCATIVO A ESTUDANTES CARENTES							25.000.000
12 364	0041 0577 0001	CONCESSAO DE CREDITO EDUCATIVO A ESTUDANTES CARENTES - NACIONAL	F	5	F	90	0	114	25.000.000
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									3.541.612
		PROJETOS							
12 363	0044 3688	IMPLEMENTACAO DE PLANOS ESTADUAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP							3.541.612
12 363	0044 3688 0001	IMPLEMENTACAO DE PLANOS ESTADUAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - PROEP - NACIONAL	F	3	P	30	0	148	2.179.324
			F	3	P	30	2	100	475.066
			F	4	P	30	0	148	674.542
			F	4	P	30	2	100	212.680
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO									26.831.293

		PROJETOS							
12 128	0045 3677	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MEDIO - PROMED							3.290.675
12 128	0045 3677 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MEDIO - PROMED - NACIONAL							3.290.675
			F	3	P	72	0	148	275.659
			F	3	P	90	0	148	3.015.016
12 362	0045 3679	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGOGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MEDIO - PROMED							7.838.107
12 362	0045 3679 0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGOGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MEDIO - PROMED - NACIONAL							7.838.107
			F	3	P	72	0	148	7.838.107
12 362	0045 3680	ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTACAO DAS POLITICAS PARA O ENSINO MEDIO - PROMED							7.146.240
12 362	0045 3680 0001	ESTUDOS E PESQUISAS PARA IMPLANTACAO DAS POLITICAS PARA O ENSINO MEDIO - PROMED - NACIONAL							7.146.240
			F	3	P	72	0	148	2.319.546
			F	3	P	90	0	148	4.326.694
12 362	0045 3686	IMPLEMENTACAO DA REFORMA DO ENSINO MEDIO - PROMED							8.556.271
12 362	0045 3686 0001	IMPLEMENTACAO DA REFORMA DO ENSINO MEDIO - PROMED - NACIONAL							8.556.271
			F	3	P	72	0	148	3.831.433
			F	3	P	90	0	148	4.724.838
TOTAL - FISCAL									64.381.545
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.381.545

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
 UNIDADE : 26206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DO CEARA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FLNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									40.890
12 363	0044 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							24.390
12 363	0044 2994 0033	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DO CEARA							24.390
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE)87	F	3	P	90	0	100	24.390
		PROJETOS							
12 128	0044 3048	CAPACITACAO DE DOCENTES PARA A EDUCACAO PROFISSIONAL							16.500
12 128	0044 3048 0051	CAPACITACAO DE DOCENTES PARA A EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DO CEARA							16.500
		PROFESSOR CAPACITADO (UNIDADE)5	F	3	P	90	0	112	16.500



TOTAL - GERAL										37.281
ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO										
UNIDADE : 26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS										
ANEXO II										CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO										12.776
		OPERACOES ESPECIAIS								
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							11.577	
12 364	0051 0327 0069	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	50	0	100	11.577	
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							1.199	
12 364	0051 0331 0015	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	50	0	100	1.199	
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS										112
		OPERACOES ESPECIAIS								
12 212	0681 0334	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - OUI							112	
12 212	0681 0334-0023	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO UNIVERSITARIA INTERAMERICANA - OUI - NO ESTADO DE GOIAS	F	3	P	72	0	100	112	
TOTAL - FISCAL										12.888
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										12.888

ORGÃO : 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE : 25240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

---

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

---

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-----------

---

0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO

4.516



		ATIVIDADES							
12 364	0043 4006	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO							1.000
12 364	0043 4006 0067	FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE POS-GRADUACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.000
			F	3	P	90	0	250	1.000
TOTAL - FISCAL									1.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									13.753
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0318	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE ENGENHARIA - ABENGE							603
12 364	0051 0318 0007	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO DE ENGENHARIA - ABENGE - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	50	0	100	603
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							10.940
12 364	0051 0327 0067	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	50	0	100	10.940
12 364	0051 0446	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM LETRAS E LINGUISTICA - ANPGPL							560
12 364	0051 0446 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUACAO E PESQUISA EM LETRAS E LINGUISTICA - ANPGPL - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	50	0	100	560
12 364	0051 0679	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ESTATISTICA - ABE							400
12 364	0051 0679 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ESTATISTICA - ABE - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	50	0	100	400
12 364	0051 0681	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE HISTORIA - ANPUH							250
12 364	0051 0681 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DE HISTORIA - ANPUH - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	50	0	100	250
12 364	0051 0689	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE HOSPITAIS DE ENSINO - ABRAHDE							1.000
12 364	0051 0689 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO BRASILEIRA DE HOSPITAIS DE ENSINO - ABRAHDE - NO DISTRITO FEDERAL	F	3	P	50	0	100	1.000

TOTAL - FISCAL	13.753
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	13.753

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

## ANEXO II

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA:CAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									760.000
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							760.000
12 364	0041 4009 0009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							760.000
			F	4	P	90	0	250	760.000
TOTAL - FISCAL									760.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									760.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26281 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

## ANEXO II

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S S E	N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									6.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0331	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO							3.000
12 364	0051 0331 0003	CONTRIBUICAO A FUNDACAO INTERUNIVERSITARIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO - NO ESTADO DE SERGIPE	F	3	P	50	0	250	3.000
12 364	0051 0335	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB							3.000
12 364	0051 0335 0083	CONTRIBUICAO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB - NO ESTADO DE SERGIPE	F	3	P	50	0	250	3.000
TOTAL - FISCAL									6.000



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									6.000
		ATIVIDADES							
12 364	0041 4009	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO							6.000
12 364	0041 4009 0105	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUACAO - NO ESTADO DO AMAPA	F	3	P	90	0	250	6.000
0051 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO									1.716

		OPERACOES ESPECIAIS							
12 364	0051 0327	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES							1.716
12 364	0051 0327 0101		CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES - NO ESTADO DO AMAPA						
			F	3	P	50	0	100	1.716
TOTAL - FISCAL									7.716
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.716

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA ( JUROS E AMORTIZACOES)									2.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA							2.000.000
28 844	0906 0284 0107	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL							2.000.000
			S	6	F	90	0	250	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.000.000

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO:SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0047 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS

3.989.601

		ATIVIDADES							
12 366	0047 2047	ALFABETIZACAO SOLIDARIA PARA JOVENS E ADULTOS							8.989.601
12 366	0047 2047 0003	ALFABETIZACAO SOLIDARIA PARA JOVENS E ADULTOS - NACIONAL - PISM (PLANO DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL BASICA PARA MICRORREGIOES CARENTES)							8.989.601
		ALUNO MATRICULADO (UNIDADE)88133	F	3	P	50	0	179	8.989.601
TOTAL - FISCAL									8.989.601
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.989.601

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26324 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO POMBA - MG

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									63.401
		PROJETOS							
12 363	0044 3049	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							17.600
12 363	0044 3049 0011	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO AOS CENTROS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							17.600
			F	4	P	90	0	112	17.600
12 363	0044 3208	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							20.801
12 363	0044 3208 0013	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							20.801
			F	4	P	90	0	112	20.801
12 363	0044 3209	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							25.000
12 363	0044 3209 0019	REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							25.000
			F	3	P	90	0	112	25.000
TOTAL - FISCAL									63.401
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									63.401

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26326 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS - MG

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									46.850
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							46.850
12 363	0044 2994 0081	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							46.850
			F	3	P	90	0	250	46.850
TOTAL - FISCAL									46.850
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									46.850

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO - SC

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									1.500
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							1.500
12 363	0044 2994 0069	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							1.500
			F	3	P	90	0	250	1.500
TOTAL - FISCAL									1.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
UNIDADE : 26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES - GO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL</b>									<b>66.000</b>
12 363	0044 2994	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS							66.000
12 363	0044 2994 0013	ASSISTENCIA AO EDUCANDO DA EDUCACAO PROFISSIONAL POR MEIO DO FORNECIMENTO DE REFEICOES, DO ATENDIMENTO MEDICO-ODONTOLOGICO, DE TRANSPORTE ESCOLAR E DA OFERTA DE ALOJAMENTOS - NO ESTADO DE GOIAS							66.000
		ALUNO ASSISTIDO (UNIDADE)333	F	3	P	90	0	250	66.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>66.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>66.000</b>

ORGÃO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO RIO DO SUL - SC

## ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL</b>									<b>83.840</b>
12 363	0044 3208	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							83.840
12 363	0044 3208 0033	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BENS IMOVEIS DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							83.840
		AREA CONSTRUIDA (M²)180	F	4	P	90	0	112	50.000
			F	4	P	90	0	250	33.840
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>83.840</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>83.840</b>

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE : 33903 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

## ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

## 0065 ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA

1.824.961

		PROJETOS							
08 242	0065 1426	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA							50.000
08 242	0065 1426 0106	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - CONSTRUCAO DE CENTRO DE ATENDIMENTO A DEFICIENTES. E MODERNIZACAO DA APAF - ITURAMA - MG	S	3	P	40	0	100	50.000
08 125	0065 1488	REVISAO E AUDITORIA DOS BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA FISICA							1.774.961
08 125	0065 1488 0003	REVISAO E AUDITORIA DOS BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA FISICA - NACIONAL							1.774.961
		BENEFICIO REVISADO (UNIDADE)147848	S	3	P	90	0	153	1.774.961

## 0067 ATENCAO A CRIANCA

61.000

		PROJETOS							
08 243	0067 1001	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CRECHE							45.000
08 243	0067 1001 0568	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CRECHE - CONSTRUCAO DE CRECHE - NOVO GAMA - GO	S	3	P	40	0	100	15.000
08 243	0067 1001 0608	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DE CRECHE - CONSTRUCAO DE CRECHE NO CONJUNTO HABITACIONAL TIJUCAL - CUIABA - MT	S	3	P	40	0	100	30.000
		ATIVIDADES							
08 243	0067 2546	ATENDIMENTO A CRIANCA EM CRECHE							16.000
08 243	0067 2556 0114	ATENDIMENTO A CRIANCA EM CRECHE - CONSTRUCAO, INSTALACAO E EQUIPAMENTO DE CRECHE EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	P	40	0	100	16.000

## 0070 BRASIL JOVEM

20.000

		PROJETOS							
08 243	0070 5398	IMPLANTACAO DE CENTROS DA JUVENTUDE							20.000
08 243	0070 5398 0214	IMPLANTACAO DE CENTROS DA JUVENTUDE - IMPLANTACAO DE CENTROS DA JUVENTUDE EM MUNICIPIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	S	3	P	40	0	100	20.000

## 0009 ENFRENTAMENTO A POBREZA

6.500.000

		PROJETOS							
08 244	0809 1481	ACOES SOCIAIS E COMUNITARIAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA							6.500.000
08 244	0809 1481 0394	ACOES SOCIAIS E COMUNITARIAS NO ENFRENTAMENTO A POBREZA - ACOES DE GERACAO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO A POBREZA EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS							6.500.000
		MUNICIPIO ATENDIDO (UNIDADE)ISO0	S	4	P	30	0	153	1.500.000
			S	4	P	40	0	153	5.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.405.961
TOTAL - GERAL									3.405.961

ORGÃO : 38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
UNIDADE : 38101 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR									7.921
		ATIVIDADES							
11 365	0100 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							7.921
11 365	0100 2010 0141	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							7.921
			F	3	P	90	0	100	7.921
TOTAL - FISCAL									7.921
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.921

**ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR**

ANEXO II					CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00				
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO-SUBTITULO-PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0103 GERACAO DE EMPREGO E RENDA									1.650.000







TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

205.000

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
 UNIDADE : 42203 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA									293.904
		PROJETOS							
13 391	0172 1507	CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA							293.904
13 391	0172 1507 0001	CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA - NO DISTRITO FEDERAL CENTRO CONSTRUÍDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)2	F	4	P	90	0	100	293.904
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									19.580
		ATIVIDADES							
13 122	0750 2001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES							10.000
13 122	0750 2001 0093	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - NACIONAL	F	4	P	90	0	100	10.000
13 122	0750 2002	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS							9.580
13 122	0750 2002 0097	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	4.580
			F	4	P	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									313.484
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									313.484

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA  
 UNIDADE : 42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-AÇÃO-SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR

174.473

		ATIVIDADES							
13 365	0100 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							102.964
13 365	0100 2010 0039	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	102.964
13 306	0100 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							71.509
13 306	0100 2012 0021	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	71.509
		TOTAL - FISCAL							174.473
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							174.473

**ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA**  
**UNIDADE : 42205 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES**

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0166 MUSICA E ARTES CENICAS									313.000
		PROJETOS							
13 392	0166 1562	CONCESSAO DE PREMIOS NAS AREAS DE MUSICA E DE ARTES CENICAS							313.000
13 392	0166 1562 0001	CONCESSAO DE PREMIOS NAS AREAS DE MUSICA E DE ARTES CENICAS - NACIONAL							313.000
			F	3	P	90	0	100	313.000
0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL									76.000
		PROJETOS							
13 392	0170 1561	CONCESSAO DE PREMIOS NAS AREAS DE ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR							76.000
13 392	0170 1561 0003	CONCESSAO DE PREMIOS NAS AREAS DE ARTES VISUAIS E CULTURA POPULAR - NACIONAL							76.000
			F	3	P	90	0	100	76.000
TOTAL - FISCAL									389.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									389.000

**VETO PARCIAL Nº 52, DE 2001**

APOSTO AO  
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL  
Nº 90, DE 2001  
(MENSAGEM Nº 798/2001-CN –  
Nº 1.498/2001 na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 90, de 2001 – CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$25.469.532,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim se manifestou quanto às seguintes programações:

**Anexo I - Suplementação**

R\$ 1.00				
ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	FTE	TOTAL
28.846.0909.0413.0001 Manutenção e Operação dos Partidos Políticos – Nacional	F	3	100	24.000.000

**Anexo II - Cancelamento**

R\$ 1.00				
ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	FTE	TOTAL
99.999.0999.0998.0001 Reserva de Contingência	F	0	100	24.000.000

**Razões do veto**

"O projeto de lei referido propunha originalmente a abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.469.532,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais), em favor da Justiça Eleitoral, mediante a utilização de recursos oriundos do excesso de arrecadação de receita não-financeira diretamente arrecadada (Fonte 150) do Fundo Partidário. Quando da sua tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada emenda ao projeto de lei que acrescentou R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), apresentando como fonte recursos provenientes da Reserva

de Contingência (Fonte 100). Justifica o signatário da emenda que "na proposta orçamentária de 2002, o Fundo Partidário foi contemplado com apenas R\$66,8 milhões, sendo que o orçado em 2001 foi de R\$90 milhões. Com esta emenda pretende-se recompor para o biênio 2001/2002 o valor médio de R\$90 milhões".

Nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alínea **b** da Constituição, é de iniciativa do Presidente da República as leis que disponham sobre matéria orçamentária, na qual se inclui abertura de créditos adicionais.

Por outro lado, o art. 63, inciso I, da Constituição, estabelece que não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva ou privativa do Presidente da República, ressalvado o que dispõe o art. 166, §§ 3º e 4º.

Especificamente em relação ao § 3º do art. 166 da Constituição, que estabelece as condições para apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, admite no seu inciso II, as emendas que indiquem os recursos necessários, desde que provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre dotação para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais. Partindo-se do princípio de que a possibilidade de anulação de dotações para o atendimento de emendas ao projeto de lei do orçamento somente poderá ocorrer em relação às dotações constantes do respectivo projeto, fica evidente que procedimento análogo se aplica aos projetos que o modifiquem, uma vez que a Constituição estabelece condições idênticas para modificação de ambos.

Se assim não se proceder, estar-se-á ferindo o princípio da exclusividade da matéria, preconizada no art. 61, § 12, inciso II, alínea **b**, da Constituição, visto que, qualquer projeto de lei que fosse proposto pelo Presidente da República daria condições ao Congresso Nacional de cancelar qualquer dotação orçamentária constante da Lei Orçamentária aprovada.

Esta, obviamente não foi a intenção do legislador, que permitiu, tão-somente, observadas as ressalvas previstas no inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição, que ao parlamentar fosse dado o direito de remanejar dotações constantes do crédito entre grupos de despesas ou entre programações já existentes, sem contudo alterar o total da despesa prevista no projeto de lei de abertura de créditos adicionais.

Desta forma, o acatamento de emendas que elevem o total da despesa prevista em projeto de lei que modifique a lei orçamentária anual fere o disposto no art. 63, inciso I, da Constituição, podendo, por conseguinte, ensejar a arguição de inconstitucionalidade.

Ademais, cabe ressaltar que no Parecer do Relator Senador Arlindo Porto, a emenda foi inadmitida tendo por base o disposto ao art. 29, inciso II, da Resolução nº 1, de 2001 – Congresso Nacional, que veda o oferecimento como fonte de cancelamento programação não constante do projeto de lei originário"

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

**(\*) PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 90, DE 2001**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$25.469.532,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$25.469.532,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I – da incorporação de excesso de arrecadação de receita não-financeira diretamente arrecadada do Fundo Partidário, no valor de R\$1.469.532.00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais); e

II – da anulação parcial de dotação orçamentária da Reserva de Contingência, no valor de R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ÓRGÃO: 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL UNIDADE: 14801 - FUNDO PARTIDÁRIO		CRÉDITO SUPLEMENTAR										
ANEXO I		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	SUBTÍTULO	PRODUTO	E	S	F	G	R	P	M	VALOR
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS												
25 469 532												
		ATIVIDADES										
28 846	0909 0413	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS										
28 846	0909 0413 0001	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS - NACIONAL										
					F	E		3	P	50	150	1 469 532
								3	P	50	100	24 000 000
												25 469 532
		TOTAL - FISCAL										
		TOTAL - SEGURIDADE										
		TOTAL - GERAL										

ÓRGÃO: 9000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA UNIDADE: 9000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		CRÉDITO SUPLEMENTAR										
ANEXO II		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)												
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	SUBTÍTULO	PRODUTO	E	S	F	G	R	P	M	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA												
24 000 000												
		ATIVIDADES										
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
99 999	0999 0998 0001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FISCAL										
					F	E		0	F	0	100	24 000 000
												24 000 000
		TOTAL - FISCAL										
		TOTAL - SEGURIDADE										
		TOTAL - GERAL										

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

**VETO TOTAL Nº 1, DE 2002**

APOSTO AO PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 175, DE 2000  
(Nº 4.177/2001, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)  
(MENSAGEM Nº 3/2002-CN –  
Nº 9/2002, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 175, de 2000 (nº 4.177/01 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na legislação do Imposto de Renda".

Ouvido, o Ministério da Fazenda assim se manifestou:

**Razões do veto**

"Ao longo dos últimos tempos ocorreu, tanto no âmbito do Legislativo Federal como no seio da sociedade brasileira, intensa discussão a respeito dos valores expressos em reais, constantes das tabelas de incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e das deduções previstas na legislação em vigor, inalterados desde o ano-calendário de 1996. Dessa discussão resultou a aprovação do projeto em causa, que estabelece a atualização, em dezessete inteiros e cinco décimos por cento, dos valores integrantes das referidas tabelas (**caput** do art. 1º) e de "todos os demais valores, expressos em reais, constantes da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995." (parágrafo único do art. 1º).

Entretanto, referido projeto termina por alcançar matérias estranhas ao objeto da decisão política congressional, qual seja, revisão dos valores constantes das tabelas progressivas e das deduções, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002, pois, com efeito, em virtude do parágrafo único do art. 1º, foram introduzidas alterações nos seguintes valores constantes da Lei nº 9.250, de 1995:

**a)** limites de isenção do IRPF nos ganhos de capital decorrentes da alienação de bens de pequeno valor (preço de alienação de até R\$20.000,00 por mês) e de único imóvel possuído pelo titular (valor e alienação de até R\$440.000,00) – arts. 22 e 23 da Lei nº 9.250, de 1995;

**b)** valores mínimos dos bens, direitos e obrigações a serem informados na declaração de bens (R\$5.000,00, no caso de bens e de dívidas e ônus reais, R\$1.000,00,

no caso de participações societárias e R\$140.000, no caso de saldos de aplicações financeiras e de contas correntes bancárias – art. 25 da Lei nº 9.250, de 1995;

**c)** redução, para dezesseis por cento, do percentual do lucro presumido para as "pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja igual ou superior a R\$120.000,00" – art. 40 da Lei nº 9.250, de 1995.

Por outro lado, o art. 2º do projeto, ao estabelecer que "Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de janeiro de 2002", traz insegurança jurídica para o Estado e, por consequência, para toda a sociedade, em relação ao seu alcance, pois ensejará o surgimento de teses que busquem a tutela judicial para que seja aplicado o percentual de atualização já na tabela progressiva anual relativa ao ano-calendário de 2001, haja vista que a entrega da correspondente Declaração de Ajuste Anual e a determinação definitiva do imposto a pagar ou a restituir ocorrerá ao longo do ano de 2002. Tal situação poderá prejudicar, substancialmente, a efetivação da arrecadação prevista na Lei Orçamentária, além de gerar ambigüidades quanto ao real significado da decisão política congressional.

O mencionado projeto ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), porquanto, ao estipular o aumento de deduções do IRPF, produz modificações na base de cálculo efetiva do imposto, gerando renúncia fiscal cujos efeitos são discricionários em relação aos contribuintes. Aliás, é justamente por essa razão que o Demonstrativo de Benefícios Fiscais – peça integrante da proposta orçamentária anual, por força do art. 165, § 6º, da Constituição – inclui as aludidas deduções no rol de renúncias fiscais.

Ademais disso, cabe esclarecer que a elevação dos valores constantes das tabelas progressivas mensal e anual, não obstante implicar redução da base de incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, por alcançarem, indiscriminadamente, a todos os contribuintes, ainda que com efeitos diferenciados, não se enquadra no conceito de renúncia de receitas estabelecido no art. 14 da mencionada lei. Todavia, tal alteração conflita com o princípio basilar daquela lei, que é o equilíbrio fiscal, nos termos da alínea **a** do inciso I do art. 4º e dos arts. 5º e 9º.

Assim, tendo em vista que o projeto de lei alcançou matérias que não integram seu objetivo inicial,

além de gerar insegurança jurídica quanto à sua efetiva vigência e ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, comprometendo o equilíbrio das contas federais, é de se propor seu veto, por não atender ao interesse público.

Por último, recomenda-se que, malgrado o veto proposto, seja expedida medida provisória que permita dar efetividade à assinalada decisão política, sem os vícios técnicos apontados e sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 7 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### PROJETO VETADO:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2000

(nº 4.177/2001, na Câmara dos Deputados)

#### **Dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na legislação do Imposto de Renda.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores, em reais, das tabelas progressivas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, são reajustados em 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento).

Parágrafo único. São também reajustados em 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) todos os demais valores, expressos em reais, constantes da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

#### **VETO PARCIAL Nº 2, DE 2002**

#### APOSTO AO

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2001

(Nº 3.989/2000, NA CASA DE ORIGEM)

(MENSAGEM Nº 4/2002- CN –

18/2002, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 88, de 2001 (nº 3.989/00 na Câmara dos Deputados), que "Altera as Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991".

Ouvido, o Ministério da Previdência e Assistência Social manifestou-se pelo veto ao inciso V do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescido pelo art. 1º do projeto:

"Art. 32. ....

.....

V – encaminhar as informações do inciso IV ao sindicato representativo da categoria profissional de seus empregados, mediante requisição deste.

..... "(NR).

#### **Razões do veto**

"A proposta de criar a obrigação para as empresas encaminharem as informações de que trata o inciso IV do art. 32 da Lei nº 8.212, de 1991, aos sindicatos representativos da categoria é desnecessária e não atende ao interesse público.

A Resolução nº 321, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, já estabelece a obrigação do agente operador do respectivo fundo de fornecer, às sindicais, informações relativas aos seus filiados constante na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP. Neste documento já constam todas as informações pertinentes que podem vir a interessar aos sindicatos representativos das categorias dos empregados.

Desta forma, se estas informações já podem ser fornecidas pela Caixa Econômica Federal não há necessidade de obrigar as empresas a fornecerem a mesma informação aos respectivos sindicatos.

Por outro lado, a redação proposta autoriza que os sindicatos possam requerer todas as informações que interessam ao INSS, tais como os salários-de-contribuição dos contribuintes individuais, o que nos parece uma extrapolação da finalidade que visa atingir a citada obrigação, qual seja, a de colocar os sindicatos a serviço da defesa dos interesses dos seus filiados. A remuneração dos contribuintes individuais – autônomos, empresários etc – não interessa aos sindicatos representativos dos empregados, pelo que a obrigação que se pretende criar pelo dispositivo, além de criar constrangimentos a estes segurados, viola a intimidade e a vida privada destes cidadãos, nos termos do art. 5º, inciso X da Constituição Federal.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de janeiro de 2002.

## PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

**(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2001**  
(Nº 3.989/2000, na Casa de Origem)**Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. ....

V – .....

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

.....(NR).

"Art. 32. ....

*V – encaminhar as informações do inciso IV ao sindicato representativo da categoria profissional de seus empregados, mediante requisição deste.*

....."(NR).

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. ....

V – .....

c) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa;

....."(NR).

"Art. 17. ....

§ 1º Incumbe ao dependente promover a sua inscrição quando do requerimento do benefício a que estiver habilitado.

.....(NR).

"Art. 29-A. O INSS utilizará, para fins de cálculo do salário-de-benefício, as informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS sobre as remunerações dos segurados.

§ 1º O INSS terá até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da solicitação do pedido, para fornecer ao segurado as informações previstas no **caput** deste artigo.

§ 2º O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**VETO PARCIAL Nº 3, DE 2002****APOSTO AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2001**(MENSAGEM Nº 5/2002-CN  
Nº 22/2001, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 32, de 2001 – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim se manifestou:

Art. 6º

"Art. 6º O Orçamento do Investimento abrange as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, excluídas aquelas integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do art. 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002."

Parágrafo único do art. 10

"Art. 10. ....

Parágrafo único. No prazo de sessenta dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional a relação das operações a que se refere este artigo, especificando o agente financeiro, a finalidade, o valor da operação e a respectiva programação constante desta lei."

Parágrafo único do art. 14

"Art. 14. ....

Parágrafo único. No mesmo prazo de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de que trata o art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os órgãos setoriais de planejamento e orçamento encaminharão à CMO relatório contendo as seguintes informações:

(\*) Em Destaque as Partes Vetadas



a) demonstrativo do fluxo mensal de liberação de recursos orçamentários e financeiros, acompanhado de análise de sua evolução;

b) demonstrativo da compatibilidade da execução financeira e orçamentária com os critérios de que trata o art. 34, § 9º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002."

Art. 15

"Art. 15. Ressalvadas as restrições de ordem técnica e legal, a execução da programação de trabalho constante desta lei e de seus créditos adicionais não poderá ser objeto de outras limitações que não sejam as fixadas nos decretos editados pelo Poder Executivo nos estritos termos dos arts. 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e, nesse último caso, nos atos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público."

Art. 16

Art. 16. Em até 15 dias após a publicação do ato previsto no art. 67 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, os órgãos setoriais de planejamento e orçamento encaminharão à CMO relatório contendo as seguintes informações:

a) avaliação das conseqüências da limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida no decreto editado para os fins do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a execução das ações do respectivo Ministério;

b) distribuição dos limites orçamentário e financeiro entre os programas e respectivas ações procedidas por ato do próprio Ministério."

Art. 17

"Art. 17. As solicitações de créditos adicionais que não possam ser abertos por decreto, conforme autorização contida nos arts. 4º e 9º desta lei, ou por medida provisória, serão consolidadas e constituirão dois projetos de lei, para cada modalidade de crédito e para as despesas de pessoal, nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, sendo o primeiro apresentado até o dia 15 de maio de 2002 e, o segundo, até 15 de outubro.

§ 1º Em casos excepcionais, a CMO poderá aprovar projeto de lei de créditos adicionais para atendimento de situações específicas, devidamente justificadas na

mensagem de encaminhamento, observado o prazo estabelecido no art. 40, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

§ 2º A mensagem que encaminhar projeto de lei ou medida provisória para abertura de créditos adicionais deverá conter demonstrativo da compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002."

Art. 18

"Art. 18. Na audiência pública de que trata o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal será demonstrado o impacto estimado nas metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 decorrente do conjunto das alterações promovidas na lei orçamentária por meio de créditos adicionais, abertos por decreto, projeto de lei e medida provisória."

Fl. 3 da Mensagem nº 22, de 10-1-2002

Art. 19

"Art. 19. No prazo e nos termos especificados no art. 67, §§ 1º e 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório sobre a reestimativa de receitas e, se demonstrado que em razão da aprovação do Projeto de Lei nº 4.177/2001, que dispõe sobre a tabela do imposto de renda das pessoas físicas, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário, proporá medidas compensatórias adicionais à limitação de empenho e movimentação financeira prevista no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese prevista no caput, como medida compensatória excepcional, fica o Poder Executivo autorizado a restituir no primeiro trimestre de 2003 até cinquenta por cento dos valores devidos aos contribuintes pessoas físicas relativos às declarações de imposto de renda do exercício de 2002, ano-calendário de 2001, corrigidos pela taxa Selic."

Art. 21

"Art. 21. As despesas obrigatórias de caráter continuado previstas no art. 17 da

Lei de Responsabilidade Fiscal e listadas no anexo de que trata o art. 2º, § 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 constituem obrigações legais para fins de aplicação do disposto no art. 9º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

### Razões dos vetos

“A Constituição estabelece, no art. 165, § 8º, que “a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei”. Nesse contexto, tais dispositivos, ao dispor sobre matéria que extrapola este conteúdo, são inconstitucionais, motivo pelo qual proponho a presente oposição de veto.

Como exemplo, pode-se citar que a matéria constante do art. 6º é objeto do art. 165, § 5º inciso II da Constituição e encontra-se devidamente disciplinada nos arts. 6º e 48 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo esta a lei competente para estabelecer normas relativas a este assunto.

Da mesma forma, o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece que é de competência da Lei de Diretrizes Orçamentárias disciplinar a matéria de que trata o art. 21 do presente projeto de lei, a qual está devidamente disciplinada no § 2º do art. 2º da mencionada lei.

Cabe destacar, ainda, que os parágrafos únicos dos arts. 10 e 14 e os arts. 16 e 19, além dos vícios de inconstitucionalidade, por tratarem de matéria estranha à lei orçamentária, também contrariam o interesse público.

Com relação ao parágrafo único do art. 10, este cria exigências que não podem ser totalmente atendidas no prazo em questão. Mais especificamente, no que se refere aos novos contratos, muitas vezes a definição do agente financeiro, bem como do valor da operação, fica pendente por prazo superior ao definido no dispositivo em destaque.

O parágrafo único do art. 14 e o art. 16 contrariam o interesse público, na medida em que determinam que o encaminhamento das informações alusivas aos mencionados dispositivos seja feito direta-

mente pelos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento, podendo ocasionar a descoordenação das ações de gestão no âmbito do Poder Executivo, além de estabelecer prazos incompatíveis com as exigências propostas.

Quanto ao disposto no art. 19, mesmo visando a compatibilização da arrecadação com o cumprimento da meta de resultado primário, possibilitando, inclusive, a dilação do prazo para restituição do imposto de renda do exercício de 2002, contraria o interesse público, na medida em que essa prorrogação poderá acarretar prejuízo ao contribuinte.

Além das proposições anteriores, de iniciativa desta Pasta, o Ministério das Comunicações apresenta proposta de veto ao art. 13 do projeto, pelas seguintes razões:

### Art. 13

“Art. 13. É vedada a execução orçamentária e financeira dos subtítulos a seguir relacionados, referentes a serviços que apresentaram indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional:

I – 24.722.0257.1319.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública/Nacional;

II – 24.722.0257.1321.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas Nacionais;

III – 24.722.0257.1323.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações onde o custo dos serviços não possa ser recuperado com sua exploração comercial/Nacional.

Parágrafo único. Aplicam-se aos subtítulos referidos no **caput** as demais normas previstas no art. 12 desta lei, no que lhes for aplicável.”

### Razões do veto

“As aplicações do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações-Fust são da maior relevância social, uma vez que têm por finalidade viabilizar, para todos os cidadãos brasileiros, acesso aos mais modernos meios de comunicação, contribuindo para eliminar os riscos da chamada “exclusão digital”, processo que, se não estancado o quanto an-

tes, poderia deixar parcela expressiva de nossa população à margem dos principais avanços no mundo.

A vedação inserida no art. 13, conforme se desprende do próprio texto, se fundamenta em suposição de que as aplicações do Fust apresentaram indícios de irregularidade, o que de fato não ocorreu. Por esse motivo, não há qualquer razão para discriminar as despesas do Fust em relação às demais despesas da União, submetendo-as a avaliação prévia da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional, conforme prevê o citado artigo, retardando a execução dos programas do Fundo.

Cabe mencionar que somente foi publicado o Edital de Licitação nº 001/2001 -SPB/Anatel, que tem por objeto a utilização de parcela dos recursos relativos ao subtítulo 24.722.0257.1321.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas/Nacional. Outras ações que verem a ser realizadas com os recursos do mesmo subtítulo, como as relativas às bibliotecas públicas assim como todas aquelas vinculadas aos outros dois subtítulos mencionados nos incisos do art. 13, ainda tiveram seus editais publicados, de forma que sobre elas não pesa qualquer questionamento. Adicionalmente, o edital publicado atendeu às disposições da Instrução nº 27 a TC incluindo o período de 45 dias de consulta pública, não tendo sido recebida qualquer norma daquele órgão ou do Congresso Nacional.

Em função de representação, protocolada em 17 de setembro de 2001, apresentada pelos ilustres Deputado Sérgio Miranda e Walter Pinheiro, solicitando análise das condições do Edital de Licitação nº 001/2001 -SPB/Anatel, o Tribunal de Contas da União emitiu a Decisão nº 1.095/2001-TCU-Plenário, de 12 de dezembro de 2001, onde determinou à Anatel "suspender cautelarmente a licitação até que este Tribunal se pronuncie definitivamente quanto à legalidade das cláusulas constantes do respectivo edital". Portanto não houve pronunciamento do Tribunal de Contas da União apontado na ocorrência de indícios de irregularidades, mas tão-somente o processamento de representação que versa sobre questões técnicas complexas, ainda não decididas por aquela Corte. Por esse motivo, o Tribunal de Contas da União, em ofício datado de 18 de dezembro de 2001, solicitou à Agência as razões e os esclarecimentos pertinentes não tendo havido qualquer manifestação do TCU que sustente o constante do artigo 13 inserido no autógrafo da Lei. Não se trata de irregularidade constatada, inclusive por não constarem do Quadro VII do autó-

grafo da Lei Orçamentária os subtítulos orçamentários do Fust.

Assim, considerada a urgência da adoção de programas que visem a redução das desigualdades sociais no Brasil, como é o caso do Fust, o que caracteriza o relevante interesse público da execução de suas despesas, e para que não haja qualquer retardamento desmotivado em sua execução, com prejuízo para toda a sociedade, propõe-se o veto do art. 13, inclusive seus incisos e parágrafo único, por serem contrários ao interesse público."

Ressalte-se, por outro lado, que, para não haver solução de continuidade na prestação dos serviços públicos realizados com recursos federais, optou-se pela sanção do referido projeto de lei no menor tempo possível, o que não permitiu uma análise mais detalhada do anexo da programação da despesa. Dessa forma, sendo a lei autorizativa, caberá aos dirigentes dos órgãos e, em especial, aos ordenadores de despesa, a responsabilidade pela fiel observância de todas as normas que regem as disposições legais aplicáveis à matéria."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília 10 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

### **PROJETO DE LEI DO CONGRESSO Nº 32, DE 2001**

**Estima a receita e fixa a despesa da  
União para o exercício financeiro de 2002.**

O Congresso Nacional decreta:

#### **CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e do art. 6º da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 – LDO 2002, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, Órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III – o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

## CAPÍTULO II

### Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

#### SEÇÃO I

##### Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$650.409.607.960,00 (seiscentos e cinquenta bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e sete mil e novecentos e sessenta reais), discriminada conforme o Quadro I, em anexo, sendo especificadas nos incisos a receita de cada orçamento e a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF:

I – R\$280.103.692.688,00 (duzentos e oitenta bilhões, cento e três milhões, seiscentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta e oito reais) do Orçamento Fiscal, excluída a receita de que trata o inciso III deste artigo, e incluída a parcela de contribuições sociais desvinculada por força da Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000, no valor de R\$20.273.838.099,00 (vinte bilhões, duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e trinta e oito mil e noventa e nove reais);

II – R\$149.838.221.199,00 (cento e quarenta e nove bilhões, oitocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e um mil e cento e noventa e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social; e

III – R\$220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa.

#### SEÇÃO II

##### Da Fixação da Despesa

Art. 3º A despesa total fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$650.409.607.960,00 (seiscentos e cinquenta bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e sessenta reais), distribuída entre os órgãos orçamentários con-

forme Quadro II, em anexo, sendo especificadas nos incisos a despesa de cada orçamento e a relativa ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 50 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002:

I – R\$262.889.149.037,00 (duzentos e sessenta e dois bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e quarenta e nove mil e trinta e sete reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea a, deste artigo;

II – R\$167.052.764.850,00 (cento e sessenta e sete bilhões, cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais) do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea b, deste artigo; e

III – R\$220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, sendo:

a) R\$220.178.617.902,00 (duzentos e vinte bilhões, cento e setenta e oito milhões, seiscentos e dezessete mil e novecentos e dois reais) constantes do Orçamento Fiscal; e

b) R\$289.076.171,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, setenta e seis mil e cento e setenta e um reais) constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Dos montantes fixados nos incisos II e III, alínea b, deste artigo, relativos ao Orçamento da Seguridade Social, parcela de R\$17.503.619.822,00 (dezessete bilhões, quinhentos e três milhões, seiscentos e dezenove mil e oitocentos e vinte e dois reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

#### SEÇÃO III

##### Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, para suplementação de dotações consignadas:

I – a cada subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial de dotações, limitada a dez por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

b) da reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

c) de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados.

II – aos grupos de natureza de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo, sendo a suplementação limitada a vinte por cento da soma das dotações;

III – para o atendimento de despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da reserva de contingência;

b) da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo; e

c) da anulação de dotações consignadas para esta finalidade em outra unidade orçamentária.

IV – para o atendimento de despesas com juros e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou à amortização da dívida na mesma unidade orçamentária, obedecidas as vinculações previstas na Legislação vigente;

V – para o atendimento de despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou ao pagamento de juros e encargos da dívida na mesma unidade orçamentária;

b) do excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

c) do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2001, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observado e demonstrado previamente o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VI – para o atendimento de despesas com o cumprimento do disposto no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado

pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VII – para o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas a esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder e do Ministério Público;

VIII – para o pagamento de benefícios a servidor público admitido no exercício de 2002, mediante a utilização de recursos alocados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no GND “3 – Outras Despesas Correntes” do subtítulo “Pagamento de Pessoal Decorrente de Provimentos por Meio de Concurso Público no âmbito do Poder Executivo – Nacional”;

IX – a subtítulos nos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta Lei, mediante utilização de recursos decorrentes de variação monetária ou cambial relativas a essas operações;

X – para o atendimento de despesas, no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos Orçamentos Fiscal da Seguridade Social, com as mesmas ações em execução no ano de 2001, mediante a utilização do respectivo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observados os saldos orçamentários dos respectivos subtítulos aprovados no exercício anterior;

XI – a subtítulos aos quais possam ser alocados recursos oriundos de doações e convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo.

§ 1º Na utilização dos recursos para suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no art. 40, § 8º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º da Lei nº 4.320, de 1964, destinados:

a) as transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;

b) aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;

c) ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do art. 239, § 1º, da Constituição.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Orçamento de Investimento**

##### **SEÇÃO I**

##### **Da Abrangência do Orçamento de Investimento**

Art. 6º O Orçamento de Investimento abrange as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, excluídas aquelas integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do art. 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

##### **SEÇÃO II**

##### **Das Fontes de Financiamento**

Art. 7º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam R\$21.362.286.746,00 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e seis reais), sendo especificadas no Quadro III, em anexo.

Parágrafo único. É vedado às entidades constantes do Orçamento de Investimento contraírem dívidas junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita.

##### **SEÇÃO III**

##### **Da Fixação da Despesa**

Art. 8º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$21.362.286.746,00 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e seis reais), distribuída por órgão orçamentário conforme Quadro IV, em anexo.

##### **SEÇÃO IV**

##### **Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, para as seguintes finalidades:

I – suplementação de subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa;

II – para o atendimento de despesas relativas a ações financiadas com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional aprovadas em exercícios anteriores e em execução no exercício de 2002, mediante a utilização do saldo desses recursos pela correspondente empresa;

III – para realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Autorização Para Contratação de Operações de Crédito e emissão de Títulos da Dívida Agrária**

Art. 10. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação das operações de crédito incluídas nesta lei, nos termos do art. 27 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, sem prejuízo ao que estabelece o art. 52, V, da Constituição, no que se refere às operações de crédito externas.

Parágrafo único. No prazo de sessenta dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional a relação das operações a que se refere este artigo, especificando o agente financeiro, a finalidade, o valor da operação e a respectiva programação constante desta lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até 13.090.800 (treze milhões, noventa mil e oitocentos) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício, nos termos do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a cinco anos.

### **CAPÍTULO V**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

Art. 13. É vedada a execução orçamentária e financeira dos subtítulos a seguir relacionados, referentes a serviços que apresentaram indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO e do Congresso Nacional:

I – 24.722.0257.1319.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública/Nacional;

II – 24.722.0257.1321.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas Nacionais;

III – 24.722.0257.1323.0001 – Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações onde o custo dos serviços não possa ser recuperado com sua exploração comercial/Nacional.

Parágrafo único. Aplicam-se aos subtítulos referidos no **caput** as demais normas previstas no art. 12 desta lei, no que lhes for aplicável.

Art. 14. A execução dos créditos orçamentários constantes dos anexos a esta lei obedecerá os princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada

com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Parágrafo único. No mesmo prazo de publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de que trata o art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os órgãos setoriais de planejamento e orçamento encaminharão à CMO relatório contendo as seguintes informações:

a) demonstrativo do fluxo mensal de liberação de recursos orçamentários e financeiros, acompanhado de análise de sua evolução;

b) demonstrativo da compatibilidade da execução financeira e orçamentária com os critérios de que trata o art. 34, § 9º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

Art. 15. Ressalvadas as restrições de ordem técnica e legal, a execução da programação de trabalho constante desta lei e de seus créditos adicionais não poderá ser objeto de outras limitações que não sejam as fixadas nos decretos editados pelo Poder Executivo nos estritos termos dos arts. 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e, nesse último caso, nos atos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

Art. 16. Em até 15 dias após a publicação do ato previsto no art. 67 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, os órgãos setoriais de planejamento e orçamento encaminharão à CMO relatório contendo as seguintes informações:

a) avaliação das consequências da limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida no decreto editado para os fins do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a execução das ações do respectivo Ministério;

b) distribuição dos limites orçamentário e financeiro entre os programas e respectivas ações procedidas por ato do próprio Ministério.

Art. 17. As solicitações de créditos adicionais que não possam ser abertos por decreto, conforme autorização contida nos arts. 4º e 9º desta lei, ou por medida provisória, serão consolidadas e constituirão dois projetos de lei, para cada modalidade de crédito e para as despesas de pessoal, nos termos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, sendo o primeiro apresentado até o dia 15 de maio de 2002 e, o segundo, até 15 de outubro.

§ 1º Em casos excepcionais, a CMO poderá aprovar projeto de lei de créditos adicionais para atendimento de situações específicas, devidamente justificadas na mensagem de encaminhamento, ob-

servado o prazo estabelecido no art. 40, § 6º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

§ 2º A mensagem que encaminhar projeto de lei ou medida provisória para abertura de créditos adicionais deverá conter demonstrativo da compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

Art. 18. Na audiência pública de que trata o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal será demonstrado o impacto estimado nas metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 decorrente do conjunto das alterações promovidas na lei orçamentária por meio de créditos adicionais, abertos por decreto, projeto de lei e medida provisória.

Art. 19. No prazo e nos termos especificados no art. 67, §§ 1º e 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório sobre a reestimativa de receitas e, se demonstrado que em razão da aprovação do Projeto de Lei nº 4.177/2001, que dispõe sobre a tabela do imposto de renda das pessoas físicas, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário, proporá medidas compensatórias adicionais à limitação de empenho e movimentação financeira prevista no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Na ocorrência da hipótese prevista no **caput**, como medida compensatória excepcional, fica o Poder Executivo autorizado a restituir no primeiro trimestre de 2003 até cinquenta por cento dos valores devidos aos contribuintes pessoas físicas relativos às declarações de imposto de renda do exercício de 2002, ano-calendário de 2001, corrigidos pela taxa Selic.

Art. 20. A Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional de Seguro Social deverão publicar no **Diário Oficial** da União, mensalmente, relatório contendo:

I – comparativo da arrecadação mensal realizada das receitas federais, segundo as categorias e critérios utilizados nesta lei, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta orçamentária, nos termos do inciso VII, alíneas **a**, **h** e **i**, do anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 denominado Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária;

II – a previsão atualizada da arrecadação mês a mês, elaborada em consonância com as respectivas reestimativas de arrecadação no exercício;

III – avaliação da evolução das receitas, explicitando os fatores e parâmetros que influenciaram os resultados.

Art. 21. As despesas obrigatórias de caráter continuado previstas no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e listadas no anexo de que trata o art. 2º, § 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 constituem obrigações legais para fins de aplicação do disposto no art. 9º, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22. Havendo modificações na metodologia de apuração do resultado primário, ou nos critérios de classificação de receitas e despesas, o respectivo código identificador – RP constante do detalhamento dos créditos orçamentários desta lei, poderá ser alterado por portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 23. Integram esta lei, nos termos do art. 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, os anexos contendo a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários, a discriminação da legislação da receita e da despesa, os quadros orçamentários consolidados definidos no § 1º, incisos I a XV do referido art. 8º e os seguintes:

I – Quadro I, contendo a discriminação da receita estimada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e fonte;

II – Quadro II, contendo a distribuição da despesa fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por órgão orçamentário;

III – Quadro III, contendo a discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV – Quadro IV, contendo a distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento por órgão orçamentário;

V – Quadro V, contendo a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, atualizada, conforme estabelece o art. 8º, § 11, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002;

VI – Quadro VI, contendo as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, I, da Constituição, relativas a despesas de pessoal conforme estabelece o art. 59 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002;

VII – Quadro VII, contendo a relação das obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 24. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



**LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002****Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e do art. 6º da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 – LDO 2002, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III – o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

**CAPÍTULO II****Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****SEÇÃO I****Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$650.409.607.960,00 (seiscentos e cinquenta bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e sete mil e novecentos e sessenta reais), discriminada conforme o Quadro I, em anexo, sendo especificadas nos incisos a receita de cada orçamento e a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF:

I – R\$280.103.692.688,00 (duzentos e oitenta bilhões, cento e três milhões, seiscentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta e oito reais) do Orçamento Fiscal, excluída a receita de que trata o inciso III deste artigo, e incluída a parcela de contribuições sociais

Fl. 2 da Lei nº 10.407, de 10-1-2002,

desvinculada por força da Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000, no valor de R\$20.273.838.099,00 (vinte bilhões, duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e trinta e oito mil e noventa e nove reais);

II – R\$149.838.221.199,00 (cento e quarenta e nove bilhões, oitocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e um mil e cento e noventa e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social; e

III – R\$220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa.

**SEÇÃO II****Da Fixação da Despesa**

Art. 3º A despesa total fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$650.409.607.960,00 (seiscentos e cinquenta bilhões, quatrocentos e nove milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e sessenta reais), distribuída entre os órgãos orçamentários conforme Quadro II, em anexo, sendo especificadas nos incisos a despesa de cada orçamento e a relativa ao refinanciamento da dívida pública, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 50 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002:

I – R\$262.889.149.037,00 (duzentos e sessenta e dois bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e quarenta e nove mil e trinta e sete reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea **a**, deste artigo;

II – R\$167.052.764.850,00 (cento e sessenta e sete bilhões, cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta reais) do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea **b**, deste artigo; e

III – R\$220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, sendo:

**a)** R\$220.178.617.902,00 (duzentos e vinte bilhões, cento e setenta e oito milhões, seiscentos e dezessete mil e novecentos e dois reais) constantes do Orçamento Fiscal; e

**b)** R\$289.076.171,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, setenta e seis mil e cento e setenta e um reais) constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Dos montantes fixados nos incisos II e III alínea **b** deste artigo, relativos ao Orçamento da Seguridade Social, parcela de R\$17.503.619.822,00 (dezessete bilhões, quinhentos e três milhões, seiscentos e dezenove mil e oitocentos e vinte e dois reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

### SEÇÃO III

#### **Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, para suplementação de dotações consignadas:

I – a cada subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes:

**a)** da anulação parcial de dotações, limitada a dez por cento do valor do subtítulo objeto da anulação;

**b)** da reserva de contingência, nas situações previstas no art. 52, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**c)** de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

II – aos grupos de natureza de despesa “3 – Outras Despesas Correntes”, “4 – Investimentos” e “5 – Inversões Financeiras”, mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo, sendo a suplementação limitada a vinte por cento da soma das dotações;

III – para o atendimento de despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, mediante a utilização de recursos provenientes:

**a)** da reserva de contingência;

**b)** da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo; e

**c)** da anulação de dotações consignadas para esta finalidade em outra unidade orçamentária;

IV – para o atendimento de despesas com juros e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou à amortização da dívida na mesma unidade orçamentária, obedecidas as vinculações previstas na legislação vigente;

V – para o atendimento de despesas com a amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos provenientes:

**a)** da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou ao pagamento de juros e encargos da dívida na mesma unidade orçamentária;

**b)** do excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

**c)** do superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2001, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observado e demonstrado previamente o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VI – para o atendimento de despesas com o cumprimento do disposto no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

VII – para o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas a esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder e do Ministério Público;

VIII – para o pagamento de benefícios a servidor público admitido no exercício de 2002, mediante a utilização de recursos alocados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no GND “3 – Outras Despesas Correntes” do subtítulo “Pagamento de Pessoal Decorrente de Provimentos por Meio de Concurso Público no âmbito do Poder Executivo – Nacional”;

IX – a subtítulos nos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta lei, mediante utilização de recursos decorrentes de variação monetária ou cambial relativas a essas operações;

X – para o atendimento de despesas, no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com as mesmas ações em execução no ano de 2001, mediante a utilização do respectivo superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do

exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observados os saldos orçamentários dos respectivos subtítulos aprovados no exercício anterior;

XI – a subtítulos aos quais possam ser alocados recursos oriundos de doações e convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo.

§ 1º Na utilização dos recursos para suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no parágrafo único do art. 82 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na suplementação de dotações deverá ser observado o disposto no art. 40, § 8º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002.

Art. 5º Fica Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º da Lei nº 4.320, de 1964, destinados:

**a)** a transferências aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;

**b)** aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

**c)** ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do art. 239, § 1º, da Constituição.

### CAPÍTULO III

#### Do Orçamento de Investimento

##### SEÇÃO I

#### Da Abrangência do Orçamento de Investimento

Art. 6º (VETADO)

##### SEÇÃO II

#### Das Fontes de Financiamento

Art 7º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam R\$21.362.286.746,00 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e seis reais), sendo especificadas no Quadro III, em anexo.

Parágrafo único. É vedado às entidades constantes do Orçamento de Investimento contraírem dívidas junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita.

### SEÇÃO III

#### Da Fixação da Despesa

Art. 8º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$21.362.286.746,00 (vinte e um bilhões, trezentos e sessenta e dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta e seis reais), distribuída por órgão orçamentário conforme Quadro IV, em anexo.

### SEÇÃO IV

#### Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo e desde que demonstrada, no decreto de abertura, a compatibilidade das alterações promovidas na programação orçamentária com a meta de resultado primário estabelecida no art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, para as seguintes finalidades:

I – suplementação de subtítulo, até o limite de dez por cento do respectivo valor, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa;

II – para o atendimento de despesas relativas a ações financiadas com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional aprovadas em exercícios anteriores e em execução no exercício de 2002, mediante a utilização do saldo desses recursos pela correspondente empresa;

III – para realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

### CAPÍTULO IV

#### Da Autorização Para Contratação de Operações de Crédito e Emissão de Títulos da Dívida Agrária

Art. 10. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação das operações de crédito incluídas nesta lei, nos termos do art. 27 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, sem prejuízo ao que estabelece o art 52, V, da Constituição, no que se refere às operações de crédito externas.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até 13.090.800 (treze milhões, noventa mil e oitocentos) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício, nos termos do

art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a cinco anos.

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Finais

Art. 12. Nos termos do art. 83, § 7º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no **caput** abrange todos os programas de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais, inclusive as alterações ocorridas no exercício por meio de créditos adicionais, e a execução financeira, em 2002, das respectivas despesas inscritas em Restos a Pagar, no exercício de 2001 e nos anteriores.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o **caput** será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União e os órgãos de controle interno de cada um dos Poderes farão o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidades graves, recebam quaisquer recursos orçamentários, informando ao Congresso Nacional as ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

Art. 13. (VETADO)

Art. 14. A execução dos créditos orçamentários constantes dos anexos a esta lei obedecerá os princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 15. (VETADO)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. A Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional de Seguro Social deverão publicar no **Diário Oficial** da União, mensalmente, relatório contendo:

I – comparativo da arrecadação mensal realizada das receitas federais, segundo as categorias e critérios utilizados nesta lei, com as respectivas estimativas mensais constantes dos demonstrativos encaminhados juntamente com a proposta orçamentária, nos termos do inciso VII, alíneas **a**, **h** e **i**, do anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002 denominado Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária;

II – a previsão atualizada da arrecadação mês a mês, elaborada em consonância com as respectivas reestimativas de arrecadação no exercício;

III – avaliação da evolução das receitas, explicando os fatores e parâmetros que influenciaram os resultados.

Art. 21. (VETADO)

Art. 22. Havendo modificações na metodologia de apuração do resultado primário, ou nos critérios de classificação de receitas e despesas, o respectivo código identificador – RP constante do detalhamento dos créditos orçamentários desta Lei, poderá ser alterado por portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 23. Integram esta Lei, nos termos do art. 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, os anexos contendo a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários, a discriminação da legislação da receita e da despesa, os quadros orçamentários consolidados definidos no § 1º, incisos I a XV do referido art. 8º e os seguintes:

I – Quadro I, contendo a discriminação da receita estimada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e fonte;

II – Quadro II, contendo a distribuição da despesa fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por órgão orçamentário;

III – Quadro III, contendo a discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV – Quadro IV, contendo a distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento por órgão orçamentário;

V – Quadro V, contendo a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, atualizada, conforme estabelece o art. 8º, § 11, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002;

VI – Quadro VI, contendo as autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, I, da Constituição,

relativas a despesas de pessoal, conforme estabelece o art. 59 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002;

VII – Quadro VII, contendo a relação das obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de janeiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. \_ **Fernando Henrique Cardoso.**

### QUADRO I - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS DO TESOIRO</b>	<b>421.572.866.393</b>
<b>1.1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>331.974.188.992</b>
Receita Tributária	108.465.022.908
Receita de Contribuições	187.514.038.366
Receita Patrimonial	10.652.023.315
Receita Agropecuária	2.347.690
Receita Industrial	114.029.541
Receita de serviços	13.450.124.936
Transferências Correntes	129.664.168
Outras Receitas Correntes	11.646.938.068
<b>1.2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>89.598.677.401</b>
Operações de Crédito Internas	37.524.392.356
Operações de Crédito Externas	26.369.369.924
Alienação de Bens	3.721.423.523
Amortização de Empréstimos	9.103.360.400
Transferências de Capital	56.511.146
Outras Receitas de Capital	12.823.620.052
<b>2. RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>8.369.047.494</b>
<b>2.1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.943.823.111</b>
<b>2.2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.425.224.383</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>429.941.913.887</b>
<b>3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL</b>	<b>220.467.694.073</b>
3.1. Operações de Crédito Internas	209.457.766.141
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	209.457.766.141
3.2. Operações de Crédito Externas	11.009.927.932
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	11.009.927.932
<b>TOTAL</b>	<b>650.409.607.960</b>

**Quadro II – Distribuição da Despesa por Órgão**

Discriminação	Total Órgão (%)						
	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	C = (A+B)	C/D	C/E	C/F	C/G
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.657.150.246		1.657.150.246	0,41	0,40	0,39	0,26
02000 - SENADO FEDERAL	1.165.265.263		1.165.265.263	0,31	0,38	0,27	0,18
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	507.617.566		507.617.566	0,11	0,12	0,12	0,08
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	160.008.787		160.008.787	0,04	0,04	0,04	0,02
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	331.962.893		331.962.893	0,08	0,08	0,08	0,05
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	2.765.967.822		2.765.967.822	0,71	0,69	0,64	0,43
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	119.365.036		119.365.036	0,03	0,03	0,03	0,02
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	1.600.540.339		1.600.540.339	0,41	0,39	0,37	0,25
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	4.344.458.675		4.344.458.675	1,13	1,04	1,00	0,67
16000 - JUSTIÇA DO TRABALHO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	453.722.063		453.722.063	0,12	0,11	0,10	0,07
17000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	2.201.109.872	14.665.730	2.215.775.602	0,63	0,63	0,51	0,34
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.161.395.993	2.023.555.793	5.184.951.786	1,39	1,24	1,19	0,80
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	2.354.042.717	228.495.909	2.582.538.626	0,69	0,62	0,59	0,40
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	10.764.829.741	1.631.897.078	12.396.726.819	3,23	2,94	2,83	1,89
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	15.602.360.286	819.007.297	17.421.367.583	4,68	4,17	4,01	2,68
26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	189.879.853	1.008.075.652	1.197.955.505	0,32	0,29	0,28	0,18
28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	3.875.647.860	542.132	3.878.229.812	0,94	0,89	0,85	0,57
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	63.423.276	63.423.276	126.846.552	0,41	0,38	0,36	0,24
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	1.504.960.160		1.504.960.160				
33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	85.094.941.011	110.702.412	85.211.735.423	25,47	22,60	21,81	14,64
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	820.019.407		820.019.407	0,22	0,22	0,21	0,14
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	974.870.716	248.145	974.818.991	0,28	0,23	0,22	0,15
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	28.485.603.720	65.514.510	28.551.448.239	7,64	6,84	6,57	4,39
38000 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Exclusivo o dispositivo no artigo 239 Parágrafo da Constituição)	10.224.630.788	187.953	10.224.818.741	2,74	2,46	2,35	1,57
39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (Exclusivo Fundo de Manutenção e Construção)	7.662.717.804	275.291.599	7.938.009.403	2,13	1,90	1,83	1,22
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2.632.715.433	159.463.721	2.792.179.154	0,75	0,67	0,64	0,43
42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA	387.165.170	4.111.573	391.271.343	0,10	0,09	0,09	0,06
44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.516.817.821	87.994.427	1.604.812.248	0,43	0,38	0,37	0,25
47000 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	3.447.235.558	9.130.143	3.456.366.701	0,92	0,83	0,80	0,53
48000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	2.070.158.989	252.865.907	2.323.024.896	0,61	0,58	0,53	0,36
51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO	772.502.995	12.099.984	784.602.979	0,21	0,19	0,18	0,12
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	24.548.047.717	1.657.510.833	26.205.558.550	7,0	6,27	6,03	4,03
53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Exclusivo Fundos Constitucionais)	112.862.912.769	38.330.423	112.862.912.799	30,14	28,98	25,93	17,32
54000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	14.313.585.508	3.853.343	14.313.585.508	3,93	3,43	3,28	2,20
71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	2.118.862.902	0	2.118.862.902	0,61	0,51	0,49	0,33
73000 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS (Exclusivo Transferências Constitucionais)	385.438.041.220	8.359.047.494	373.805.083.514	100,00	99,51	99,01	97,47
80000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
SUBTOTAL (D)							
43.820.743.478			43.820.743.478		10,49	10,09	6,74
409.258.764.196		8.359.047.494	417.615.811.692		100,00	99,10	64,21
SUBTOTAL (E)							
3.942.809.234			3.942.809.234		0,91	0,81	0,81
681.670.678			681.670.678		0,23	0,16	0,16
2.763.838.098			2.763.838.098		0,64	0,42	0,42
9.207.440.949			9.207.440.949		2,13	1,42	1,42
SUBTOTAL (F)							
434.591.591.151		8.359.047.494	434.591.591.151		100,00	100,00	66,82
215.828.016.609			215.828.016.609				33,18
650.409.601.960			650.409.601.960				100,00
75000 - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBRILIA FEDERAL							
TOTAL (G)							

**Quadro III**  
**Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>12.837.469.127</b>
Geração Própria	12.837.469.127
<b>RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>341.526.680</b>
Tesouro	115.400.000
Direto	115.400.000
Controladora	226.126.680
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO</b>	<b>4.583.669.711</b>
Internas	417.035.922
Externas	4.166.633.789
<b>OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO</b>	<b>3.599.621.228</b>
Controladora	2.866.366.228
Outras Estatais	493.255.000
Outras Fontes	240.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>21.362.286.746</b>

**QUADRO IV**  
**DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

	R\$ 1,00
<b>Especificação</b>	<b>Valor</b>
22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	15.919.000
24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.477.800
25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	2.370.791.597
28000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	35.724.000
32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	17.909.912.193
33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000.000
36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	12.196.456
39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	155.833.700
41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	691.732.000
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	128.700.000
<b>TOTAL</b>	<b>21.362.286.746</b>

**QUADRO V****ATUALIZAÇÃO DA ESTIMATIVA DA  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS  
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

(Art. 8º, § 11, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – LDO 2002)

Nos termos do art 8º § 11 da LDO 2002, a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO atualizou a estimativa da margem de expansão, com base em análise efetuada sobre as alterações promovidas por essa Comissão nas estimativas das receitas. Consideradas apenas as alterações que resultara em ganho real e permanente de receita, e considerados os comentários pertinentes consignados no Relatório Final sobre o Projeto de Lei nº 32, de 2001, a análise da CMO apurou um acréscimo da ordem de R\$ 113, 5 milhões, conforme tabela a seguir, e um novo valor para a margem de expansão bruta das despesas obrigatórias de caráter continuado: R\$ 5,45 bilhões.

	RS milhões
Margem estimada na proposta orçamentária	5.337,0
Acréscimos	113,5
1. Aumento real de receita decorrente de: reestimativa do IGP-DI, Cota única – IRPJ e IRPJ – Swap	60,0
2. IRRF-Rendimentos do trabalho decorrente do aumento salarial nas instituições federais de ensino	33,5
3. Contribuição para o PSSS decorrente do aumento salarial nas instituições federais de ensino	20,0
Estimativa atualizada da margem de expansão	5.450,5

É possível prever que a margem de expansão bruta poderá ser objeto de ajustes durante o exercício de 2002 em decorrência: a) da instituição e efetiva cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico por meio de PEC nº 227/2000, em substituição à PPE – parcela de preços específica; b) da cobrança dos rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos das entidades abertas ou fechadas de previdências complementar, inclusive seguradores e administradoras de fundos de previdências complementar (Medida Provisória nº 2.222, de 2001).

**QUADRO VI****AUTORIZAÇÕES DE QUE TRATA O  
ART. 169, § 1º, II DA CONSTITUIÇÃO**

(Art. 59 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – LDO 2002)

Em cumprimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição e no art. 59 da LDO 2002, ficam autorizadas as admissões ou contratações de pessoal, as concessões de vantagens ou aumentos de remuneração, as alterações de estrutura de carreiras e a criação de cargos, empregos e funções constantes deste Quadro.

Na efetivação destas autorizações deverá ser atendido o disposto no art. 169, § 1º, I, da Constituição e nos arts. 21 e 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, observados, ainda, os arts. 56, 74 e 75 da LDO 2002.

**1 – Poder Legislativo**

I – Preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001.

**II – Câmara dos Deputados:**

a) provimento, mediante concurso público, de até 359 cargos das carreiras funcionais da Câmara dos Deputados;

b) implantação do plano de carreira dos servidores, conforme Resolução nº 28, de 1998, da Câmara dos Deputados;

e) equiparação de pensões do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, com as pensões do serviço público federal, de acordo com o Projeto de Resolução nº 1, de 1999; e



d) implantação da reestruturação de funções e cargos comissionados.

### **III – Senado Federal:**

a) criação do quadro de pessoal do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, conforme Resolução nº 9, de 1997, mediante transformação de cargos vagos do quadro de pessoal do Senado Federal;

b) implantação do plano de carreira dos servidores do Senado Federal e do Prodasen, conforme Resoluções nº 42 e 51, de 1993; nº 9, de 1997; nº 55, de 1998 e Lei nº 9.527, de 1997;

c) equiparação de pensões do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, com as pensões do serviço público federal, de acordo com o Projeto de Resolução nº 1, de 1999;

d) implantação da reestruturação de funções e cargos comissionados;

e) provimento, mediante concurso público, de até 253 (duzentos e cinquenta e três) cargos do quadro de pessoal do Senado Federal.

### **IV – Tribunal de Contas da União:**

a) provimento, mediante concurso público, de até 60 cargos de Analista de Finanças e Controle Externo; e

b) implantação do plano de carreira dos servidores do Tribunal, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.208, de 1999.

### **2 – Poder Judiciário**

I – Preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001.

II – Reestruturação do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, nos termos em que vier a ser aprovado o PL nº 5.314, de 2001, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### **III – Superior Tribunal de Justiça:**

a) provimento, mediante concurso público, de até 24 cargos efetivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; e

b) criação de cargos e funções destinados à instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, prevista na Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 29/2000.

### **IV – Justiça Federal:**

a) provimento, mediante concurso público, de até 1.301 cargos efetivos, nos Tribunais Regionais Federais.

### **V – Justiça do Trabalho:**

a) provimento, mediante concurso público, de até 1.700 cargos efetivos no âmbito da Justiça do Trabalho.

### **VI – Justiça do Distrito Federal e Territórios:**

a) implantação da Gratificação por Execução de Mandados para a carreira de Analista Judiciário – Oficial de Justiça – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.309, de 2000.

### **3 – Ministério Público da União**

I – preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001;

II – provimento, mediante concurso público, de até 482 membros e 935 servidores e 300 funções comissionadas no âmbito do Ministério Público da União; e

III – reestruturação do Plano de Carreira dos servidores do Ministério Público, nos termos em que vier a ser aprovado o PL nº 5.440, de 2001, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### **4 – Poder Executivo**

I – preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001;

II – previsão de concursos e admissão de pessoal de nível superior e intermediário para provimento de cargos ou empregos públicos pelo Poder Executivo Federal, nas áreas de:

- a) Auditoria e Fiscalização, até 1.380 vagas;
- b) Gestão e Diplomacia, até 1.060 vagas;
- c) Jurídica, até 580 vagas;
- d) Segurança Pública, até 2.150 vagas;
- e) Ciência e Tecnologia, até 1.300 vagas;
- f) Meio Ambiente, Educação, Cultura, Previdência e Saúde, até 6.530 vagas;
- g) Regulação do Mercado, até 2.120 vagas;
- h) Segurança Pública do Distrito Federal – DF, até 931 vagas;
- i) Educação, até 2000 vagas para professores de terceiro grau.

III – previsão de criação de cargos ou empregos públicos de nível superior e intermediário nas áreas de:

- a) Gestão e Diplomacia, até 1.920 vagas;
- b) Ciência e Tecnologia, até 3.800 vagas;
- c) Meio Ambiente, Educação, Cultura, Previdência e Saúde, até 27.800 vagas;
- d) Segurança Pública do Distrito Federal – DF, até 931 vagas.

IV – reestruturação da remuneração de cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal, de carreiras das áreas Jurídica, Diplomática, Finanças e de Segurança Pública de Ex-Territórios, de cargos em comissão e funções de confiança e de servidores técnicos administrativos e docentes das Instituições Federais de Ensino.

**QUADRO VII  
OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CODIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
02.061.0569.7241.0003	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM CUIABÁ - MT — NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MT	12102	Contrato 07/2000
06.181.0664.7803.0001	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA — NACIONAL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	30909	Contrato 12/2000 Contrato 16/2000
12.364.0041.5081.0013	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO ESTADO DO AMAZONAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AM	26270	Contrato 14/00 Contrato 18/00
12.364.0041.5081.0016	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO ESTADO DO AMAPÁ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AP	26286	Contrato 002/2001-Unifap Contrato 003/2001-Unifap Contrato 007/2001-Unifap Contrato 016/2000-Unifap Contrato 020/2000-Unifap
12.364.0041.5081.0029	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO ESTADO DA BAHIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	BA	26232	Contrato 29/00-PCU
12.364.0041.5081.0053	MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO — NO DISTRITO FEDERAL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	26271	Contrato 203/2000 Contrato 601/2000 Contrato 602/2000
14.421.0661.1844.0052	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS — NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	30907	Contrato 035/00-SEINF Convênio 398716
14.421.0661.1844.0054	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS — NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MS	30907	Contrato 043/2000 Contrato 115/2000
18.544.0515.1851.0400	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTR. DE ADUT. DE USOS MÚLT. NA REGIÃO SERTANEJA NO ESTADO DE ALAGOAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AL	53101	Funcional
18.544.0515.1851.0406	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO RIO BALSAMO - AL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AL	53101	Contrato 011/2000 - CPL/AL
18.544.0515.1851.0418	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO OESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PE	53204	Contrato 03/00 Contrato 06/00 Contrato 07/00 Contrato 08/00 Contrato 09/00
18.544.0515.1851.0420	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — APROVEITAMENTO HIDROAGR. DO ACUDE JENIPAPO NO EST. DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 04/91

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
18.544.0515.1851.0442	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO POÇO DO MARRUÁ-NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 002/2001-DEO
18.544.0515.1851.0852	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA — CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO ITALUIS NO ESTADO DO MARANHÃO(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	53101	Funcional
18.544.0515.3387.0024	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM UMARI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE — NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RN	53101	Contrato 036
18.544.0515.3391.0027	CONSTRUÇÃO DA ADUTORA DO AGRESTE ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS — NO ESTADO DE ALAGOAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AL	53101	Contrato 05/98
18.544.0515.3451.0022	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO POÇO DO MARRUÁ NO ESTADO DO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 002/2001-DEO
18.544.0515.3517.0022	CONSTRUÇÃO DO ACUDE ALGODÃO II NO ESTADO DO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 020/1999
18.544.0515.3729.0022	CONSTRUÇÃO DO ACUDE TINGUIS NO ESTADO DO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 017/98-DEO
20.607.0379.1836.0023	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PERÍM.DE IRRIG.BAIX. OCIDENTAL MARANHENSE NO EST. DO MARANHÃO(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	53204	Funcional
20.607.0379.1836.0025	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PERÍM.DE IRR.TABULEIRO DE SÃO BERNARDO NO ESTADO DO MARANHÃO(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	53204	Contrato 015/88 Contrato 025/87
20.607.0379.1836.0029	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PERÍM.DE IRR.TABULEIROS LITORÂNEOS NO ESTADO DO PIAUÍ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PI	53204	Contrato 017/87 Convênio 222333
20.607.0379.1836.0040	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — IMPLANTAÇÃO DE PROJ. DE IRR.NO DISTRITO FEDERAL (RIO PRETO)(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	53101	Contrato 001/2001 Convênio 397789
20.607.0379.1836.0052	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — CONSTR.DA ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA(CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	BA	53101	Funcional
20.607.0379.1836.0058	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — IRRIGAÇÃO SERRA TALHADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PE	53204	Contrato PGE 22/97
20.607.0379.1836.0065	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	53101	Contrato 003/97

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
20.607.0379.1836.0067	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	53101	Contrato 001/98 Contrato 006/96
20.607.0379.1836.0071	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO — PROJETO LUIS ALVES DO ARAGUAIA NO ESTADO DE GOIÁS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	53101	Contrato 03/97
23.695.0631.5399.0004	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA — NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	BA	51201	Funcional
25.752.0291.3243.0016	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPÁ (520 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 339 MVA) — NO ESTADO DO AMAPÁ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AP	32224	Contrato SUP 2.8.4.0453.0 Contrato SUP 2.8.4.0454.0 Contrato SUP 2.8.4.0455.0
25.752.0294.3368.0020	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À UHE LUIZ GONZAGA - ETAPA II (15 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV E 5 SUBESTAÇÕES COM 300 MVA) — NA REGIÃO NORDESTE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PE	32226	Contrato AS-I-92.2000.3070 Contrato CT-I-90.2000.4250.00 Contrato CT-I-92.7.6040 Contrato CTN-I-90.7.1210 Contrato CTN-I-90.98.1480
25.752.0294.3373.0026	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE DE XINGÓ EM PERNAMBUCO (180 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E DE 6 SUBESTAÇÕES COM 1.240 MVA) — NO ESTADO DE PERNAMBUCO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PE	32226	Contrato CT-I-90.7.0701.00 Contrato CT-I-91.6.0220.00 Contrato CTI-92.1999.5230 Contrato CTN-I-90.1998.1260.00 Contrato CTN-I-90.7.0950.00 Contrato CTN-I-90.99.0770
25.752.0294.3379.0022	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PIAUÍ (639 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 284 MVA) — NO ESTADO DO PIAUÍ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PI	32269	Contrato PCJ 079/00 Contrato PCJ 080/00 Contrato PCJ 081/00 Contrato PCJ 091/00 Contrato PCJ 092/00 Contrato PCJ 097/00
25.752.0294.3382.0028	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE DE XINGÓ EM SERGIPE (159 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV E DE SUBESTAÇÕES DE 700 MVA) — NO ESTADO DE SERGIPE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SE	32226	Contrato CT-I-92.6.0325.00
25.752.0294.3407.0022	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PIAUÍ — NO ESTADO DO PIAUÍ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PI	32269	Contrato PCJ 099/00 Contrato PCJ 108/00
25.752.0296.3414.0033	IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMBINADO DA USINA TERMOELÉTRICA DE SANTA CRUZ (RJ) (ACRÉSCIMO DE 1.200 MW) — NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RJ	32228	Contrato 12576 Contrato 13109
25.752.0296.3422.0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU (PR) - SÃO PAULO (SP) (ITAIPOBÁ - ITABERÁ - TIJUCO PRETO) (585 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) — NACIONAL (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SP	32228	Funcional
25.752.0297.3225.0013	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, SUBTRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SE CARIRI A ITACOATIARA E RIO PRETO DA EVA (AM) — NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AM	32273	Contrato MEAS 040007-0 Contrato MEAS 040008-0 Contrato MEAS 050024-0
25.752.0297.3259.0013	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, SUBTRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SE DE IRANDUBA A MANACAPURU E NOVO AIRÃO (AM) — NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AM	32273	Contrato MEAS 040007-0 Contrato MEAS 040008-0 Contrato MEAS 050024-0

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
25.752.0297.3398.0013	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MANAUS (313,3 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 645,3 MVA) — NO ESTADO DO AMAZONAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	AM	32273	Contrato MEAS 040007-0 Contrato MEAS 040008-0 Contrato MEAS 050024-0
26.782.0230.5704.0025	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE — BR-356/MG - ÉRVÁLIA - MURIAÉ - DIVISA MG/RJ (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	MG	39252	Contrato PJIU - 22053/00 Contrato PJIU- 22033/98
26.782.0230.5789.0006	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE — BR-259/ES - EM COLATINA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	ES	39252	Contrato PD-17.007/2000
26.782.0233.5743.0003	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO — BR-381/ SP - DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116 (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SP	39252	Contrato 10.770-0 Contrato 8.919-9 Contrato 9.642-8 Contrato 9.644-1 Contrato 9.646-5
26.782.0233.5707.0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-101/RS - OSÓRIO - SÃO JOSE DO NORTE - RIO GRANDE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Contrato PD-10-015/99 Contrato PD-10-022/99 Contrato PD-10-032/98 Contrato PG-10-062/98
26.782.0233.5727.0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-101/376/SC - DIVISA PR/SC - PALHOÇA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	SC	39252	Funcional
26.782.0233.5727.0003	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-101/RS - DIVISA SC/RS - OSÓRIO (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Funcional
26.782.0233.5727.0013	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-386/RS - LAJEADO - CANOAS (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Contrato 10-030/98 Contrato PD - 016/99 Contrato PD-017/96 Contrato PD-10-008/97 Contrato PG-267/96
26.782.0233.5737.0001	ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL — BR-116/PR - EM CURITIBA (LESTE) (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PR	39252	Convênio 98349587
26.782.0235.5714.0003	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE — EXPRESSO EM FORTALEZA (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	CE	39252	Funcional
26.782.0235.5728.0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE — BR-230/PB - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PB	39252	Contrato PJ 007/99
26.782.0235.5728.0009	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE — BR-232/PE - RECIFE - CARUARU (COND. ATEND. ART. 12 DESTA LEI)	PE	39252	Contrato PD-4-009/1999 Contrato PD-4-010/1999 Convênio 406758
26.782.0236.5709.0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE — BR-319/AM- DIVISA RO/AM- MANAUS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AM	39252	Contrato PD/01/10/2000-00 Convênio 402915
26.782.0237.5710.0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-230/TO - DIVISA MA/TO - DIVISA TO/PA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	TO	39252	Contrato 200/96 Contrato 86/2000

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
26.782.0237.5710.0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-242/TO - PEIXE - PARANÁ - TAGUATINGA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	TO	39252	Contrato 002/99 Contrato 003/99 Contrato 004/99 Contrato 005/99 Contrato 006/99
26.782.0237.5710.0019	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-414/GO - COCALZINHO - NIQUELÂNDIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	39252	Funcional
26.782.0237.5710.0023	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-070/GO - COCALZINHO - ARAGARÇAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	39252	Contrato PG-207/2000
26.782.0237.5710.0103	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-402/MA - HUMBERTO DE CAMPOS - BARREIRINHAS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MA	39252	Contrato 001/2000 Convênio 137919
26.782.0237.5710.0105	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-235/TO - DIVISA TO/MA - DIVISA TO/PA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	TO	39252	Contrato 184/2000 Contrato 185/2000
26.782.0237.5730.0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-060/GO - DIVISA DF/GO - ENTRONCAMENTO BR-153/GO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	GO	39252	Contrato PD/12-13/97 Contrato PD/12-14/97 Contrato PG-058/98 Contrato PG-198/99
26.782.0237.5730.0006	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-316/PA - TRECHO ENTR. NO KM 0 - SANTA MARIA - DIV. PA/MA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PA	39252	Contrato PG-120/97-00
26.782.0237.5730.0015	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS — BR-060/DF - DISTRITO FEDERAL - DIVISA DF/GO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	DF	39252	Contrato 090/2000 (DER-DF) Contrato 21/2000 (DER-DF) Contrato 53/2000 Convênio 317628
26.782.0238.5711.0014	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE — BR-401/RR - BOA VISTA-NORMANDIA-BONFIM-PONTE S/ RIO ITACUTU - PONTE S/ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RR	39252	Funcional
26.782.0238.5711.0103	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE — BR-432/RR - ENTR. BR-401-CANTÁ-NOVO PARAÍSO-ENTR. BR-174/210 (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RR	39252	Convênio 2692000
26.782.0238.5715.0002	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE — BR-364/AC - EM RIO BRANCO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	AC	39252	Contrato Concorr. 02/92
26.782.0517.3641.0011	PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS EM RONDÔNIA — NO ESTADO DE RONDÔNIA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RO	53101	Contrato 027/00/GJ/DEVOP/RO Contrato 085/97/PJ/DER-RO Contrato 086/97/PJ/DER-RO
26.783.0222.5366.0103	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SALVADOR - BA — DO METRÔ - TRECHO LAPA-PIRAJA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	BA	39208	Contrato SA-01 Convênio 4800

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
26.783.0232.5769.0103	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE — NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	MS	39252	Contrato 45/99
26.784.0230.1905.0032	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA — NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	ES	39211	Funcional
26.784.0230.3340.0033	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CONTEINERES NO CAIS DO CAJU (RJ) — NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RJ	39216	Contrato C-DEPJUR nº 041/88
26.784.0233.1080.0007	MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ — NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	SC	39252	Contrato 002/01
26.784.0233.5019.0043	AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO — NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RS	39252	Contrato 018/2001-MT
26.784.0233.7463.0042	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE LAGUNA — NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	SC	39252	Contrato 24/2000-MT
26.784.0235.5864.0024	MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL — NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RN	39217	Funcional
26.784.0236.5771.0101	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR OESTE-NORTE — DO RIO MADEIRA - TRECHO PORTO VELHO - FOZ DO MADEIRA (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	RO	39252	Contrato 005/2000 Contrato 007/2001
26.784.0237.5750.0015	CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS DE TUCURUI — NO ESTADO DO PARÁ (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	PA	39252	Contrato 009/98-MT
26.784.0909.5873.0002	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DO CAS DO ESPÍRITO SANTO - RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA. — NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)	ES	39101	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO (GERAL) NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	RS	36101	Processo 902295
	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO AO TRF DA 2ª REGIÃO, NO RIO DE JANEIRO - RJ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	RJ	12103	Contrato 004/94
	CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO - SP NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	SP	15103	Funcional
	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO ARROIO QUEBRACHO EM BAGÉ	RS	53101	Processo 3513476
	BARRAGEM OITICA	RN	53204	Processo 633450
	REFORMA DE EDIFÍCIOS-SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL	DF	30909	Contrato 017/97

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONCLUSÃO DE PONTE RODOVIÁRIA EM TIMON/MA	MA	53101	Processo 830787
	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL EM NOVA ANDRADINA	MS	26101	Processo 844590
	HOSPITAL CENTRAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	MT	36901	Processo 845263
	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE COMBATE AO CâNCER	CE	36101	Processo 813523
	FUNDAÇÃO AMADEU FILOMENO - CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL EM ITAPIPOCA/CE	CE	36901	Processo 814617
	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO EM MARINGÁ	PR	36901	Processo 3442975
	CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DO HOSPITAL TERCIÁRIO DE NATAL	RN	36901	Processo 3316943
	REURBANIZAÇÃO E CANALIZAÇÃO DOS Córregos BOTAFOGO E CAPIM PUBA	GO	53101	Processo 3517327
	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS / NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	30907	Funcional
	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS / DESPOLUIÇÃO DA LAGOA DA JANSEN - SÃO LUÍS - MA	MA	44205	Contrato 016/92 Convênio 391689 Convênio 92039264 Convênio 92058408 Convênio 92236211 Convênio 99371070
	CANALIZAÇÃO DO CANAL DE BODOCONGO EM CAMPINA GRANDE - PB	PB	53101	Processo 3537981
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / ADUTORA ALTO SERTÃO NO ESTADO DE ALAGOAS	AL	53101	Contrato 05/98
	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SALINAS, NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DO PIAUÍ, ACERCA DE 300 KM DA CAPITAL TERESINA	PI	53204	Processo 3388515
	MACRO E MICRO DRENAGEM DO TABULEIRO DOS MARTINS EM MACEIÓ	AL	53101	Processo 3537981
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DUPLICAÇÃO DA ADUTORA DO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE SERGIPE	SE	53101	Contrato 700139
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO AGRESTE ALAGOANO - (BARRAGEM BANANEIRA)	AL	53101	Contrato 047/99
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / PERENIZAÇÃO DO RIO PAJEÚ NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	PE	53101	Funcional
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / OBRAS INFRA-ESTRUTURA EM MUNIC. DA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO (CANAL DE XINGÓ) - SE	SE	53201	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / IRRIGAÇÃO EM SERRA TALHADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	53204	Contrato PGE 22/97
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA	BA	53101	Funcional



**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CODIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / PROJETO SALANGO NO ESTADO DO MARANHÃO	MA	53101	Contrato 014/93
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM PROJETO PASSARÃO NO ESTADO DE RORAIMA	RR	53101	Contrato 005/99
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / PROJETO JACARECICA NO ESTADO DE SERGIPE	SE	53101	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO PIANCÓ III - PARAÍBA PB	PB	53101	Funcional
	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA / CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE PALMAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	TO	51101	Contrato 0408/91 Convênio 404630
	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE COARACY NUNES (AP) DE 40 PARA 70 MW (- 3ª UNIDADE) / NO ESTADO DO AMAPÁ	AP	32224	Contrato SUP 1.6.7.0373
	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU A FOZ DO IGUAÇU - TRECHO IVAIPORA (PR) (331 KM DE LT E SUBESTAÇÕES) NACIONAL	PR	32228	Funcional
	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NA ÁREA DO RIO DE JANEIRO / ESPÍRITO SANTO (200 MW DE CAPACIDADE) / NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	32223	Funcional
	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NO AMAZONAS DE 270 MW / NO ESTADO DO AMAZONAS	AM	32273	Contrato MEAS1.T.0006.0
	IMPLANTAÇÃO DA UHE SERRA DA MESA (GO) DE 1.275 MW / NO ESTADO DE GOIÁS	GO	32228	Funcional
	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE / BR-262/ES - TRECHO KM 7,4 - KM 71,5	ES	39252	Contrato PG-018/98
	ADEQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-262/ES - EM VITÓRIA (SUL)	ES	39252	Contrato PG-018/98
	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR DO MERCOSUL / BR-116/RS - NO CRUZAMENTO DA RUA RINCAO EM NOVO HAMBURGO	RS	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-174/AM - DIVISA MT/AM - DIVISA AM/RR	AM	39252	Contrato 01/01/2000-00 Contrato 01/07/98-00 Contrato 34/95 - SEINF Contrato 35/95 - SEINF Contrato 36/95 - SEINF Contrato 37/95 - SEINF Contrato 38/95 - SEINF
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE / BR-163/MT - SANTA HELENA - DIVISA MT/PA	MT	39252	Contrato 065/89/00/00 Contrato 066/89/00/00
	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-316/PA - ENTRONCAMENTO NO KM 0	PA	39252	Funcional
	RESTAURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA AV. CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA	GO	39252	Processo 3517327

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-158/PA - ENTRONCAMENTO BR-230 (ALTAMIRA) - DIVISA PA/MT	PA	39252	Contrato A.JUR.045/96
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-222/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO D. ELISEU - ENTR. BR-158/PA	PA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-226/MA - TIMON - PORTO FRANCO	MA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-135/MA - COLINAS - OROZIMBO	MA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE / BR-401/RR - TRECHO KM 100 - KM 184	RR	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE / BR-210/RR - JATAPU - CAROIBE	RR	39252	Contrato 003/99
	DRAGAGEM NO PORTO DE VITÓRIA - ES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39211	Funcional
	DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS (SP) / NO ESTADO DE SÃO PAULO	SP	39213	Funcional
	CONCLUSÃO DE PONTE RODOVIÁRIA EM TIMON/MA	MA	53101	Processo 830787
	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL EM NOVA ANDRADINA	MS	26101	Processo 844590
	HOSPITAL CENTRAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	MT	36901	Processo 845263
	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE COMBATE AO CÂNCER	CE	36101	Processo 813523
	FUNDAÇÃO AMADEU FILOMENO - CONSTRUÇÃO DE HOSPITAL EM ITAIPICACA/CE	CE	36901	Processo 814617
	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL METROPOLITANO EM MARINGÁ	PR	36901	Processo 3442975
	CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DO HOSPITAL TERCIÁRIO DE NATAL	RN	36901	Processo 3510945
	REURBANIZAÇÃO E CANALIZAÇÃO DOS CORREGOS BOTAFOGO E CAPIM PUBA	GO	53101	Processo 3517327
	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS / NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN	30907	Funcional
	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS / DESPOLUIÇÃO DA LAGOA DA JANSEN - SÃO LUIS - MA	MA	44205	Contrato 016/92 Convênio 391689 Convênio 92039264 Convênio 92058408 Convênio 92236211 Convênio 99371070
	CANALIZAÇÃO DO CANAL DE BODOCÓNGO EM CAMPINA GRANDE - PB	PB	53101	Processo 3537981
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / ADUTORA ALTO SERTÃO NO ESTADO DE ALAGOAS	AL	53101	Contrato 05/98
	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM SALINAS, NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DO PIAUÍ, ACERCA DE 300 KM DA CAPITAL TERESINA	PI	53204	Processo 3388515
	MACRO E MICRO DRENAGEM DO TABULEIRO DOS MARTINS EM MACEIÓ	AL	53101	Processo 3537981
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / DUPLICAÇÃO DA ADUTORA DO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE SERGIPE	SE	53101	Contrato 700139
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO AGRESTE ALAGOANO - (BARRAGEM BANANEIRA)	AL	53101	Contrato 047/99
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / PERENIZAÇÃO DO RIO PAJEÚ NO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	PE	53101	Funcional
	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA / OBRAS INFRA-ESTRUTURA EM MUNIC. DA REGIÃO DO BAIXO SÃO FRANCISCO (CANAL DE XINGÓ) - SE	SE	53201	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / IRRIGAÇÃO EM SERRA TALHADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	PE	53204	Contrato PGE 22/97
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / ADUTORA SERRA DA BATATEIRA NO ESTADO DA BAHIA	BA	53101	Funcional

**QUADRO VII**  
**OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CODIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / PROJETO SALANGO NO ESTADO DO MARANHÃO	MA	53101	Contrato 014/93
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM PROJETO PASSARÃO NO ESTADO DE RORAIMA	RR	53101	Contrato 005/99
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / PROJETO JACARECICA NO ESTADO DE SERGIPE	SE	53101	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM / INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO PIANCÓ III - PARAIBA - PB	PB	53101	Funcional
	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA / CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE PALMAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	TO	51101	Contrato 0408/91 Convênio 404630
	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE COARACY NUNES (AP) DE 40 PARA 70 MW (- 3ª UNIDADE) / NO ESTADO DO AMAPÁ	AP	32224	Contrato SUP 1.6.7.0373
	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU A FOZ DO IGUAÇU - TRECHO IVAIPORA (PR) (331 KM DE LT E SUBESTAÇÕES) NACIONAL	PR	32228	Funcional
	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NA ÁREA DO RIO DE JANEIRO / ESPÍRITO SANTO (200 MW DE CAPACIDADE) / NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	32223	Funcional
	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NO AMAZONAS DE 270 MW / NO ESTADO DO AMAZONAS	AM	32273	Contrato MEAS1.T.0006.0
	IMPLANTAÇÃO DA UHE SERRA DA MESA (GO) DE 1.275 MW / NO ESTADO DE GOIÁS	GO	32228	Funcional
	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE / BR-262/ES - TRECHO KM 7,4 - KM 71,5	ES	39252	Contrato PG-018/98
	ADEQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-262/ES - EM VITÓRIA (SUL)	ES	39252	Contrato PG-018/98
	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR DO MERCOSUL / BR-116/RS - NO CRUZAMENTO DA RUA RINCAO EM NOVO HAMBURGO	RS	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-174/AM - DIVISA MT/AM - DIVISA AM/RR	AM	39252	Contrato 01/01/2000-00 Contrato 01/07/98-00 Contrato 34/95 - SEINF Contrato 35/95 - SEINF Contrato 36/95 - SEINF Contrato 37/95 - SEINF Contrato 38/95 - SEINF
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE / BR-163/MT - SANTA HELENA - DIVISA MT/PA	MT	39252	Contrato 065/89/00/00 Contrato 066/89/00/00
	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-316/PA - ENTRONCAMENTO NO KM 0	PA	39252	Funcional
	RESTAURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA AV. CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA	GO	39252	Processo 3517327
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-158/PA - ENTRONCAMENTO BR-230 (ALTAMIRA) - DIVISA PA/MT	PA	39252	Contrato ALJUR 045/96
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-222/PA - CONSTRUÇÃO DO TRECHO D. ELISEU - ENTR. BR-158/PA	PA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-226/MA - TIMON - PORTO FRANCO	MA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS / BR-135/MA - COLINAS - OROZIMBO	MA	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE / BR-401/RR - TRECHO KM 100 - KM 184	RR	39252	Funcional
	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE / BR-210/RR - JATAPU - CAROIBE	RR	39252	Contrato 003/99
	DRAGAGEM NO PORTO DE VITÓRIA - ES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39211	Funcional
	DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS (SP) / NO ESTADO DE SÃO PAULO	SP	39213	Funcional

**VETO PARCIAL Nº 4, DE 2002**

APOSTO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 105, DE 1996  
(Nº 1.873/1991, NA CASA DE ORIGEM)  
(MENSAGEM Nº 6/2002-CN –  
Nº 25/2002, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 1.873, de 1991 (nº 105/96 no Senado Federal), que "Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências". Ouvido, o Ministério da Justiça, assim se manifestou quanto aos dispositivos a seguir:

**Art. 1º**

"Art. 1º Esta Lei, que tem aplicação no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regula as operações e ações relacionadas aos produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

**Razões do veto**

"A inconstitucionalidade de artigos isolados do projeto, bem como o veto sugerido a todo o Capítulo 111, que trata dos Crimes e das Penas, resulta na incapacidade de o sistema legal proposto substituir plenamente a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que "Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências".

Além disso, o espírito do projeto é compatível com a Lei nº 6.368/76, que, embora carente de atualização, vem permitindo a sedimentação da jurisprudência ao longo de mais de duas décadas. O legislador, ciente dos avanços tecnológicos, da complexidade crescente da criminalidade, e da necessidade de tratamento jurídico diferenciado entre traficantes e usuários de droga, aprovou o projeto. Todavia, repita-se, a incompatibilidade de alguns dispositivos com a Constituição barrou alguns avanços. Por causa disso, estuda-se a elaboração de projeto de lei em regime de urgência para, sanados os vícios, alcançar à sociedade os aspectos positivos que o legislador sensivelmente expressou.

Assim, o projeto soma-se à ordem legal já vigente. Apenas são derogadas as normas que tratam de matéria especificadamente veiculada nos artigos, parágrafos e incisos sancionados.

**Art. 3º**

"Art. 3º Para os fins desta Lei, são considerados ilícitos os produtos, as substâncias ou as drogas que causem dependência física ou psíquica, especificados em lei e tratados internacionais firmados pelo Brasil, relacionados periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, ouvido o Ministério da Justiça.

§ 1º Compete ao Ministério da Saúde disciplinar o comércio de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência física ou psíquica e que dependam de prescrição médica.

§ 2º Sempre que as circunstâncias o exigirem, será revista a especificação a que se refere o **caput**, com inclusão ou exclusão de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência física ou psíquica."

**Razões do veto**

"Em face da permanência em vigor da Lei nº 6.368/76, assim como de avanços legislativos ocorridos durante o período em que tramitava o projeto, o art. 3º corresponderia a um retrocesso em relação aos esforços empregados no aperfeiçoamento da regulamentação da matéria.

É contrário, portanto, ao interesse público que a definição de substâncias entorpecentes, psicotrópicas, que determinem dependência física ou psíquica, e afins, sofra restrições pela interpretação da lei. A expressão "para os fins desta Lei" é, portanto, potencialmente lesiva à modernização e à complexidade da legislação penal brasileira."

**§ 3º do art. 8º**

"Art. 8º. ....

.....

§ 3º Em hipóteses excepcionais, as plantações ilícitas poderão, sem a prévia autorização judicial, ser destruídas por determinação do delegado de polícia da circunscrição, que imediatamente comunicará a ocorrência e as razões da medida às autoridades e órgãos previstos no § 2º, e registrará a localização, extensão do plantio e demais informações destinadas a promover a responsabilização.

..... "

**Razões do veto**

"A norma presta-se ao desvirtuamento do trabalho policial, na medida em que prioriza a destruição de plantações em detrimento da consecução de prova judicial sólida. Esta última, que permite a prisão de criminosos e o desmantelamento de organizações ilícitas, é realmente instrumento eficiente no combate ao crime.

A prova capaz de ensejar a condenação deve ser judicializada. As indeterminadas "hipóteses excepcionais" de eliminação da materialidade do delito seriam potencialmente nocivas ao interesse público.

Além disso, a regra geral da prévia autorização judicial para o ato policial estipula diligência de dificuldade semelhante à prevista no próprio parágrafo da proposta, qual seja a de "determinação do delegado da circunscrição".

Por outro lado, normas gerais impedem que haja prejuízo ao trabalho policial em casos excepcionais. A proteção jurídica ao cumprimento do dever e a relevância penal da omissão apontam, portanto, para a desnecessidade da norma."

§ 7º do art. 8º

"Art 8º.....

§ 7º A autoridade que descumprir o preceito do § 6º sujeitar-se-á às sanções administrativas da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, após apuração em processo administrativo.

**Razões do veto**

"Com ou sem o § 7º em questão, as operações que exacerbem o necessário na destruição de culturas ilícitas, e causarem danos ambientais, estarão, de qualquer modo, sujeitas às penas da Lei nº 9.605/98. Há mais: a autoridade pública deve conhecer a legislação em sua plenitude. Haja ou não a remissão constante do § 7º, eventual conduta lesiva ao meio ambiente estará indubitavelmente sujeita à Lei dos Crimes Ambientais. Desse modo, por ser desnecessário, pronuncia-se o Ministério da Justiça pelo veto do dispositivo enfocado."

§ 8º do art. 8º

"Art. 8º.....

§ 8º As glebas em que forem cultivadas plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no art. 243 da Constituição Federal, mediante o procedimento judicial adequado, ressalvada, desde que provada, a boa-fé do proprietário que não esteja na posse direta.

**Razões do veto**

"O art. 243 da Constituição dispõe que as glebas onde forem localizadas culturas ilegais serão imediatamente expropriadas, sem qualquer indenização ao proprietário. A instituição, por meio de lei, de ressalva para os casos de boa-fé do proprietário que não esteja na posse direta da terra é inconstitucional. Além disso, a Lei nº 8.257/91 já trata da matéria, de forma conveniente ao interesse público."

**Inciso I do § 2º do art. 10**

"Art. 10. ....

§ 2º .....

I – evitar mensagens alarmistas;

....."

**Razões do veto**

"O inciso presta-se a desvirtuamento do objetivo fixado no art. 10 e seus parágrafos, já que possivelmente restringiria o âmbito de atuação de órgãos públicos e privados, uma vez que poderia ser entendido como um engessamento de programas ou campanhas voltados à prevenção e ao combate às drogas, considerados de grande interesse público."

**Capítulo III Dos Crimes e das Penas (art. 14 ao art. 26)**

**"CAPÍTULO III  
Dos Crimes e das Penas**

Art. 14. Importar, exportar, remeter, traficar ilicitamente, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, financiar, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar a consumo e oferecer, ainda que gratuitamente, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, financia, vende, expõe à venda ou oferece, ainda que gratuitamente, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de produto, substância ou droga ilícita ou que cause dependência física ou psíquica, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita de plantas destinadas ao consumo direto ou à preparação de produtos, substâncias ou drogas, relacionadas como ilícitas pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

III – fabrica, tem em depósito ou vende, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, medicamentos, solventes, inalantes, inebriantes ou produtos que os contenham, de uso não autorizado pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

IV – utiliza local de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, para tráfico ou depósito de produto, substância ou droga ilícita.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém a usar produto, substância ou droga ilícita, bem assim contribuir, efetiva e diretamente, para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico de produto, substância ou droga ilícita:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 15. Promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de 3 (três) ou mais pessoas que, atuando em conjunto, pratiquem, reiteradamente ou não, algum dos crimes previstos nos arts. 14 a 18 desta Lei:

Pena: reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos, e multa.

Art. 16. Utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, guardar e fornecer, ainda que gratuitamente, maquinismo, aparelho ou instrumento ciente de que se destina à produção ou fabricação ilícita de produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 17. Prestar colaboração, direta ou indireta, ainda que como informante, ou apoiar grupo, organização ou associação responsável por crimes previstos nos arts. 14, 15 e 16 desta Lei:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 18. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, do tráfico de produtos, substâncias ou drogas ilícitas:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Influenciar, induzir ou instigar terceiro a receber ou ocultar, de boa-fé, bem ou valor proveniente de tráfico de produto, substância ou droga ilícita:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

§ 2º Adquirir ou receber bem proveniente de tráfico ilícito de produto, substância ou droga ilícita, que, pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição da pessoa que o oferece, deva presumir ter sido obtido por meio ilícito:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 19. Prescrever ou ministrar, culposamente, o médico, dentista, farmacêutico ou outro profissional da área de saúde, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, em dose evidentemente superior à necessária, ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Penas e medidas aplicáveis: as previstas no art. 21.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 20. Adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, em pequena quantidade, a ser definida pelo perito, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Penas e medidas aplicáveis: as previstas no art. 21.

§ 1º O agente do delito previsto nos arts. 19 e 20, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, será processado e julgado na forma do art. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais, Parte Criminal.

§ 2º Nas mesmas penas e medidas aplicáveis aos crimes previstos neste artigo, e sob igual procedimento, incorre quem cede, eventualmente, sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, maior de 18 (dezoito) anos, produto, substância ou droga ilícita, para juntos a consumirem.

§ 3º É isento de pena o agente que, tendo cometido o delito previsto neste artigo, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão de dependência grave, comprovada por peritos.

§ 4º Quando o juiz absolver o agente, reconhecendo por força de perícia oficial, que ele, à época do delito previsto neste artigo, apresentava as condições prescritas no § 3º, determinará, ato contínuo, na própria sentença absolutória, o seu encaminhamento para o tratamento devido.

Art. 21. As medidas aplicáveis são as seguintes:

I – prestação de serviços à comunidade;

II – internação e tratamento para usuários e dependentes de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, em regime ambulatorial ou em estabelecimento hospitalar ou psiquiátrico;

III – comparecimento a programa de reeducação, curso ou atendimento psicológico;

IV – suspensão temporária da habilitação para conduzir qualquer espécie de veículo;

V – cassação de licença para dirigir veículos;

VI – cassação de licença para porte de arma;

VII – multa;

VIII – interdição judicial;

IX – suspensão da licença para exercer função ou profissão.

§ 1º Ao aplicar as medidas previstas neste artigo, cumulativamente ou não, o juiz considerará a natureza e gravidade do delito, a capacidade de autoterminação do agente, a sua periculosidade e os fatores referidos no art. 25.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a uso pessoal e formar sua convicção, no âmbito de sua competência, o juiz, ou a autoridade policial, considerará todas as circunstâncias e, se necessário, determinará a realização de exame de dependência toxicológica e outras perícias.

Art. 22. Dirigir veículo de espécie diversa das classificadas no art. 96 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, após ter consumido produto, substância ou droga relacionados como ilícitos pelo órgão competente do Ministério da Saúde:

Pena: apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva e multa, sem prejuízo de sanções específicas, aplicáveis em razão da natureza náutica ou aérea do veículo.

Art. 23. As penas previstas nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 são aumentadas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço), se:

I – dada a natureza, a procedência ou a quantidade da substância, droga ilícita ou produto apreendidos, as circunstâncias do fato evidenciarem o envolvimento do agente com o tráfico ilícito organizado, nacional ou internacional;

II – o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública, ou se desempenhar missão de educação, guarda ou vigilância

III – a prática visar atingir ou envolver pessoa menor de 18 (dezoito) anos, ou que tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação;

IV – a infração tiver sido cometida nas dependências de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, em estabelecimento penal, militar ou policial, em transporte público, ou em locais onde alunos se dediquem à prática de atividades esportivas, educativas ou sociais, ou nas suas imediações;

V – o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça ou emprego de arma;

VI – o agente obteve ou procura obter compensação econômica;

VII – o produto, a substância ou a droga ilícita forem distribuídos para mais de 3 (três) pessoas;

VIII – o agente portava mais de uma modalidade de produto, substância ou droga ilícita.

Art. 24. São inafiançáveis e insuscetíveis de graça os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 desta Lei.

§ 1º A prisão temporária requerida para os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 2º As penas aplicadas aos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 terão pelo menos a primeira terça parte cumprida integralmente em regime fechado.

Art. 25. Na fixação da pena, além do disposto no art. 59 do Código Penal, o juiz apreciará a gravidade do crime, a natureza e a quantidade dos produtos, das substâncias ou das drogas ilícitas apreendidos, o local ou as condições em que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta e os antecedentes do agente, podendo, justificadamente, reduzir a pena de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).

Art. 26. O dependente ou usuário de produto, substância ou droga ilícita que, em razão da prática de qualquer infração penal, se encontrar em cumprimento de pena privativa de liberdade ou medida de segurança poderá ser submetido a tratamento em ambulatório interno do sistema penitenciário respectivo.

Parágrafo único. Enquanto não forem instalados os ambulatórios, o tratamento será realizado na rede pública de saúde.

### Razões do veto

“Em que pese a louvável intenção do legislador ao tentar conferir tratamento diferenciado ao consumidor de drogas, há vício de inconstitucionalidade no art. 21, que contamina a íntegra de vários outros artigos do capítulo em questão.

O art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal e o art. 1º do Código Penal dispõem que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Além disso, o art. 5º, XLVI, da Lei Maior, consagra o princípio da individualização da pena, atribuindo à Lei essa tarefa. Por fim, o art. 5º, XLVII, “b”, também da Constituição, determina a proibição de pena de caráter perpétuo.

O projeto, lamentavelmente, deixou de fixar normas precisas quanto a limites e condições das penas

cominadas. Diferentemente do que ocorre nos casos de conversão de penas restritivas de liberdade em restritivas de direitos e vice-versa, o projeto não contém limites temporais expressos que atendam aos princípios constitucionais.

Em matéria tão sensível, não se deve presumir a prudência das instituições, pois a indeterminação da lei penal pode ser a porta pela qual se introduzem formas variadas e cruéis de criminalidade legalizada.

A inconstitucionalidade apontada contamina os artigos 19 e 20, na medida em que estes descrevem tipos penais cujas penas são as presentes no art. 21.

Quanto ao artigo 14 do projeto, o primeiro do capítulo em comento, o tipo em questão já é contemplado pelo art. 12 da Lei nº 6.368/76, com a mesma cominação de pena. No projeto, todavia, dois verbos somaram-se aos verbos do tipo vigente: "financiar" e "traficar ilicitamente". Conquanto representassem, em tese, avanços legislativos, contêm o risco inadmissível, ainda que remoto, de provocar profunda instabilidade no ordenamento jurídico.

Veicula-se tese no meio jurídico pela qual a redação proposta pelo projeto no art. 14 promoveria uma "evasão de traficantes das prisões". Explique-se. O verbo "traficar" acrescentado pelo projeto, e que não aparece na lei vigente, poderia concentrar sobre si, em caráter exclusivo, a aplicação da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Crimes Hediondos), que impõe o cumprimento integral em regime fechado da pena para o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Em decorrência disso, apenados condenados por decisão judicial que contenha referência expressa a verbos como "produzir", "ter em depósito", por exemplo, não estariam submetidos à norma especial sobre o regime. Hediondo seria, por essa interpretação, apenas o verbo novo, o "traficar". Assim, por causa do princípio da irretroatividade da lei penal mais grave, todos indivíduos condenados e processados pelo tipo do art. 12 da Lei nº 6.368/76, poderiam estar, automaticamente, descobertos pela Lei nº 8.072/90.

Conquanto seja tese de duvidosa plausibilidade, divulgada **ad terrorem**, não é do interesse público que se corra risco algum a respeito do tema.

Em vista disso, somado ao fato de que em vários artigos há remissão expressa ao art. 14, a permanência dos demais artigos do Capítulo III acarretaria difícil e temerária conjugação com os tipos previstos na Lei nº 6.368/76. Isso porque a interpretação extensiva e a analogia são proibidas em direito penal.

Acrescente-se que, no caso do art. 18 do projeto, o tipo penal consta do art. 1º, 1, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que "Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a pre-

venção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências" comina pena mais elevada, o que, em razão do interesse público, deve ser mantida. O tema conhecido por "lavagem de dinheiro" merece repressão diferenciada, pois é reconhecido como uma das bases do crime organizado, nacional e transnacional.

Por último, os sensíveis avanços contidos no projeto, mas prejudicados por inconstitucionalidade reflexa, não cairão no esquecimento, vez que se estuda, para breve, o encaminhamento de proposta legislativa que tratará de forma adequada da matéria constante do presente capítulo."

#### **Caput do art. 28**

"Art. 28. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade policial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fará comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado.

....."

#### **Razões do veto**

"A Constituição exige, no art. 52, LXII, que a prisão de qualquer pessoa seja imediatamente comunicada ao juiz competente. Por ser norma restritiva de direito não pode o legislador ordinário ampliar-lhe o âmbito de aplicação.

Além disso, com a ressalva do art. 60, § 42, IV da Constituição Federal, o veículo adequado para a alteração proposta seria projeto de emenda à Constituição."

#### **Caput e § 1º do art. 32**

"Art. 32. Antes de iniciada a ação penal, o representante do Ministério Público ou o defensor poderão requerer à autoridade judiciária competente o arquivamento do inquérito ou o seu sobrestamento, atendendo às circunstâncias do fato, à personalidade do indiciado, à insignificância de sua participação no crime, ou à condição de que o agente, ao tempo da ação, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão de dependência grave, comprovada por peritos.

§ 1º A solicitação, qualquer que seja a natureza ou a fase do processo, também poderá se basear em qualquer das condições previstas no art. 386 do Código de Processo Penal.

....."

#### **Razões do veto**

"O Ministério Público é o titular privativo da ação penal pública, conforme disposto no art. 129, I, da



Constituição. O juízo de conveniência a respeito da transformação de um inquérito ou de uma **notitia criminis** em ação penal é, repita-se, exclusivo do Ministério Público. Só ele está legitimado a pedir o arquivamento de inquérito policial. Por isso, mesmo quando o pedido feito pelo Ministério Público é indeferido em primeiro grau, a solução da controvérsia mantém-se sob a responsabilidade do mesmo órgão, dessa vez, contudo, do Procurador-Geral. É o que dispõe o art. 28 do Código de Processo Penal.

A hipótese de facultar ao defensor o pedido de arquivamento implica, portanto, limitação ao exercício constitucional da ação penal pelo Ministério Público, pois, em caso de deferimento do pedido feito por advogado ao juiz, o Ministério Público ficaria impedido de exercer sua prerrogativa constitucional.

Por outro lado, não há prejuízo para a defesa, pois continua ela dispondo do instrumento constitucional do **habeas corpus**.

O § 1º do art. 32, por indissociável do caput, resta prejudicado.“

#### Parágrafo único do art. 34

”Art. 34 .....

Parágrafo único. Nos delitos de que trata esta Lei, o flagrante estende-se a até 72 (setenta e duas) horas.“

#### Razões do veto

”A fixação do limite temporal para configurar o flagrante contraria o disposto no art. 50 LXI, da Constituição, que trata do assunto. Além disso, fere o interesse público, pois restringe o tempo de perseguição policial, por exemplo.

O flagrante obedece a pressupostos bem definidos juridicamente. A idéia de um lapso temporal legal poderia acarretar abusos contra indivíduos, por um lado, ou situações indesejáveis contra a sociedade, por outro. Além do mais, o Código de Processo Penal confere tratamento particularizado à matéria, diferenciando espécies de flagrante, garantindo uma melhor conformação da medida restritiva de direito, das liberdades e garantias fundamentais.“

Art. 35

”Art. 35. O juiz decidirá sobre requerimento de prisão cautelar do indiciado, para a garantia da ordem pública, ou para assegurar a aplicação da lei penal.“

#### Razões do veto

”O Código de Processo Penal, em seu art. 312, dispõe que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para as-

segurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Observa-se que o projeto restringe as hipóteses previstas no ordenamento codificado. O expurgo da possibilidade de decretação de prisão preventiva por conveniência da instrução criminal constitui grave ofensa ao interesse público. Sabe-se que a instrução é momento crucial na apuração do fato delituoso e de suas circunstâncias.

Além disso, o projeto não contempla os requisitos da prova da existência do crime e do indício suficiente de autoria, o que conduziria à inadmissível presunção desta última.

Há, portanto, desvirtuamento do instituto da prisão cautelar, que, na legislação pátria, protege tanto o indivíduo através dos pressupostos da prova da existência do crime e do indício suficiente de autoria, como a sociedade, através das hipóteses já mencionadas, com destaque para a conveniência da instrução criminal.“

Art.36

”Art. 36. O usuário encontrado com pequena quantidade de substância ou droga ilícita, ou que cause dependência física ou psíquica, destinada a consumo pessoal (art. 20), ou o agente do delito previsto no art. 19, se, em ambas as hipóteses, a prática não configurar concurso com os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, será conduzido à autoridade policial para prestar declarações.

§ 1º A declaração será tomada pela autoridade policial em, no máximo, 4 (quatro) horas, a contar da chegada do usuário à delegacia policial e, no mesmo período, examinada a natureza e quantidade do produto ou substância.

§ 2º Concluídos os procedimentos policiais, o usuário será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer, ou se a autoridade policial entender conveniente, e em seguida liberado.

§ 3º Constitui falta disciplinar a desobediência por parte da autoridade policial, quanto à liberação do usuário.“

#### Razões do veto

”O disposto no art. 36 do projeto fica prejudicado em face do veto sugerido ao Capítulo III.“

Art.43

”Art. 43. O réu condenado por infração dos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 não poderá apelar sem recolher-se à prisão.“

#### Razões do veto

”O disposto no art. 43 do projeto fica prejudicado em face do veto ao Capítulo III.“

**Caput do art. 44**

"Art. 44. O juiz, a requerimento do representante do Ministério Público ou da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, pode decretar, no curso do inquérito policial ou da ação penal, o seqüestro ou a indisponibilidade do produto de crime, ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática dos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18.

**Razões do veto**

"O disposto no **caput** do art. 44 do projeto fica prejudicado em face do veto do Capítulo III."

**Art. 49**

"Art. 49. É efeito da condenação perder o naturalizado, condenado por infração aos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a nacionalidade brasileira.

Parágrafo único. O juiz, transitada em julgado a sentença condenatória, oficiará ao Ministro da Justiça para o cancelamento da concessão da naturalização."

**Razões do veto**

"O art. 12, § 4º, inciso I, da Constituição Federal, que dispõe sobre a perda da nacionalidade, dá um tratamento diferenciado a questão. A Lei Maior prevê que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. É claro que o tráfico de drogas é uma atividade contrária ao interesse nacional. A perda da nacionalidade, todavia, ocorrerá por processo administrativo declaratório, após a decretação judicial do cancelamento da naturalização. Esse processo judicial admite contraditório. O contraditório pode, até mesmo, abarcar questões que envolveriam suposta apatridia em caso de perda da nacionalidade brasileira, caso essa seja a única que possui o indivíduo. A apatridia é fortemente condenada pela Comunidade Internacional e há diversos instrumentos jurídicos internacionais comprometendo os países a evitá-la. O problema do artigo é que atribui uma automática perda da nacionalidade a quem for condenado. Essa perda seria mero efeito da condenação por tráfico. Isso, ao nosso ver, contraria o disposto na Constituição Federal acima mencionado.

Quanto ao parágrafo único, este não apresenta problema, já que é o Ministério da Justiça o responsável pela solicitação de processo de cancelamento da naturalização no caso de atividade contrária ao interesse nacional, entretanto, o dispositivo já se encontra regula-

mentado pelos arts. 23 a 34 da Lei nº 818/49. Razão pela qual também não merece prosperar.

**Capítulo VII –****Da Cooperação Internacional (arts. 51 e 52)****"CAPÍTULO VII****Da Cooperação Internacional**

Art. 51. Preservadas a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes o Governo brasileiro, observadas as disposições da Convenção das Nações Unidas de 1988 contra o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e às drogas que causem dependência física ou psíquica de entorpecentes, prestará cooperação a outros países, saiu ônus, quando solicitado a:

- I – colaborar na produção de provas;
- II – realizar exame de objetos e lugares;
- III – prestar informação sobre pessoas e coisas;
- IV – colher o depoimento de testemunhas;
- V – prestar outras formas de colaboração permitidas pela legislação em vigor.

§ 1º A solicitação de que trata este artigo será dirigida ao Ministério da Justiça, via Departamento de Polícia Federal, que a remeterá, quando necessário, à apreciação do Poder Judiciário para decidir a seu respeito, ou a encaminhará à autoridade competente.

§ 2º São requisitos da solicitação:

- I – o nome e a qualificação da autoridade solicitante;
- II – o objeto e o motivo da solicitação;
- III – a descrição sumária do procedimento em curso no país solicitante;
- IV – a especificação da assistência solicitada;
- V – a documentação indispensável ao esclarecimento da solicitação, quando for o caso.

Art. 52. Para a consecução dos fins fixados nesta Lei, será instituído e mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio rápido e seguro de informações sobre o tráfico de produtos, substâncias e drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica com órgãos congêneres de outros países."

**Razões do veto**

"O artigo apresenta vários e graves problemas. Primeiro, remete a cooperação judiciária a questões de "bons costumes", expressão indefinida e que não acrescenta nada às hipóteses de concessão ou denegação de assistência judiciária. Em segundo lugar, elenca de maneira incompleta as formas de cooperação, excluindo, por exemplo, o bloqueio de bens e produtos do crime. Em terceiro lugar, o inciso V do art. 51

dispõe sobre outras formas de assistência previstas na legislação em vigor, sem mencionar, como deveria, dispositivos de instrumentos internacionais bilaterais e multilaterais existentes sobre o tema, que são muitos. A própria Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, prevê, em seu art. 7º e seguintes a assistência Judiciária Recíproca, de maneira mais ampla do que o que consta do projeto.

O § 1º do art. 51 prevê o encaminhamento das solicitações de assistência pelo Departamento de Polícia Federal. Entretanto, em todos os acordos internacionais vigentes sobre o tema, é a Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, indicada como Autoridade Central para o trâmite das solicitações de cooperação judiciária em matéria penal.

O art. 52, isoladamente, não teria sentido. Fica prejudicado, portanto."

Art. 54

"Art. 54. Os meios de divulgação manterão sob sigilo os valores atribuídos a drogas e equipamentos apreendidos."

#### Razões do veto

"Em que pese o elevado propósito da norma, seu acolhimento apresenta a impropriedade de não especificar quais os meios de divulgação que deverão manter sigilo sobre os valores atribuídos a drogas e a equipamentos apreendidos, além de não definir o tempo desta proibição. A amplitude da norma destoa da intenção do legislador. Poderia, ainda, gerar dificuldades na aplicação da norma, inviabilizando, inclusive, a divulgação de dados oficiais de interesse público."

Art. 56

"Art. 56. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17, 18 e 19, se caracterizado ilícito transnacional, caberão à Justiça Federal.

Parágrafo único. Se o lugar em que tiverem sido praticados for Município que não seja sede de vara da Justiça Federal, o processo e o julgamento referidos no **caput** caberão à Justiça Estadual, com intervenção do Ministério Público respectivo, com recurso para o Tribunal Regional Federal da circunscrição."

#### Razões do veto

"O disposto no art. 56 e seu parágrafo único ficam prejudicados em face do veto sugerido ao Capítulo III."

Arts. 57.58 e 59

"Art. 57. Esta Lei será regulamentada em 90 (noventa) dias.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Ficam revogados a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, mantido o Sistema Nacional Antidrogas de que trata o art. 32 daquela Lei, e o art. 12 da Lei nº 9.804, de 30 de junho de 1999."

#### Razões do veto

"Conquanto repleto de positivas inovações, o projeto, por razões já expostas, não logra êxito quanto à juridicidade de vários de seus artigos. Isso compromete a substituição plena da Lei que regula a matéria. Portanto, a cláusula que revoga a Lei nº 6.368/76 não deve persistir, sob pena de abolição de diversos tipos penais, entre outros efeitos nocivos ao interesse público.

Apesar disso, a finura norma legal apresenta importante avanço no combate ao crime. Os diversos vetos, se aceitos, obrigam que se aumente o prazo de entrada em vigor da lei, bem como da sua regulamentação.

As ausências de que se rescinde o projeto poderão, todavia, ser reparadas posteriormente mediante iniciativa do Poder Executivo, que deverá levar em consideração todas as discussões já havidas no Congresso Nacional."

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sugere veto aos dispositivos a seguir

#### Caput do art. 12

"Art. 12. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o disposto nos arts. 42 e 47, desenvolverão programas de tratamento do usuário de substâncias ou drogas ilícitas ou que causem dependência física ou psíquica.

....."

#### Razões do veto

"O presente dispositivo determina que as redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolvam programas de tratamento do usuário, até aí em perfeita sintonia com os objetivos do Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD, regulamentado pelo Decreto nº 3.696, de 21 de dezembro de 2000.

Inobstante, também, impõe que essas redes de saúde, para o desenvolvimento desses programas, tenham aporte financeiro em uma única fonte de recursos, o Fundo Nacional Antidrogas, quando faz remissão ao disposto nos arts. 42 e 47 desse projeto de lei.

Assim, da maneira como se encontra grafado, o artigo em questão determina, em outras palavras, que somente mediante financiamento com recursos arrecadados pela Secretaria Nacional Antidrogas é que as redes de serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolverão programas para tratamento do usuário de drogas.

Desse entendimento, decorre que essa proposta vai de encontro ao estabelecido pela Política Nacional Antidrogas, conforme pressuposto básico por ela definido no item 2.12. de seu texto, a saber

"2.12. Fundamentar no princípio da "Responsabilidade Compartilhada" a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do Governo e da Sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das conseqüências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas."

Ainda, relativamente aos objetivos do Sistema Nacional Antidrogas – SISNAD, da mesma maneira não encontra guarida, uma vez que esse Sistema orienta-se por esse pressuposto básico, a responsabilidade compartilhada entre Estado e Sociedade, adotando como estratégia a cooperação mútua e a articulação de esforços entre Governo, iniciativa privada e cidadãos – considerados individualmente ou em suas livres associações.

Por outro lado, podem ser considerados, isoladamente, como fatores impeditivos à consecução do desiderato pretendido pelo artigo em comento, a diminuta previsão orçamentária disponibilizada para o Fundo Nacional Antidrogas, mais especificamente, no que diz respeito a fonte de recursos vinculados à arrecadação, bem como a reduzida estrutura da Senad, que não pode ser comparada à rede do Serviço Único de Saúde – SUS, para efeitos de aplicação, controle e fiscalização do emprego de tais recursos.

Nesse sentido, este Gabinete vislumbra que o presente dispositivo deverá ser contemplado em diploma legal especialmente voltado para o assunto, devidamente consideradas as limitações e responsabilidades de todos os órgãos que integram o Sistema Nacional Antidrogas, bem como o Sistema Único de Saúde, em todos os níveis da Federação, uma vez que é legítima a preocupação do Legislador sobre a

questão do tratamento do usuário, que se constitui primordialmente em ação de saúde pública, e esta um dever do Estado."

#### Art. 42

"Art. 42. O juiz, observado o disposto no art. 77 do Código Penal e as disposições contidas nesta Lei, poderá, ouvido o representante do Ministério Público, determinar a suspensão do processo, com a adoção de uma das medidas previstas no art. 21 desta Lei.

§ 1º O juiz poderá determinar, além de medidas previstas no art. 21, a sujeição do réu a tratamento médico ou psicológico, ou a internação em estabelecimento clínico ou hospitalar adequado.

§ 2º Negando-se o réu ao cumprimento de uma ou mais das medidas previstas no art. 21, ou ao tratamento recomendado, submeter-se-á à pena privativa de liberdade, cumulada ou não com penas restritivas de direitos."

#### Razões do veto

"Com esse dispositivo, o Legislador objetiva estender o benefício da suspensão condicional da pena (art. 77 e segs. do Código Penal) ao condenado pela prática de qualquer dos crimes tipificados no presente projeto de lei, que tenham a pena privativa de liberdade como reprimenda básica.

Na realidade, ainda que com visível e arrojada intenção de propiciar melhor e mais célere interpretação à aplicação do benefício acima, esse dispositivo também reproduz, no contexto deste diploma, o que já preconiza a legislação penal brasileira, a exemplo do disposto no art. 44, c/c arts. 45, 46 e 47 do Código Penal.

Outrossim, registre-se que, antes mesmo da vinda do projeto de lei à sanção Presidencial, a redação dada ao presente artigo vem causando preocupantes desentendimentos no seio da opinião pública e das comunidades científicas e jurídica, uma vez que tem induzido à associação errônea de que se refira ao simples usuário! dependente, já contemplado no art. 20, quando, na realidade, se refere ao agente que, sendo usuário e/ou dependente, cumulativamente, tenha cometido delitos efetivamente graves, tal como o narcotráfico, por exemplo.

Assim, não obstante a ausência de conflitos entre as situações que define, relativamente às normas de direito positivo em vigor, pela dúvida que suscita, já em seu nascedouro, haja vista a opinião pública ter agregado esse dispositivo à figura do simples usuário! dependente, o que, juridicamente, não procede,

sugere-se o veto ao presente artigo, fato que não impedirá a propositura do tema a que se refere em dispositivo legal futuro, com vistas ao aprimoramento de sua aplicação, conforme pretendeu o Legislador."

O Ministério da Saúde sugere veto ao dispositivo a seguir:

**Inciso II do Parágrafo único do art. 9º**

"Art. 9º .....

Parágrafo único .....

II – a compra e venda de produto químico, ou natural, em pequena quantidade, a ser definida pelo órgão competente do Ministério da Saúde, destinado a uso medicinal, científico ou doméstico."

**Razões do veto**

"Sugere-se veto ao dispositivo, tendo em vista a competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA estabelecida na Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782/99, no seu art. 7º, inciso VII: "autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos mencionados no art. 8º desta Lei de comercialização de medicamentos".

Tal como está redigido o inciso II do parágrafo único do art. 9º do projeto de lei, cujo veto está sendo sugerido, haverá uma liberalização generalizada, que restringe o exercício do poder de polícia da Anvisa, no tocante a fiscalização e controle elencados no dispositivo retro-mencionado da Medida Provisória e ainda invalida o preceito do parágrafo 1º do art. 3º do projeto de lei.

Vale salientar que da forma que foi escrito o projeto de lei, poderá haver uma vulnerabilidade do controle e da fiscalização, já exercidos pela Anvisa, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 6.368/76, em função, principalmente, da ausência de clareza na conceituação sobre produto, substância e droga que causa dependência, destinados a uso lícito e ilícito, gerando conflitos de controle no que tange ao uso lícito e também superposição de competências (Ministério da Saúde e Ministério da Justiça) quanto ao controle e fiscalização do uso ilícito.

Lembramos ainda, que as ações de controle e fiscalização do uso lícito, de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, incluídos aqueles que causam dependência, historicamente atribuídas ao Ministério da Saúde e hoje, por força da Lei nº 9.782/99, desenvolvidas pela Anvisa, visam sobretudo coibir o uso abusivo e indevido, protegendo e promovendo a saúde e o bem-estar da população."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de junho de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

*PROJETO A QUE SE REFERE O VETO*

**(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1996**

(nº 1.873/1991, na Casa de origem)

**Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícito de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I**

**Disposições Gerais**

Art. 1º Esta Lei, que tem aplicação no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regula as operações e ações relacionadas aos produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Art. 2º É dever de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras com domicílio ou sede no País, colaborar na prevenção da produção, do tráfico ou uso indevidos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

§ 1º A pessoa jurídica que, injustificadamente, negar-se a colaborar com os preceitos desta Lei terá imediatamente suspensos ou indeferidos auxílios ou subvenções, ou autorização de funcionamento, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios, e suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, sob pena de responsabilidade da autoridade concedente.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criarão estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborarem na prevenção da produção, do tráfico e do uso de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

Art. 3º Para os fins desta lei, são considerados ilícitos os produtos, as substâncias ou as drogas que causem dependência física ou psíquica, especificados em lei e tratados internacionais fixados pelo Brasil, relacio-

nados periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, ouvido o Ministério da Justiça.

§ 1º Compete ao Ministério da Saúde disciplinar o comércio de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência física ou psíquica e que dependam de prescrição médica.

§ 2º Sempre que as circunstâncias o exigirem, será revista a especificação a que se refere o **caput**, com inclusão ou exclusão de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência física ou psíquica.

Art. 4º É facultado à União celebrar convênios com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, e com entidades públicas e privadas, além de organismos estrangeiros, visando à prevenção, ao tratamento, à fiscalização, ao controle, à repressão ao tráfico e ao uso indevido de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, observado, quanto aos recursos financeiros e orçamentários, o disposto no art. 47.

Parágrafo único. Entre as medidas de prevenção inclui-se a orientação escolar nos três níveis de ensino.

Art. 5º As autoridades sanitárias, judiciárias, policiais e alfandegárias organizarão e manterão estatísticas, registros e demais informes das respectivas atividades relacionadas com a prevenção, a fiscalização, o controle e a repressão de que trata esta lei, e remeterão, mensalmente, à Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e aos Conselhos Estaduais e Municipais de Entorpecentes, os dados, observações e sugestões pertinentes.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Nacional Antidrogas – CONAD elaborar relatórios global e anuais e, anualmente, remetê-los ao órgão internacional de controle de entorpecentes.

Art. 6º É facultado à Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, ao Ministério Público, aos órgãos de defesa do consumidor e às autoridades policiais requisitar às autoridades sanitárias a realização de inspeção em empresas industriais e comerciais, estabelecimentos hospitalares, de pesquisa, de ensino congêneres, assim como nos serviços médicos e farmacêuticos que produzirem, venderem, comprarem, consumirem, prescreverem ou fornecerem produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

§ 1º A autoridade requisitante pode designar técnico-especializado para assistir à inspeção ou comparecer pessoalmente à sua realização.

§ 2º No caso de falência ou liquidação extrajudicial das empresas ou estabelecimentos referidos neste artigo, ou de qualquer outro em que existam produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem de-

pendência física ou psíquica, ou especialidades farmacêuticas que as contenham, incumbe ao juízo perante o qual tramite o feito:

I – determinar, imediatamente à ciência da falência ou liquidação, sejam lacradas suas instalações;

II – ordenar à autoridade sanitária designada em lei a urgente adoção das medidas necessárias ao recebimento e guarda, em depósito, das substâncias ilícitas, drogas ou especialidades farmacêuticas arrecadadas;

III – dar ciência ao órgão do Ministério Público, para acompanhar o feito.

§ 3º A alienação, em hasta pública, de drogas, especialidades farmacêuticas ou substâncias ilícitas será realizada na presença de representantes da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes e do Ministério Público.

§ 4º o restante do produto não arrematado será, ato contínuo à hasta pública, destruído pela autoridade sanitária, na presença das autoridades referidas no § 3º.

Art. 7º Da licitação para alienação de drogas, especialidades farmacêuticas ou substâncias ilícitas, só podem participar pessoas jurídicas regularmente habilitadas na área de saúde ou de pesquisa científica que comprovem a destinação lícita a ser dada ao produto a ser arrematado.

Parágrafo único. Os que arrematem drogas, especialidades farmacêuticas ou substâncias ilícitas, para comprovar a destinação declarada, estão sujeitos à inspeção da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e do Ministério Público.

## CAPÍTULO II

### Da Prevenção, da Erradicação e do Tratamento

#### SEÇÃO I

##### Da Prevenção e da Erradicação

Art. 8º São proibidos, em todo o território nacional, o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de todos os vegetais e substratos, alterados na condição original, dos quais possam ser extraídos produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, especificados pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

§ 1º O Ministério da Saúde pode autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no **caput**, em local predeterminado, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, sujeitos à fiscalização e à cassação da autorização, a qualquer tempo, pelo mesmo órgão daquele Ministério que a tenha concedido, ou por outro de maior hierarquia.

§ 2º As plantações ilícitas serão destruídas pelas autoridades policiais mediante prévia autorização judicial, ouvido o Ministério Público e cientificada a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD.

§ 3º Em hipóteses excepcionais, as plantações ilícitas poderão, sem a prévia autorização judicial, ser destruídas por determinação do delegado de polícia da circunscrição, que imediatamente comunicará a ocorrência e as razões da medida às autoridades e órgãos previstos no § 2º, e registrará a localização, extensão do plantio e demais informações destinadas a promover a responsabilização.

§ 4º A destruição de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica será feita por incineração e somente pode ser realizada após lavratura do auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local e a apreensão de substâncias necessárias ao exame de corpo de delito.

§ 5º Em caso de ser utilizada a queimada para destruir a plantação, observar-se-á, no que couber, o disposto no Decreto nº 2.661, de 8 de julho de 1998, dispensada a autorização prévia do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.

§ 6º A erradicação dos vegetais de que trata este artigo far-se-á com cautela, para não causar ao meio ambiente dano além do necessário.

§ 7º A autoridade que descumprir o preceito do § 6º sujeitar-se-á às sanções administrativas da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, após apuração eia processo administrativo.

§ 8º As glebas em que forem cultivadas plantações ilícitas serão expropriadas, conforme o disposto no art. 243 da Constituição Federal, mediante o procedimento judicial adequado, ressalvada, desde que provada, a boa-fé do proprietário que não esteja na posse direta.

Art. 9º É indispensável a licença prévia da autoridade sanitária para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, ou produto químico destinado à sua preparação, observadas as demais exigências legais.

Parágrafo único. É dispensada a exigência prevista neste artigo para:

I – a aquisição de medicamentos, mediante prescrição médica, de acordo com os preceitos legais e regulamentares;

II – a compra e venda de produto químico, ou natural, em pequena quantidade, a ser definida pelo órgão competente do Ministério da Saúde, destinado a uso medicinal, científico ou doméstico.

Art. 10. Os dirigentes de estabelecimentos ou entidades das áreas de ensino, saúde, justiça, militar e policial, ou de entidade social, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, beneficente e representativas da mídia, das comunidades terapêuticas, dos serviços nacionais profissionalizantes, das associações assistenciais, das instituições financeiras, dos clubes de serviço e dos movimentos comunitários organizados adotarão, no âmbito de suas responsabilidades, todas as medidas necessárias à prevenção ao tráfico, e ao uso de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, que causem dependência física ou psíquica.

§ 1º As pessoas jurídicas e as instituições e entidades, públicas ou privadas, implementarão programas que assegurem a prevenção ao tráfico e uso de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica em seus respectivos locais de trabalho, incluindo campanhas e ações preventivas dirigidas a funcionários e seus familiares.

§ 2º São medidas de prevenção referidas no **caput** as que visem, entre outros objetivos, os seguintes:

I – evitar mensagens alarmistas;

II – incentivar atividades esportivas, artísticas e culturais;

III – promover debates de questões ligadas à saúde, cidadania e ética;

IV – manter nos estabelecimentos de ensino serviços de apoio, orientação e supervisão de professores e alunos;

V – manter nos hospitais atividades de recuperação de dependentes e de orientação de seus familiares.

## SEÇÃO II Do Tratamento

Art. 11. O dependente ou o usuário de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, que causem dependência físicas, ou psíquica, relacionados pelo Ministério da Saúde, fica sujeito às medidas previstas neste Capítulo e Seção.

Art. 12. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o disposto nos arts. 4º e 47, desenvolverão programas de tratamento do usuário de substâncias ou drogas ilícitas ou que causem dependência física ou psíquica.

§ 1º O tratamento do dependente ou do usuário será feito de forma multiprofissional e, sempre que possível, com a assistência de sua família.

§ 2º Cabe ao Ministério da Saúde regulamentar as ações que visem à redução dos danos sociais e à saúde.

§ 3º As empresas privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho, do dependente ou usuário de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, ou que causem dependência física ou psíquica, encaminhados por órgão oficial, poderão receber benefícios a serem criados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 4º Os estabelecimentos hospitalares ou psiquiátricos, públicos ou particulares, que receberem dependentes ou usuários para tratamento, encaminharão ao Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, até o dia 10 (dez) de cada mês, mapa estatístico dos casos atendidos no mês anterior, com a indicação do código da doença, segundo a classificação aprovada pela Organização Mundial de Saúde, vedada a menção do nome do paciente.

§ 5º No caso de internação ou de tratamento ambulatorial por ordem judicial, será feita comunicação mensal do estado de saúde e recuperação do paciente ao juízo competente, se esse o determinar.

Art. 13. As instituições hospitalares e ambulatoriais comunicarão à Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD os óbitos decorrentes do uso de produto, substância ou droga ilícita.

### **CAPÍTULO III Dos Crimes e das Penas**

Art. 14. Importar, exportar, remeter, traficar ilicitamente, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, financiar, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar a consumo e oferecer, ainda que gratuitamente, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, financia, vende, expõe à venda ou oferece, ainda que gratuitamente, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à reparação de produto, subs-

tância ou droga ilícita ou que cause dependência física ou psíquica, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita de plantas destinadas ao consumo direto ou à preparação de produtos, substâncias ou drogas, relacionadas como ilícitas pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

III – fabrica, tem em depósito ou vende, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, medicamentos, solventes, inalantes, inebriantes ou produtos que os contenham, de uso não autorizado pelo órgão competente do Ministério da Saúde;

IV – utiliza local de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, para tráfico ou depósito de produto, substância ou droga ilícita.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém a usar produto, substância ou droga ilícita, bem assim contribuir, efetiva e diretamente, para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico de produto, substância ou droga ilícita:

Pena: reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 15. Promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de 3 (três) ou mais pessoas que, atuando em conjunto, pratiquem, reiteradamente ou não, algum dos crimes previstos nos arts. 14 a 18 desta Lei:

Pena: reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos, e multa.

Art. 16. Utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, guardar e fornecer ainda que gratuitamente, maquinismo, aparelho ou instrumento, ciente de que se destina à produção ou fabricação ilícita de produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 17. Prestar colaboração, direta ou indireta, ainda que como informante, ou apoiar grupo, organização ou associação responsável por crimes previstos nos arts. 14, 15 e 16 desta Lei:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 18. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes,



direta ou indiretamente, do tráfico de produtos, substâncias ou drogas ilícitas:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º Influenciar, induzir ou instigar terceiro a receber ou ocultar, de boa-fé, bem ou valor proveniente de tráfico de produto, substância ou droga ilícita:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

§ 2º Adquirir ou receber bem proveniente de tráfico ilícito de produto, substância ou droga ilícita, que, pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição da pessoa que o oferece, deva presumir ter sido obtido por meio ilícito:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 19. Prescrever ou ministrar, culposamente, o médico, dentista, farmacêutico ou outro profissional da área de saúde, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, em dose evidentemente superior à necessária, ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Penas e medidas aplicáveis: as previstas no art. 21.

Parágrafo único, O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria Profissional a que pertença o agente.

Art. 20. Adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, em pequena quantidade, a ser definida pelo perito, produto, substância ou droga ilícita que cause dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Penas e medidas aplicáveis: as previstas no art. 21.

§ 1º O agente do delito previsto nos arts. 19 e 20, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, será processado e julgado na forma do art. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais, Parte Criminal.

§ 2º Nas mesmas penas e medidas aplicáveis aos crimes previstos neste artigo, e sob igual procedimento, incorre quem cede, eventualmente, sem objetivo de lucro, pessoa de seu relacionamento, maior de 18 (dezoito) anos, produto, substância ou droga ilícita, para juntos a consumirem.

§ 3º É isento de pena o agente que, tendo cometido o delito previsto neste artigo, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão de dependência grave, comprovada por peritos.

§ 4º Quando o juiz absolver o agente, reconhecendo por força de perícia oficial, que ele, à época do

delito previsto neste artigo, apresentava as condições prescritas no § 3º, determinará, ato contínuo, na própria sentença absoluto, o seu encaminhamento para o tratamento devido.

Art. 21. As medidas aplicáveis são as seguintes:

I – prestação de serviços à comunidade;

II – internação e tratamento para usuários e dependentes de produtos, substâncias ou drogas ilícitas, em regime ou em estabelecimento hospitalar ou psiquiátrico;

III – comparecimento a programa de reeducação, curso ou atendimento psicológico;

IV – suspensão temporária da habilitação para conduzir qualquer espécie de veículo;

V – cassação de licença para dirigir veículos;

VI – cassação de licença para porte de arma;

VII – multa;

VIII – interdição judicial;

IX – suspensão da licença para exercer função ou profissão.

§ 1º Ao aplicar as medidas previstas neste artigo, cumulativamente ou não, o juiz considerará a natureza e gravidade do delito, a capacidade de autodeterminação do agente a sua periculosidade e os fatores referidos no art. 25.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a uso pessoal e formar sua convicção, no âmbito de sua competência, o juiz, ou a autoridade policial, considerará todas as circunstâncias e, se necessário, determinará a realização de exame de dependência toxicológica e outras perícias.

Art. 22. Dirigir veículo de espécie diversa das classificadas no art. 96 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro –, após ter consumido produto, substância ou droga relacionados como ilícitos pelo órgão competente do Ministério da Saúde:

Pena: apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva e multa, sem prejuízo de sanções específicas, aplicáveis em razão da natureza náutica ou aérea do veículo.

Art. 23. As penas previstas nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 são aumentadas de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço), se:

I – dada a natureza, a procedência ou a quantidade da substância, droga ilícita ou produto apreendidos, as circunstâncias do fato evidenciarem o envolvimento do agente com o tráfico ilícito organizado, nacional ou internacional;

II – o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública, ou se desempenhar missão de educação, guarda ou vigilância;

III – a prática visar atingir ou envolver pessoa menor de 18 (dezoito) anos, ou que tenha, por qualquer motivo diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação;

IV – a infração tiver sido cometida nas dependências de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, em estabelecimento penal, militar ou policial, em transporte público, ou em locais onde alunos se dediquem à prática de atividades esportivas, educativas ou sociais, ou nas suas imediações;

V – o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça ou emprego de arma;

VI – o agente obteve ou procura obter compensação econômica;

VII – o produto, a substância ou a droga ilícita forem distribuídos para mais de 3 (três) pessoas; produto, substância ou droga ilícita.

VIII – o agente portava mais de uma modalidade de produto, substância ou droga ilícita.

Art. 24. São inafiançáveis e insuscetíveis de graça os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 desta lei.

§ 1º A prisão temporária requerida para os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 2º As penas aplicadas aos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 terão pelo menos a primeira terça parte cumprida integralmente em regime fechado.

Art. 25. Na fixação da pena, além do disposto no art. 59 do Código Penal, o juiz apreciará a gravidade do crime, a natureza e a quantidade dos produtos, das substâncias ou das drogas ilícitas apreendidos, o local ou as condições que se desenvolveu a ação criminosa, as circunstâncias da prisão, a conduta e os antecedentes do agente, podendo, justificadamente, reduzir a pena de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).

Art. 26. O dependente ou usuário de produto, substância ou droga ilícita que, em razão da prática de qualquer infração penal, se encontrar em cumprimento de pena privativa de liberdade ou medida de segurança poderá ser submetido a tratamento em ambulatório interno do sistema penitenciário respectivo.

Parágrafo único. Enquanto não forem instalados os ambulatórios, o tratamento será realizado na rede pública de saúde.

## CAPÍTULO IV

### Do Procedimento Penal

#### SEÇÃO ÚNICA

##### Do Procedimento Comum

Art. 27. O procedimento relativo aos processos por crimes definidos nesta lei rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código Penal, do Código de Processo Penal e da lei de Execução Penal.

Art. 28. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade policial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, fará comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado.

§ 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da autoria e materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade do produto, da substância ou da droga ilícita, firmado por perito oficial ou, na falta desse, por pessoa idônea, escolhida, preferencialmente, entre as que tenham habilitação técnica.

§ 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

Art. 29. O inquérito policial será concluído no prazo máximo de 15 (quinze) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo podem ser duplicados pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial.

Art. 30. A autoridade policial relatará sumariamente as circunstâncias do fato e justificará as razões que a levaram à classificação do delito, com indicação da quantidade e natureza do produto, da substância ou da droga ilícita apreendidos, o local ou as condições em que se desenvolveu a ação criminosa e as circunstâncias da prisão, a conduta, a qualificação e os antecedentes do agente.

Art. 31. Findos os prazos previstos no art. 29, os autos do inquérito policial serão remetidos ao juízo competente, sem prejuízo da realização de diligências complementares destinadas a esclarecer o fato.

Parágrafo único. As conclusões das diligências e os laudos serão juntados aos autos até o dia anterior ao designado para a audiência de instrução e julgamento.

Art. 32. Antes de iniciada a ação penal, o representante do Ministério Público ou o defensor poderão requerer a autoridade judiciária competente o arquivamento do inquérito ou o seu sobrestamento, atendendo às circunstâncias do fato, à personalidade do

indiciado, à insignificância de sua participação no crime, ou à condição de que o agente, ao tempo da ação, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão de dependência grave, comprovada por peritos.

§ 1º A solicitação, qualquer que seja a natureza ou a fase do processo, também poderá se basear em qualquer das condições previstas no art. 386 do Código de Processo Penal.

§ 2º O sobrestamento do processo ou a redução da pena podem ainda decorrer de acordo entre o Ministério Público e o indiciado que, espontaneamente, revelar a existência de organização criminosa, permitindo a prisão de um ou mais dos seus integrantes, ou a apreensão do produto, da substância, ou da droga ilícita, ou que, de qualquer modo, justificado no acordo, contribuir para os interesses da Justiça.

§ 3º Se o oferecimento da denúncia tiver sido anterior à revelação, eficaz, dos demais integrantes da quadrilha, grupo, organização ou bando, ou da localização do produto, substância ou droga ilícita, o juiz, por proposta do representante do Ministério Público, ao proferir a sentença, poderá deixar de aplicar a pena, ou reduzi-la, de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), justificando a sua decisão.

Art. 33. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos nesta Lei, são permitidos, além dos previstos na Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, mediante autorização judicial, e ouvido o representante do Ministério Público, os seguintes procedimentos investigatórios:

I – infiltração de policiais em quadrilhas, grupos, organizações ou bandos, com o objetivo de colher informações sobre operações ilícitas desenvolvidas no âmbito dessas associações;

II – a não-atuação policial sobre os portadores de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que entrem no território brasileiro, dele saiam ou nele transitam, com a finalidade de, em colaboração ou não com outros países, identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, a autorização será concedida, desde que:

I – sejam conhecidos o itinerário provável e a identificação dos agentes do delito ou de colaboradores;

II – as autoridades competentes dos países de origem ou de trânsito ofereçam garantia contra a fuga

dos suspeitos ou de extravio dos produtos, substâncias ou drogas ilícitas transportadas.

Art. 34. Para a persecução criminal e a adoção dos procedimentos investigatórios previstos no art. 33, o Ministério Público e a autoridade policial poderão requerer à autoridade judicial, havendo indícios suficientes da prática criminosa:

I – o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, patrimoniais e financeiras;

II – a colocação, sob vigilância, por período determinado, de contas bancárias;

III – o acesso, por período determinado, aos sistemas informatizados das instituições financeiras;

IV – a interceptação e a gravação das comunicações telefônicas, por período determinado, observado o disposto na legislação pertinente e no Capítulo II da Lei nº 9.034, de 1995.

Parágrafo único. Nos delitos de que trata esta Lei, o flagrante estende-se a até 72 (setenta e duas) horas.

Art. 35. O juiz decidirá sobre requerimento de prisão cautelar do indiciado, para a garantia da ordem pública, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Art. 36. O usuário encontrado com pequena quantidade de substância ou droga ilícita, ou que cause dependência física ou psíquica, destinada a consumo pessoal (art. 20), ou o agente do delito previsto no art. 19, se, em ambas as hipóteses, a prática não configurar concurso com os crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, será conduzido à autoridade policial para prestar declarações.

§ 1º A declaração será tomada pela autoridade policial em, no máximo, 4 (quatro) horas, a contar da chegada do usuário à delegacia policial e, no mesmo período, examinada a natureza e quantidade do produto ou substância.

§ 2º Concluídos os procedimentos policiais, o usuário será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer, ou se a autoridade policial entender conveniente, e em seguida liberado.

§ 3º Constitui falta disciplinar a desobediência por parte da autoridade policial, quanto à liberação do usuário.

## CAPÍTULO V Da Instrução Criminal

Art. 37. Recebidos os autos do inquérito policial em juízo, dar-se-á vista ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar uma das seguintes providências:

I – requerer o arquivamento;

II – requisitar as diligências que entender necessárias;

III – oferecer denúncia, arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer as demais provas que entender pertinentes;

IV – deixar, justificadamente, de propor ação penal contra os agentes ou partícipes de delitos.

§ 1º Requerido o arquivamento do inquérito pelo representante do Ministério Público, mediante fundamentação, os autos serão conclusos à autoridade judiciária.

§ 2º A autoridade judiciária que discordar das razões do representante do Ministério Público para o arquivamento do inquérito fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, mediante decisão fundamentada.

§ 3º O Procurador-Geral de Justiça oferecerá denúncia ou designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la ou, se entender incabível a denúncia, ratificará a proposta de arquivamento, que, nesse caso, não poderá ser recusada pela autoridade judiciária.

Art. 38. Oferecida a denúncia, o juiz, em 24 (vinte e quatro) horas, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandato aos autos ou da primeira publicação do edital de citação, e designará dia e hora para o interrogatório, que se realizará dentro dos 30 (trinta) dias seguintes, se o réu estiver solto, ou em 5 (Cinco) dias, se preso.

§ 1º Na resposta, consistente de defesa prévia e exceções, o acusado poderá argüir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas.

§ 2º As exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 113 do Código de Processo Penal.

§ 3º Se a resposta não for apresentada no prazo, o juiz nomeará defensor para oferecê-la em 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação.

§ 4º Apresentada a defesa, o juiz concederá prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se o representante do Ministério Público e em igual prazo preferirá decisão.

§ 5º Se entender imprescindível, o juiz determinará a realização de diligências, com prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 6º Aplica-se o disposto na Lei nº 9.271, de 17 de abril de 1996, ao processo em que o acusado, cita-

do pessoalmente ou por edital, ou intimado para qualquer ato processual, deixar de comparecer sem motivo justificado.

Art. 39. Observado o disposto no art. 43 do Código de Processo Penal, a denúncia também será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta, ou faltar-lhe pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal;

II – não houver justa causa para a acusação.

Art. 40. Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, e ordenará a intimação do acusado, do Ministério Público e, se for o caso, do assistente.

Art. 41. Na audiência de instrução e julgamento, após o interrogatório do acusado e a inquirição das testemunhas, será dada a palavra, sucessivamente, ao representante do Ministério Público e ao defensor do acusado, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por mais 10 (dez), a critério do juiz, que, em seguida, proferirá a sentença.

Parágrafo único. Se não se sentir habilitado a julgar de imediato a causa, o juiz ordenará que os autos lhe sejam conclusos para, no prazo de 10 (dez) dias, proferir a sentença.

Art. 42. O juiz, observado o disposto no art. 77 do Código Penal e as disposições contidas nesta Lei, poderá, ouvido o representante do Ministério Público, determinar a suspensão do processo, com a adoção de uma das medidas previstas no art. 21 desta lei.

§ 1º O juiz poderá determinar, além de medidas previstas no art. 21, a sujeição do réu a tratamento médico ou psicológico, ou a internação em estabelecimento clínico ou hospitalar adequado.

§ 2º Negando-se o réu ao cumprimento de uma ou mais das medidas previstas no art. 21, ou ao tratamento recomendado, submeter-se-á à pena privativa de liberdade, cumulada ou não com penas restritivas de direitos.

Art. 43. O réu condenado por infração dos arts. 14, 15, 16, 17 e 18 não poderá apelar sem recolher-se à prisão.

Art. 44. O juiz, a requerimento do representante do Ministério Público ou da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, pode decretar, no curso do inquérito policial ou da ação penal, o seqüestro ou a indisponibilidade do produto de crime, ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática dos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18.

Parágrafo único. Incumbe ao acusado, durante a instrução criminal, ou ao interessado, em incidente específico, provar a origem lícita dos bens, produtos, direitos e valores referidos neste artigo.

Art. 45. As medidas de seqüestro e de indisponibilidade de bens ou valores serão suspensas, se a ação penal não for iniciada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do oferecimento da denúncia.

§ 1º O pedido de restituição de bem ou valor não será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ao juízo do feito.

§ 2º O juiz pode determinar a prática de atos necessários à conservação do produto ou bens e a guarda de valores.

## CAPÍTULO VI Dos Efeitos da Sentença

### SEÇÃO I Da Apreensão e da Destinação de Bens

Art. 46. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinismos, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Havendo possibilidade ou necessidade da utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, logo após a instauração da competente ação penal, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o **caput**, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade policial que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º O Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio

da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade policial, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas operações de prevenção e repressão ao tráfico e uso indevidos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica.

§ 5º Excluído os bens que se houver indicado para os fins previstos nos §§ 1º e 4º, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será autuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz que, verificada a presença de nexo de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, intimará a União, o Ministério Público, a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, e depositada em conta judicial a quantia apurada, a União será intimada a oferecer, na forma prevista em regulamento, caução equivalente àquele montante e os valores depositados nos termos do § 2º, em certificados de emissão do Tesouro Nacional, com características a serem definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 10. Compete à Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD solicitar à Secretaria do Tesouro Nacional a emissão dos certificados a que se refere o § 9º

§ 11. Feita a caução, os valores da conta judicial serão transferidos para a União, por depósito na conta do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, apensando-se os autos da alienação aos do processo principal.

§ 12. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

Art. 47. A União, por intermédio da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, poderá firmar convênio com os Estados, com o Distrito Federal e com organismos orientados para a prevenção, repressão e o tratamento de usuários ou dependentes, com vistas à libera-

ção de equipamentos e de recursos por ela arrecadados, para a implantação e execução de programas de combata ao tráfico ilícito e prevenção ao tráfico e uso indevidos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas ou que causem dependência física ou psíquica.

Art. 48. Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarada indisponível e sobre o levantamento da caução.

§ 1º No caso de levantamento da caução, os certificados a que se refere o § 9º do art. 46 serão resgatados pelo seu valor de face, e os recursos para o respectivo pagamento providos pelo Fundo Nacional Antidrogas.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional fará constar dotação orçamentária para o pagamento dos certificados referidos no § 9º do art. 46.

§ 3º No caso de perdimento, em favor da União, dos bens e valores mencionados no art. 46, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará o cancelamento dos certificados emitidos para caucioná-los.

§ 4º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta lei e que não foram objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão apropriados diretamente ao Fundo Nacional Antidrogas.

§ 5º Compete à Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD a alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 6º A Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD poderá firmar convênios de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecida no § 5º.

## SEÇÃO II

### Da Perda da Nacionalidade

Art. 49. É efeito da condenação perder o naturalizado, condenado por infração aos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a nacionalidade brasileira.

Parágrafo único. O juiz, transitada em julgado a sentença condenatória, oficiará ao Ministro da Justiça para o cancelamento da concessão da naturalização.

Art. 50. É passível de expulsão, na forma da legislação específica, o estrangeiro que comete qualquer dos crimes definidos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, tão logo cumprida a condenação imposta, salvo se o interesse nacional recomendar a expulsão imediata.

## CAPÍTULO VII

### Da Cooperação Internacional

Art. 51. Preservadas a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o Governo brasileiro, observadas as disposições da Convenção das Nações

Unidas de 1988 contra o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e às drogas que causem dependência física ou psíquica de entorpecentes, prestará cooperação a outros países, seta ônus, quando solicitado a:

I – colaborar na produção de provas;

II – realizar exame de objetos e lugares;

III – prestar informação sobre pessoas e coisas;

IV – colher o depoimento de testemunhas;

V – prestar outras formas de colaboração permitidas pela legislação em vigor.

§ 1º A solicitação de e trata este artigo será dirigida ao Ministério da Justiça, via Departamento da Polícia Federal, que a remeterá, quando necessária, à apreciação do Poder Judiciário para decidir a seu respeito, ou a encaminhará à autoridade competente.

§ 2º São requisito, da solicitação:

I – o nome e a qualificação da autoridade solicitante;

II – o objeto e o motivo da solicitação;

III – a descrição sumária do procedimento em curso no país solicitante;

IV – a especificação da assistência solicitada;

V – a documentação indispensável ao esclarecimento da solicitação, quando for o caso.

Art. 52. Para a consecução dos fins fixados nesta Lei, será instituída e mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio rápido e seguro da informações sobre o tráfico de produtos, substâncias e drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica cota órgãos congêneres de outros países.

## CAPÍTULO VIII

### Disposições Finais

Art. 53. As medidas educativas aplicadas poderão ser revistas judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresso do agente, do seu defensor ou do representante do Ministério Público.

Art. 54. Os meios de divulgação manterão sob sigilo os valores atribuídos a drogas e equipamentos apreendidos.

Art. 55. Havendo a necessidade de reconhecimento do acusado, as testemunhas dos crimes de que trata esta Lei cciiparao sala ande não possam ser identificados.

Art. 56. O processo e o julgamento dos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17, 18 e 19, se caracterizado ilícito transnacional, caberão à Justiça Federal.

Parágrafo único. Se o lugar em que tiverem sido praticados for Município que não seja sede de vara da Justiça Federal, o processo e o julgamento referidos no **caput** caberão à Justiça Estadual, cota interveniência do Ministério Público respectivo, com recurso para o Tribunal Regional Federal da circunscrição.

Art. 57. Esta lei será regulamentada em 90 (noventa) dias.

Art. 58. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Ficam revogados a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, mantido o Sistema Nacional Antidrogas de que trata o art. 3º daquela lei, e o art. 1º da Lei nº 9.804, de 30 de junho de 1999.

(\*) Em Destaque as Partes Vetadas

## VETO PARCIAL Nº 5, DE 2002

APOSTO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2001

(Nº 3.804/2000, na Casa de Origem)

(MENSAGEM Nº 7/2002-CN –

Nº 26/2002, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público, o Projeto de Lei nº 141, de 2001 (nº 3.804/00 na Câmara dos Deputados) que “Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente”.

Ouvido, o Ministério do Meio Ambiente manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 10 e 26

“Art. 10. As atribuições dos servidores em exercício à data de publicação desta lei ficam preservadas no seu teor atual, devendo ser especificadas no ato de enquadramento, mediante alusão ao cargo efetivo anteriormente ocupado, não sendo transportadas para os ocupantes subsequentes, em caso de vacância.

Parágrafo único. O ato a que se refere o parágrafo único do art. 4º somente abrangerá cargos que estiverem ocupados na data de publicação desta Lei, após a respectiva vacância.

Art. 26. O enquadramento dos atuais servidores do Ministério do Meio Ambiente e

do Ibama nas tabelas a que se referem os Anexos I, II e III será processado no padrão inicial da respectiva tabela.

Parágrafo único. Constatada a redução de remuneração decorrente da transposição prevista no **caput**, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da movimentação nos padrões da respectiva tabela.”

## Razões do veto

“O projeto sofreu diversas alterações no Congresso Nacional. Em sua maior parte, tais alterações têm por escopo harmonizar o projeto à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que parece estar se firmando no sentido do retorno ao modelo de regime jurídico único. Em outras palavras, fica prejudicada a noção de “emprego público”. Precisamente por isso, o projeto – mantendo os mesmos quantitativos do texto oriundo do Poder Executivo – deixou de adotar a categoria empregos públicos para fazer referência apenas e tão-somente a cargos públicos”.

Há que observar que as transformações previstas no seio do projeto estão em sintoma com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADIn nº 951-6/SC (Tribunal Pleno, Rel.: Min. Moreira Alves, DJ de 11-3-1994), bem assim na ADInMC nº 2.335-715C

(Tribunal Pleno, Rel.: Min. Maurício Corrêa, DJ de 31-8-2001), isto é, há similitude de atribuições entre as carreiras antigas e as novas. Ademais, como exige a jurisprudência do Excelso Pretório, o projeto expressamente veda a “modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.” (cf. art. 1º, § 1º, **in fine**, do projeto).

Não obstante, devem ser objeto de veto os arts. 10 e 26 do projeto. O art. 10 acena com injustificada cristalização de atribuições, além de sugerir não haver similitude entre as atribuições dos cargos em causa. Por sua vez, o art. 26 nitidamente implica aumento de despesa, em razão do que não pode ser convalidado pela sanção presidencial (cf. ADIn nº 546-4/DF, Tribunal Pleno, Rel.: Min. Moreira Alves, DJ de 14-4-2000)."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 11 de janeiro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

*PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:***(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2001**  
(Nº 3.804/2000, na Casa de origem)**Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, composta pelos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo, abrangendo os cargos de pessoal do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do Instituto Brasileiro do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

§ 1º Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o **caput**, passa a denominar-se cargos de Gestor Ambiental e Gestor

Administrativo do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, na proporção a ser definida em regulamento, vedando-se a modificação do nível de escolaridade do cargo em razão da transformação feita.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, ficam criados:

I – no quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, 300 (trezentos) cargos efetivos de Gestor Ambiental;

II – no quadro de pessoal da autarquia a que se refere o **caput**, 2.000 (dois mil) cargos efetivos de Analista Ambiental.

§ 3º Os cargos de nível intermediário ou auxiliar alcançados pelo disposto no § 1º que estejam vagos poderão ser transformados em cargos de Analista Ambiental ou Analista Administrativo, quando integrantes do quadro de pessoal do Ibama, e extintos, se pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente.

§ 4º Estende-se, após a vacância, o disposto no § 3º aos cargos ali referidos que se encontrem ocupados na data de publicação desta Lei.

§ 5º No uso da prerrogativa prevista no § 1º, é vedada a transformação de cargos de provimento efetivo idênticos em distintos cargos de provimento efetivo.

Art. 2º São atribuições dos ocupantes do cargo de Gestor Ambiental:

I – formulação das políticas nacionais de meio ambiente e dos recursos hídricos afetas á:

a) regulação, gestão e ordenamento do uso e acesso aos recursos ambientais;

b) melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais;

II – estudos e proposição de instrumentos estratégicos para a implementação das políticas nacionais de meio ambiente, bem como para seu acompanhamento, avaliação e controle; e

III – desenvolvimento de estratégias e proposição de soluções de integração entre políticas ambientais e setoriais, com base nos princípios e diretrizes do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º São atribuições do cargo de Gestor Administrativo o exercício de todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ministério do Meio Ambiente, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

Art. 4º São atribuições dos ocupantes do cargo de Analista Ambiental o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades:

I – regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;

II – monitoramento ambiental;

III – gestão, proteção e controle da qualidade ambiental;

IV – ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros;

V – conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e

VI – estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.

Parágrafo único. As atividades mencionadas no **caput** poderão ser distribuídas por áreas de especialização, mediante ato do Poder Executivo, ou agrupadas de modo a caracterizar um conjunto mais abrangente de atribuições, cuja natureza generalista seja requerida pelo Instituto no exercício de suas funções.

Art. 5º São atribuições do cargo de Analista Administrativo o exercício de todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.



Art. 6º São atribuições dos titulares do cargo de Técnico Ambiental:

I – prestação de suporte e apoio técnico especializado às atividades dos Gestores e Analistas Ambientais;

II – execução de atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas; e

III – orientação e controle de processos voltados às áreas de conservação, pesquisa, proteção e defesa ambiental.

Art. 7º São atribuições do cargo de Técnico Administrativo a atuação em atividades administrativas e logísticas de apoio relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

Art. 8º São atribuições do cargo de Auxiliar Administrativo o desempenho das atividades administrativas e logísticas de nível básico, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo do Ibama, fazendo uso de equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

Art. 9º As atribuições pertinentes aos cargos de Gestor Administrativo, Analista Administrativo, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo podem ser especificadas, de acordo com o interesse da administração, por especialidade profissional.

Art. 10. As atribuições dos servidores em exercício à data de publicação desta Lei – ficam preservadas no seu teor atual, devendo ser especificadas no ato de enquadramento, mediante alusão ao cargo efetivo anteriormente ocupado, não sendo transportadas para os ocupantes subsequentes, em caso de vacância.

Parágrafo único. O ato a que se refere o parágrafo único do art. 4º somente abrangerá cargos que estiverem ocupados na data de publicação desta Lei, após a respectiva vacância.

Art. 11. O ingresso nos cargos referidos no art. 1º far-se-á mediante prévia aprovação em concurso público específico, exclusivamente de provas.

§ 1º Na hipótese do art. 4º parágrafo único, o concurso realizar-se-á obrigatoriamente por áreas de especialização.

§ 2º São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos referidos no art. 1º:

I – curso superior completo ou habilitação legal equivalente, para os cargos de Gestor e Analista Ambiental;

II – diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de Gestor Administrativo e Analista Administrativo;

III – diploma de conclusão de segundo grau, ou de curso técnico equivalente, para o cargo de Técnico Ambiental; e

IV – diploma de conclusão de segundo grau, e habilitação legal específica, se for o caso, conforme definido no edital do concurso, para o cargo de Técnico Administrativo.

§ 3º Para acesso às áreas de especialização a que se referem o parágrafo único do art. 4º e o § 1º, poderão ser estabelecidos, no ato que as delimitar, requisitos específicos de formação e titulação.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente cumprirão jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas.

Art. 13. Os padrões de vencimento básico dos cargos da Carreira de Especialistas em Meio Ambiente são os constantes dos Anexos I, II e III.

§ 1º O padrão de ingresso no cargo de Analista Ambiental poderá variar de acordo com a especialização à qual o servidor for alocado, quando utilizada a prerrogativa prevista no parágrafo único do art. 4º.

§ 2º A investidura em cargo de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Administrativo, Técnico Ambiental, e Técnico Administrativo ocorrerá, exclusivamente, no padrão inicial da respectiva tabela.

Art. 14. A movimentação do servidor nas tabelas constantes dos Anexos I, II e III ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

Art. 15. Para os fins do art. 14, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento básico imediatamente superior dentro de uma mesma classe, podendo ocorrer:

I – por merecimento, quando o servidor for habilitado em avaliação de desempenho funcional especificamente voltada para essa finalidade, hipótese em que o interstício entre os padrões corresponderá a 1 (um) ano, contado da divulgação do resultado da última avaliação efetuada;

II – por antigüidade, sempre que, no interregno de 3 (três) avaliações de desempenho subsequentes, não forem obtidos os índices exigidos para a progressão funcional por merecimento.

Art. 16. A avaliação de desempenho funcional terá seus resultados apurados mensalmente e conso-

lidados a cada 12 (doze) meses, obedecerão ao disposto nesta Lei.

§ 1º A avaliação anual de desempenho terá como finalidade a verificação da observância dos seguintes critérios:

I – cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo;

II – produtividade no trabalho, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade;

III – assiduidade;

IV – pontualidade

V – disciplina.

§ 2º Os critérios de avaliação serão aplicados e ponderados em conformidade com as características das funções exercidas, sendo considerado insuficiente, para obtenção de promoção por merecimento, o desempenho apurado em avaliação que comprove o desatendimento, de forma habitual, de qualquer dos requisitos previstos no § 1º.

§ 3º Será dado conhecimento prévio aos servidores dos critérios, das normas e dos padrões a serem utilizados para a avaliação de seu desempenho.

§ 4º No estabelecimento dos padrões a que se refere o inciso II do § 1º, é vedada a aferição de resultados com base em número de autos de infração ou de busca e apreensão lavrados, ou fundada na arrecadação decorrente da expedição desses atos ou de outros similares.

§ 5º A avaliação de desempenho será realizada por comissão de avaliação composta por 4 (quatro) servidores, pelo menos 3 (três) deles estáveis, com 3 (três) anos ou mais de exercício no órgão ou entidade a que estejam vinculados, e todos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, sendo um o seu chefe imediato e outro um servidor estável, cuja indicação será efetuada ou respaldada, nos termos de regulamento e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por manifestação expressa do servidor avaliado.

§ 6º O membro indicado ou respaldado pelo servidor terá direito a voz e não a voto nas reuniões deliberativas da comissão a que se refere o § 5º.

§ 7º O resultado da avaliação anual será motivado exclusivamente com base na aferição dos critérios previstos nesta Lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive, quando for o caso, o relatório relativo ao colhimento de provas testemunhas e documentais.

§ 8º E assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do procedi-

mento que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

Art. 17. A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

Art. 18. O servidor será notificado do resultado de sua avaliação, podendo requerer reconsideração, com efeito suspensivo, para a autoridade que o homologou, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, decidindo-se o pedido em igual prazo.

Art. 19. O resultado e os instrumentos de avaliação, a indicação dos elementos de convicção e de prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação serão arquivados na pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Art. 20. O termo de avaliação anual indicará as medidas de correção necessárias, em especial as destinadas a promover a capacitação, ou treinamento do servidor avaliado.

Art. 21. O termo de avaliação anual obrigatoriamente relatará as deficiências identificadas no desempenho do servidor, considerados os critérios de avaliação previstos nesta lei.

Art. 22. As necessidades de capacitação, ou treinamento do servidor cujo desempenho tenha sido considerado insuficiente serão priorizadas no planejamento do órgão ou da entidade.

Art. 23. É obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração da infração a que se refere o art. 117, XV, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no caso de 2 (duas) avaliações insuficientes consecutivas, ou de 3 (três), no período de 5 (cinco) anos, em que seja obtido esse resultado, assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não poderá participar da comissão destinada à execução do processo a que se refere o **caput** servidor ou autoridade que tenha emitido manifestação por ocasião da avaliação de desempenho.

Art. 24. Promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior, exigindo-se, além dos requisitos previstos para a progressão funcional, a conclusão, com aproveitamento, de curso de capacitação especificamente voltado para essa finalidade.

Art. 25. Enquanto não forem implementados os procedimentos previstos nesta lei, a progressão fun-

cional e a promoção submetem-se exclusivamente a interstício de 1 (um) ano.

Art. 26. O enquadramento dos atuais servidores do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama nas tabelas a que se referem os Anexos I, II e III será processado no padrão inicial da respectiva tabela.

Parágrafo único. Constatada a redução de remuneração decorrente da transposição prevista no **caput**, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da movimentação nos padrões da respectiva tabela.

Art. 27. São criados, no âmbito da Agência Nacional de Águas – ANA, de modo a compor seu quadro de pessoal, 266 (duzentos e sessenta e seis) cargos de Regulador, 84 (oitenta e quatro) cargos de Analista de Suporte à Regulação, ambos de nível superior, destinados à execução das atribuições legalmente instituídas pela Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000, e 20 (vinte) cargos efetivos de Procurador.

Art. 28. A implementação do disposto nesta lei observará o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de dezembro de 2001.

#### ANEXO I

Vencimentos básicos dos cargos de Gestor Ambiental, Gestor Administrativo, Analista Ambiental e de Analista Administrativo

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
Especial	III	5100,00
	II	4921,20
	I	4742,60
B	V	4359,89
	IV	4181,29
	III	4002,69
	II	3824,09
	I	3645,49
A	V	3262,78
	IV	3084,18
	III	2905,58
	II	2726,98
	I	2548,38

#### ANEXO II

Vencimentos básicos do cargo de Técnico Ambiental e de Técnico Administrativo

CLASSE	PADRÃO	VALOR
ESPECIAL	III	2200,00
	II	2121,42
	I	2042,84
C	IV	1964,27
	III	1885,70
	II	1807,13
	I	1728,56
	IV	1649,99
B	III	1571,42
	II	1492,85
	I	1414,28
	IV	1335,71
A	III	1257,14
	II	1178,57
	I	1100,00

#### ANEXO III

Vencimentos básicos do cargo de Auxiliar Administrativo

CLASSE	PADRÃO	VALOR
C	IV	1232,41
	III	1196,51
	II	1161,67
	I	1065,75
B	IV	1034,71
	III	1004,56
	II	975,31
	I	894,78
A	IV	868,72
	III	843,41
	II	818,85
	I	795,00

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

### VETO TOTAL Nº 6, DE 2002

APOSTO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2000  
(Nº 1.043/1995, na Casa de origem)  
(MENSAGEM Nº 8/2002-CN –  
Nº 24/2002, na Origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 12 do art. 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 99, de 2000 (nº 1.043/95 na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta inciso ao art. 92 da Lei nº 8.457, de 4 de Setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares".

Ouvido, assim se manifestou o Ministério da Justiça:

"O projeto em questão, apresentado pelo Presidente do Superior Tribunal Militar, tem por objetivo incluir um inciso no art 92 da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que "organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares", com o seguinte teor.

"Art. 9º .....

XXVI— designar, para o exercício de função de confiança, nos Gabinetes de Ministros, os militares em atividade, postos à disposição do Superior Tribunal Militar, observada a remuneração constante da Tabela de Gratificação prevista para o exercício de funções similares no Poder Executivo, respeitados os limites ali estabelecidos;

....."(NR

No dizer do proponente, o projeto não implica em criação de cargo ou em aumento de despesa, sendo apenas uma medida tendente a dispor sobre lacuna legal, ainda que, na parte final do referido inciso, esteja contida a previsão de que os militares em atividade, postos à disposição do STM terão "a remuneração constante da Tabela de Gratificação prevista para o exercício de funções similares no Poder Executivo, respeitados os limites ali estabelecidos".

Chama atenção o fato que, desde 1992, até a presente data, o STM esteja impossibilitado de designar para o exercício de função de confiança, nos Gabinetes de Ministros, militares da ativa, pela ausência de disposição em lei que se preste para tal.

Evidentemente, é necessário verificar se isso ocorre, mesmo diante da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, que, ao criar as carreiras dos servidores do Poder Judiciário e fixar os valores de sua remuneração, modificou os quadros de pessoal de todo o Poder Judiciário, inclusive do STM, até porque, a referida lei transformou também os cargos em comissão e as funções gratificadas em funções comissionadas, tudo em nome da reclamada uniformidade dos Quadros de Pessoal e remuneração do Poder Judiciário.

Além disso, não se pode desconhecer que, nos termos do inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal, é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, razão pela qual a "observância da remuneração constante da Tabela de Gratificação prevista para o exercício de funções similares no Poder Executivo" não pode se prestar para a fixação remuneratória de funções de confiança nos Gabinetes de Ministros do STM, quando postos à sua disposição militares da ativa"

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 10 de janeiro de 2002. — **Fernando Henrique Cardoso.**

## PROJETO VETADO

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2000

(nº 1.043/1995 – na Casa de origem)

**Acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVI, renumerando-se os demais:

"Art 9º .....

.....

XXVI – designar, para o exercício de função de confiança, nos Gabinetes de Ministros, os militares em atividade, postos à disposição do Superior Tribunal Militar, observada a remuneração constante da Tabela de Gratificação prevista para o exercício de funções similares no Poder Executivo, respeitados os limites ali estabelecidos;

....."(NR)..

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, a Presidência comunica ao Plenário que ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos que acabam de ser lidos.

Veto Parcial nº 38, de 2001 (PLS Nº 294/1989)

#### Senadores

Romero Jucá  
Lindberg Cury  
Maguito Vilela  
José Alencar

#### Deputados

Luciano Pizzatto  
Walter Pinheiro  
Osmar Serraglio  
José Roberto Batochio

Veto Total nº 39, de 2001 (PLS Nº179/1996)

#### Senadores

José Eduardo Dutra  
Bernardo Cabral  
Bello Parga  
Álvaro Dias

#### Deputados

Marcos Rolim  
Bispo Wanderval  
Nelson Otoch  
Fernando Coruja

Veto Parcial nº 40, de 2001 (PLC Nº100/2001)

#### Senadores

Antonio Carlos Júnior

#### Deputados

Fernando Gabeira

Artur da Távola Professor Luizinho  
 Sebastião Rocha Osmar Terra  
 Paulo Hartung Paulo Magalhães  
 Veto Total nº 41, de 2001 (PLC Nº 25/2000)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Iris Rezende	Ney Lopes
Lúcio Alcântara	Luiz Antônio Fleury
Francelino Pereira	Milton Monti
Wellington Roberto	José de Abreu

Veto Parcial nº 42, de 2001 (PLS Nº 267/1996)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Tião Viana	José Genoíno
Antero Paes de Barros	Fátima Pelaes
Mozarildo Cavalcanti	Laura Carneiro
José Alencar	Dr. Antônio Cruz

Veto Parcial nº 43, de 2001 (PLC Nº 114/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Francelino Pereira	Marcondes Gadelha
Roberto Saturnino	Professor Luizinho
Álvaro Dias	Inaldo Leitão
Roberto Freire	Paulo Octávio

Veto Parcial nº 44, de 2001 (PLC Nº 143/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Paulo Souto	Virgílio Guimarães
Lúcio Alcântara	Carlos Mosconi
Benício Sampaio	Darcísio Perondi
Paulo Hartung	Babá

Veto Parcial nº 45, de 2001 (PLC Nº 107/2000)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Osmar Dias	Aldo Rebelo
Antonio Carlos Valadares	Nair Xavier Lobo
Maguito Vilela	Paes Landim
Wellington Roberto	Francisco Rodrigues

Veto Parcial nº 46, de 2001 (PLC Nº 8/1998)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Geraldo Althoff	Pauderney Avelino
Lúcio Alcântara	José Genoíno
Ademir Andrade	Badu Picanço
José Alencar	Juquinha

Veto Total nº 47, de 2001 (PLC Nº 86/1996)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Lúcio Alcântara	Sebastião Madeira
Iris Rezende	Regis Cavalcante

Antonio Carlos Valadares	Nelson Trad
José Eduardo Dutra	Nelson Otoch

Veto Parcial nº 48, de 2001 (PLC Nº 87/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Romeu Tuma	Pedro Celso
Amir Lando	Germano Rigotto
Moreira Mendes	Nelson Trad
Antonio Carlos Valadares	Osório Adriano

Veto Parcial nº 49, de 2001 (PLC Nº 118/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
José Fogaça	Inaldo Leitão
Maria do Carmo Alves	Ricardo Fiuza
Romero Jucá	José Roberto Batochio
Arlindo Porto	José Genoíno

Veto Parcial nº 50, de 2001 (PLN Nº 48/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Gilberto Mestrinho	João Grandão
Moreira Mendes	Helenildo Ribeiro
Freitas Neto	Santos Filho
José Alencar	Luciano Castro

Veto Parcial nº 51, de 2001 (PLN Nº 96/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Amir Lando	Pedro Novais
Jonas Pinheiro	Lúcia Vânia
Lúdio Coelho	Neuton Lima
Sebastião Rocha	Badu Picanço

Veto Parcial nº 52, de 2001 (PLN Nº 90/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Nabor Júnior	João Coser
Leomar Quintanilha	Jorge Wilson
Romero Jucá	José Carlos Fonseca Jr.
Ademir Andrade	Antônio do Valle

Veto Total nº 1, de 2002 (PLS Nº 175/2000)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Luiz Otávio	João Magno
Jonas Pinheiro	Mussa Demes
Jefferson Peres	André Benassi
Fernando Bezerra	Pedro Novais

Veto Parcial nº 2, de 2002 (PLC Nº 88/2001)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Geraldo Althoff	Ursicino Queiroz
Benício Sampaio	Custódio Mattos

Emília Fernandes  
José Alencar

Fernando Coruja  
Jovair Arantes

Ofício GLC nº 011/02

Brasília, 5 de março de 2002

Veto Parcial nº 3, de 2002 (PLN Nº 32/2002)

**Senadores**

Antero Paes de Barros  
Mozarildo Cavalcanti  
Gilvam Borges  
Tião Viana

**Deputados**

Sampaio Dória  
Marçal Filho  
João Leão  
Iberê Ferreira

Veto Parcial nº 4, de 2002 (PLC Nº 105/1996)

**Senadores**

Ricardo Santos  
Eduardo Suplicy  
Antonio Carlos Júnior  
Paulo Hartung

**Deputados**

Ursicino Queiroz  
Euler Ribeiro  
Pompeo de Mattos  
Jairo Carneiro

Veto Parcial nº 5, de 2002 (PLC Nº 141/2001)

**Senadores**

Bello Parga  
Gerson Camata  
Osmar Dias  
Wellington Roberto

**Deputados**

Luciano Castro  
Milton Monti  
Domiciano Cabral  
Fernando Gabeira

Veto Total nº 6, de 2002 (PLC Nº 99/2000)

**Senadores**

Osmar Dias  
Gerson Camata  
Bernardo Cabral  
José Alencar

**Deputados**

Luciano Pizzatto  
Jair Bolsonaro  
Paulo Magalhães  
Antonio Carlos Pannunzio

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 24 de abril de 2002.

A convocação de sessão conjunta destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das comissões mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 4 de maio de 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Amaral.

É lido o seguinte:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 01, de 1995-CN, indico o Senhor Deputado Ricardo Barros, PPB/PR, para substituir o Deputado Salvador Zimbaldi, PSDB/SP, no cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Na oportunidade, manifesto apreço e consideração à Vossa Excelência.

Atenciosamente, – **Heráclito Fortes**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O ofício lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Avenzoar Arruda, que dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. AVENZOAR ARRUDA** (PT – PB. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, nós estamos, na Câmara dos Deputados, – e posso dizer que no Congresso Nacional – enfrentando, pela primeira vez, as consequências da mudança constitucional no que diz respeito às medidas provisórias. Alguns avaliaram que essa mudança não foi positiva. Na minha opinião, foi e está sendo extremamente positiva, porque gerou debates profundamente importantes sobre os quais o Congresso, como representante do povo brasileiro, precisa se posicionar.

Entre essas medidas, uma está trancando a pauta da Câmara neste momento: a Medida Provisória nº 14, que pretende transferir aproximadamente R\$24 bilhões dos consumidores para as empresas distribuidoras e geradoras de energia. Esse é um cálculo que podemos demonstrar com certa facilidade. Somente o aluguel das miniusinas significa um custo de R\$6 bilhões. E as tarifas já foram reajustadas. Como se trata de medida provisória, está em vigor, ou seja, a população já está pagando. Pagando por quê? Porque deixou de consumir, atendendo ao chamamento do Governo. E as empresas estão recebendo. Recebendo por quê? Porque deixaram de fornecer, porque multaram os que ultrapassaram os limites estabelecidos. É uma bela regra! Essa regra deverá, evidentemente, ser extensiva a todos os outros serviços, para não co-

metermos injustiça. Portanto, se algum dia for decretado feriado, as empresas de transporte deverão cobrar pelo prejuízo. Não forneceram o serviço, mas os usuários do transporte deverão pagar. As empresas de água, no Nordeste, no período de seca, vão ter que cobrar quando, faltando água, não fornecerem o serviço. Os consumidores, que não receberem o serviço, deverão ser punidos. Mais uma vez devem arcar com o prejuízo.

É exatamente disso que trata essa medida provisória. E o Governo acha que o Congresso Nacional deveria votá-la de afogadilho, sem debate, não mostrando que estamos no Brasil instituindo um modelo de capitalismo sem risco, em que o Estado interfere e faz com que a população pague por qualquer ameaça, qualquer suposição de prejuízo para qualquer empresa.

Ora, o que o Congresso Nacional pode fazer diante de uma situação dessas? Pensar que o trancamento da pauta e a conseqüente dificuldade de votação são causados pelo Legislativo?! Não são. Por que o Executivo não apresentou isso em forma de projeto de lei para permitir o debate? Ora, como podemos aceitar isso?! É quase um Proer, cujo custo foi de R\$26 bilhões.

As contas chegam a quase R\$24 bilhões. Claro! Vamos alugar usinas para não funcionarem! Porque, se funcionarem, o preço será ainda maior. É um bom negócio. Ou seja, incentiva-se a construção de usinas termoeletricas, que deverão ficar paradas. E quem as alugar efetivamente torcerá para que elas não funcionem, pois, do contrário, obviamente o prejuízo será maior. Pagam por tudo isso os consumidores de energia elétrica. É essa situação que vivemos no Congresso Nacional e que caracteriza a justeza da emenda constitucional que mudou a sistemática de apreciação de medidas provisórias.

Certamente, há um pacote de medidas provisórias que ficou de fora e que precisa de regulamentação. Seria, aliás, objeto desta sessão. Elas precisam de regulamentação. Afinal de contas, várias medidas provisórias precisam ser apreciadas.

Espero que o debate possa ser aprofundado e que a população veja com clareza o que o Parlamento está votando e que não é intenção do Parlamento se omitir diante da responsabilidade de representar a população brasileira, mesmo porque este é um ano eleitoral. E nós queremos ver como vota cada um dos Senadores e Deputados, para que a população possa dizer "se a regra é essa, a coisa melhor do mundo será fazer negócio com o Governo brasileiro, porque não há nenhum risco de prejuízo, nenhum risco, por-

que o Governo garante." Ou seja, faça miniusinas, alugue-as para não funcionarem; e se tiver algum prejuízo, o Governo garante. É um belo negócio!

Protestamos contra a medida provisória encaminhada pelo Governo e defendemos que ela seja rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, na sessão de terça-feira desta semana da Câmara dos Deputados, o Presidente Aécio Neves, sem mesmo entrar na Ordem do Dia, encerrou a sessão. Utilizou, a meu ver, uma expressão inadequada em entrevista ao **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**, quando disse que era necessário colocar um freio na Casa. O jornal de hoje diz que o **quorum** foi alto depois do puxão de orelha.

Para tudo, existe a versão e o fato. A versão é a de que o marasmo em que se encontra a Casa decorre do fato de que os Deputados não dão a mínima e não comparecem à Casa.

E qual é o fato? O fato é que há muito tempo nesta Casa muitos defendem a necessidade de se colocar um freio no mecanismo da edição de medidas provisórias sem critérios, a qualquer dia e a qualquer hora. Neste, sim, deve-se colocar um freio, porque esse mecanismo abstrai a essência do Legislativo, que é legislar.

Dois fatos preocupam. A pauta está trancada em razão das medidas provisórias que precisam ser apreciadas, em primeiro lugar, depois da emenda constitucional que regulamentou a edição de medidas provisórias. Na votação, ontem, na Câmara dos Deputados, de uma das medidas provisórias, o Líder do Governo disse que não tinha nenhuma responsabilidade com o conteúdo do que estava sendo aprovado ali.

Isso mostra claramente que se tratava de estratégia para apressar a votação de algumas medidas provisórias até chegar a esta medida provisória, que é motivo de grande incompreensão na Casa, que concede um novo Proer para o setor elétrico.

Segundo o **Jornal da Câmara** de hoje, o Presidente da Casa anunciou que poderá criar novo dispositivo legal de controle de edição de medidas provisórias. Ou seja, nem se colocou em prática a emenda que aprovamos há alguns dias – e que foi apresentada como inovadora e corajosa por revelar a agressão que a Casa sofria com o elevado número de edição

de medidas provisórias – e já se fala em modificar, em reinterpretar para que novamente o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, funcione como Casa apenas homologatória da vontade do Presidente, abdicando da sua essência, que é legislar.

Quero deixar registrado esse meu descontentamento. Como me falta pouco tempo, quero dizer que a medida provisória que está para ser votada é também muito contraditória. No capitalismo, conforme a lei do mercado, o risco é inerente ao negócio. Agora querem criar, para alguns no Brasil, um novo modelo de capitalismo, em que se socializa o prejuízo para os usuários e retira-se o risco daqueles que vão gerir o negócio. Ou seja, o lucro passa a ser garantido por leis do Estado. Isso é uma aberração! Eu quero que esta Casa tenha a grandeza de votar contra essa incoerência, contra essa agressão, contra essa lei que não tem pé nem cabeça nem no mundo capitalista nem em qualquer outro mundo que se queira imaginar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Ana Corso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio.

**O SR. DR. HÉLIO** (Bloco/PDT – SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, lembro que a questão relacionada ao funcionamento da Casa, na Câmara dos Deputados, e ao sugestivo dado de que as medidas provisórias estariam trancando a pauta, prejudicando o curso do funcionamento da Câmara, não é verdadeira.

Em primeiro lugar, há necessidade de se dizer à opinião pública que o principal aspecto a ser discutido naquela Casa, e que foi remetido para lá pelo Presidente da República, é a busca de uma solução para a questão da violência urbana no País.

Logo em seguida, veio a necessidade emergencial de se aprofundar a discussão da provisoriedade da CPMF e aprová-la a qualquer custo, o que significa dizer – e foi dito pela imprensa nacional – que estaríamos perdendo R\$400 milhões por semana em virtude da não aprovação da CPMF.

Agora nos deparamos com a Medida Provisória nº 14, já cognominada de "seguro-apagão". Gostaria de dizer que essa medida provisória não passa da possibilidade de uma reestatização desse sistema energético brasileiro, que foi privatizado a um custo de cerca de US\$27,414 bilhões. Se observarmos que a privatização das companhias elétricas ocorreu de 1991 até 2000, veremos que, de dinheiro vivo, esta-

beleceu-se US\$9,5 bilhões, a maior parte desse dinheiro, até 1999, com equivalência em real, e mais R\$18 bilhões vindos das chamadas moedas de privatização: moedas podres, TDA, Disec, Divex e outras modalidades de moeda, contabilizando um total de mais ou menos US\$27 bilhões.

Ora, frente a isso, busca-se, com a medida provisória, estabelecer um pouco mais de R\$20 bilhões, desde a permissão de títulos de dívida da União, perfazendo a emissão desses títulos cerca de R\$16 bilhões; empréstimos do BNDES para empresas de energia elétrica no montante de R\$7,5 bilhões, que serão transferidos para o consumidor sob a forma de aumento da conta de energia elétrica de 2,9 para contas residenciais e 7,9% para contas do comércio e da indústria e um aluguel de 53 pequenas termoeletricas, as locomóveis, cujo encargo de capacidade remonta R\$6,7 milhões se estiverem em funcionamento as locomóveis. Isso significa o pagamento de uma espécie de aluguel três vezes maior do que aquele que já está sendo cobrado com essas locomóveis paradas, hoje com custo de US\$1,2 bilhão. Essa é a energia mais cara do mundo.

A permissão de compra de energia no mercado atacadista, por conta do chamado prejuízo do apagão, será transferida para o povo e potencialmente pagará o empréstimo do BNDES de cerca de US\$7,5 bilhões.

O art. 2º, que passa a ser um verdadeiro cheque em branco, permite um repasse para a conta da população da compra de energia do mercado atacadista, que seria um encargo quando a geradora não conseguisse suprir a distribuidora, considerada uma empresa privada.

Chegamos a um número similar a esse montante de cerca de R\$26 bilhões – alguns já fizeram essa conta –, quando comparado com o processo de utilização das moedas para a privatização dessas mesmas companhias de energia elétrica.

Portanto, a Medida Provisória nº 14, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, nada mais é do que a reestatização das companhias de energia elétrica privatizadas pela utilização de cerca de US\$18 bilhões de moeda podre, de verbas obtidas, permitindo-se, além disso, que fosse o ágio usado como crédito para abatimento de imposto de renda nos próximos anos.

Na Câmara dos Deputados, teremos oportunidade de ater-nos ao projeto de conversão do Relator, Deputado José Carlos Aleluia, buscando o aproveitamento do Projeto de Lei nº 2.905/2000, de autoria desse Parlamentar – um substitutivo que sequer foi



apreciado na Comissão de Minas e Energia, de mérito.

A Medida Provisória nº 14 demonstra que esse processo de privatização da energia elétrica é oriundo de um projeto realizado de forma açodada, com base naquele conhecimento existente quando da privatização das telecomunicações. Entretanto, mostrou-se inadequado, inconveniente e certamente será considerado ilegal por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Salomão Gurgel, do PDT do Rio Grande do Norte. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Manoel Vitória, do PT do Mato Grosso do Sul. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi, do PT do Rio Grande do Sul. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (Bloco/PDT – RS. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, venho à tribuna para enfocar a CPMF.

Hoje o Brasil inteiro debate a CPMF, muito menos por conta do que ela significa e muito mais pelo fato de ela estar trancando a pauta de decisões da Câmara dos Deputados, uma vez que a medida proposta pelo Governo está tramitando e outras medidas provisórias a precedem. Isso faz com que tenhamos que discutir, decidir, debater, enfim votar essas medidas que a antecedem para só depois voltarmos a debater a ela. Hoje o debate que se faz no País sobre CPMF é sobre a forma: vamos votar, não vamos votar, temos que votar, vamos perder, quanto vamos ganhar, quanto deixamos de arrecadar. Pois quero aqui discutir não a forma, mas o conteúdo da CPMF, até porque há três anos, quando ela foi renovada, apresentamos um projeto, tentando a seguinte distribuição: 22,5% da CPMF para os Municípios e 21,5% para os Estados. Perdemos, fomos derrotados. Neste ano, de novo, apresentamos a mesma emenda: repartir os recursos da CPMF – 22,5% para os Municípios, 21,5% para os Estados. Novamente perdemos. Com certeza, os que ganharam não cantam vitória por vergonha que devem ter por terem derrotado um projeto que fazia justiça fiscal à distribuição dos valores arrecadados pela CPMF.

Mas não nos demos por vencidos. No final de 1999, início de 2000, apresentamos um pedido de CPI devido às dúvidas – ou até mesmo da certeza – que tínhamos de que o dinheiro da CPMF não esta-

va indo para a saúde, mas sendo desviado. Essa certeza só aumentou daquela época até hoje. Aumenta-se a arrecadação da CPMF e, cada vez mais, a saúde é vilipendiada, numa derrocada à saúde do País.

Instalou-se ontem a CPI da CPMF, de nossa autoria. Perquiriremos quanto é arrecadado de CPMF em nosso País. O povo não sabe. O Governo diz, sob sua ótica e seus cálculos, que o valor arrecadado é de R\$20 bilhões por ano, R\$1,7 bilhão por mês, mais que R\$400 milhões por semana, R\$60 milhões por dia.

A população não entende esse valor de bilhões ou milhões. É difícil explicar, mas vou tentar traduzir, para que haja uma maior compreensão. Vamos imaginar que a população brasileira fosse de 120 milhões de habitantes. Se cada habitante desta "Pátria amada Brasil" contribuísse com R\$0,50 por dia, teríamos R\$60 milhões, a quantia arrecadada atualmente.

Como não somos 120 milhões, mas 150 ou 160 milhões de habitantes, faço essa dedução e calculo que estamos pagando hoje, por pessoa, aproximadamente, R\$0,40 por dia. É o que cada cidadão brasileiro paga de CPMF por dia.

Uma cidade média, de 100 mil habitantes, paga R\$40 mil de CPMF por dia. Cada pessoa que está nos vendo pela TV Câmara deve contar os habitantes de seu Município. Um Município com 20 mil habitantes contribuiu com R\$8 mil por dia.

O senhor, a senhora, dona-de-casa, que não pôde se internar no hospital porque não havia leito, que não conseguiu a AIH; que não pôde fazer o exame porque é muito caro e o SUS não paga; que não pôde fazer a consulta médica, saiba que de seu Município estão levando uma montanha de dinheiro por meio deste verdadeiro cassino, deste caça-níqueis: a CPMF.

Assim, o Governo não está perdendo, o brasileiro é que está ganhando quando não aprovamos ou, pelo menos, demoramos para aprovar a CPMF. Quando ocorre a votação, a maioria do amém diz "sim" para a CPMF. Queremos, com a CPI, abrir a caixa-preta da CPMF e mostrar o quanto está sendo arrecadado, quanto cada Município paga por dia de CPMF.

O Governo diz que a CPMF serve também para identificar criminosos que movimentam fortunas nos bancos, fruto de dinheiro mal-havido, lavagem de dinheiro, dinheiro do narcotráfico, tráfico de armas, dinheiro sujo. Pergunto: quantos o Governo já processou por conta dessa constatação? Sabem quantos? Nenhum. Não processou nenhum. Continuam os traficantes de armas, de drogas, lavando dinheiro sujo, e

o Governo vem arrecadando CPMF desse dinheiro e sequer o destina à saúde.

Queremos descobrir isso e mais: saber para onde está indo esse dinheiro. Aliás, sei para onde não vai. Ele não vai para onde deveria ir, que é para a saúde. Vai para tapar o rombo do caixa do Tesouro, da Previdência, dos bancos, da Sudam, para pagar a dívida externa. Vai para pagar qualquer coisa, menos para a saúde. A CPI da CPMF tem a finalidade de esclarecer quanto é arrecadado, quem paga, se há bandidos lavando dinheiro sujo e pagando CPMF, quem são e para onde vai o dinheiro. O povo brasileiro tem, no mínimo, o direito de saber. Isso é um componente ético que falta à CPMF, criada sob a égide do Ministro Adib Jatene, com boas intenções, muito boas intenções: salvar a saúde. No entanto, a saúde está doente, está na UTI, está mal, e o Governo está bem, por conta do dinheiro da CPMF que deveria ser destinado à saúde mas que é embolsado por ele.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (Bloco/PDT – PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, o Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, esteve agora, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para prestar informação sobre as contas públicas brasileiras e a ação do Banco Central no processo econômico nacional.

Ouvi S. Ex<sup>a</sup>, junto com outros companheiros, todos calmos, sóbrios. O Presidente do Banco Central, com a frieza própria de quem é banqueiro, que pensa apenas em lucros e não se deixa abalar por nenhuma tempestade que o envolva ou que em torno dele aconteça, friamente respondia, Senador Carlos Patrocínio, que o Brasil está no rumo certo. Ao interpellá-lo, disse da minha indignação de estar há 11 anos no Congresso Nacional, há 11 anos na Comissão de Orçamento, e ouvir dele e de tantos outros Presidentes do Banco Central ou Ministros da Fazenda que o Brasil está no rumo certo. E ninguém se rebela contra isso. Que rumo certo é esse, meu Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet? Tivemos, no Governo, um apontamento de que teríamos um crescimento da economia nacional de 4,5%, e crescemos 1,5%, de que a inflação seria de 4%, e foi de 7,7%.

Assusto-me com o Brasil de hoje, e os homens a repetir: "Estamos no caminho certo". O caminho da desgraça, Dr. Hélio. O desemprego aumenta. O Minis-

tro dizia naquele momento: "Não, mas na área social nós evoluímos. Nós tínhamos 20% de crianças fora da escola, agora só temos 3%". Mas S. Ex<sup>a</sup> se esqueceu, Deputado Pompeo de Mattos, de que a criminalidade cresceu 300%, de que o desemprego no Brasil aumentou de 8% para 17,6%, de que não houve, em 20 anos desses governos que aí se sucedem, nenhum ganho efetivo na renda **per capita** do brasileiro. Temos trabalhos publicados, no Brasil inteiro, que dizem que temos 55 milhões de brasileiros pobres, sendo indigentes 22 milhões. Cresce a dívida interna brasileira de forma assustadora. Nos sete anos de governo do Presidente da República, saímos de uma dívida de US\$64 bilhões para mais de US\$650 bilhões. Privatizamos R\$70 bilhões, e a dívida cresceu de forma monstruosa. E não se construiu uma ponte melhor neste País; não se construiu uma nova rodovia; a universidade está sucateada; a malária continua a grassar no Norte, e a dengue pelo Norte, Sul, Oeste e Nordeste do País. E dizem que o Brasil está no caminho certo! Caminho certo da desgraça que nos espera, que é a proximidade, cada vez maior, do problema argentino, da crise da Argentina, que também se deixou levar pelos juros altos, pelo câmbio. Há muito tempo, nós, da Oposição, já criticávamos e dizíamos o quanto esse câmbio fazia mal à indústria nacional, que foi sucateada, vendida, que perdeu a capacidade competitiva, porque tínhamos um câmbio que era aquilo que seria âncora cambial para segurar a inflação no Brasil. E vimos ser sucateada a indústria nacional, o desemprego crescer, as importações aumentarem. E nós, que, no início deste Governo, tínhamos um superávit, na balança comercial, de mais de R\$14 bilhões, passamos a ter um déficit, dois anos depois, de R\$8, R\$10 ou R\$12 bilhões na balança comercial.

Agora, começamos, pifiamente, a recuperar esse jogo da balança comercial, e temos um superávit previsto de R\$3 ou R\$4 bilhões. No ano passado foi um pouco menos. Mas isso é irrisório, Sr. Presidente! Cresce a dívida violentamente. Estava previsto, no ano passado, que teríamos R\$41 bilhões de juros a pagar, e pagamos R\$69 bilhões. Sessenta e nove bilhões de reais de juros! Não há superávit primário que compense essa defasagem. Estamos caminhando para o caos. E o Presidente do Banco Central chega a dizer que estamos no caminho certo, Dr. Hélio! Estou aqui há quase 12 anos e só vejo esse pessoal dizer que estamos no caminho certo. E nossa juventude, que agora chega ao plenário da Casa, que esperança tem de seu primeiro emprego? Que mercado de trabalho espera se nós, brasileiros, não temos coragem

de dizer chega? Chega dessa anarquia e dessa entrega do patrimônio nacional!

Onde estarão os nossos jovens, que não terão uma faculdade decente para melhor formá-los e não apenas informá-los? E informá-los mal, como hoje ocorre nas universidades brasileiras. Temos que ter a coragem de dizer chega a esse processo, temos de interrompê-lo e dar um novo rumo à política econômica, porque é dela que partem as demais políticas públicas que precisamos rever neste País. Precisamos de universidade pública de qualidade para formar bem os nossos jovens brasileiros.

Sr. Presidente, vejo que V. Ex<sup>a</sup> me sinaliza sobre o tempo que se exaure, mas quero dizer que aqui me somo ao esforço de tantos brasileiros que vão querer agora, nas próximas eleições, mudar o rumo. Não é com o Sr. Serra que a situação vai melhorar, pois ele dará continuidade a esse mesmo projeto político falido do Sr. Fernando Henrique! Penso que há homens com mais qualidade, como Lula, Ciro Gomes, que terão a coragem de enfrentar esses grupos econômicos nacionais e internacionais que sangram, expoliam o povo brasileiro e nos deixam à mingua, à miséria. Podemos apenas vestir um terno nosso, porque somos a elite deste País; mas a pobreza continua a crescer, assim como a delinquência, a criminalidade, o desemprego, a desesperança.

Temos de reagir a isso. Estamos vivos. Só é vivo aquele que sonha. E nós sonhamos grande, sonhamos com um País melhor. Vamos trabalhar juntos, Sr. Presidente. Estejamos com Ciro Gomes, que é bem melhor para o Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Amaral.

São lidos os seguintes:

Ofício nº P-28 /2002 – CMO

Brasília, 19 de março de 200

Excelentíssimo Senhor  
Senador Ramez Tebet  
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o arquivamento da mensagens abaixo relacionadas, com base no procedimento contido no sexto parágrafo – 'Envio das Mensagens, com a anexação da Nota Técnica Conjunta, à Secretaria-Geral da Mesa do Sena-

do Federal para realização dos registros pertinentes e arquivamento" – Decisão de Questão de Ordem aprovada, por unanimidade, na Sétima Reunião Ordinária realizada por esta Comissão, em 31 de agosto de 1999, conforme cópia anexa.

MSC		EMENTA
CN	ORIGEM	
751/2001 (*)	1237/2001	Mensagens do Presidente da República encaminhando à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, cópias de decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, nos termos do § 3º do artigo 42 da Lei nº 9905, de 25 de julho de 2000. (*) A esta Mensagem estão anexadas as Mensagens nºs 766, 771 a 773, 775 a 778 e 786 a 788/2001-CN.
19/2002 (**)	1457/2001	Mensagens do Presidente da República encaminhando à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, cópias de decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, nos termos do § 3º do artigo 42 da Lei nº 9905, de 25 de julho de 2000, e parágrafo único do artigo 41 da Lei nº 10266, de 24 de julho de 2001. (**) A esta Mensagem estão anexadas as Mensagens nºs 20 e 42/2002-CN.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

### DECISÃO DA QUESTÃO DE ORDEM

Esta Presidência entende que o Congresso Nacional, ao criar a obrigatoriedade da remessa, pelo Poder Executivo, de tais documentos a esta Comissão, foi motivado pelo interesse de exercer sua prerrogativa constitucional de acompanhar e fiscalizar o Orçamento Anual.

Outro aspecto relevante é de ordem prática. O fundamento básico da autorização genérica para abertura de créditos suplementares, incluída no texto da lei orçamentária, é o de evitar a tramitação de um grande número de mensagens relativas a pequenos ajustes na programação aprovada no Orçamento Anual. Se para cada decreto aberto com base nessa autorização tivesse de ser nomeado um relator e apreciado o seu relatório se estaria frustrando esse objetivo e atravancando a pauta da Comissão, impe-

dindo que esta dedique tempo suficiente às matérias de maior densidade e relevância.

Assim sendo, com a aquiescência do Plenário, esta Presidência adotará o seguinte procedimento:

– Solicitação, a cada bimestre, às Consultorias de Orçamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que realizem Nota Técnica Conjunta indicando, em relação a cada Mensagem recebida nesse período: data do decreto, seu valor, situação (regular ou irregular), indicação das irregularidades quando existentes e sugestão das medidas cabíveis;

– Encaminhamento, por meio da Secretaria, Nota Técnica aos membros da Comissão que, ao tomar conhecimento da matéria, poderão solicitar à Comissão a adoção de medidas que julgarem procedentes;

– Envio das Mensagens, com a anexação da Nota Técnica Conjunta, à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para realização dos registros pertinentes e arquivamento.

Assim, decidida a questão de ordem, com o referendo do Plenário, fica adotado o processo aqui delineado.

Brasília, 18 de agosto de 1999. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

### QUESTÃO DE ORDEM

“Qual a natureza da apreciação, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das cópias dos decretos de abertura de créditos suplementares e das respectivas exposições de motivos, remetidas a tal Órgão por meio de Mensagens da Presidência da República em cumprimento ao que estabelece o art. 12, § 2º e 3º da Lei nº 9.692, de 1998 (LDO/99).

“Art. 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual

§ 1º .....

§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da República acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução dos subprojetos ou subatividades atingidos e das correspondentes metas.

§ 3º Até cinco dias após a publicação dos decretos de que trata o § 2º deste arti-

go, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.»

### ASPECTOS BÁSICOS ENVOLVIDOS NA QUESTÃO DE ORDEM

O primeiro aspecto a considerar, como preliminar, é o da motivação que levou o Congresso Nacional a criar a obrigatoriedade da remessa de tais documentos à Comissão Mista, ou seja, se para fins de cumprir as responsabilidades que lhe são atribuídas pelo inciso I, do § 1º do art. 166 da Constituição Federal (“examinar e emitir parecer sobre os projetos de créditos adicionais”) ou se para exercer as definidas no inciso II desse artigo (“exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária”).

De nossa parte nos inclinamos para a segunda alternativa, isto é, de que o dispositivo incluído pelo Parlamento na LDO vigente teve o objetivo de facilitar o exercício do acompanhamento orçamentário, pelas seguintes razões:

a) os documentos remetidos à Comissão Mista referem-se a atos administrativos já efetivados por autoridades competentes para praticá-los e não a projetos ainda pendentes de decisão, ou passíveis de modificação. Em muitos casos, quando chegam ao Parlamento já se tornaram irreversíveis, por terem sido as dotações legalmente empenhadas em favor de determinados beneficiários;

b) os créditos suplementares em questão são aqueles abertos com base em autorização genérica concedida pelo Poder Legislativo, no próprio texto da lei orçamentária anual, para ser utilizada dentro de limites e de condições preestabelecidas. Logo, se tais atos já foram autorizados, não há razão para a sua apreciação caso a caso, emissão de parecer e decisões Plenárias;

c) o que importa no caso desses créditos suplementares, do ponto de vista das prerrogativas e responsabilidades do Congresso Nacional, é verificar se tal delegação – facultada pelo próprio texto Constitucional (art. 165. 80) – está sendo exercida dentro dos limites e condições definido pela lei que a concedeu.

Ofício nº P-29/2002 – CMO

Brasília, 20 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor  
Senador Ramez Tebet  
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional  
nesta

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar  
que, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento

Interno do Senado Federal, esta Presidência, na  
Terceira Reunião Ordinária, realizada nesta data,  
declarou a Prejudicialidade das Matérias relaciona-  
das no quadro anexo.

Desta forma, solicito a Vossa Excelência, nos  
termos do art. 334, § 4º, o arquivamento da maté-  
ria.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência  
protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

#### QUADRO ANEXO

MATÉRIA			EMENTA
TIPO	Nº CN	Nº ORIGEM	
1) AVISO-SF	-	TCU-222-GP/1990	"Do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, comunicando que em Sessão Plenária realizada em 25.04 p. passado, acolheram o Relatório e Voto do Ilustre Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, proferidos no TC 006.168/89-2 constitutivo da Tomada de Contas do exercício de 1988 do Senado Federal, julgando regulares as referidas contas."
2) AVISO-SF	-	TCU-620/1990	"Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, cópias do Relatório e Voto do Relator, do Relatório de Auditoria e seus respectivos anexos, bem como do parecer do Sr. Representante do Ministério Público Dr. Francisco de Salles Mourão Branco, no processo originário do Relatório de Auditoria Operacional realizada na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na área do Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR, abrangendo o período de 29.03 a 05.05.89."
3) AVISO-SF	-	TCU-693-GP/1990	"Do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, cópia do inteiro teor do Relatório/Voto proferido pelo Exmº Sr. Ministro Paulo Afonso M. de Oliveira, bem como da declaração de voto do Exmº Sr. Ministro Carlos Átila Alvares da Silva e da Decisão do Plenário daquela Corte, adotada na Sessão Ordinária realizada em 20.11.1990."
4) AVISO-SF	-	TCU-724-GP/1990	"Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Relatório de Auditoria e do Relatório/Voto do Relator, atinentes ao estudo de Auditoria Operacional do PROALCOOL."
5) AVISO-SF	-	TCU-409-GP/1991	"Do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando Relatório e voto proferidos sobre observância de prazos para apresentação de contas àquele Tribunal."
6) AVISO-SF	-	TCU-465/1991	"Do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades daquele Órgão, referentes ao segundo semestre do corrente ano, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal."
7) OFÍCIO	174/1991	-	"Do Presidente do Banco da Amazônia S.ª, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO."
8) DIVERSOS	01/1992	Aviso nº 226-TCU/1992	"Do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Relatório e Voto do Sr. Ministro-Relator Luciano Brandão Alves de Souza no exame das tomadas de Contas dos Órgãos que menciona, bem como da decisão Plenária nº 52/92, daquele Tribunal."
9) DIVERSOS	-	002/1995	"Do Sr. Senador GILBERTO MIRANDA, participando ao Presidente do Senado Federal, para as providências cabíveis, que após divulgação do Parecer nº 22, de 1994-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o PL nº 03/94-CN (Lei Orçamentária Anual de 1995), foram detectados alguns erros na parte final do anexo que discrimina as Emendas Aprovadas e as Aprovadas Parcialmente."
10) REQUERIMENTO	S/Nº	1995	"Do Senhor Deputado GERSON PERES, requerendo a regularização de duas emendas de sua autoria, para o Orçamento de 1995."
11) DIVERSOS	02/1996	Ofício nº 42/1996	"Encaminha ao Senado Federal, um exemplar do documento intitulado Pacto Nordeste; Ações Estratégicas para um Salto do Desenvolvimento Regional, aprovado na Reunião do Conselho Deliberativo."
12) DIVERSOS	05/1996	Ofício GAPRE nº 407/1996	"Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), posição em 31 de dezembro de 1995."
13) DIVERSOS	07/1996	Aviso nº 305-GP-TCU/1996	"Encaminha ao Presidente do Congresso Nacional, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, Referente ao Exercício de 1995."
14) DIVERSOS	09/1996	Ofício nº 184/1996	"Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), posição de 31 de Dezembro de 1995."

*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

MATÉRIA			EMENTA
TIPO	Nº CN	Nº ORIGEM	
15) DIVERSOS	10/1996	Aviso nº 335-SGS-TCU/1996	"Encaminha para conhecimento, cópia da Decisão 380 de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 26 de junho de 1996, bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam (Tc 001058/95-9)."
16) DIVERSOS	11/1996	Ofício nº 873/1996	"Encaminha ao Senado Federal, o Relatório de aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF."
17) DIVERSOS	12/1996	Ofício nº 976-GP-TCU/1996	"Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao Segundo Trimestre de 1996."
18) DIVERSOS	13/1996	Aviso nº 533-SGS-TCU/1996	"Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão 610, de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 25 de Setembro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 005.708/94-0)."
19) DIVERSOS	14/1996	Aviso nº 624-SGS-TCU/1996	"Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 753/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 20.11.96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 003.236/94-3)."
20) DIVERSOS	15/1996	Aviso nº 1.481-GP-TCU/1996	"Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º Trimestre de 1996."
21) DIVERSOS	03/1997	Aviso nº 200-GP-TCU/1997	"Encaminha ao Senado Federal, nos Termos do parágrafo quarto do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao quarto trimestre de 1996."
22) DIVERSOS	06/1997	Aviso nº 288-GP-TCU/1997	"Encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 1996."
23) DIVERSOS	07/1997	Ofício nº 144/1997	"Encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 1996, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados."
24) DIVERSOS	10/1997	Ofício nº 492-GAPRE/1997	"Encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996."
25) DIVERSOS	12/1997	Aviso nº 272-SGS-TCU/1997	"Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão número 225/97, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 30 de abril de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 015.435/95-4)."
26) DIVERSOS	13/1997	Aviso nº 497-GP-TCU/1997	"Encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º Trimestre de 1997."
27) DIVERSOS	14/1997	Ofício PRESI Nº 365/1997	"Encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 1996, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)."
28) DIVERSOS	18/1997	Aviso nº 1649-GP-TCU/1997	"Encaminha ao Senado Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º Trimestre de 1997."
29) DIVERSOS	19/1997	Ofício GAPRE nº 1067/1997	"Encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de Junho de 1997."
30) DIVERSOS	21/1997	Of. SECEX nº 707/1997	"Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis de 30 de Junho de 1997, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)."
31) DIVERSOS	23/1997	Aviso nº 1898-GP-TCU/1997	"Encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal, referente ao 3º Trimestre de 1997."
32) DIVERSOS	01/1998	GAPRE nº 155/1998	"Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1997."

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com referência aos ofícios que acabam de ser lidos, a Presidência declara a prejudicialidade das Mensagens nºs 751 a 766; 771 a 773; 775 a 778; e 786 a 788, de 2001; e das de nºs 19 a 38 e 42, de 2002, do Congresso Nacional, e, também das demais matérias elencadas, abrindo o prazo de dois dias úteis, a partir desta data, para interposição de recurso a esta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei um requerimento que também gostaria de apresentar verbalmente: solicito que o primeiro item seja retirado da pauta da presente sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Liderança do Governo.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Como Líder.) – Sr. Presidente, estamos de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – A matéria sai da Ordem do Dia.

É o seguinte o item retirado:

– 1 –

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2001-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2001-CN, que "Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", tendo

– Parecer único nº 45, de 2001-CN, das Mesas da Câmara e do Senado, concluindo pela apresentação de substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – **Item 2:**

### PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2002-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 26.000.000,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente" tendo,

– Parecer nº 1, de 2002-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Público e

Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto. (Mensagem nº 44/2002-CN – nº 148/2002, na origem).

Ao Projeto não foram apresentadas emendas. Em discussão.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (Bloco/PDT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (Bloco/PDT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, obviamente, a nossa intervenção não poderia ser diferente da manifestação de aprovação da proposta; mas queremos, para compreensão da matéria, dizer que a Justiça Eleitoral é que administra os fundos partidários, o que tem feito decentemente; não há absolutamente nenhum reparo a se fazer. E é também a Justiça Eleitoral que administra os recursos para viabilizar mecanismos para a lisura do pleito.

Aproveito esta oportunidade para fazer uma correlação do projeto, uma vez que temos uma preocupação: que os fundos partidários cheguem na proporção da representação de cada Partido, conforme prevê a lei, legitimando-os a ocupar seus espaços nas rádios, jornais, canais de televisão, espaços esses destinados às propagandas institucionais.

Tudo isso objetiva um fim comum: uma disputa eleitoral limpa, lisa, clara, cristalina. E nós, do PDT, temos defendido historicamente, desde que se implantou no País a urna eletrônica, a impressão do voto. Então, queremos aproveitar a oportunidade para dizer que a Justiça Eleitoral, que tão bem administra o Fundo Partidário, avance mais para que se consuma uma boa Justiça Eleitoral, um bom pleito e um bom resultado eleitoral, implantando-se projetos já aprovados nesta Casa – um deles de minha autoria, outro do Senador Roberto Requião – que avancem no sentido de fazer com que a urna eletrônica tenha, concomitantemente ao voto eletrônico, a impressão do voto. E, como prática, teremos a certeza de um pleito limpo, sendo que, se houver dúvida sobre ele, teremos como verificar o real número de votos, mediante a conferência por amostragem ou, se necessário, até pela recontagem total desses votos.

Digo isso, Sr. Presidente, até porque uma expressão no meu Estado, o Rio Grande do Sul – eu que sou missioneiro – diz que "galo torto é muito desconfiado". Ele é desconfiado porque só tem um olho. Afinal de contas, furaram o outro e ele tem que preservar o que tem. Nós, do PDT, sofremos na carne processos

ANEXO II		CREDITO SUPPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACA0/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T E	VALOR
0999 RESERVA DE CATEGORIA								26.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998	RESERVA DE CATEGORIA						26.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CATEGORIA - FISCAL	F	9	F	99	0	100
TOTAL - FISCAL								26.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								26.000.000



**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – **Item 3:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 1, DE 2002-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2002 – CN, que "Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232/PE – Recife – Caruaru – (Condicionado ao atendimento do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT", como conclusão do

– Parecer nº 2, de 2002-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (Bloco/PDT – PA) – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (Bloco/PDT – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um pequeno comentário sobre essa matéria, logicamente vamos aprová-la, pois também, na Comissão de Orçamento, já houve o consenso de que se sanou o problema no Tribunal de Contas.

A aprovação desse projeto e de outro que trata da continuidade das obras de outra rodovia não significa que não tenhamos um Brasil todo esburacado. Que o Governo comece a liberar, em caráter emergencial, os recursos para a recuperação e restauração de rodovias, para a construção de novas rodovias ou para a duplicação, por exemplo, do eixo Mercosul, que é tão importante para o desenvolvimento do Brasil.

E registro o nosso protesto, porque este Governo passou do ano passado para este ano com R\$45 bilhões – Sr. Presidente, tenho certeza que V. Exª não sabia disso talvez; mas como V. Exª é muito bem informado, com certeza sabe. São R\$40 bilhões de superávit financeiro, ou seja, havia dinheiro em caixa e não se executou o Orçamento. V. Exª acredita nisso? Num

País miserável e desgraçado como o nosso, em que se precisam recuperar as áreas de saúde, educação, rodoviária, portuária, segurança, os Ministros não foram competentes para aplicar os R\$45 bilhões.

V. Exª quer saber de algo mais que nos aterroriza, Sr. Presidente? Dessa V. Exª não sabe: o Ministro Pedro Malan esteve na Comissão de Orçamento – V. Exª lá não estava porque, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, tem outras obrigações – e disse, em reunião daquela Comissão, que o dinheiro não foi aplicado por incompetência dos Ministros, com todas as letras. Eu disse que S. Exª não usara a palavra "incompetente", mas que eu a estava dizendo, traduzindo o que S. Exª terminara de dizer, que os Ministros foram incompetentes na aplicação dos recursos. O Ministro, então, balançou a cabeça em um sinal positivo de que eu estava acertadamente afirmando a incompetência dos Ministros do Senhor Fernando Henrique. Quarenta e cinco bilhões de reais não foram aplicados, mesmo estando com autorização orçamentária e dinheiro em caixa. Incompetentes!

E mais – pasme, Sr. Presidente! – V. Exª acredita que, no Ministério da Saúde, sobraram, não foram aplicados nos diversos programas da área da saúde R\$2,6 bilhões? E Sr. José Serra, que agora quer ser Presidente da República, não teve capacidade de gastar os poucos recursos que ele sempre reclamou para a saúde, como se a saúde do Brasil estivesse muito boa, como se a dengue, a malária, a lepra e a tuberculose já tivessem sido extintas deste Brasil. Ao contrário, elas crescem cada vez mais.

Sr. Presidente, fica o nosso alerta. Vamos liberar logo o dinheiro. E que o Governo dê aos seus Ministros as condições de realmente aplicá-lo, porque eles foram chamados de incompetentes pelo Presidente da República, há dois anos, e, agora, pelo Ministro Pedro Malan, mais recentemente, há cerca de 45 dias, na Comissão de Orçamento.

Fica aqui o nosso registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 1, DE 2002**

**Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001, no subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232/PE – Recife-Caruaru (Cond. ao Atend. do art. 12 desta lei), da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) no subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232/PE – Recife-Caruaru (Cond. ao Atend. do art. 12 desta lei), da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT, para a execução dos contratos oriundos da Tomada de Preços nº 067/99.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos contratos mencionados no artigo anterior, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 31 de agosto do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – **Item 4:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 2, DE 2002-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2002, do Congresso Nacional, que tem parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que "Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensi-

no Superior e dos Hospitais de Ensino – no Distrito Federal, constante do quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002".

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Hélio, para discutir o projeto.

**O SR. DR. HÉLIO** (Bloco/PDT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PDT tem interesse em que esse projeto seja rapidamente aprovado, porque trata-se de uma verba de Orçamento que está paralisada, foi submetida à fiscalização, passou por essa fase de fiscalização e pode ser aplicada. No entanto, chamo a atenção para o fato de os hospitais públicos universitários, principalmente os hospitais federais, estarem à míngua, em fase praticamente pré-agônica. Todos sabem que estão extremamente sucateados e necessitando de verbas para que possam sair dessa condição grave.

Peço aos Colegas da Câmara dos Deputados que ouçam esse clamor dos hospitais públicos universitários, principalmente os federais, porque felizmente, neste País, por meio do SUS, os hospitais públicos – federais, estaduais e municipais – têm sido a vanguarda do atendimento com qualidade e da superação das dificuldades técnicas por que passa a prestação de assistência com qualidade no nosso País. Não é possível que um Governo que deixa de aplicar cerca de R\$40 bilhões do seu Orçamento – e só na saúde, mais de 10% do seu Orçamento anual – permita que os hospitais fiquem sucateados e praticamente pré-agônicos.

Fica o pedido aos nossos representantes da Câmara dos Deputados, particularmente da Comissão do Seguridade Social e Família, para que ouçam os representantes dos hospitais das universidades federais e possam contribuir para toda a população brasileira, garantindo a assistência pública de qualidade que eles vêm mantendo em todo o território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, tenho a satisfação de ser o Relator dessa matéria e entendo que o Plenário do Congresso Nacional faz uma homenagem aos hospitais universitários e à universidade pública brasileira ao aprovar esse parecer.

Verifica-se historicamente um sofrimento, uma asfixia das universidades públicas e de seus hospitais universitários, que têm passado por aflições injustificáveis. Não entendo como conseguimos aprovar, mediante emenda de Comissão, no ano passado, R\$50 milhões para os hospitais universitários, e esse dinheiro, lamentavelmente, não ter sido liberado, posteriormente, na execução orçamentária. É um sofrimento, é uma aflição que o Congresso tem enfrentado, de modo histórico e injustificável. Há uma tendência forte de o Congresso brasileiro assegurar o orçamento impositivo, para que não tenhamos que passar por esse tipo de dificuldade.

O Reitor da Universidade de Brasília passará por um momento de aflição, caso não aproveemos esse parecer. Vale ressaltar que a UnB assume o seu papel histórico de universidade de vanguarda. Está hoje em São Gabriel da Cachoeira, no meio da Floresta Amazônica, com projetos ousados e avançados no campo da biotecnologia. Atualmente, desenvolve mais de cem projetos na Região Amazônica brasileira, tentando cumprir o seu papel de contemporaneidade, de uma universidade que está vivendo o terceiro milênio. Contudo, ao mesmo tempo, tem de passar por esse tipo de constrangimento: viver os estertores agonizantes dos hospitais universitários.

Espero sinceramente que esse parecer, aprovado por unanimidade, seja um tributo e uma homenagem do Congresso Nacional às universidades, a fim de que o Executivo dê mais atenção à execução orçamentária. Que o Tribunal de Contas da União continue mais vigilante e operante em relação a esse tipo de matéria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, no segundo semestre do ano passado, na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, presidida, na ocasião, pela Deputada Laura Carneiro, que está ao meu lado, tivemos várias reuniões com os representantes dos hospitais universitários do Brasil. Praticamente todos os diretores participaram dos debates.

Naquele momento, os diretores dos hospitais universitários demonstraram que, para solucionar todos os problemas de recursos humanos apresentados, seria necessário o montante de R\$180 milhões, para todo o Brasil. Esse valor salvaria a situação de recursos humanos de todos os hospitais universitários

os. A nossa Comissão de Seguridade Social, por unanimidade, aprovou emenda de comissão, e fomos para o debate, na Comissão Mista de Orçamento, tentar garantir esse montante e solucionar esse grave problema.

Recentemente, a imprensa nacional noticiou que o Tribunal de Contas da União está exigindo de todos os hospitais universitários o cumprimento da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, demitindo funcionários que estão irregulares, porque eles foram contratados por meio de Fundações. No entanto, hoje eles não têm recurso para contratar o pessoal necessário, recurso por que tanto lutamos na Comissão de Seguridade Social.

Se forem demitidos os servidores, os hospitais universitários fecham, e será o caos nacional. Não temos dúvida de que será o caos, porque, hoje, boa parte do atendimento do Sistema Único de Saúde depende dos hospitais universitários.

Então, votaremos favoravelmente a essa matéria, mas consideramos que esse debate deve ser feito urgentemente, dentro dos próprios Ministérios da Saúde e da Educação – porque a questão envolve as duas Pastas –, para que seja enviada, rapidamente, mensagem que contemple a necessária suplementação.

Esse projeto conta com o apoio de todos os Parlamentares de todas as Bancadas do Congresso Nacional, porque é problema social que mexe com toda a realidade nacional e que não podemos ignorar.

Todos votaremos favoravelmente a essa matéria, mas alertamos: esta rubrica específica atende à necessidade já antiga, mas não solucionará o problema de recursos humanos e outros problemas dos hospitais universitários, que necessitam de socorro financeiro urgente. E cabe aos Ministérios da Saúde e da Educação a solução de todos esses problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, votaremos favoravelmente a essa matéria. No entanto, somo-me a todos os Parlamentares que estão chamando atenção para a situação dramática por que passam os hospitais universitários deste País, em particular do Rio de Janeiro.

Há algum tempo, os Parlamentares do Rio de Janeiro se referiram à demissão dos funcionários da Fundação Nacional de Saúde, que isso poderia levar a uma crise profunda em relação a uma epidemia de dengue naquele Estado. Não houve eco a este cla-

mor, e hoje já são mais de 50 mortos em consequência da grave epidemia que assola o Rio de Janeiro.

Agora, estamos alertando o Governo para a possibilidade de paralisação das atividades dos hospitais universitários, caso não sejam adotadas medidas urgentes. Isso representará um colapso no atendimento à população, principalmente a de baixa renda, que procura esses hospitais, os mais preparados para esse tipo de atendimento, principalmente de transplantes. São pacientes que estão na fila e, havendo doador, não terão onde realizar o transplante.

Estamos pedindo ao Governo atenção para a situação dos hospitais universitários, que precisa ser encarada com a gravidade com que se apresenta; do contrário o sistema de atendimento a milhares de brasileiros entrará em colapso. E não podemos aceitar essa situação como normal. Existe uma anormalidade e ela precisa da atenção do Governo. É inaceitável assistirmos à redução de leitos hospitalares.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Encerra a discussão.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2002-CN, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2002**

**Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 do subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Distrito Federal, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 26.271 – Fundação Universidade de Brasília – FUB, no valor de R\$17.217.535 (dezesete milhões duzentos e dezessete mil quinhentos e trinta e cinco reais).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – **Item 5:**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2002-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 2002-CN, que "Especifica contratos relativos à dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã – Itaberá – Tijucu Preto) (585 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas) – Nacional, da Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A cuja execução fica autorizada", como conclusão do,

– Parecer nº 4, de 2002 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** (Bloco/PDT – PA. Para discutir. Sem revisão do orador. ) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, quem nos vê pela televisão ou mesmo algumas pessoas que aqui se encontram – na Casa todos conhecem o procedimento –, às vezes, não sabem o que estamos fazendo.

Mas, para que todo o Brasil saiba, informo que estamos aqui a liberar recursos de contratos firmados normalmente com verba da União, bloqueados por força de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União detectadas na licitação, na ampliação ou na renovação de contratos.

E aí, Sr. Presidente, preocupo-me com a questão, porque tenho participado de denúncias de atos de corrupção e desvio de recursos neste País. Aliás,

uma delas culminou com a prisão do juiz Lalau, do Fórum Trabalhista de São Paulo, o primeiro corrupto que vi ser preso.

O Tribunal, permanentemente, remete à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos processos como este. Depois de sanadas as graves irregularidades apontadas pelo Tribunal, analisamos e liberamos. Mas pensamos que o Ministério Público, muito cioso de suas obrigações, deveria colocar na cadeia quem pratica atos que culminam em graves irregularidades. Solicitarei ao Ministério Público informações sobre os processos. Eles devem responder quais são os responsáveis pela aplicação do recurso público federal que praticaram atos irregulares na execução da obra. Pretendo saber se foram para a cadeia, se devolveram dinheiro, se as empreiteiras que participaram da maracutaia foram banidas da prestação de serviço para a União e para Estados. Pretendo saber como andam esses processos.

Sr. Presidente, não nos basta, nem ao Tribunal de Contas, trabalhar com seus profissionais, com seus técnicos competentes, detectar essas irregularidades – a todo o momento estamos a analisar processos que nos chegam – e não vemos resultados.

No Rio Grande do Sul, também o Deputado Airtton Dipp toma conhecimento de irregularidades em obras federais. Peço ao Deputado que procure saber se lá o Ministério Público Federal prendeu alguém ou se há processo contra essas pessoas. Porque senão, onde vamos parar?

Então, precisamos, Sr. Presidente, ver isso avançar. A energia é importante. A aprovação desta matéria servirá para a construção de uma rede elétrica para abastecimento do Centro-Sul do País. Precisamos ver tudo concretizado. A obra está atrasada há um ano por irregularidades praticadas por aqueles que são responsáveis pelo setor, o que não pode continuar, Deputado Inocêncio Oliveira. Na verdade, os responsáveis pelas irregularidades graves devem responder processo. Atrasaram em um ano a construção da rede elétrica de transmissão. Desejamos saber como está procedendo o Ministério Público Federal nessas questões.

Aliás, Sr. Presidente, é importante abordar a questão da medida provisória – esse é um gancho da matéria –, que agora quer debitar uma tarifa a mais para os brasileiros consumidores, a fim de compensar o prejuízo das distribuidoras. Essa medida é ridícula. Todos tivemos prejuízos. Fizemos eco-

nomia de energia para atender a uma solicitação do Governo, mas, de repente, deveremos pagar àqueles que fornecem energia para que não tenham um prejuízo maior. A situação no País virou brincadeira.

O nosso Partido, o PDT, entrará na Justiça com um mandado de segurança para não permitir que esse ato de lesa-pátria, "lesa-cidadão" possa culminar com a aprovação dessa medida provisória.

Era o tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Airtton Dipp.

**O SR. AIRTON DIPP** (Bloco/PDT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Congressistas, além das ponderações feitas pelo Deputado Giovanni Queiroz, queremos também abordar mais uma questão sobre a liberação da execução da linha de transmissão de Itaipu a São Paulo.

A crise por que passa o setor energético brasileiro, em virtude da implantação do modelo energético no nosso País durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, não atende, na realidade, aos anseios do próprio País.

Desde o início das privatizações, em que as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica não tiveram em seus contratos especificadas as questões de aumento da demanda de energia elétrica na área de geração e o atendimento no âmbito da distribuição, estamos, novamente, fazendo uma crítica. O racionamento do ano passado ocorreu em virtude desse modelo que não atende à demanda energética brasileira. Além disso, essa linha de transmissão está sendo executada pela própria União, razão pela qual é fundamental que se liberem os recursos pelo Congresso Nacional, porque as empresas estatais que restaram ainda estão realizando aplicações, quando o Fundo Monetário Internacional não proíbe que se apliquem seus lucros na ampliação da prestação de serviços públicos.

Por isso, havendo parecer favorável do Tribunal de Contas da União, o PDT também aprova esse repasse no Orçamento-Geral, de 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Congressistas, essa matéria realmente é

importante. A obra de união de Itaipu equilibrará o nosso sistema de produção de energia elétrica.

A região Sul ficou livre do racionamento justamente porque não havia uma linha de transmissão que pudesse contribuir para o equilíbrio de todo o consumo no Brasil. Então, naturalmente, o Paraná, como grande gerador de energia não só por Itaipu mas também por uma série de outras usinas construídas com recursos do Estado – e que atualmente colaboram muito com esse equilíbrio da produção de energia –, pretende também estar integrado com os outros Estados não apenas em relação a essa obra.

Sr. Presidente, todas as obras do setor elétrico, lamentavelmente, constavam da lista de irregularidades no Tribunal de Contas da União. Então, é importante que todas elas rapidamente sejam julgadas pelo Tribunal, aprovadas e liberadas pela Comissão e pelo Plenário. Este é um dos investimentos mais apropriados para se evitar novamente os riscos da hidrologia, enfim, para alcançarmos equilíbrio no fornecimento de energia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2002-CN, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação no Senado Federal. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2002**

**Especifica contratos relativos à dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2001 no subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implan-**

**tação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã-Itaberá-Tijuco Preto) (685 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas) – Nacional, da Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A., cuja execução fica autorizada.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento de Investimentos da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) no subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã-Itaberá-Tijuco Preto) (585 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas) – Nacional, da Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A., exceto para a execução dos contratos relacionados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Fica mantida a vedação de liberação de recursos prevista no art. 12, **caput**, da Lei nº 10.407/02, para os contratos de nºs 12.279, 12.545, 12.547, 12.686, 12.926, 12.973, 12.977, 12.979, 13.313 e 13.386.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos contratos mencionados no artigo anterior, na dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para o subtítulo em epígrafe, bem como se foram respeitadas as restrições previstas no parágrafo único daquele artigo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 31 de agosto do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – A Mesa esclarece que o mandado de segurança existente nos autos, em consequência dessa aprovação, será considerado prejudicado, porque, na defesa, comunicaremos a deliberação do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares, cumprida a finalidade da sessão, eu a declaro encerrada, agradecendo a presença de todos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 16 minutos.)*

**ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2002****(Publicada no Diário do Senado Federal, de 16 de fevereiro de 2002)****RETIFICAÇÕES**

À página nº 00722, 1ª coluna, na leitura de expediente subscrito pelo Senador Amir Lando, relator do Projeto de Lei nº 66, de 2001-CN, informando da necessidade de retificação no texto da lei, acrescentando o termo “Orçamento da Seguridade Social” em razão de ter sido acrescido na programação da UO 53101 – Ministério da Integração Nacional, conforme correção procedida na programação de trabalho do órgão,

**Onde se lê:**

... R\$ 79.318.141,00...

**Leia-se:**

... R\$ 79.318.140,00...

.....

**Onde se lê:****PARECER Nº , DE 2001-CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 66, de 2003-CN,...

**Leia-se:****PARECER Nº , DE 2001-CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 66, de 2001-CN,...

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 379 , DE 2002**

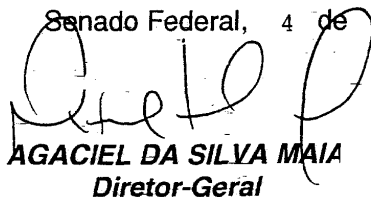
*Altera o Quadro de Detalhamento da  
Despesa fixada no Orçamento do Senado  
Federal, para o exercício de 2002.*

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, com base no artigo 2º do Ato nº 50, de 7 de outubro de 1996, do Presidente do Senado Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Promover, na forma dos Anexos I e II a este Ato, modificações nas Modalidades de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada pela Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de abril 2002.  
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**JUSTIFICATIVA**

O remanejamento de crédito da Modalidade de Aplicação 99 – A Definir, para 50 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – visa atender as despesas específicas do orçamento de 2002, com o GBPLAM e o GBUINT. O remanejamento das Modalidades 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais Nacionais e 90 – Aplicações Diretas, para 80 – Transferências ao Exterior, tem como finalidade alocar recursos orçamentários a fim de custear a alíquota correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade devida à “UNION INTERPALEMENTAIRE”, pelo GBUINT; e a alíquota de 50% (cinquenta por cento) da contribuição anual à Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, devida pelo Senado Federal, ambas no exercício financeiro corrente.



## ANEXO I

02.000 - SENADO FEDERAL		02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA		EM REAL			
				QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO			
				ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO			
				RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL			
				NATUREZA	ID. USO	PONTE	TOTAL
				ESPECIFICAÇÃO			
01.031.0551.4058 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISL., PARL. E POLÍTICO				3.3.99.00	0	100	108.800,00
01.031.0551.4058.0001 - NACIONAL							
01.122.0551.2000 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				3.3.70.00	0	100	55.000,00
01.122.0551.2000.0001 - NACIONAL				3.3.90.00	0	100	130.000,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				TOTAL			
				293.800,00			

## ANEXO II

02.000 - SENADO FEDERAL		02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA		EM REAL			
				QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO			
				ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO			
				RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL			
				NATUREZA	ID. USO	PONTE	TOTAL
				ESPECIFICAÇÃO			
01.031.0551.4058 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISL., PARL. E POLÍTICO				3.3.50.00	0	100	108.800,00
01.031.0551.4058.0001 - NACIONAL							
01.122.0551.2000 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				3.3.80.00	0	100	185.000,00
01.122.0551.2000.0001 - NACIONAL							
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				TOTAL			
				293.800,00			

## **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização \***

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-5-2001

Composição

Presidente: Senador Carlos Bezerra

1º Vice-Presidente: Deputado Santos Filho

2º Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

3º Vice-Presidente: Deputado Virgílio Guimarães

### **SENADORES**

#### **Titulares**

#### **Suplentes**

#### **PMDB**

Gilvam Borges

Wellington Roberto

Nabor Júnior

Gilberto Mestrinho

Amir Lando

Carlos Bezerra

Marluce Pinto

1. Alberto Silva

2. Fernando Ribeiro

3. Robinson Viana

4. Valmir Amaral

5. Sérgio Machado

6. João Alberto Souza

7. Gerson Camata

#### **PFL**

Mozarildo Cavalcanti

Moreira Mendes

Leomar Quintanilha

Jonas Pinheiro

José Coelho

1. Antonio Carlos Júnior

2. Romeu Tuma

3. Paulo Souto

4. Francelino Pereira

5. Geraldo Althoff

#### **PSDB**

Romero Jucá

Freitas Neto

Antero Paes de Barros

Ronaldo Cunha Lima

1. Ricardo Santos

2. Pedro Piva

3. Lúcio Alcântara

4. Lúdio Coelho

#### **Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)**

Tião Viana

Paulo Hartung

Sebastião Rocha

1. Eduardo Suplicy

2. Roberto Freire

3. Jefferson Peres

#### **PSB**

Ademir Andrade

1. Antonio Carlos Valadares

#### **PPB**

Benício Sampaio

1. Luiz Otávio

#### **(\*)PTB**

Arlindo Porto

1. Carlos Patrocínio

**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****Bloco PSDB/PTB**

Alberto Goldman-SP	1. Armando Abílio-PB
Anivaldo Vale-PA	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Domiciano Cabral-PB
Saulo Pedrosa-BA	4. Fátima Pelaes-AP
Félix Mendonça-BA	5. Fernando Gonçalves-RJ
Helenildo Ribeiro-AL	6. Josué Bengtson-PA
João Almeida-BA	7. Lidia Quinan-GO
José Carlos Elias-ES	8. Nilo Coelho-BA
Lúcia Vânia-GO	9. Ricarte de Freitas-MT
Narcio Rodrigues-MG	10. Renildo Leal-PA
Paulo Feijó-RJ	11. Paulo Kobayashi-SP
Sampaio Dória-SP	12. Adolfo Marinho-CE
Danilo de Castro-MG	13. Jovair Arantes-GO
Roberto Rocha-MA	14. Raimundo Gomes de Matos-CE
Paulo Mourão-TO	15. Sérgio Barros-AC
Zila Bezerra-MT	16. Augusto Franco-SE

**Bloco PFL/PST**

Antônio Carlos Konder Reis-SC	1. Aracely de Paula-MG
Divaldo Suruagy-AL	2. Átila Lins-AM
Jorge Khoury-BA	3. Cláudio Cajado - BA
José Carlos Aleluia-BA	4. Paes Landim-PI
Lael Varella-MG	5. José Carlos Coutinho-RJ
Luciano Castro-RR	6. Francisco Rodrigues-RR
Mussa Demes-PI	7. Ursicino Queiroz-BA
Neuton Lima-SP	8. Gervásio Silva-SC
Oswaldo Coelho-PE	9. Sérgio Barcellos-AP
Paulo Braga-BA	10. Gerson Gabrielli-BA
Pedro Fernandes-MA	11. Carlos Nader -RJ
Santos Filho-PR	12. José Thomaz Nonô-AL
Wilson Braga-PB	13. Laura Carneiro-RJ

---

## DEPUTADOS

### PMDB

Antônio do Valle-MG	1. João Henrique
Jonival Lucas Júnior-BA	2. Coriolano Sales-BA
José Borba-PR	3. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	4. Silas Brasileiro-MG
José Priante-PA	5. Pedro Chaves-GO
Milton Monti-SP	6. Darcísio Perondi-RS
Freire Júnior -TO	7. Osvaldo Reis-TO
Olavo Calheiros-AL	8. Eunício Oliveira-CE
Marcelo Teixeira-CE	9. Gastão Vieira-MA
Pedro Novais-MA	10. Renato Vianna-SC
João Matos-SC	11. Waldemir Moka-MS
Marçal Filho-MS	12. Vago

### PT

Gilmar Machado-MG	1. Carlito Merss-SC
João Coser-ES	2. João Paulo-SP
João Grandão-MS	3. Luiz Sérgio-RJ
João Magno-MG	4. Paulo Paim-RS
Jorge Bittar-RJ	5. José Pimentel-CE
Pedro Celso-DF	6. Professor Luizinho-SP
Virgílio Guimarães-MG	7. Telma de Souza-SP

### PPB

Almir Sá-RR	1. Luiz Fernando-AM
Roberto Balestra-GO	2. Enivaldo Ribeiro-PB
Márcio Reinaldo Moreira-MG	3. Pedro Henry-MT
Nelson Meurer-PR	4. Paulo Lessa-RJ
João Pizzolatti-SC	5. João Tota-AC
João Leão-MG	6. Ricardo Barros-PR

### Bloco PSB/PC do B

Alexandre Cardoso-RJ	1. Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2. Givaldo Carimbão-AL
Sérgio Miranda-MG	3. Tânia Soares-SE

### Bloco PDT/PPS

Airton Dipp	1. Fernando Coruja-SC
Giovanni Queiroz	2. Pompeo de Mattos
Airton Cascavel-RR	3. Clementino Coelho-PE

### Bloco PL/PSL

Eujácio Simões-BA	1. Alceste Almeida-RR
João Caldas-AL	2. Juquinha-GO
Welinton Fagundes-MT	3. Robério Araújo-RR

### (\*)PV

Orlando Desconsi-RS (cessão)	1. Dr. Rosinha-PR (cessão)
------------------------------	----------------------------

## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

#### COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo <sup>1</sup>

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco PT/PDT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<b><u>PRESIDENTE</u></b> <b><u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<b><u>PRESIDENTE</u></b> <b><u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

#### SENADO FEDERAL

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4569

<sup>1</sup> Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

## COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

**PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY**

Presidente: Senador Roberto Requião  
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes  
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa  
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes  
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**85	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
VAGO (3)					2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(3) Em virtude do afastamento do Sr. Pedro Piva, em 22/02/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

<b>LEGENDA:</b>		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

<b>LEGENDA:</b>
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

<b>SECRETARIA DA COMISSÃO:</b>
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETRÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 28/02/2002

## Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Requerimento nº 23, de 2000-CN

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

### Composição

Presidente: Senador Romeu Tuma – PFL-SP

Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte – PSDB-BA

Relator: Deputado Oscar Andrade – PFL-RO

SENADORES	
Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Maguito Vilela <sup>(10)</sup>	1.Alberto Silva
Gerson Camata	2. Renan Calheiros <sup>(10)</sup>
Marluce Pinto <sup>(9)</sup>	3. (vago) <sup>(14)</sup>
Wellington Roberto	4.Gilvam Borges
<b>PFL</b>	
Moreira Mendes	1.Leomar Quintanilha <sup>(19)</sup>
Romeu Tuma <sup>(2)</sup>	2.José Coelho <sup>(18)</sup>
Francelino Pereira <sup>(15) (6)</sup>	3.Jonas Pinheiro
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1.Luiz Pontes <sup>(4)</sup>
Fernando Matusalém <sup>(5)</sup>	2.Romero Jucá <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)</b>	
Sebastião Rocha	1.Jefferson Peres
Geraldo Cândido	2.José Eduardo Dutra

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>Bloco (PSDB/PTB)</b>	
Domiciano Cabral-PB <sup>(16)</sup>	1.Márcio Fortes-RJ <sup>(7)</sup>
Chico da Princesa-PR	2.Raimundo Gomes de Matos-CE <sup>(3)</sup>
Mário Negromonte-BA	3.Silvio Torres-SP
<b>Bloco (PMDB/PST/PTN)</b>	
Carlos Dunga-PB	1.Albérico Filho-MA
Alberto Fraga-DF <sup>(11)</sup>	2.Waldir Schmidt-RS
<b>PFL</b>	
Jaime Martins-MG	1.Gervásio Silva-SC
Oscar Andrade-RO	2.Robson Tuma-SP
<b>PT</b>	
Nelson Pellegrino-BA <sup>(8)</sup>	1.Telma de Souza-SP <sup>(1)</sup>
<b>PPB</b>	
Ary Kara-SP <sup>(13)</sup>	1.Almir Sá-RR
<b>PDT</b>	
Pompeo de Mattos-RS	1.Cabo Júlio-MG (PL) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco (PSB/PC do B)</b>	
Wanderley Martins-RJ <sup>(17)</sup>	1.Eduardo Campos-PE

Secretário: Francisco Nauridice de Barros

Endereço: Senado Federal Ala Senador Alexandre Costa Sala 17-A-Subsolo

Tel: 311-3508

Leitura: 29-3-2000

Designação da Comissão: 10-5-2000

Prazo final no Congresso: 30-6-2002 – Prazo prorrogado em virtude de aprovação de requerimento.

<sup>(10)</sup> Substituições feitas em 15-6-2000 – PMDB-SF

<sup>(16)</sup> Substituição feita em 6-4-2001 – Bloco (PSDB/PTB) CD

<sup>(7)</sup> Substituição feita em 24-5-2000 – PSDB/PTB-CD

<sup>(3)</sup> Substituição feita em 17-5-2000 – Bloco PSDB/PTB-CD

<sup>(9)</sup> Substituição feita em 14-6-2000-PMDB-SF

<sup>(14)</sup> Em virtude do afastamento do Senador Agnelo Alves, 1º suplente, para assumir mandato de prefeito.

<sup>(19)</sup> Substituição do Sen. Freitas Neto (S) pelo Sen. Leomar Quintanilha (S), em 18-10-2001 – PFL-SF.

<sup>(11)</sup> Substituição feita em 21-6-2000 - Bloco PMDB/PST/PTN-CD

<sup>(2)</sup> Substituição feita em 16-5-2000 – PFL-SF

<sup>(18)</sup> Substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador José Coelho (S), em 31-8-2001 – PFL (SF)

<sup>(15)</sup> Substituindo o Senador Geraldo Althoff, em 29-3-2001-PFL(SF)

<sup>(6)</sup> Substituição feita em 19-5-2000 – PFL-SF

<sup>(5)</sup> Substituição feita em 8-5-2001 – PSDB-SF

<sup>(4)</sup> Substituições feitas em 18-5-2000 – PSDB-SF

<sup>(8)</sup> Substituição feita em 1º-6-2000 – PT-CD

<sup>(1)</sup> Substituição feita em 16-5-2000 – PT-CD

<sup>(13)</sup> Substituição feita em 13-12-2000 – PPB-CD

<sup>(12)</sup> Indicação feita em 13-11-2000 – PDT-CD (cessão)

<sup>(17)</sup> Substituição feita em 17-4-2001 – Bloco (PSB/PC do B) - CD



## Comissão Mista Especial

Requerimento nº 73, de 2001-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

### Composição

Presidente: Deputado Márcio Fortes-RJ

Vice-Presidente: Deputado Fernando Gabeira-RJ

Relator: Senador Paulo Souto-BA

SENADORES	
Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Alberto Silva	1. Valmir Amaral
Mauro Miranda	2. Gerson Camata
José Fogaça (PPS)	3. Wellington Roberto
Nabor Junior	4. Pedro Simon
<b>PFL</b>	
Paulo Souto	1. Freitas Neto - PSDB
José Agripino	2. Carlos Patrocínio (PTB)
Francelino Pereira	3. Moreira Mendes
<b>Bloco (PSDB/PPB)</b>	
Teotônio Vilela Filho (1)	1. Geraldo Melo (1)
Antero Paes de Barros(1)	2. Leomar Quintanilha-PFL <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)</b>	
Heloísa Helena	1. Eduardo Suplicy
Paulo Hartung (PSB)	2. Sebastião Rocha
<b>PSB</b>	
Ademir Andrade	1. Roberto Saturnino

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>Bloco (PSDB/PTB)</b>	
Márcio Fortes-RJ <sup>(3)</sup>	1. João Caldas-AI.
Iris Simões-PR	2. Paulo Feijó-RJ <sup>(4)</sup>
Juquinha-GO	3. Rose de Freitas-ES
<b>Bloco (PFL/PST)</b>	
Marcos Cintra-SP	1. José Carlos Aleluia-BA
Ney Lopes-RN	2. Robson Tuma-SP
<b>PMDB</b>	
Aníbal Gomes-CE	1. Gastão Vieira-MA
João Colaço-PE	2. Salatiel Carvalho-PE
<b>PT</b>	
Fernando Ferro-PE	1. Virgílio Guimarães-MG
<b>PPB</b>	
Delfim Netto-SP	1. Mário Negromonte-BA <sup>(2)</sup>
<b>Bloco (PSB/PC do B)</b>	
Jandira Feghali-RJ	1. Sérgio Novais-CE
<b>Bloco (PDT/PPS)</b>	
Airton Dipp-RS	1. Clementino Coelho-PE
<b>*PV</b>	
Fernando Gabeira-RJ	1. Luciano Zica-SP

Secretário: Francisco Nauridice de Barros

Endereço: Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa – Sala 17-A-Subsolo

Tel: 311-3508

Leitura: 16-5-2001(CN)

Designação da Comissão: 31-5-2001

Instalação da Comissão: 31-5-2001

Prazo final no Congresso: 30-4-2002 (\*) \*\*

<sup>(3)</sup> Substituição feita em 12-11-2001-Bloco (PSDB/PTB)

<sup>(4)</sup> Substituição do Dep. Márcio Fortes pelo Dep. Paulo Feijó, em 7-12-2001 – PSDB - CD

<sup>(1)</sup> Indicações feitas em 7-6-2001 – PSDB (SF)

<sup>(2)</sup> Substituição do Dep. Odelmo Leão pelo Dep. Mário Negromonte(S), em 13-9-2001 – PPR (CD)

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

<sup>(\*)</sup> Prazo prorrogado até 30-4-2002, em virtude de aprovação do Requerimento nº 182/2001-CN, em 5-12-2001.

<sup>\*\*</sup> Prazo prorrogado até 30-11-2001, em virtude de aprovação do Requerimento nº 137/2001-CN.

## Comissão Mista Especial

Requerimento nº 1, de 2002-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial com a finalidade de levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País, ouvindo-se, para tanto, Governadores de Estados, Secretários de Segurança Pública, Comandantes das Polícias Cíveis e Militares, Diretores de Presídios e outros especialistas e autoridades ligados à área e requisitando-se cópia de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, conforme o caso, com vista a uma tramitação em ritmo acelerado tanto na Câmara como no Senado.

Composição

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Sérgio Machado
Renan Calheiros	2. Casildo Maldaner
Iris Rezende	3. Gilberto Mestrinho
Maguito Vilela	4. Nabor Júnior
Amir Lando	5. Marluce Pinto
João Alberto Souza	6. Gilvam Borges
<b>PFL</b>	
Romeu Tuma	1. Bello Parga
Edison Lobão	2. Mozarildo Cavalcanti
Bernardo Cabral	3. Lindberg Cury
Moreira Mendes	4. José Coêlho
<b>Bloco (PSDB/PPB)</b>	
Geraldo Melo	1. Teotônio Vilela Filho
Artur da Távola	2. Freitas Neto
Lúcio Alcântara	3. Eduardo Siqueira Campos
Benício Sampaio	4. Luiz Otávio
<b>Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)</b>	
Roberto Freire	1. Heloísa Helena
Sebastião Rocha	2. Emilia Fernandes
Geraldo Cândido	3. Osmar Dias
<b>PSB</b>	
Paulo Hartung	1. Ademir Andrade
<b>PTB</b>	
Arlindo Porto	1. Carlos Patrocínio
<b>*PL</b>	
José Alencar	1.

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>Bloco (PFL/PST)</b>	
Abelardo Lupion-PR	1. Aldir Cabral-RJ
Chico Sardelli-SP	2. Francisco Rodrigues-RR
Laura Carneiro-RJ	3. Iédio Rosa-RJ
Moroni Torgan-CE	4. Robson Tuma-SP
<b>PSDB</b>	
Custódio Mattos-MG	1. Luiz Ribeiro-RJ
Wilson Santos-MT	2. Roberto Rocha-MA
Zenaldo Coutinho-PA	3. Lino Rossi-MT
Zulaê Cobra-SP	4. Feu Rosa-ES
<b>PMDB</b>	
Alberto Fraga-DF	1. Osmar Serraglio
José Índio-SP	2. Silas Brasileiro
Nair Xavier Lobo-GO	3. Cabo Júlio-PST/MG(Cessão)
<b>PT</b>	
Luiz Eduardo Greenhalgh-SP	1. José Genoíno-SP
Marcos Rolim-RS	2. Nilmário Miranda-MG
<b>PPB</b>	
Edmar Moreira-MG	1. Celso Russomanno-SP
Marcus Vicente-ES	2. Vadão Gomes-SP
<b>PTB</b>	
Luiz Antonio Fleury-SP	1. Edir Oliveira-RS
<b>Bloco (PDT/PPS)</b>	
Pompeo de Mattos-RS	1. Ricardo Ferraço-ES
<b>Bloco (PL/PSL)</b>	
Magno Malta-ES	1. Philemon Rodrigues-MG
<b>Bloco (PSB/PCdoB)</b>	
Gonzaga Patriota-PE	1. Wanderley Martins-MA
<b>*PHS</b>	
Roberto Argenta-RS	1. Augusto Nardes-RS(cessão)

Leitura: 15-2-2002(CN)

Designação da Comissão: 15-2-2002

Prazo final no Congresso: 16-4-2002

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X – Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 252 PÁGINAS**